

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DOUTORADO EM HISTÓRIA

LUCIANO BRAGA RAMOS

**AS COMEMORAÇÕES DE UM SESQUICENTENÁRIO EM TERRAS SUL-RIO-GRANDENSES:  
OS USOS DA MEMÓRIA DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA 1983-1985**

Porto Alegre  
2022

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DOUTORADO EM HISTÓRIA

LUCIANO BRAGA RAMOS

**AS COMEMORAÇÕES DE UM SESQUICENTENÁRIO EM TERRAS SUL-RIO-  
GRANDENSES:**  
OS USOS DA MEMÓRIA DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA 1983-1985

Porto Alegre  
2022

LUCIANO BRAGA RAMOS

**AS COMEMORAÇÕES DE UM SESQUICENTENÁRIO EM TERRAS SUL-RIO-  
GRANDENSES:**

OS USOS DA MEMÓRIA DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA 1983-1985

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu

Porto Alegre  
2022

## Ficha Catalográfica

R175c Ramos, Luciano Braga

As comemorações de um sesquicentenário em terras  
sul-rio-grandenses : Os usos da memória da Revolução  
Farroupilha 1983-1985 / Luciano Braga Ramos. – 2022.  
277 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História,  
PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu.

1. Memória. 2. História. 3. Comemorações. 4. Revolução  
Farroupilha. 5. Sesquicentenário. I. Abreu, Luciano Aronne de. II.  
Título.

LUCIANO BRAGA RAMOS

**AS COMEMORAÇÕES DE UM SESQUICENTENÁRIO EM TERRAS SUL-RIO-  
GRANDENSES:  
OS USOS DA MEMÓRIA DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA 1983-1985**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em História.

Aprovada em: 3 de março de 2022.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu – PUCRS (orientador)

---

Prof. Dr. Marcos Antônio Witt – Unisinos

---

Prof. Dr. Alessandro Mario Kerber – UFRGS

---

Prof. Dr. Luis Rosenfield – PUCRS

---

Prof. Dr. Rodrigo Lemos Simões – ULBRA

Porto Alegre  
2022

## AGRADECIMENTOS

À Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e ao Programa de Pós-Graduação em História, que tornaram possível a realização deste projeto, quando da aprovação na banca de seleção de doutorado do meu projeto no segundo semestre de 2017.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da Bolsa de estudos, na modalidade “flex”, viabilizando assim meu ingresso e minha permanência no curso.

Ao professor dr. Luciano Aronne de Abreu, por aceitar e acreditar que era possível a realização deste trabalho desde o primeiro momento. Suas críticas e seus apontamentos foram determinantes para a construção da pesquisa, não poupando esforços na orientação, sempre buscando apontar os caminhos possíveis com reflexões sobre as possibilidades dos objetos de estudo, visando sempre ao crescimento com qualidade.

Aos professores e colegas de curso, com os quais compartilhei minhas ideias e troquei experiências, tanto nas disciplinas como nos projetos e eventos dos quais participei dentro e fora da universidade.

À banca de exame de qualificação: professor dr. Alessandro Kerber e professora dra. Eloisa Capovilla (*in memoriam*), que nos deixou no ano de 2021, vítima do Coronavírus. Os apontamentos e questionamentos desses professores foram muito importantes para a continuidade do trabalho de pesquisa. Suas sugestões serviram para refletir e colocar em prática elementos que, de fato, contribuiriam muito para o desenvolvimento final do trabalho.

Aos professores da banca de defesa, por aceitarem o convite de participar da avaliação da tese, certo de que seus apontamentos e críticas serão de fundamental importância para este trabalho.

## RESUMO

A presente tese tem por objetivo estudar a construção de memória proposta pelo governo do estado do Rio Grande do Sul durante as comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, em 1985. Para isso, foi analisado o material encontrado no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), no Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, assim como foram realizadas entrevistas com pessoas que participaram das comemorações. Tal arquivo é composto por documentos reunidos pelas comissões do evento durante os anos de 1984 até 1986. Assim, busca-se compreender a construção da memória pelos sujeitos envolvidos nas comemorações – tais como os setores público e privado, as instituições e os intelectuais que se associaram à proposta do governo do estado – e perceber a rede de relações construída pelo governo que mobilizou boa parte da sociedade sul-rio-grandense em torno das comemorações farroupilhas. Do mesmo modo, procura-se analisar as subcomissões que reuniram, de um lado, historiadores de diferentes instituições e tendências e, por outro, tradicionalistas e folcloristas com sua forma peculiar de representar o passado farroupilha. Dessa forma, será possível compreender como essa memória foi sendo rearticulada no final do século XX e apropriada por entidades e indivíduos em questão, dando sentido ainda hoje para a associação da memória farroupilha como uma possibilidade de elemento de identificação para a sociedade sul-rio-grandense.

**Palavras-chave:** Memória. História. Comemorações. Revolução Farroupilha.

## **ABSTRACT**

This thesis aims to study the construction of memory proposed by the State Government of Rio Grande do Sul during the commemorations of the Sesquicentennial of the Farroupilha Revolution in 1985. For this, we will analyze the material found in the Historical Archive of Rio Grande do Sul (AHRS) in the Fund for the Sesquicentennial of the Farroupilha Revolution, as well as interviews carried out with people who participated at the time of the celebrations. This archive is composed of documents gathered by the event commissions from 1984 to 1986. Thus, I seek to understand the construction of memory by the subjects involved in the celebrations, such as the public and private sectors, as well as the institutions and intellectuals who joined to the proposal of the State Government; thus, also realizing the network of relationships built by the government that mobilized a large part of the society of Rio Grande do Sul around the Farroupilha celebrations; to analyze the subcommittees that brought together, on the one hand, historians from different institutions and trends, and on the other, traditionalists and folklorists with their peculiar way of representing the Farroupilha past. Thus, it will be possible to better understand how this memory was being rearticulated in the late twentieth century, and appropriated by the entities and individuals in question, giving meaning even today to the association of Farroupilha memory as a possibility of identification element for the South-Rio-Rio society grandense.

**Keywords:** Memory. History. Commemorations. Farroupilha Revolution.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma da Comissão Organizadora .....	50
Figura 2 – Mapa da cavalgada da chama crioula.....	175
Figura 3 – “Instalação do governo do estado” em Piratini .....	189
Figura 4 – Acendimento do candeeiro Crioulo em Piratini.....	192
Figura 5 – Projeto da Subcomissão de Tradição e Folclore .....	204
Figura 6 – Reconstituição da República Rio-Grandense.....	207
Figura 7 – Barbosa Lessa abrindo o XXX Congresso Tradicionalista.....	216
Figura 8 – Presidência do MTG no XXX Congresso Tradicionalista.....	223
Figura 9 – Escolha do Conselho Fiscal do MTG em Piratini .....	224
Figura 10 – Escolha do Conselho Fiscal do MTG em Piratini .....	225
Figura 11 – Escolha do Conselho Fiscal do MTG em Piratini.....	226

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Membros da Subcomissão de Eventos Culturais e Turísticos.....	54
Quadro 2 – Membros da Subcomissão de Publicações e Concursos .....	59
Quadro 3 – Membros da Subcomissão de Geografia e História .....	62
Quadro 4 – Membros da Subcomissão de Letras e Artes.....	68
Quadro 5 – Membros da Subcomissão de Comunicação Social .....	71
Quadro 6 – Membros do V Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia.....	75
Quadro 7 – Membros da Subcomissão de Tradição e Folclore.....	76
Quadro 8 – Membros da Subcomissão de Ensino .....	82
Quadro 9 – Membros da Subcomissão de Estudos das Relações Interculturais .....	86
Quadro 10 – Propostas da Subcomissão de Geografia e História – eventos culturais .....	103
Quadro 11 – Cronograma definitivo apresentado à Comissão Executiva em 2 de maio de 1985 .....	104
Quadro 12 – Cronograma definitivo apresentado à Comissão Executiva em 2 de maio de 1985 .....	105
Quadro 13 – Relatório da Subcomissão apresentado em 22 de maio de 1985.....	120
Quadro 14 – Comissão de Honra do XXX Congresso Tradicionalista.....	212

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRP	Associação Brasileira de Relações Públicas
AHRS	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
APATEDERGS	Associação Profissional dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio Grande do Sul
APHRS	Associação dos Profissionais de História do Rio Grande do Sul
ARI	Associação Rio-Grandense de Imprensa
ARP	Associação Rio-Grandense de Propaganda
BM	Brigada Militar
BPM	Batalhão de Polícia Militar
CIF	Centro Industrial Fabril
CIPEL	Centro de Pesquisas Literárias
COMOCI	Comissão Estadual de Moral e Cívica
COPEL	Companhia Petroquímica do Sul
CORAG	Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas
CRT	Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações
CRTUR	Companhia Rio-Grandense de Turismo
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
FARSUL	Federação das Associações Rurais do Estado
FDRH	Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos
FECOSUL	Federação dos Empregados no Comércio de Bens e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul
FSRF	Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha
IEL	Instituto Estadual do Livro
IFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
IGTF	Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore
IHGRGS	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
LDN	Liga de Defesa Nacional
LDN/RS	Liga da Defesa Nacional do Estado do Rio Grande do Sul
MARGS	Museu de Artes do Rio Grande do Sul
MARS	Museu Antropológico do Rio Grande do Sul
MCESHJC	Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa
MTG	Movimento Tradicionalista Gaúcho
OSPA	Orquestra Sinfônica de Porto Alegre
PDS	Partido Democrático Social
PGE	Procuradoria-Geral do Estado
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RBS	Rede Brasil Sul de Televisão
SCP	Secretaria de Coordenação e Planejamento
SEC	Secretaria de Educação e Cultura
UCS	Universidade de Caxias do Sul

UFRGS  
Unesco  
Unisinos

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 AS COMEMORAÇÕES FARROUPILHAS EM PERSPECTIVA: A CRIAÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA E SUAS SUBCOMISSÕES DE TRABALHO PARA O SESQUICENTENÁRIO .....</b>	<b>33</b>
2.1 AS EXPECTATIVAS DO GOVERNO DO ESTADO QUANTO À COMEMORAÇÃO DO SESQUICENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA..	34
2.1.1 O Decreto de Criação do ano do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha: suas comissões e subcomissões .....	42
2.2 ESTRUTURAS, CARACTERÍSTICAS E FUNCIONAMENTO DAS SUBCOMISSÕES DO SESQUICENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA ...	53
2.2.1 Subcomissão de Eventos Culturais e Turísticos .....	54
2.2.2 Subcomissão de Publicações e Concursos .....	58
2.2.3 Subcomissão de Geografia e História .....	62
2.2.4 Subcomissão de Letras e Artes.....	68
2.2.5 Subcomissão de Comunicação Social .....	71
2.2.6 V Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia .....	73
2.2.7 Subcomissão de Tradição e Folclore .....	76
2.2.8 Subcomissão de Ensino .....	81
2.2.9 Subcomissão de Estudos das Relações Interculturais.....	86
2.2.10 Subcomissão de Esportes.....	89
2.2.11 Subcomissão de Projetos Isolados.....	92
2.2.12 Subcomissão de Coordenação de Articulação entre Estado e Municípios.....	95
<b>3 A SUBCOMISSÃO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA: AS COMEMORAÇÕES FARROUPILHAS SOB A ÓTICA DOS HISTORIADORES .....</b>	<b>99</b>
3.1 O PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA SOBRE A REVOLUÇÃO FARROUPILHA: A PARTICIPAÇÃO DOS HISTORIADORES E SUAS PERSPECTIVAS.....	102
3.2 O PROJETO “A CHAMADA DOS HERÓIS FARROUPILHAS”: A BUSCA PELOS DESCENDENTES FARROUPILHAS E O USO POLÍTICO DA MEMÓRIA NO CONTEXTO DAS COMEMORAÇÕES .....	140
<b>4 A REINVENÇÃO DA TRADIÇÃO: O TRABALHO DE MEMÓRIA ENTRE O GOVERNO DO ESTADO E A SUBCOMISSÃO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE ....</b>	<b>172</b>

4.1 A FUNDAÇÃO DOS 14 MUNICÍPIOS FARRAPOS .....	173
4.2 A “INSTALAÇÃO DA CAPITAL FARROUPILHA” EM PIRATINI: A APROXIMAÇÃO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO E O MTG NO TRABALHO DE MEMÓRIA DA REVOLUÇÃO EM 1985.....	179
4.2.1 A “instalação do governo do estado” no interior: as comemorações em Piratini e suas comparações às demais “capitais farroupilhas” .....	188
4.2.2 A “Proclamação da República” em Piratini: as representações do MTG em praça pública .....	203
4.2.3 O “XXX Congresso Tradicionalista”: as ideias em perspectivas e os propósitos da reinterpretação da memória farroupilha.....	211
4.2.4 A memória e o morto no “XXX Congresso Tradicionalista”: o caso da tese apresentada sobre o monumento-túmulo e os restos mortais de Bento Gonçalves da Silva .....	229
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>246</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>250</b>
FONTES .....	250
BIBLIOGRAFIA .....	256
<b>ANEXO I – Ofício da LDN à Comissão Executiva.....</b>	<b>262</b>
<b>ANEXO II – Cópia da capa do convite da Semana Farroupilha .....</b>	<b>263</b>
<b>ANEXO III – Acendimento da chama crioula por Paixão Côrtes .....</b>	<b>264</b>
<b>ANEXO IV – Página 7 do relatório dos projetos da Subcomissão de Geografia e História</b>	<b>265</b>
<b>ANEXO V – Ofício sobre o projeto “A chamada dos heróis farroupilhas” .....</b>	<b>266</b>
<b>ANEXO VI – Ofício do governador Jair Soares para os governadores dos demais estados.....</b>	<b>267</b>
<b>ANEXO VII – Ofício do presidente da Comissão Executiva.....</b>	<b>268</b>
<b>ANEXO VIII – Ofício da Comissão Executiva ao IHGRGS .....</b>	<b>269</b>
<b>ANEXO IX – Ilustração do calendário do centenário de morte de Garibaldi editado na Itália</b>	<b>270</b>
<b>ANEXO X – Relação de professores da pucrs entregue à Comissão Executiva.....</b>	<b>271</b>
<b>ANEXO XI – Habilitados à chamada dos heróis farroupilhas .....</b>	<b>274</b>
<b>ANEXO XII – Relação dos municípios e suas respectivas associações e partidos.....</b>	<b>276</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Revolução Farroupilha pode ser analisada como uma revolução de cunho regional, que ocorreu no Rio Grande do Sul imperial entre os anos de 1835 e 1845. O movimento tinha por intenção irromper com a concentração política e econômica do governo do Império do Brasil. Eclodiu ao mesmo tempo em que revoltas de cunho liberal surgiam por outras regiões do império, reivindicando mais autonomia para as províncias. No Rio Grande do Sul, contudo, a Revolução Farroupilha caracterizou-se como um movimento organizado por estancieiros e charqueadores, os mesmos que davam apoio e garantiam para o Império do Brasil a zona de fronteira, defendendo-a contra incursões dos países da Região do Prata (LAYTANO, 1983; PESAVENTO, 1985a; 1985b; FLORES, 1985a; GUAZELLI, 2013).

A Revolução Farroupilha é considerada um marco na história gaúcha, razão pela qual até hoje é comemorada no dia 20 de setembro, sendo feriado no Rio Grande do Sul. Diante desse contexto, na presente pesquisa, visou analisar como o governo do estado mobilizou setores da sociedade sul-rio-grandense ligados à história e cultura para colocar em prática um trabalho de memória que demonstrou ser de grande envergadura para as comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, ocorrido em 1985. Para tanto, busco analisar como atuaram as instituições e seus intelectuais na proposta de trabalho da Comissão Executiva do Sesquicentenário das comemorações da Revolução Farroupilha. Desse modo, procuro entender como tais instituições públicas e privadas, por meio de seus indivíduos, estabeleceram suas relações no que diz respeito às representações que construíram da memória da Revolução Farroupilha, perante a oportunidade apresentada pelo governo do estado em fazer uso político da memória da revolução. Assim, vou delimitar o objeto de estudo analisando a documentação produzida pela Subcomissão de Geografia e História e a Subcomissão de Tradição e Folclore, que se encontram no Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs). Também, no decorrer do trabalho, realizei entrevistas com pessoas que fizeram parte das comemorações oficiais. Dessa forma, quero demonstrar como as instituições em questão e os indivíduos nelas envolvidos fizeram uso da memória.

Este trabalho tem o intuito de contribuir com os estudos relacionados ao tema, tendo como base a pesquisa de arquivos e as informações de entrevistados, selecionando documentos até então inéditos para uma tese de doutorado na área da história. Pelas possibilidades de análise das narrativas dos documentos, a escrita da tese se desenvolveu apresentando resultados mais empíricos, onde as fontes pesquisadas, antes de buscarem uma conclusão para

a análise, abrem perspectivas para novos diálogos em futuros estudos. Assim, esta tese contribui de forma empírica para os estudos de história referentes à Revolução Farroupilha, uma vez que as problematizações estão muito relativas às narrativas que precisam ser enfatizadas no decorrer da escrita.

Nesse sentido, observando as narrativas documentais e construindo argumentações sobre os temas propostos, espero poder contribuir também para trazer ao conhecimento público e acadêmico as fontes aqui trabalhadas. Os documentos e temas levantados dão conta de um assunto que não se esgota, e sim propõe novas questões para serem objetos de estudos da historiografia e de áreas afins. Do mesmo modo, contribuem para abrir uma reflexão sobre um período de transformações políticas e sociais e de como essa memória foi sendo reinterpretada na historiografia e no meio tradicionalista, tornando interessante, sobretudo, se refletir sobre a ascensão da memória farroupilha no meio tradicionalista no pós-1985.

É relevante destacar que entendo memória como uma construção de representações de um determinado passado, a partir de elementos pensados e elaborados no presente. Elementos estes que se baseiam em determinados fatos do passado que podem servir de instrumentos de reivindicação de grupos que têm interesse em manter uma ligação com determinados fatos do passado, projetando perspectivas futuras significantes como elemento de identificação.<sup>1</sup> Compreendo assim que essa memória pode ser entendida como instrumento de uso político, atendendo aos interesses específicos de seus organizadores, porque as comemorações da Revolução Farroupilha em seu sesquicentenário, assim como em outros momentos, tiveram propósitos políticos.<sup>2</sup> A memória da Revolução Farroupilha vira elemento de disputa dos agentes sociais, que em muitos casos buscam, por meio de uma seleção de lembranças, eleger seus lugares de memória como defesa contra o apagamento dos rastros.

Na defesa contra o apagamento desses rastros, surgem as comemorações como lugares de memória. Os lugares de memória indicam a predisposição para a defesa desses lugares como patrimônios da sociedade. Nessa perspectiva, a memória é uma construção, numa escolha do que se pretende lembrar com aquilo que pode, até por intenção, cair no esquecimento.<sup>3</sup> Como instrumento sensível à ação dos homens, a memória é manipulada, muitas vezes sendo uma representação daquilo que idealizam seus organizadores. Por isso, a memória pode ser suscetível de reinterpretações, pois não é algo dado e acabado, mas, antes, necessita de indivíduos que dentro de um determinado contexto enxergam um determinado

---

<sup>1</sup> Ver: Menezes (2000).

<sup>2</sup> Ver: Chagas (2009).

<sup>3</sup> Ver: Nora (1981).



passado, como no caso da Revolução Farroupilha, como elemento de apropriação que possa ter um uso social no presente na construção da memória.

Assim, as comemorações visavam a um trabalho de memória que envolvesse toda a comunidade sul-rio-grandense. Entendo comemoração como um momento planejado em que grupos e elites fazem uso do passado como memória adaptando suas práticas à materialização das representações do passado. Essas representações, por meio das comemorações, tendem a tornar público, através do ato comemorativo, um recorte específico do passado com fins políticos no presente. As comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha são, portanto, comemorações com um forte cunho político.<sup>4</sup>

Nesse sentido, o ato de comemorar está relacionado com os acontecimentos de um determinado passado que, sendo selecionado, faz do ato da comemoração o movimento para a ativação da memória. Por isso, compreender o conceito de memória é substancial para entender como os grupos políticos planejam por meio da comemoração tornar a memória um instrumento a serviço da política, principalmente para se refletir sobre como as comemorações conseguiram chamar para si intelectuais e instituições e como os interesses destes se inseriram naquele processo.<sup>5</sup>

Por se tratar de um trabalho de memória, é importante compreendermos o conceito de memória, como já pontuei no início, e para a pesquisa é necessário pensar o ponto de vista sobre a memória coletiva e seu uso político. Para tanto, busquei nas leituras de Fernando Catroga (2001) os sentidos que tornam possível compreender a valorização que é dada ao sentido das comemorações pelos grupos que têm interesse em manter a vigilância sobre a memória ligada a um determinado passado, como no caso da memória farroupilha. Segundo Catroga (2001, p. 51-52):

Infere-se, assim, que a tarefa última dessas liturgias é a de criar sentido e perpetuar o sentimento de pertença e de continuidade, num protesto, de fundo metafísico, contra a fluxão do tempo. O imaginário da memória liga os indivíduos não só verticalmente,

---

<sup>4</sup> Para compreender as relações entre a história, memória e as comemorações, busquei em Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2012) subsídios para perceber como pode ser definida a noção de comemoração. Para o autor, a comemoração estaria ligada à necessidade da evocação de uma memória, ligando-se a fatos passados que são entendidos como dignos de serem trazidos ao presente: “A ligação entre comemorar e lembrar, entre comemoração e memória não é, apenas, de natureza etimológica, mas também de natureza política ou ética. [...] A comemoração está relacionada, diretamente, aos usos sociais, culturais e políticos da memória” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 11).

<sup>5</sup> Segundo Maurice Halbwachs (2003, p. 69): “[...] são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. Desta massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade a cada um deles. De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes. Não é de surpreender que nem todos tirem o mesmo partido do instrumento comum”.

isto é, a grupos ou entidades, mas também a uma vivência horizontal e encadeada do tempo (subjetivo e social) que integra cada existência numa “filiação escatológica” garantida pela reprodução (sexual e histórica) das gerações e por um ideal de sobrevivência na memória dos vivos.

Desse modo, é possível refletir sobre a complexidade dada ao trabalho de memória das comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, quando a Comissão Executiva buscou apoio em diversos meios intelectuais, no sentido de mobilizar a sociedade sul-riograndense para as comemorações em 1985. Da mesma forma, sobre as instituições que vou analisar, quero entender como cada uma construiu, naquele contexto, a memória a partir da atuação dos intelectuais envolvidos, externando elementos da memória farroupilha que atenderiam às suas necessidades intelectuais e políticas, convergindo com o ponto de vista do grupo em questão. Pelo ponto de vista de Catroga (2001), se pode compreender a pretensão que os sujeitos têm em fazer da memória de uma elite elemento de lembrança comum de uma coletividade. Aí se apresenta a necessidade de oferecer aos indivíduos um sentimento de grupo.<sup>6</sup>

Assim, entendo que a memória tem a capacidade de estruturar laços de pertencimento, estando relacionada ao propósito dado pelos indivíduos em manter uma identificação com determinado objeto.<sup>7</sup> Nesse sentido, é possível dizer que a memória para o Sesquicentenário da Revolução Farroupilha tinha também por pretensão exaltar uma ideia de identidade comum para o “gaúcho”, como pretendia o governo do estado quando lançou a proposta.<sup>8</sup> Compreendo que a memória refere-se a um objeto selecionado pelas elites que vão construir referências com essa memória. Assim, comparo as intenções das elites envolvidas com as comemorações farroupilhas com a perspectiva de Michael Pollak (1992) sobre o enquadramento de memória, quando este afirma que devido ao fato de a memória ser seletiva, vive das “personagens frequentadas por tabela”. Da mesma forma que o autor entende que a representação de um

---

<sup>6</sup> Sobre a memória de uma sociedade, Halbwachs (2003, p. 105) destaca que: “A memória de uma sociedade se estende até onde pode – quer dizer, até onde atinge a memória dos grupos de que ela se compõe. Não é absolutamente por má vontade, antipatia, repulsa ou indiferença que ela esquece uma quantidade tão grande de fatos e personalidades antigas, é porque os grupos que guardavam sua lembrança desapareceram. [...] a memória de uma sociedade não para de se transformar, e o próprio grupo está sempre mudando”. Por esse viés, se justifica compreendermos os processos postos em curso pela disputa da reelaboração da memória no Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, onde buscamos compreender o sentido de apropriação do passado pelo governo do estado dando um sentido de pertença comum a determinado passado na ânsia de uma identidade comum na sociedade sul-riograndense.

<sup>7</sup> Como afirma Ulpiano Bezerra de Menezes (2000), a memória é um instrumento de realização do presente, que atende as necessidades dos grupos do presente que insistem em buscar no passado comparações e representações com a intenção de construir uma continuidade com uma memória pretendida.

<sup>8</sup> Essa ideia de fazer uso da memória da Revolução Farroupilha um elemento de identificação comum aos sul-riograndenses, considero que seja um dos principais objetivos quando as elites ocupando o governo do estado e instituições ligadas ao tradicionalismo rearticulam os objetos de lembrança da memória da revolução.

passado traz ao presente os acontecimentos vividos por tabela, posso comparar tal uso ao que pretendia o governo do estado quando organizava as comemorações, ou seja, no enquadramento de uma memória relevante na história sul-rio-grandense. De certa maneira, rememorar a Revolução Farroupilha traz esse sentido, quando se percebe a intenção de representar o passado e seus vultos num culto que torna os acontecimentos e seus personagens “quase conhecidos” dos indivíduos que a evocam.<sup>9</sup>

Tal aspecto para a memória da Revolução Farroupilha é relevante, visto que o propósito do governo do estado em rememorar tal acontecimento pode também ser o fato de querer estabelecer uma ligação memorial com aquele passado. Assim, quanto mais uma memória se torna pública, mais ela pode ser absorvida na coletividade, que precisa ser induzida a exercitar tais elementos relativos a um determinado acontecimento do passado. Nesse sentido, a memória:

[...] não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são funções do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação de memória. Isso é verdade em relação à memória coletiva. Ainda que esta seja bem mais organizada (POLLAK, 1992, p. 4).

Por tais aspectos, procuro estabelecer uma relação com o que Pollak (1992) chama de uma “memória organizadíssima”. Nesse sentido, concordo com o autor quando ele se refere à organização da memória por parte das elites como enquadramento da memória que intenciona regular seus elementos. O conceito de Pollak (1992) pode ser utilizado para esta pesquisa porque a organização das comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha contou com uma disposição muito detalhada do evento, que envolvia todo um trabalho de memória. Portanto, compreendo as comemorações do sesquicentenário como esse lugar de memória, que buscava estreitar laços de memória entre o passado e o presente, que pretendia projetar um sentimento de coletividade entre indivíduos de uma mesma sociedade. Tal memória, porém, precisa dessa organização porque se trata de um trabalho de convencimento, daí se pode entender a necessidade que as sociedades têm em construir “lugares de memória”. Para se compreender o sentido dos lugares de memória, recorri a Pierre Nora (1981) e sua teoria sobre os lugares de memória.

De acordo com Nora (1981), criam-se os lugares de memória porque ela carrega um caráter suscetível ao esquecimento, onde rapidamente ela pode “não existir mais”. Não que tais

---

<sup>9</sup> Para Pollak (1992, p. 3), “[...] pode haver lugares de apoio da memória, que são os lugares de comemoração. Os monumentos aos mortos, por exemplo, podem servir de base a uma lembrança de um período que a pessoa viveu por ela mesma, ou de um período vivido por tabela”.

aspectos de um passado tenham desaparecido completamente, mas, retomando a ideia de Halbwachs (2003) de que os indivíduos se veem enquanto membros de um grupo, a necessidade de se criar os lugares de memória se dá justamente pela intenção de se criar um lugar comum para que os indivíduos, enquanto grupo, possam compartilhar de lembranças comuns. O discurso de Nora (1981) afirma que os lugares de memória têm a capacidade de “cristalizar” a memória, servindo de refúgio. Desse modo, Nora (1981) afirma que se criam os lugares de memória porque não há mais meios de fazer a memória emergir sem tais suportes. Tal posição do autor pode ser relacionada – como vou mostrar no trabalho – com os propósitos das comemorações farroupilhas em servirem de instrumento para a preservação de um suposto patrimônio coletivo da sociedade sul-rio-grandense.<sup>10</sup>

Nesse sentido, tais conceitos, aqui expostos, auxiliam para a compreensão de uma história que está em movimento.<sup>11</sup> Nesse aspecto, as comemorações projetaram perspectivas em cima da continuidade do que entendiam ser as tradições e a cultura do Rio Grande do Sul. Assim, foi possível incluir no referencial teórico o conceito de “tradição inventada”, de Eric Hobsbawm (1997, p. 9)<sup>12</sup>:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado apropriado.

Segundo o autor, o que se pretende é estabelecer, por meio da ideia de tradição, uma relação próxima com um passado apropriado, pretendendo representar uma continuidade. Assim, se pode afirmar que, quando das comemorações em torno da Revolução Farroupilha em 1985, o que se pretendia era atestar e afirmar tal continuidade, mesmo que as representações fossem simulacros de um passado que já estava distante.<sup>13</sup> Isso porque a

---

<sup>10</sup> Um dos propósitos expressos no Decreto de criação do ano do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha é, justamente, a preservação do patrimônio histórico da Revolução Farroupilha. Tal aspecto será tratado no primeiro capítulo. Sobre tais lugares de memória, Nora (1981, p. 13) afirma que: “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários. Organizar celebrações fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. [...]. Sem vigilância, a História depressa os varreria”.

<sup>11</sup> Sobre a noção de história em trânsito, consultar La Capra (2006).

<sup>12</sup> O conceito foi apropriado pelo tradicionalista Barbosa Lessa para justificar, no ano do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, os trabalhos do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) na elaboração do que entendia como tradição sul-rio-grandense.

<sup>13</sup> Deixo claro que, nas comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, o conceito de “tradição inventada” pode ser empregado naqueles eventos que reproduziram elementos culturais de um suposto passado, como no caso do MTG, que tende a reproduzir elementos que entende como “tradição”. Elementos estes que aparecem no terceiro capítulo desta tese, como, por exemplo, trajes típicos, danças, músicas etc.

memória da Revolução Farroupilha, em muitos momentos na política do Estado, teve como intuito expressar uma continuidade entre políticos do tempo presente, que ancoravam suas representações a uma continuidade com os ditos “homens de 1835”. Por outro lado, é possível comparar a vontade de rememorar a Revolução Farroupilha com a própria necessidade de minimizar a ruptura com o passado. Para esse aspecto, Hobsbawm (1997) mostra que quando existe um movimento tradicionalista, este, de certa forma, está vinculado à necessidade de preservar elementos que se romperam, ou estão em via de desaparecer na sociedade. Esse aspecto converge com o propósito das comemorações quando o então governador Jair Soares expressa a necessidade de se preservar, como “patrimônio dos gaúchos”<sup>14</sup>, a memória da Revolução Farroupilha, uma vez que “não é necessário recuperar nem inventar tradições quando os velhos usos ainda se conservam” (HOBSBAWM, 1997, p. 16).

A Revolução Farroupilha (1835), no estado do Rio Grande do Sul, pode ser considerada como um desses momentos do passado de uma sociedade em que os sujeitos sociais, distanciados do acontecimento, buscam elementos que possam representar a memória. Esses elementos da memória ligados à farroupilha são reivindicatórios de um passado revolvido pelo presente dos sul-rio-grandenses, que buscam relacionar o presente político do qual são contemporâneos com algum suposto indício daquele passado farroupilha. A memória da Revolução Farroupilha foi atualizada pelas elites no poder no ano de 1985, para que pudesse servir de base para a compreensão da formação política e social dos sul-rio-grandenses. O governo do estado buscou se articular para que o trabalho de memória que estava colocando em curso pudesse, novamente, ser contextualizado com a ideia do governo de uma releitura da memória farroupilha como patrimônio comum dos gaúchos.

O interesse em compreender os fenômenos políticos e sociais por trás da memória da Revolução Farroupilha faz parte da minha curiosidade acadêmica desde a graduação. Pensar a memória da Revolução Farroupilha é mexer com elementos que são constantemente trabalhados e rememorados por diversos segmentos da sociedade sul-rio-grandense. Trazer esse tema para o campo da historiografia sempre foi de meu interesse, por querer entender como essa memória se tornou instrumento de identificação no presente da sociedade sul-rio-grandense com o passado ligado à Revolução Farroupilha. Também me interessa refletir sobre a forma como essa memória foi sendo reproduzida fora do meio acadêmico, com a finalidade de contar a história da revolução pelo viés dos grupos que a reivindicam e pretenderam representá-la.

---

<sup>14</sup> A expressão está na narrativa do edital de criação da Comissão Organizadora das comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, que será apresentado no primeiro capítulo desta tese.

Ainda na especialização em História do Rio Grande do Sul, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), tive a possibilidade de trazer para o trabalho de conclusão a análise da memória da Revolução Farroupilha. Busquei trabalhar com o período das comemorações do centenário da Revolução Farroupilha, delimitando o tema especificamente na construção do monumento a Bento Gonçalves da Silva, construído para aquela ocasião. Para tanto, pesquisei os documentos do Arquivo Municipal Moysés Vellinho, onde analisei o Fundo do Centenário da Revolução Farroupilha, buscando documentos que pudessem me trazer elementos sobre a construção do monumento. E foi analisando os relatórios orçamentários do prefeito Alberto Bins para o governador Flores da Cunha que encontrei o monumento incluído nas despesas para o ano de 1935. Assim, para compreender a importância de se erguer monumentos como lugar de memória, recorri às fontes jornalísticas que trataram de trazer a público os debates em torno do monumento, desde sua idealização até sua inauguração como lugar de memória. Na monografia, realizei um levantamento de fontes analisando a apropriação política da memória pelo governo do estado. Por se tratar de um tempo relativamente curto para pesquisa, trabalhei a monografia de forma que ela possibilitasse a abertura para uma pesquisa do monumento mais substancial durante o curso de mestrado.

No meu mestrado em história, na Unisinos, foi possível aprofundar o trabalho de análise da apropriação política da memória, analisando melhor o contexto de criação do monumento e as disputas em torno do lugar de memória. Busquei como fonte o *Jornal da Manhã* e *A Federação*, que deram ampla cobertura ao concurso para a construção do monumento e a disputa entre o escultor paulista Leão Veloso com o gaúcho Antônio Caringi. Isso me deu a possibilidade de analisar o papel do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), que teve muitos de seus membros escrevendo também nos jornais locais. Nesse viés, ficaram perceptíveis os discursos que antecederiam à materialização da memória no bronze. Aprofundando a pesquisa no mestrado, analisei as apropriações políticas da memória da Revolução Farroupilha, representada como um marco da brasilidade dos gaúchos. Procurei comparar a relação feita pelos intelectuais entre Flores da Cunha e o general Bento Gonçalves, o que me permitiu analisar a “competição” entre as elites políticas, tendo como foco as disputas entre Flores e Vargas, e seus discursos em torno da “brasilidade do gaúcho”, ressaltando as pretensões de ambos em participarem da apropriação da memória farroupilha, cada qual com suas particularidades e seus interesses políticos.

Quanto ao monumento, também foi possível analisá-lo enquanto escultura pública, como objeto que ocupa um lugar no espaço como elemento fundante de um lugar de memória.

Na dissertação, procurei trazer para o debate questionamentos quanto à forma de reinterpretar a memória, que permitiu que Porto Alegre, que à época da revolução combateu os farroupilhas, servisse para alojar a estátua equestre de Bento Gonçalves, o mesmo general, como concluiu Sérgio da Costa Franco (2020), que infligiu duras penas aos sitiados que “insistiram” em resistir aos cercos impostos pelos farrapos. Tais vetores serviram para entender a memória como elemento do presente, atuando e sendo manipulada pelos intelectuais e políticos dos anos 1930. Assim, pude considerar que o centenário foi um marco fundante das comemorações farroupilhas na primeira metade do século XX. Em se tratando de um contexto importante da história do Brasil se pode, de certa forma, compreender o interesse dessa memória pelas elites no poder.

Se na primeira metade do século XX, as comemorações do centenário da Revolução Farroupilha foram a grande expressão de um trabalho de memória que mobilizou parte significativa da sociedade sul-rio-grandense, no seu sesquicentenário não foi diferente. No último quarto do século XX, novamente o governo do estado se mobilizou para as comemorações da Revolução Farroupilha. Foi nas minhas últimas pesquisas em arquivo para a conclusão da dissertação de mestrado que pensei em compreender como essa memória seria reinterpretada novamente no final do século XX, nas comemorações de seu sesquicentenário. Assim, busquei as fontes do Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha que se encontram no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs) e percebi ali a possibilidade de encontrar outro objeto de pesquisa relacionado à memória da Revolução Farroupilha. No contato com tais fontes, percebi que estava diante de um material importante para a compreensão, outra vez, da memória da Revolução Farroupilha. Então, depois da defesa da dissertação, parti novamente para o arquivo, objetivando dar início à outra caminhada rumo ao projeto do doutorado.

No AHRs, buscando o Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha (FSRF), foi possível encontrar 32 caixas de documentos. Para minha surpresa, os documentos não estavam catalogados de forma ordenada, o que tornou o trabalho mais minucioso, pois foi preciso olhar cada documento na tentativa de não escapar nenhuma informação que pudesse ser importante para o meu propósito. O fundo é constituído de documentos oficiais produzidos em sua maioria pelo governo do estado e pelas prefeituras municipais. Outros documentos que aparecem são correspondências entre entidades públicas e privadas, mas também relatórios e atas dos trabalhos planejados pelas comissões, o que, em suma, são projetos desenvolvidos pelas entidades que se inseriram nas comemorações. Também pude contar com a presença de outros documentos que eram remetidos à Comissão Executiva. Enfim, os documentos que

podem atestar a mobilização com o governo do estado e seus colaboradores para as comemorações em boa parte estão arquivados nesse fundo.

Ainda pensando sobre as práticas metodológicas e documentais, tive como principais fontes de análise os documentos pesquisados no FSRF conservados no AHRS. Também utilizei fontes jornalísticas da *Zero Hora* do ano de 1985, do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHJC). No entanto, depois da apresentação de parte da pesquisa na banca de qualificação, membros da banca sugeriram a realização de entrevistas.<sup>15</sup> Diante disso, realizei as entrevistas via correspondência e por e-mail, visto que a entrevista oral se mostrou impossível no período de pandemia da Covid-19. Assim, posso afirmar que não realizei historial oral, pois as entrevistas na metodologia de correspondência não configura um método de entrevista oral. Desse modo, as correspondências recebidas serão analisadas juntamente com a documentação produzida pelo governo do estado no FSRF, servindo assim como elemento de testemunho de pessoas que vivenciaram o acontecimento em 1985. Embora se saiba que os testemunhos estão relacionados ao que o indivíduo se lembra, isso não desqualifica a qualidade dessa fonte baseada no testemunho. Para Paul Ricœur (2007, p. 174):

O testemunho vem assim a unir-se à promessa em meio aos atos de discurso que especificam a ipseidade em sua diferença da simples mesmidade, aquela do caráter, ou melhor, da fórmula genética, imutável da concepção à morte do indivíduo, alicerce biológico de sua identidade. A testemunha deve ser capaz de responder por suas afirmações diante de quem quer que lhe peça contas delas.

Nesse sentido, Ricœur (2007) afirma a possibilidade do testemunho em história, uma vez que o testemunho se baseia na vivência dos indivíduos em relação a um acontecimento do qual se identificam e ainda conseguem narrar. Desse modo, fui construindo a pesquisa baseada em documentações que pudessem me nortear para a compreensão do significado das comemorações oficiais do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, dentro daquele contexto político e social do ano de 1985, pelo qual passava a política no âmbito nacional e regional. Dessa forma, procurei direcionar a investigação para a compreensão das apropriações daquela memória e as possíveis expectativas formadas naquele espaço que fazia novamente da Revolução Farroupilha um concorrido objeto de memória.

Ao começar esse estudo, pude verificar a pouca produção acadêmica tanto do centenário da Revolução Farroupilha como do seu sesquicentenário, que nesse caso é quase

---

<sup>15</sup> De acordo com Paul Ricœur (2007, p. 170): “O testemunho nos leva, de um salto, das condições formais ao conteúdo das ‘coisas do passado’, das condições de possibilidade ao processo efetivo da operação historiográfica. Com o testemunho inaugura-se um processo epistemológico que parte da memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental”.



inexistente. Sobre as referências bibliográficas referentes a trabalhos acadêmicos sobre as comemorações da Revolução Farroupilha, apresento sucintamente alguns que encontrei e que abordaram as comemorações farroupilhas entre o seu centenário e sesquicentenário, buscando mostrar o sentido do uso da memória em questão. As comemorações do centenário da Revolução Farroupilha se inseriram em um contexto político significativo para a história do Brasil, sobretudo para o Rio Grande do Sul.

Em 1935, cem anos depois da eclosão da Revolução Farroupilha, fazia cinco anos que os gaúchos, mineiros e paraibanos, por meio de uma revolução, em outubro de 1930, puseram Getúlio Vargas na Presidência do Brasil. No Rio Grande do Sul, ocupando o governo do estado, como interventor, estava o General Flores da Cunha. Suas relações políticas, entretanto, uma vez tendo Getúlio Vargas chegado ao poder, aceleraram o desconforto político entre o chefe da nação e o governante do estado, contribuindo para fatores que implicariam em disputas ideológicas pela nacionalização da memória da Revolução Farroupilha na década de 1930, na qual ambos tinham interesses políticos.<sup>16</sup>

Os estudos acadêmicos sobre aquele contexto, entretanto, além de se dedicarem às comemorações do centenário farroupilha, ficaram restritos mais às questões políticas. Sobre o tema das comemorações do centenário da Revolução Farroupilha, encontrei a dissertação de Nara Machado (1990), intitulada *A Exposição do Centenário Farroupilha: ideologia e arquitetura*. A autora traz para o debate o contexto histórico do ano de 1935, onde se realizou em Porto Alegre uma exposição arquitetada pelo governo do estado com o apoio das elites dominantes locais, tendo por pretensão, para fins políticos, cultuar a memória dos farroupilhas.

Para Nara Machado (1990), desde o início das comemorações do centenário da Revolução Farroupilha havia evidências de que não se tratava de um “mero projeto de comemoração do passado” – mas qual projeto comemorativo não tem um lastro político de interesses pelo uso da representação? Antes pelo contrário, tanto elites locais como governo do estado pretendiam demonstrar para o restante do país uma suposta pujança econômica representada na Exposição Farroupilha. Com base nesse ponto de vista, se pode afirmar que a busca de uma narrativa de um passado “heroico”, vinculado à memória farroupilha, intencionava fazer associação entre passado e presente. Dessa forma, a farroupilha pode ser (re)significada como uma revolução de características republicana e brasileira, ou seja, dois elementos significativos para o sentido que o ato de comemorar tinha para quem o idealizava naquele momento.

---

<sup>16</sup> Sobre as referidas relações entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas, ver: Rangel (2007).

Pensando na ideologia por trás da questão da arquitetura da Exposição do Centenário da Revolução Farroupilha, a autora procura demonstrar os aspectos políticos das comemorações, afirmando que por trás das grandes festas há implicações ideológicas. Por tal indício, portanto, é possível compreender que uma comemoração é um ato político, ou seja, não se trata de uma manifestação vazia de significados políticos. Dessa maneira, uma comemoração de vulto, como foi a do centenário farroupilha, também é uma questão de cunho político ideológico. Sobre a exposição ser algo planejado como uma representação política, Machado (1990) ressalta a imponência do pavilhão do Rio Grande do Sul arquitetado para a exposição. De acordo com a autora, ele foi projetado para se destacar dos demais pavilhões dos representantes de outros estados brasileiros. Se pode aqui ressaltar a importância do uso do espaço, definindo o sentido político que se dá às comemorações. Dessa maneira, se entende que o simbolismo da pujança econômica sul-rio-grandense poderia encontrar espaço nas representações da exposição, mesmo ficando somente situados no campo da representação, daquilo que se queria que seus receptores acreditassem. Para Machado (1990, p. 11):

O espaço adotado na exposição do centenário da Revolução Farroupilha privilegiou a afirmação de um setor das elites dominantes, qual seja, a burguesia industrial estadual, tendo em vista mostrar que o Rio Grande do Sul não era apenas o “celeiro do país”, mas também um estado industrializado, comprometido com o progresso.

Nesse sentido, se compreende que a intenção das comemorações do centenário era, simbolicamente, reforçar um vínculo com um passado “glorioso” de uma elite rural com pretensões de um presente vinculado. Assim, mesmo a elite industrial olhando para o futuro, intencionando mostrar uma ideia de crescimento econômico e industrial do estado, reverenciava tal passado rural. Outro aspecto do trabalho é a forma como foi interpretada a relação da formação da República com a Revolução de 1930, em que os gaúchos se colocaram em evidência política perante a nação brasileira.

Diante do quadro apresentado, é possível reiterar que, em certa medida, era de interesse das elites sulinas representar a Revolução Farroupilha como uma revolução brasileira e republicana. Machado (1990) demonstra que o contexto das comemorações do centenário da Revolução Farroupilha estava situado ao do “conflito Flores-Vargas”, iniciado em 1933. Com base nessa narrativa, argumento que em momentos de crise, como o evidenciado no referido contexto, pode ser pertinente pôr em uso o trabalho de memória. Tal vetor é sintomático não só para o caso em análise, mas pode ser relacionado ao uso que se faz da memória em contextos variados de acordo com a vontade das elites e de intelectuais. Chamo a atenção aqui que,

sendo as comemorações do centenário da Revolução Farroupilha um projeto do governo do estado, é justamente Flores da Cunha que faz uso e tenta se apropriar daquele passado se legitimando como continuador da obra de brasilidade dos farrapos, que supostamente serviram aos propósitos da república brasileira.<sup>17</sup>

Em relação aos aspectos do uso da memória da farroupilha em seu centenário, analisei a dissertação de mestrado da historiadora Camila Silva (2012), intitulada *Do passado ao futuro: a escrita comemorativa do centenário farroupilha na imprensa porto-alegrense*. A autora estudou as representações e interpretações da narrativa da memória farroupilha, trazendo para o debate a ideia de perceber como se inscreveu em uma perspectiva temporal a formação da identidade regional. A autora parte da ótica de Fernando Catroga de que o presente histórico é “um permanente ponto de encontro da recordação com a esperança” (SILVA, 2012, p. 25). Na perspectiva de “recordação” e “esperança”, a autora compreende a relação do período de 1935, tendo nas comemorações farroupilhas o culto aos “heróis” – mas esse culto aos “heróis” relacionados com as figuras políticas daquela ocasião. Dessa forma, entendo que a dissertação pretende expor a construção política do passado como elemento fundante do presente, expondo assim a problemática em questão entre as políticas regional e nacional.

Posso aqui apontar os propósitos realçados pelos autores que trabalharam com o centenário da Revolução Farroupilha. Um ponto que chama a atenção é sobre o aspecto do nacionalismo e regionalismo que os autores sintetizam na disputa política entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas, como tinha alertado Machado (1990), já para o ano de 1933. Silva (2012) concorda com Machado (1990) quando da análise do objetivo das comemorações do passado da Revolução Farroupilha, pretendendo uma perspectiva de desenvolvimento de um estado de formação econômica com base na agropecuária, portanto rural, que estava se modernizando pela via do setor fabril.<sup>18</sup> De acordo com Silva (2012, p. 55):

Parece-nos que a recorrência e a exaltação dos componentes modernos (avenidas, viadutos, máquinas, arranha-céus etc.) demonstram a vontade de alcançar o futuro. Este, sobreposto ao presente, aparece concretizado nas realizações compreendidas como signos da modernidade.

Quando comparo a narrativa de Silva (2012) com as afirmações que analisei em Machado (1990), percebi que ambas afirmam que a ideia de uma grande comemoração onde

<sup>17</sup> Reiterando a questão de uma narrativa dos intelectuais de 1930 que defendiam uma integração do Rio Grande do Sul com a comunhão brasileira, ver: Alves (2004).

<sup>18</sup> Sobre o contexto político e o desenvolvimento econômico, ver: Pesavento (1980).

seria realizada uma exposição no ano do centenário da farroupilha já estava em andamento desde 1933. Essa iniciativa era apoiada por entidades como o Centro Industrial Fabril (CIF), que apoiando Flores da Cunha trouxeram para o evento a Federação das Associações Rurais do Estado (FARSUL), “baseando-se no sucesso obtido por exposições anteriores realizadas no Rio Grande do Sul e Brasil” (MACHADO, 1990, p. 104).<sup>19</sup> Em parte, se pode dizer que, por esse viés, é possível compreender a motivação por trás da comemoração, o que fazia dela um campo para a disputa política. É nesse sentido que busco perceber aspectos semelhantes pelo interesse das comemorações do sesquicentenário da revolução, quando colocado em movimento pelas elites de 1985.

Para Giovani Costa Ceroni (2009), em sua dissertação intitulada *A Exposição do Centenário da Revolução Farroupilha nas páginas dos jornais A Federação e Correio do Povo*, o propósito da Exposição do Centenário da Revolução Farroupilha passava pela intenção das elites regionais em chamarem a atenção do governo federal no que diz respeito a uma maior autonomia regional por parte do estado. De acordo com o autor, “O fato de o presidente Vargas ser gaúcho suscitou pretensões e frustrações das elites dominantes locais” (CERONI, 2009, p. 67). Conforme o autor destaca, não houvera uma intenção do presidente em promover um tratamento diferenciado para com a política do Rio Grande do Sul em relação ao restante do país.

Essas argumentações levam à compreensão do sentido de brasilidade identificado pelos autores às comemorações do centenário da Revolução Farroupilha, fazendo do 20 de Setembro um espaço de idealização vinculado à memória de uma identidade brasileira e republicana do estado sulino.<sup>20</sup> Aqui se pode ressaltar a problemática que envolve a comemoração da Revolução Farroupilha, que é o vetor de ela estar associada à ideia e às pretensões de mostrar a brasilidade dos “gaúchos”, tanto do ponto de vista de Flores da Cunha e suas aspirações políticas como de Getúlio Vargas e seus planos para um Estado Nacional. Tal vetor é significativo, pois a legitimação de uma identidade brasileira e regional do “gaúcho” acabara também por vir à tona nas comemorações do sesquicentenário da revolução. Independentemente de uma memória explorada para fins “nacionalista” ou “regionalista”, pode-se considerar que o vetor regional tende a se adaptar às circunstâncias contextuais.

Pelos pressupostos acima, comparando tanto a análise de Silva (2012) quanto a de Machado (1990), as comemorações do centenário da Revolução Farroupilha assumiam um

---

<sup>19</sup> Ressalto aqui que é significativo perceber que a FARSUL, em 1985, novamente se fará presente no seio das comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha.

<sup>20</sup> Sobre tais afirmações do uso da memória do 20 de Setembro, ver: Félix (2002).

caráter de brasilidade, mas nem tanto nacionalista, pois era uma brasilidade vinculada a aspectos discursivos regionalistas.<sup>21</sup> Naquele contexto de “brasilidade”: “Os heróis, relacionados nas narrativas como arquétipos do rio-grandense, foram, ao mesmo tempo, considerados como símbolo da nação” (SILVA, 2012, p. 63). Citando Alberto Bins, Machado (1990, p. 101) reitera que: “a exposição deveria servir para mostrar ao Brasil o progresso do estado após a epopeia farroupilha”. Ambas as autoras, analisando o discurso político, procuraram explicar os embates entre o Rio Grande do Sul e o centro do país, entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha. No mesmo sentido, Silva (2012) demonstra, ao analisar a narrativa da imprensa, o trabalho de nacionalização dos “heróis” da Revolução Farroupilha.<sup>22</sup>

As comemorações sugerem em seu “discurso” que a ideia de brasilidade estava vinculada às ambições partidárias e pessoais de Flores da Cunha, por um lado, e às ambições de Getúlio Vargas, por outro. Isso no contexto do centenário da Revolução Farroupilha, quando o governador do estado do Rio Grande do Sul era Flores da Cunha e tinha-se no cenário nacional Getúlio Vargas. O presidente da República, Getúlio Vargas, tinha ambições nacionalistas, por isso levava o discurso farroupilha como nacionalista, acirrando assim a disputa entre si e Flores da Cunha. Para Flores da Cunha, havia um discurso que mostrava suas pretensões ao governo federal, com vistas a legitimar uma Revolução Farroupilha como elemento nacional. Para tanto, tecia comparações entre ele e o general Bento Gonçalves como defensores das ideias de república e democracia, aproximando-os perigosamente.

Estudando o papel do IHGRGS em minha dissertação de mestrado, intitulada *Um lugar de memória para a Revolução Farroupilha: a construção do monumento a Bento Gonçalves da Silva em Porto Alegre – 1934-1936* (RAMOS, 2015), verifiquei a contribuição dos intelectuais do IHGRGS na construção intelectual do evento idealizado pela instituição. Percebi – de forma semelhante à percepção intelectual de Souza Docca (1935)<sup>23</sup> – como os intelectuais do IHGRGS procederam em seus discursos na defesa da brasilidade do gaúcho e nos motivos federativos dos farroupilhas. Procurei demonstrar a aproximação entre o governo do estado, o município de Porto Alegre e o IHGRGS. Os artigos apresentados no Primeiro

<sup>21</sup> O *Jornal da Manhã*, apoiador do PRL de Flores da Cunha, enfatizaria em suas narrativas o discurso de brasilidade da Revolução Farroupilha (RAMOS, 2015).

<sup>22</sup> A autora realizou uma extensa análise das narrativas produzidas por cronistas no *Jornal da Manhã*, que circulava diariamente em Porto Alegre, e que naquele ano deu ampla cobertura para as comemorações do centenário da Revolução Farroupilha. Fonte essa que também pesquisei durante o mestrado no MCSHJC.

<sup>23</sup> Ver a obra de Docca (1935), *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha*, em que ele, membro do IHGRGS, faz uma defesa pela brasilidade da Revolução Farroupilha, fazendo críticas ao trabalho do historiador Alfredo Varella, também do IHGRGS. A sua obra *História da grande Revolução* (1933) foi contestada por Docca. Inclusive, Varella não participa do I Congresso Sul-Rio-Grandense de Geografia e História, supostamente, por defender a tese do separatismo (RAMOS, 2015).

Congresso de História e Geografia do Rio Grande do Sul, de maneira geral, “buscavam por meio da história tradicional fazer uma relação entre os mortos e os vivos” (RAMOS, 2015, p. 37).

Na análise da minha dissertação, pude compreender que a memória da Revolução Farroupilha foi pensada pelos intelectuais analisados de maneira a contribuir com um passado “glorioso”, que possibilitou que comparassem os vultos e fatos da Revolução Farroupilha com os sujeitos políticos da conjuntura de 1930, onde estes se apresentavam como herdeiros dos “centauros farroupilhas” (RAMOS, 2015). Assim, posso afirmar que fazer da farroupilha uma revolução com um viés nacional, como observou Silva (2012), foi um discurso de unificação do país depois da Revolução de 1930, criado por uma elite no poder tanto na esfera estadual quanto nacional. Essa unificação passaria não só pelas questões políticas e econômicas, mas também pela questão cultural. Assim, é possível concordar com os autores que faria sentido reinterpretar, por meio da memória, o passado farroupilha de maneira que este servisse de elemento de integração do estado na história nacional.

Como bem apontou Silva (2012), habilitar a memória da Revolução Farroupilha, transformando-a em elemento de integração à história da nação, era elaborar um marco fundante. No entanto, transformar a memória da Revolução Farroupilha em objeto da história nacional demandava trabalho intelectual. Tal trabalho intelectual, como apontei em minha dissertação, partiu da intelectualidade sulina ligada ao IHGRGS. Assim, analisando a narrativa dos intelectuais do IHGRGS, constatei que eles tinham uma narrativa em consonância, voltada para uma ufania pelo passado. J. Egon Prates (1936), membro do instituto, afirmava que era papel daquela instituição desfazer a “lenda do separatismo”. Segundo Prates, essa lenda rondava a história da revolução. Desse modo, seu texto pretendia desmitificar tal pressuposto, pois acreditavam seus intelectuais poder “cortar o umbigo da lenda”. Isso tem significados para minha análise, visto que tais pressupostos ligados ao separatismo e ao federalismo reaparecerão no sesquicentenário da revolução entre políticos e intelectuais.

Compreender os discursos produzidos nas comemorações do centenário da Revolução Farroupilha, assim como perceber como a historiografia foi interpretando a movimentação desses discursos, podem dar base para o entendimento do que cada conjuntura política pretendia com tais apropriações da memória. Isso é relevante para meu objeto de pesquisa, visto a escassez de trabalhos acadêmicos sobre o recorte proposto aqui, pois, dessa forma, é possível comparar tais movimentos políticos dos envolvidos na elaboração da memória no contexto de comemoração da farroupilha. Tal aspecto abre a possibilidade de comparações e suposições baseadas em experiências intelectuais com o tema da memória farroupilha. Tais

experiências de pesquisa mostram que um conceito em disputa nessas comemorações é o de federalismo, justificando que os farroupilhas eram federalistas por proclamarem uma república contra o centralismo do Império.

Maria Medianeira Padoin (2001, p. 92), contudo, nos mostra que a ideia de federalismo “não estava exclusivamente ligada à ideia de república, pois existiram facções que defenderam propostas federativas vinculadas à monarquia”. Tanto no centenário como no Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, o conceito acaba vindo à tona. Ele ainda aparece como elemento reivindicatório na busca por legitimação do passado farroupilha perante a nação, não levando em conta o conceito no contexto da revolução no século XIX. Assim, na reivindicação da memória farroupilha, quando as elites procuram lhe atribuir valores republicanos (como em 1985), não estavam atentas para os valores do conceito no século XIX, como mostra Padoin (2001).

Nos trabalhos analisados, o que se evidenciou foi uma disputa política entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha, chamando a atenção para os propósitos das comemorações de demonstrar a Revolução Farroupilha com sendo uma causa pelos propósitos federativos. Isso porque poderiam servir as propostas do presente legitimando os homens da Revolução de 1930, com a memória da Revolução Farroupilha. Como já indiquei, para o período de 1985, o conceito que está permeando o trabalho de memória da Revolução Farroupilha é o de federação, como uma reivindicação antiga que era atualizada pelo governo em 1985. Assim, atualizando a ideia de federação ou de pacto federativo às problemáticas do contexto político daquela conjuntura, é preciso levar em conta que se tinha por propósito buscar uma legitimação política por trás das comemorações.<sup>24</sup> Machado (1990, p. 124) lembra que, por parte do governo do estado, as comemorações do centenário, como festa coletiva, pretendia mostrar sua “afirmação enquanto poder constituído”.

O caso parece não ser muito diferente para as comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Partindo para a análise da bibliografia referente à produção acadêmica sobre as comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, constatei a escassez de trabalhos de pesquisa sobre o assunto. Nesse aspecto, encontrei apenas uma dissertação de mestrado sobre o tema, da autora Glauce Stumpf (2015): *A comemoração do Sesquicentenário*

<sup>24</sup> Em outra passagem, Padoin (2001, p. 112) nos mostra novamente os propósitos federativos dos farroupilhas relacionados àquelas circunstâncias: “Assim, no primeiro momento da Guerra, acreditamos que foi a ideia em torno do federalismo que garantiu a unidade da elite farroupilha, ou seja, ideia que estava vinculada a uma proposta estratégica de estado federado, ou seja, a Província do Rio Grande com as demais províncias do Império tornar-se-iam estados federados, membros de uma monarquia federal”. Tal fator colabora para colocarmos em dúvida a ideia das elites em buscar na memória da Revolução Farroupilha aspirações federativas para relacioná-las aos propósitos republicanos no presente, como se o conceito não pudesse sofrer as interpretações do tempo histórico.

*da Revolução Farroupilha: mediações de uma memória farroupilha*. Stumpf (2015) trabalhou a memória da Revolução Farroupilha considerando os aspectos da criação de materiais didáticos elaborados no contexto da Subcomissão Estadual de Ensino, dando ênfase também para o trabalho da Rede Brasil Sul de Televisão (Grupo RBS) por meio da *Zero Hora*. O objetivo da autora foi analisar, a partir das narrativas produzidas, as intenções das comemorações em usar o ensino como instrumento da memória. Stumpf (2015) deu ênfase, especificamente, ao papel da Subcomissão Estadual de Educação e seus projetos na esfera estadual.

Retomando a análise da autora, se percebe que há uma semelhança dos objetivos das comemorações do sesquicentenário com o centenário, que passa pela narrativa dos propósitos federativos e nacionais da Revolução Farroupilha. Assim como os trabalhos acadêmicos dos historiadores que pesquisaram o centenário da revolução, Stumpf (2015) chamou a atenção que novamente havia a pretensão de uma rememoração que criasse um discurso de brasilidade da revolução por meio das comemorações oficiais.

Ao prosseguirem na narrativa do projeto afirmam que pretendiam: “assegurar, através do conhecimento dos vultos que viveram o movimento de 1835 a 1845, o respeito dos jovens pelas virtudes cívicas demonstradas por seus antepassados, nesta gloriosa página da história rio-grandense”. Como foram amplamente citados nos discursos oficiais, os “vultos” foram utilizados como sinônimo de uma construção dos personagens mitificados da farroupilha (STUMPF, 2015, p. 83).

A autora afirma que era objetivo da Subcomissão de ensino assegurar aos jovens o conhecimento cívico. Isso se deve a outro fator levantado pela autora, que era a presença da Comissão Estadual de Moral e Cívica (COMOCI) dentro da Subcomissão de Ensino. Por isso, se pode dizer que a presença da COMOCI poderia, por si só, determinar a condução da produção das narrativas voltadas para os motivos pátrios da revolução. Quanto ao fato de as pretensões comemorativas novamente trazerem o discurso da brasilidade, esse se dá no círculo da Comissão Executiva. No entanto, somente tal indício não parece suficiente, razão pela qual, com base em tal discurso de brasilidade, se faz necessário compreender por uma análise diacrônica no contexto político de 1985 os motivos que proporcionavam, novamente, o surgimento das narrativas de brasilidade da Revolução Farroupilha.

No que diz respeito aos trabalhos de pesquisa sobre o Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, concluí que seus estudos são quase inexistentes. Desse modo, torna-se necessário um estudo que possa colaborar para o conhecimento sobre o Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, em que seja possível trazer para o debate perspectivas sobre a maneira que, em



1985, intelectuais e governo do estado idealizaram a memória farroupilha para fazer dela um instrumento de uso político naquele contexto, mas também projetando expectativas futuras diante da reorganização política nacional e estadual.<sup>25</sup> É necessário, portanto, compreender que há um grande espaço de análise das comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha a ser estudado, bem como que se faz indispensável o aprofundamento dos estudos dos historiadores para a compreensão dos motivos que levaram o governo do estado, novamente, a se apropriar do passado farroupilha para uso de sua memória. Por essa razão, pensei em trazer esse tema para uma tese de doutorado, objetivando a ampliação do conhecimento desse momento específico do passado sul-rio-grandense.

Quanto ao recorte dos temas delimitados nos capítulos, procurei estruturá-los de forma que pudesse, primeiramente, contextualizar para o leitor o que foram as comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha e quem foram as instituições e os agentes envolvidos. Num segundo momento, pensando na estrutura coerente para a tese, nos outros dois capítulos procurei delimitar o objeto em duas instituições que possibilitassem a análise da memória em disputa e a produção dessas narrativas observando suas particularidades.

No primeiro capítulo, explico para o leitor a estruturação da Comissão Estadual elaborada e suas subcomissões criadas para o Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, pretendendo mostrar como o estado buscou o apoio das máquinas pública e privada para seu projeto. Vou apresentar as comissões criadas para organizar os trabalhos, seus políticos e executivos que iriam supervisionar o trabalho das subcomissões de estudos sobre a Revolução Farroupilha. Quero mostrar as subcomissões que tiveram a função de materializar os trabalhos idealizados nas comissões organizadoras. É na análise do contexto das subcomissões que encontrei as propostas e os projetos que foram levados a cabo para dar sentido ao trabalho de memória. As subcomissões teriam que ser elementos de reprodução da memória da Revolução Farroupilha, servindo de lugares de trabalho para os intelectuais e políticos fazerem e divulgarem os elementos de memória compreendidos pela elite no poder como patrimônio dos gaúchos. Nesse sentido, as subcomissões foram um canal aberto entre os políticos e os intelectuais, uma vez que eram sujeitos que, além de seus interesses próprios, defendiam os

---

<sup>25</sup> O contexto de 1985 apresenta mudanças políticas e sociais importantes, como o fim da Ditadura Militar numa transição para uma abertura política e o processo de redemocratização do país. É importante salientar, porém, que por se tratar de um momento de transição, é um contexto de rupturas e continuidades que devem ser observadas no estudo da produção da memória.

interesses das instituições as quais representavam, com vistas a se inserirem nas propostas do governo para a organização das comemorações.<sup>26</sup>

No segundo capítulo, na impossibilidade de realizar um estudo aprofundado e detalhado que analisasse todas as subcomissões, estruturei uma delimitação para o tema que me desse subsídios para a construção dos argumentos sobre as apropriações da memória farroupilha. Dessa forma, selecionei duas subcomissões que percebi relevantes pelo seu envolvimento de forma contundente com as interpretações da memória e da história da Revolução Farroupilha nas comemorações. Assim, selecionei a Subcomissão de Geografia e História e a Subcomissão de Tradição e Folclore. De tal modo, procuro analisar como os historiadores e os tradicionalistas compreenderam o momento das comemorações como um espaço possível para imprimirem os valores que entendiam cruciais à manutenção da memória da Revolução Farroupilha. Ambos tiveram oportunidade de, usando o lugar das comemorações, estabelecerem, até onde era possível, seus lugares de fala e até que ponto esses lugares mostraram-se significativos. Então, no segundo capítulo, portanto, analiso a Subcomissão de Geografia e História para, nesse primeiro momento, refletir como os historiadores se posicionaram dentro dessa subcomissão em relação à proposta do governo do estado.

No terceiro capítulo, vou analisar o trabalho desenvolvido pela Subcomissão de Tradição e Folclore. Trazer essa subcomissão para a pesquisa é importante, pois se cria a possibilidade de refletir o quanto as instituições e os intelectuais ligados ao tradicionalismo objetivavam representar a sociedade, visto que, de certa forma, obtinham o controle da memória e da história da Revolução Farroupilha. Nesse sentido, há o interesse em mostrar que os historiadores se posicionando dentro da estrutura das comemorações oficiais estariam encontrando maneiras para se posicionar em relação à história, que seria rememorada na Subcomissão de Tradição e Folclore. O envolvimento do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), como importante aliado do governo do estado nas comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, torna-se importante objeto de estudo para a compreensão de como o MTG foi se reafirmando como instituição tradicionalista reconhecida pelo governo do estado.<sup>27</sup> O MTG, que também buscava apoio em elementos de memória reproduzidos pelos

---

<sup>26</sup> Nos planos do governo do estado, havia o desejo de reunir ao seu entorno um variado número de instituições, visando dar legitimidade para a proposta do governo.

<sup>27</sup> Tal posicionamento que assumo de afirmar o apoio que o governo do estado dava ao MTG, em contrapartida esperando dele esse mesmo apoio, será explicado através de um documento, no terceiro capítulo, onde o presidente da Comissão Organizadora do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha reafirma tais expectativas.

tradicionalistas, formava uma via de mão dupla, em que o interesse se mostrava recíproco quando o assunto era a Revolução Farroupilha e a construção de sua memória em 1985.

## **2 AS COMEMORAÇÕES FARROUPILHAS EM PERSPECTIVA: A CRIAÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA E SUAS SUBCOMISSÕES DE TRABALHO PARA O SESQUICENTENÁRIO**

Para iniciar este capítulo quero, primeiramente, fazer uma breve reflexão sobre o contexto das comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, que foi de importantes transformações políticas. No entanto, diferentemente do centenário da revolução, em que as pretensões foram mostrar uma suposta pujança econômica, o sesquicentenário, de acordo com a historiadora Sandra Pesavento (1985a), apresentava outro contexto, que era o da crise pela qual passava o estado do Rio Grande do Sul.

Atualmente, em 1985, o Rio Grande novamente se prepara para os festejos, comemorando o “sesquicentenário” da Revolução Farroupilha. Toda via com uma diferença marcante. A ninguém mais passa despercebida a flagrante crise econômico-financeira que atravessa o estado e a notória perda de poder político frente aos órgãos decisórios do poder central (PESAVENTO, 1985a, p. 12).

Quando a autora salienta a questão da crise, traz um elemento importante para a pesquisa, que é situar que as comemorações do sesquicentenário estavam acontecendo em um momento de crise econômica do estado sulino, num contexto onde a memória farroupilha no sesquicentenário chamava a atenção para as relações federativas entre o governo do estado e o governo federal. Se a afirmação da memória buscando o passado em função do presente se dava ressaltando a crise, de acordo com a autora, isso poderia ter dois sentidos:

Este clima de insatisfação pode levar, por um lado, a um “repensar” do passado de forma crítica e impulsionar tomadas de decisão, mas, por outro, pode por uma forma de escapismo, tender a um saudosismo idealizado, na busca de um passado no qual o Rio Grande foi capaz de rebelar-se e afirmar sua autonomia frente a um poder que contestava (PESAVENTO, 1985a, p. 12-13).

Assim, é importante, por parte deste estudo, analisar de que forma os idealizadores das comemorações do sesquicentenário percebiam o contexto político-social e se seus projetos buscavam uma reflexão crítica ou tendiam para o “escapismo” que sugere Pesavento (1985a). Na década de 1980, o Rio Grande do Sul, por meio de seus políticos ligados às circunstâncias comemorativas da Revolução Farroupilha, deu andamento a um projeto que trouxera à tona a memória de um suposto passado comum aos sul-rio-grandenses. Em meio à totalidade dos discursos de redemocratização e disputas políticas, o governador Jair Soares, do Partido Democrático Social (PDS), em 1983, criou a Comissão Estadual do Sesquicentenário da

Revolução Farroupilha. Neste capítulo, portanto, busco demonstrar como foram organizadas, por parte do governo do estado do Rio Grande do Sul, as comissões do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha e suas subcomissões. Vou analisar como a proposta posta em curso conseguiu reunir ao seu entorno entidades públicas e privadas, trazendo para seu seio uma parcela significativa de intelectuais das mais variadas áreas do conhecimento que, juntos, iriam compor as referidas subcomissões.

Tendo o entendimento de que a memória da Revolução Farroupilha é uma apropriação política e é usada como tal, num primeiro momento irei analisar a criação da Comissão Organizadora do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha e, em seguida, a criação das subcomissões de trabalho. Para isso, tomei como base documentos como, por exemplo, o Decreto n. 31.381/83, que criou o “Ano do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha”. Esse decreto relaciona os nomes dos indivíduos e das instituições que tiveram a incumbência de levar a cabo, por parte do governo estadual, os preparativos para as comemorações do sesquicentenário. A Casa Civil foi sede da Comissão Executiva, que teve à frente o deputado estadual Adylson Motta como presidente da Comissão Executiva e chefe da Casa Civil.

Dentro dessa perspectiva, procuro descrever e analisar as primeiras narrativas das Atas das reuniões realizadas entre a Comissão Executiva e os membros das então criadas subcomissões. Por meio dessas atas, busquei identificar o trânsito e a participação dos indivíduos e das instituições que foram aderindo à proposta governamental. Também vou analisar como foram ordenadas as coordenações das subcomissões, procurando compreender como isso poderia implicar na execução das propostas de trabalhos que seriam realizados para as comemorações. Tal fator é relevante para esta pesquisa, visto que torna possível analisar a movimentação das subcomissões, como, por exemplo, pensar como foi se estabelecendo uma relação entre universidades, escolas públicas, empresas, secretarias, arquivos, museus e bibliotecas; bem como historiadores, escritores, professores, advogados, museólogos, políticos, militares, entre outros intelectuais, se posicionaram perante as propostas de trabalho, tanto no planejamento como na execução destas.

## 2.1 AS EXPECTATIVAS DO GOVERNO DO ESTADO QUANTO À COMEMORAÇÃO DO SESQUICENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA

Um ano antes das comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, o relatório elaborado pela Comissão Executiva trazia os objetivos políticos do governo do estado incutidos nas comemorações, com intenções de que ela servisse de elemento de rememoração

de determinado passado. Assim, as comemorações tiveram por propósito servir de instrumento cívico-pedagógico de mobilização da comunidade sul-rio-grandense nas celebrações de 1985, de forma a estimular o culto aos antepassados. Este – segundo os planos do governo do estado – deveria ser transmitido por meio das Ciências Humanas, no campo da tradição e do folclore, praticando atividades que seriam transmitidas pelas escolas públicas, as universidades e os meios de comunicação, envolvendo instituições públicas e privadas de variados setores intelectuais e econômicos da sociedade. As comemorações deveriam envolver realizações no âmbito estadual e municipal de forma a integrar toda a comunidade sul-rio-grandense durante todo o ano de 1985. O relatório esclarece que o governo objetivava promover entendimentos com autoridades federais, estaduais, municipais, diplomáticas e consulares, para a obtenção de apoio para a realização de comemorações. Esperava, assim, “Promover, a exemplo dos heróis farroupilhas, a prática de virtudes cívicas e de amor ao espírito público que marcou a gente rio-grandense desde o alvorecer da história gaúcha” (AHRs, Relatório da Comissão, 1984).

Nesse sentido, o governo do estado enquadrava a memória fazendo das comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha um lugar supostamente comum para a identidade sul-rio-grandense, dentro do contexto de redemocratização do Brasil e a nova conformação política do estado do Rio Grande do Sul. O PDS, na figura do governador Jair Soares, deixava claras as pretensões do uso da memória como forma de promover o Rio Grande do Sul na nova conjuntura política que estava se reestruturando. Dentro e fora do espaço das comemorações, os discursos de regionalismo, federalismo e descentralização tributária alertavam para a necessidade de o povo “gaúcho” refletir sobre sua participação nas questões nacionais às vésperas da elaboração de uma Constituição Federal, assim como sobre o federalismo dos estados não ser somente mais uma promessa que não se efetivava na prática.<sup>28</sup> Desse modo, se pode fazer uma reflexão, sugerindo que nem tudo era ufanía naquele contexto. As comemorações, mesmo para os organizadores, em 1984, estavam ainda no campo da expectativa.

Tem-se a expectativa de que a comunidade rio-grandense está intensamente mobilizada, e o ano de 1985 constituir-se-á na maior efeméride do final deste século, se for fielmente cumprido o planejamento estabelecido para o Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Porto Alegre, 10 de janeiro de 1985. João Pradél de Azevedo, secretário-executivo (AHRs, Relatório da Comissão, 1984).

---

<sup>28</sup> Para tais conclusões, consulte o jornal *Zero Hora* do dia 20 de setembro de 1985, que relacionava as questões da memória, com discursos relativos ao cenário político e econômico do contexto político e social de 1985.

Com base na narrativa acima, percebe-se que havia expectativas quanto à aceitação da proposta pelas comunidades. Isso mostra mais dúvidas do que certeza às vésperas das comemorações em relação ao que estava sendo planejado. Ainda no início da década de 1980, o Decreto n. 31.381, de 21 de dezembro de 1983, instituiu o Ano do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha (AHRs, 1983). Por meio do referido decreto, o governador Jair Soares assim explicou as razões para a comemoração:

Considerando que a Revolução Farroupilha iniciada a 20 de setembro de 1835 foi um acontecimento da mais expressiva relevância na história do Rio Grande do Sul; considerando que o decênio de lutas transcorridas entre 1835 e 1845 proporcionou o aparecimento de fortes individualidades de ambas as partes em luta numa eloquente demonstração das virtudes cívicas e do espírito público que marcou o gesto rio-grandense desde o alvorecer da história gaúcha; [...] (AHRs, Documentos da Comissão, Decreto do Governador, 1984).

No decreto do governador, havia a construção de um discurso que somente pretendia representar a Revolução Farroupilha como causa pública. Tal representação, turvada, atendia às necessidades do contexto em que estava sendo pronunciada, ou seja, o contexto de redemocratização pelo qual passava o país, em que os partidos políticos, no caso o PDS – que estava no poder – buscavam se utilizar da memória como elemento político. A ideia de que a representação era turvada se evidencia quando se estabelece uma comparação entre tais afirmações com a opinião dos autores naquele contexto. Por exemplo, a elite farroupilha defendia os direitos de sua classe, isto é, os estancieiros. Por outro lado, o discurso político do governo do estado em 1985 voltava-se para relacionar a memória farroupilha aos valores políticos daqueles sujeitos naquele momento. Sobre tal perspectiva, Décio Freitas (1985, p. 117-118) afirmou o seguinte:

Nada que se pareça com um programa de mudança social, já não se diz revolucionária, mas simplesmente progressista e democrática, pode ser descoberto no ideário dos farrapos. Para ser mais claro: o único programa consistia na manutenção e no fortalecimento do arcabouço social dominado pelos estancieiros.

Décio Freitas (1985) estava escrevendo naquele contexto de 1985, mas fora do espaço das comemorações oficiais, trazendo uma crítica do contexto da Revolução Farroupilha. No ano de 1985, estava em curso uma nova conformação política, tanto no âmbito regional como na esfera nacional. Esse ano, se comparado às comemorações do Centenário da Farroupilha, de 1935, novamente percebem-se elites interessadas em relacionar o passado farroupilha com as reivindicações políticas do seu contexto. No entanto, a exemplo de Freitas (1985), havia intelectuais dispostos a uma análise crítica sobre a memória da Revolução Farroupilha.

Analisando o decreto do governador Jair Soares, é possível entender o posicionamento político, no que denota o interesse pelo passado associado ao conceito de liberalismo. Havia uma necessidade de reafirmar os conceitos de república e liberalismo dentro do contexto de redemocratização no ano de 1985. Para o governo do estado, a redemocratização poderia trazer consigo a necessidade de pôr em marcha uma comemoração farroupilha que dialogasse com os princípios democráticos e republicanos idealizados pela elite no governo estadual. Quanto a dizer que os farroupilhas estavam mais preocupados com seus interesses do que com as causas públicas, Spencer Leitman (1985, p. 75) afirma que:

[...]. Os rebeldes estavam longe de serem revolucionários sociais; no máximo, eram homens do seu tempo, incapazes de erguerem-se acima das atitudes sociais tradicionais. Quando os interesses militares locais eram contrapostos às teorias do liberalismo e republicanismo, aqueles sempre venciam.

Nesse sentido, concordando com a posição do autor, se pode afirmar que o governo do estado pretendia imprimir suas representações em cima da memória planejada para o sesquicentenário, que não condizia com uma análise crítica do período em questão.<sup>29</sup> O decreto do governador queria representar a Revolução Farroupilha imbuída de liberdades públicas, de forma a combinar a representação daquele passado com os anseios políticos daquele presente. Para tanto, o governador Jair Soares argumentava:

Considerando que a Revolução Farroupilha foi notável demonstração de amor às liberdades públicas e da devoção às formas liberais de governo; considerando que, apesar da numerosa bibliografia e dos ricos acervos museológicos e arquivais existentes a respeito do ciclo farroupilha, ainda restam vastos filões de temas históricos para serem explorados pelos estudiosos; [...] (AHRs, Documentos da Comissão, Decreto do governador, Caixa 29, 1984).

Insistindo que a Revolução Farroupilha tinha que ser lembrada como um movimento liberal, o governo do estado, em 1983, lançava os fundamentos para a realização dos trabalhos de memória da revolução para o ano de 1985. Dessa forma, poderia atender às pretensões de um governo que se dizia democrático e liberal para aquela realidade política em reorganização.

---

<sup>29</sup> O uso da memória para fins políticos tende a levar as elites a fazerem tais usos e comparações com o passado, e com a memória farroupilha para 1985 não foi diferente. Como elites aqui me refiro às elites políticas no poder, no caso o PDS, e as entidades que estavam se apropriando das comemorações em apoio ao governo do estado.



Tais pressupostos faziam parte da opinião pública exposta nos noticiários.<sup>30</sup> O decreto parecia considerar que muito ainda tinha a se fazer em torno da pesquisa sobre a revolução, vasculhando museus e arquivos em busca dos ditos “filões” da história. Talvez, por compreender que havia uma vastidão de temas a ser tratado, o governo tenha apostado na criação de múltiplas subcomissões, que foram direcionadas e organizadas em um mutirão de pesquisas, contando com boa parte da intelectualidade sulina. Com isso, pode-se concluir que, no entanto, de nada adiantaria buscar novos “filões da história” se o conteúdo dos trabalhos não tivesse uma reflexão crítica do acontecimento. Seria produzir mais do mesmo em nível de história “oficial”.

Baseado nos pressupostos citados anteriormente, o governador Jair Soares considerava “que é dever do Estado estimular o culto dos antepassados, defender e preservar o Patrimônio Histórico e incentivar o desenvolvimento das Ciências Humanas” (AHRs, Documentos da Comissão. Decreto do governador, Caixa 29, 1984). Aqui se tem uma questão! Como pude verificar, e vou retomar esse assunto mais adiante, em 1985, para a área da história, parte desses intelectuais não estava demandando esforços para esse tipo de perspectiva heroicizada da história. No entanto, o discurso do governador novamente buscava uma via da história que tivesse o passado como certeza de um apoio de memória “reconfortante”. Diante disso, será que essa metodologia ainda tinha fôlego em meio às mudanças políticas e sociais da década de 1980? Moacyr Flores (1985a; 1985b) é um exemplo dos historiadores que atuaram nas comemorações oficiais e que, mesmo assim, manteve para 1985 um ponto de vista crítico quanto aos propósitos políticos dos farroupilhas.<sup>31</sup> Para o autor:

[...] Bento Gonçalves, não querendo abrir mão de seus poderes de ditador militar, protelou eleições e depois, por várias vezes, a sessão de abertura. [...]. A atitude autoritária de Bento Gonçalves está de acordo com a principal característica da política rio-grandense, pois nossa sociedade teve como base a estância, sem que os peões, escravos e agregados pudessem se reunir para defender seus interesses (FLORES, 1985a, p. 81).

Apesar de Moacyr Flores (1985a; 1985b) estar inserido nas comemorações oficiais, seu ponto de vista vai de encontro aos princípios postos em planejamento pelo governo do estado

<sup>30</sup> No jornal *Zero Hora* do dia 20 de setembro, o presidente da Assembleia Legislativa pronunciava-se da seguinte maneira: “O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Valdomiro Lima, lembrando a luta dos farrapos, disse que, apesar das circunstâncias terem se alterado, ‘nada mudou, no entanto, no espírito dos gaúchos, no seu entusiasmo pelas causas da justiça e da liberdade’. Salientou que ‘permanecem conosco as mesmas inspirações de horizontes largos que se evidenciaram na luta dos farrapos, contrariados com o centralismo do poder, que, ontem como hoje, nos sufoca na busca do desenvolvimento do Estado’” (OS 150 ANOS..., 1985, p. 30).

<sup>31</sup> Sobre os aspectos das obras de Moacyr Flores (1985a; 1985b) e suas ideias empregadas naquele contexto, dentro das comemorações farroupilhas, vou melhor desenvolver essa análise no Capítulo 2, quando tratar da participação dos historiadores na Subcomissão de Geografia e História.

na organização das comemorações.<sup>32</sup> Tal indício demonstra a fragilidade do discurso do governo, que era baseado no ufanismo do passado farroupilha para fins políticos relacionados ao contexto em questão. Apesar disso, com a autoridade que lhe conferia o cargo, o governador decretava:

Art., 1º – Fica instituído o Ano do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, a fim de celebrar, durante o transcurso de 1985, os cento e cinquenta anos da eclosão daquela luta civil, estimulando-se paralelamente os estudos de todos os seus aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais (AHRs, Documentos da Comissão, Decreto do Governador, Caixa 29, 1984).

Mais uma vez, pelo menos de acordo com o decreto, o governo tomava para si o dever de cultivar e rememorar o passado. Um passado que seria articulado durante todo o ano de 1984 e 1985, portanto um espaço contextual significativo, propenso a abrir um importante campo de diálogo entre as elites políticas e intelectuais organizadas na Comissão Estadual do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha e seus colaboradores. Tal proposta do governo do estado pretendia preservar e identificar os possíveis lugares de memória, os considerando como “patrimônio histórico”. Logo, é plausível considerar que o governo, ao selecionar e ancorar a memória tendo os seus lugares como o “patrimônio dos gaúchos”, buscava uma reelaboração da memória, redefinindo os sentidos de como deveriam ser os cultos cívicos, oficializados como constituintes da memória sul-rio-grandense.<sup>33</sup>

Algo precisa ficar claro: uma coisa seria ter pretensão de memória, outra é estar em sintonia com os agentes de memória que se dispuseram a trabalhar nas subcomissões. Quanto a isso, é importante chamar a atenção que, apesar de o governo estadual tomar a frente com a criação da Comissão Estadual do Sesquicentenário, ele possibilitou a abertura de um espaço de diálogo entre os intelectuais. Espaço este que, ao ser analisado, poderá mostrar como esses intelectuais se apropriaram do espaço público para reelaborarem a memória da revolução.

O Editorial da Casa Civil (AHRs, Caixa 13, 1985) pode trazer para a análise alguns esclarecimentos quanto à proposta do governo e suas intenções na tentativa de apropriação da

---

<sup>32</sup> A obra de Moacyr Flores (1985a) é relevante porque era um texto operado naquele momento, ou seja, o autor estava inserido no contexto dos acontecimentos e se posicionando a respeito do tema. Além do mais, podemos considerar que a obra levava o selo comemorativo, o que a legitimava como edição comemorativa do sesquicentenário. Essa edição em especial trazia um caderno de atividades alusivas à história da Revolução Farroupilha.

<sup>33</sup> Os termos “patrimônio histórico” e “patrimônio dos gaúchos” aparecerão mais adiante nos discursos do governador Jair Soares.

memória farroupilha.<sup>34</sup> Esse documento teve como lugar de criação o Gabinete do Governador e a Casa Civil, redigido em nome da Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha.<sup>35</sup> Observei que o documento apresenta um ponto relevante para minha pesquisa, possibilitando organizar fundamentos para a análise do espaço e lugar na reprodução da memória da Revolução Farroupilha:

*Voltado para o futuro e vivendo intensamente a hora do presente, o Rio Grande repensa o seu passado. Jamais a comunidade gaúcha mobilizou-se tanto em torno de suas raízes. Painéis, encontros, seminários e cursos realizam-se em todo o Estado. Festas nativas, cavalgadas, roteiros turísticos pelos sítios históricos, palestras, publicações, concursos, demarcações de locais que foram palcos de acontecimentos, competições desportivas, espetáculos teatrais, mensagens vinculadas pelos meios de comunicação, tudo celebra em 1985 o Sesquicentenário da Revolução Farroupilha (AHRs, Editorial da Casa Civil, Caixa 13, 1985, grifo meu).*

O estado assumia um discurso de representante da comunidade, como se a comemoração fosse uma vontade dela. Na verdade, era uma vontade daquela elite no governo, uma vez que é preciso entender comunidade aqui como os grupos que foram cooptados para as comemorações, diferentemente da comunidade sul-rio-grandense em geral, que seriam os receptores daquele trabalho. A narrativa demonstra o movimento intelectual mobilizado para o evento, pois a maioria dos projetos elencados dizia respeito aos projetos que partiriam da iniciativa da intelectualidade atuante dentro das programações do certame.<sup>36</sup> No entanto, colocar em movimento a comemoração abre espaços para as instituições e seus “lugares de fala”. Tal vetor é sintomático para a escolha que o governo fez de tais instituições. Da mesma forma, o discurso do documento da Casa Civil é um discurso político, que denota a intenção das comemorações por parte do governo – e não da comunidade – naquele presente para,

---

<sup>34</sup> Os editoriais da Casa Civil eram publicações que informavam sobre o andamento dos trabalhos da Comissão Organizadora do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. A documentação não informa ao certo se sua circulação acontecia somente de forma interna.

<sup>35</sup> A Casa Civil funcionou como gabinete da Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, de onde partiam as demandas para as subcomissões e as instituições envolvidas com a preparação do evento.

<sup>36</sup> Sempre é bom lembrarmos da produção dos intelectuais que atuaram por fora das comemorações oficiais, pois estes podem proporcionar elementos analíticos importantes para a pesquisa do contexto de 1985.

assim, projetar perspectivas futuras.<sup>37</sup> O Editorial da Casa Civil acrescenta para a análise o seguinte apontamento:

A comissão Executiva, ao coordenar e estimular as iniciativas, *tem facultado a todos, sem censuras, a oportunidade de manifestar-se, propor, realizar, debater*. Apresenta, agora, este boletim que pretende manter o público periodicamente informado sobre os eventos. *Pode-se constatar que o programa para comemorar os 150 anos da guerra dos Farrapos já é, em grande parte realidade [...] a filosofia norteadora dos trabalhos a cada dia se consolida, colocando a história e a cultura rio-grandense ao alcance da comunidade* (AHRs, Editorial da Casa Civil, Caixa 13, 1985, grifos meus).

A narrativa demonstra certa flexibilidade no discurso da Comissão Executiva quanto à proposta de se pretender uma rememoração aberta (não seria a influência do contexto de abertura política?). Se houvesse, porém, tanta abertura para novas ideias no projeto, não haveria um edital especificando quais instituições foram convidadas pelo governo do estado a se associar às comemorações oficiais. O estado demonstrava estar convicto de que reelaborar a memória da Revolução Farroupilha era um ato político e de cidadania, esboçado na pretensão de levar para a comunidade sul-rio-grandense “sua história e memória”. Quanto a ser um ato político não se tem dúvida, já as outras afirmativas se configuram muito mais como um enquadramento de memória elaborado pelo estado para tal fim. No que diz respeito à ideia de que o projeto do governo tinha proposta de dar espaço para diversas vozes, a comissão se posicionava da seguinte maneira:

A Comissão. Grupo aberto lembra que o plano de atividades continua e continuará flexível e aberto, pronto a acolher e incorporar iniciativas que venham a enriquecê-lo e aprimorá-lo. Da mesma forma que recebe as críticas, muitas delas construtivas, dispõe-se a concretizar as propostas que lhe forem encaminhadas, na certeza de que está o Rio Grande concretizando sua maior comemoração do final deste século (AHRs, Editorial da Casa Civil, Caixa 13, 1985).

Há na narrativa certas contradições nos argumentos da Comissão Executiva. O discurso de “abertura” pode, no entanto, ser condicionado naquilo que a Comissão Executiva tencionava que fosse dito. Assim, se pode fazer um questionamento, sugerindo que a abertura às ideias passaria pelo crivo daquilo que a Comissão Executiva acreditava harmonizar ao seu

---

<sup>37</sup> De acordo com Félix (2002, p. 28-29): “[...] em outros momentos, especialmente em fases de crises, sobretudo do relacionamento entre as esferas estadual e federal, diferentes partidos e governos usaram o 20 de Setembro como espaço de construção de uma identidade gaúcha libertária e revolucionária e de afirmação de sua condição de ‘legítimos’. Exemplo de apropriação de memória social e de apelo a seus elementos afetivamente mobilizadores, usando toda a simbologia cultural e política (desde a indumentária aos hábitos, como o de segurar a cuia de chimarrão, segurar o fio do bigode) republicana gaúcha tem sido visto com riquíssimas apropriações (pelos marqueteiros políticos!) nas campanhas eleitorais na última década no Rio Grande do Sul (para ‘deleite intelectual’ dos politólogos e historiadores que trabalham com cultura política e com imaginário político e para ‘arrepios e calafrios’ dos intelectuais e cidadãos conscientes!)”.

projeto. Isso se evidencia na intenção de “enriquecimento” e “aprimoramento” do evento. Então, como ficariam as vozes discordantes? Como o texto sugere, a Comissão Executiva tinha consciência delas, por isso, talvez, a narrativa nos mostre tal pressuposto.

Até aqui, procurei mostrar as ideias sobre algumas pretensões do governo do estado quanto ao propósito comemorativo da Revolução Farroupilha. A partir de agora, passo a analisar a maneira como se estruturaram as comemorações para 1985, caracterizando cada subcomissão de trabalho e de como funcionaram na prática a construção de suas representações.

### **2.1.1 O Decreto de Criação do ano do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha: suas comissões e subcomissões**

A Comissão Estadual do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha foi instituída pelo Decreto n. 31.381, de 21 de dezembro de 1983 (AHRS, Caixa 20, 1983). O Decreto pretendia demonstrar o que supostamente seria, até aquele momento, uma das grandes ocasiões de rememoração do passado farroupilha elaboradas por um governo.<sup>38</sup> De acordo com o Decreto editado pelo governador Jair Soares, as comemorações pretendiam dar continuação e estímulo ao culto aos antepassados.

Considerando a necessidade de informar, motivar e mobilizar a todos os rio-grandenses para a preparação das celebrações dos cento e cinquenta anos da eclosão daquela luta civil; considerando que o ano de 1985 deverá dentre todos, distinguir-se pelo estímulo ao culto dos antepassados, pela defesa e preservação do patrimônio histórico (AHRS, Decreto do Governador. Documentos da Comissão. Caixa 2, 1985).

Tal planejamento implicaria na criação de um órgão que levasse a cabo o projeto de rememorar a Revolução Farroupilha como um evento de significativas proporções, tanto na esfera política estadual como na municipal, de forma que o empreendimento daquele trabalho de memória obtivesse o êxito esperado. Para dar início ao planejamento das comemorações, o governo do estado confiou o trabalho de elaborar o Projeto do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, novamente, ao IHGRGS. O Relatório n. 1 da Comissão Executiva<sup>39</sup> aponta que houve um trabalho para elaborar as comissões e suas estruturas entre 21 de dezembro de 1983 e 31 de dezembro de 1984 (AHRS, Relatório da Comissão. Correspondência expedida, Caixa 9, 1984). Por esse aspecto, o Relatório n. 1, para 1985, mostra como se estabeleceu a

<sup>38</sup> O decreto ainda dizia respeito a uma expectativa criada em cima do projeto que se realizaria em 1985.

<sup>39</sup> O Relatório n. 1 foi redigido com a finalidade de explicar como foram estruturadas pelo governo do estado e seus colaboradores as comissões de trabalho das comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha.

reaproximação, cinquenta anos depois, entre o governo do estado e o IHGRGS para um grande evento comemorativo sobre a Revolução Farroupilha. Isso não se dava por acaso, levando em consideração que, no ano do centenário da Revolução Farroupilha (1935), o IHGRGS serviu como uma espécie de “braço” intelectual na elaboração da memória farroupilha naquele contexto.<sup>40</sup> Nos anos 1980, o Relatório n. 1, redigido pelo secretário-executivo João Pradél de Azevedo, informa que:

Desde meados de 1983, por determinação do Excelentíssimo senhor Governador do Estado, Doutor Jair de Oliveira Soares, e do Deputado Adylson Motta, Secretário de Estado para Assuntos da Casa Civil, foram mantidos estreitos contatos entre a Casa Civil e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul para preparar um documento traçando as diretrizes relativas às celebrações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha (AHRS, Relatório da Comissão. Correspondência expedida, Caixa 9, 1984).

Considerando a narrativa acima, se pode afirmar que, apesar do envolvimento de diversas instituições nas comemorações, cada qual imprimiu seu trabalho, por meio de seus colaboradores, tendo como base a ótica dos membros do IHGRGS. O documento nos mostra que o governador Jair Soares também consultou o IHGRGS para a criação dos objetivos do Decreto n. 31.381, que criava a Comissão Organizadora e o “Ano do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha”.

O Doutor Ubirajara Pessano Ricciardi, subchefe da Casa Civil para Assuntos Administrativos, designou o professor Tarcísio Deretti para estudar, juntamente com aquele instituto, a elaboração de um Decreto a ser baixado pelo Excelentíssimo Senhor Governador, ainda em 1983 (AHRS, Relatório da Comissão. Correspondência expedida, Caixa 9, 1984, grifo meu).

Observando esse aspecto, se confirma a tendência novamente do discurso do culto aos antepassados retornar nas comemorações. O IHGRGS teve grande participação desde 1983, contribuindo diretamente na elaboração do texto do decreto que determinava o ano de 1985

---

<sup>40</sup> O IHGRGS, instituição que durante as comemorações farroupilhas durante o século XX buscou aproximação com o governo do estado, teve decidida sua fundação em uma sessão realizada a 5 de agosto de 1920. A sessão foi realizada no Arquivo Público do Estado, onde se fez presente grande número de historiadores e intelectuais que deram sua contribuição para a historiografia rio-grandense. Nomes como Eduardo Duarte, Aquiles Porto Alegre, Aurélio Porto, Afonso Guerreiro Lima, João Maia, Luiz Fernando Osório, entre tantos outros, se ocuparam de escrever artigos para o Primeiro Congresso de História do Rio Grande do Sul realizado por aquela instituição no ano do centenário da Revolução Farroupilha. A história institucionalizada virou ferramenta nas mãos do estado. Contudo, o dia oficial da fundação do IHGRGS data da sessão realizada em 9 de novembro de 1920, dia em que ocorreu a aprovação do seu estatuto e foi eleita sua primeira diretoria, que veio efetivamente a ser empossada em 19 de novembro de 1920. Sua fundação contou com a participação de autoridades públicas, assim como de instituições científicas e universitárias. Uma das funções essenciais que deveria desenvolver o IHGRGS era direcionar seus estudos sobre os fenômenos sociais e políticos da nação. Ver: *Revista do IHGRGS* (1986; 1935); Gutfreind (1992); Cibilis (2005); Ramos (2015).

como o ano do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. O documento ainda nos mostra que membros do IHGRGS que participaram efetivamente das comemorações do centenário da Revolução Farroupilha (1935), como, por exemplo, Adroaldo Mesquita da Costa<sup>41</sup>, estavam presentes na elaboração do projeto do Sesquicentenário em 1985.<sup>42</sup>

O Presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico, doutor Adroaldo Mesquita da Costa, determinou a constituição de uma Comissão, coordenada pelo Doutor Sérgio da Costa Franco que, juntamente com a participação de representantes da Casa Civil, apresentou a minuta do diploma legal que continha em embrião toda a estruturação do sistema a ser criado para organizar as comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha (AHRs, Relatório da Comissão. Correspondência expedida, Caixa 9, 1984).

Esses indícios demonstram o envolvimento do IHGRGS no planejamento das subcomissões e das temáticas que envolveriam cada uma dessas. Ademais, tal fato poderá, no decorrer deste trabalho, ajudar a compreender os motivos que levaram o IHGRGS a distribuir seus membros entre as subcomissões. Estes, por sua vez, poderiam articular com os demais membros das subcomissões sobre as propostas de trabalho que seriam apresentadas à Comissão Executiva. Desse jeito, o IHGRGS poderia novamente, em um contexto diferente do das comemorações do centenário farroupilha (1935), imprimir os valores intelectuais daquela instituição às comemorações de 1985.<sup>43</sup> Talvez por isso o Decreto Estadual n. 31.381 de 1983 trazia em seu texto elementos que denotam uma história sob um viés de característica oficial. Parte do decreto pode sugerir que havia intenção da Comissão Executiva em privilegiar o papel do IHGRGS na organização das comemorações: “III – Coadjuvar o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul na Promoção do 5º Congresso de História Rio-Grandense” (AHRs, Decreto do governador. Diário Oficial, 21 dez. 1983. Caixa 20, 1983).

É importante ressaltar que o IHGRGS estava organizando, juntamente com a Comissão Executiva, o Decreto n. 31.381, portanto tomando parte na situação. É plausível dizer que é o próprio instituto se colocava não como coadjuvante, mas como elemento fundamental ao executar o texto do decreto, sugerindo que seus intelectuais tinham ideia que, diferentemente do centenário da revolução, não estavam mais sozinhos. Criar uma subcomissão especialmente

<sup>41</sup> Consultar: Cibilis (2005).

<sup>42</sup> No centenário da Revolução Farroupilha, Adroaldo Mesquita da Costa, como membro do IHGRGS, foi da Comissão de Redação da *Revista do IHGRGS* comemorativa do centenário da Revolução Farroupilha (REVISTA do IHGRGS, 1935). Também participou da organização das comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, falecendo em dezembro de 1985 (REVISTA do IHGRGS, 1986).

<sup>43</sup> É preciso estar atento para o fato de que imprimir os paradigmas intelectuais da instituição não significa dizer que todo intelectual vinculado a ela vai agir somente pelo viés da instituição, obedecendo ao seu estatuto legal. Do mesmo modo, é importante compreender que os cidadãos interagem politicamente, que é quando aparece a dinâmica desses indivíduos enquanto vinculados à instituição. Ver: Araújo (2003).

remetida ao IHGRGS poderia dar a esses intelectuais certa visibilidade nas comemorações. Mesmo assim, não abriram mão de se inserirem nas demais subcomissões ligadas às áreas de pesquisa e conhecimento. Por outro, lado tal atitude do IHGRGS pode ter contribuído de forma contrária, como verifiquei perante a fraca atuação da Subcomissão do V Congresso de História e Geografia. O Decreto incumbia o IHGRGS de outras atividades, como, por exemplo:

IV – Promover com o apoio da Secretaria de Educação e Cultura e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, ou outras entidades culturais, a reedição de obras esgotadas que efetivamente contribuíram para o conhecimento da história da Guerra Civil dos Farrapos (AHRs, Decreto do governador. Diário Oficial, 21 dez. 1983. Caixa 20, 1983).

Parecia haver uma estreita relação entre o posicionamento do IHGRGS com esse método de fazer história voltada aos vultos e fatos. Tal maneira de perceber a história, posta em curso no centenário, apesar das rupturas temporais, manteve em 1985 continuidades no campo das comemorações farroupilhas e no retorno do culto aos heróis em muitas obras que foram reeditadas.<sup>44</sup> Sobre tal aspecto, o então secretário-executivo da Casa Civil, João Pradél de Azevedo, reforça a afirmativa do trabalho do IHGRGS na elaboração da estrutura dos trabalhos da Comissão Executiva e de suas subcomissões quando cita a participação da instituição na proposta do governo.

Objetivos:

A exposição de motivos que precede o Decreto n. 31.381, bem como o próprio texto legal, contém, de forma concisa, os objetivos dos grupos de trabalho responsáveis pelas comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Podem os mesmos ser assim formulados: Mobilizar a comunidade rio-grandense para celebrar, no transcurso de 1985, os cento e cinquenta anos da eclosão da Revolução Farroupilha; estimular o culto dos antepassados; defender e preservar o patrimônio histórico; fomentar o desenvolvimento das ciências humanas; promover, a exemplo dos heróis farroupilhas, a prática de virtudes cívicas e de amor ao espírito público que marcou a gente rio-grandense desde o alvorecer da história gaúcha; realizar concursos e promover publicações sobre a história e a literatura do Rio Grande do Sul (AHRs, Relatório da Comissão. Correspondência expedida, Caixa 9, 1984).

Assim, o IHGRGS agregava seu discurso ao do governo do estado, envolvendo a memória da Revolução Farroupilha com motivos políticos cívicos voltados, novamente, para a preservação da memória como culto aos “heróis”. Outros objetivos – como incentivar o turismo em lugares históricos, promover congressos ou o uso da mídia para a divulgação do evento – mostram a necessidade de criar subcomissões que pudessem abarcar tantas instituições

---

<sup>44</sup> Tais obras aparecerão na documentação analisada no subcapítulo sobre a Subcomissão de Publicações e Concursos.



e competências que viessem suprir múltiplos espaços sociais com potencial político para o uso da memória.

O edital do *Diário Oficial* de 21 de dezembro de 1983 determina a criação das Comissões e de suas subcomissões para aquele ano, definindo que a Comissão Central seria presidida pelo próprio governador. Isso implica o grau de importância que era dado às comemorações, visto que o chefe do governo do estado delegava para si a tarefa de se inserir nos trabalhos da comissão. Isso também é uma forma de ele buscar sua participação nas representações, como aconteceu no decorrer do ano de 1985.<sup>45</sup> O referido decreto, porém, também determinava a criação de uma Comissão Coordenadora, presidida pelo secretário de Estado Extraordinário para Assuntos da Casa Civil, constando como coordenadores o secretário de Educação e Cultura e o secretário de Turismo (AHRs, Correspondência recebida. Diário Oficial, Caixa 20, 1984). De acordo com o referido Decreto, cabia à Comissão Central indicar os representantes da Comissão Executiva.

O *Diário Oficial* de 1983, ao apresentar o Decreto n. 31.381, estabelecendo o ano de 1985 como o ano do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, foi redigido de forma a lançar um convite às instituições públicas e privadas para que se associassem às comemorações. Esse é um importante motivo que levou as instituições a se associarem, em 1984, às comemorações estaduais, ou seja, havia de antemão um convite para que tais instituições públicas e privadas colaborassem com o evento. De forma pública, por intermédio do decreto, o governo do estado deixava tais instituições no compromisso de se fazerem presentes, amarrando tais relações entre eles no compromisso com o Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Desse modo, se pode refletir sobre a participação do IHGRGS na elaboração desse decreto<sup>46</sup>, afinal, o IHGRGS tinha uma trajetória nas comemorações farroupilhas desde o centenário da revolução e contava ainda com membros que estiveram presentes em 1935.<sup>47</sup>

O artigo 3º, Inciso II, do Decreto 31.381 especifica quais instituições teriam sua participação nas comemorações priorizada. Foram elencados em primeiro plano o prefeito de Porto Alegre, juntamente com os prefeitos dos municípios que existiam à época da Revolução Farroupilha. Portanto, não se tratava de aleatoriamente fazer escolhas, a questão era de

<sup>45</sup> Fato semelhante havia ocorrido no centenário da Revolução Farroupilha com as representações em torno do General Flores da Cunha.

<sup>46</sup> A participação do IHGRGS havia sido decisiva na elaboração da memória farroupilha durante o centenário da revolução, em 1935. Assim, em 1985, novamente o IHGRGS entra nas comemorações trazendo ainda membros que estiveram envolvidos nas comemorações do centenário. Estes, por sua vez, traziam consigo as experiências daquele contexto, podendo contribuir mais efetivamente para a elaboração da memória do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, imprimindo aspectos daquela experiência passada.

<sup>47</sup> No caso, o professor Dante de Laytano e Adroaldo de Mesquita, citados anteriormente.

planejamento. Como se observou, seria sintomático organizar uma comemoração que objetivava, ao que tudo indica, partir do centro para as prefeituras do interior do estado, contando com a participação dos referidos municípios “farrapos”. É possível refletir assim como foi sendo pensada a base dos trabalhos, que era sustentada por uma historicidade desses locais, que por sua vez também teriam interesses em buscar apoio na proposta do governo do estado.

Além de Porto Alegre, constavam no decreto os municípios que ficariam conhecidos como os “Quatorze Municípios Farrapos”: “Alegrete, Caçapava do Sul, Cachoeira do Sul, Cruz Alta, Jaguarão, Pelotas, Piratini, Rio Grande, Rio Pardo, São Borja, São José do Norte, Santo Antônio da Patrulha e Triunfo” (AHRS, Correspondência recebida. Diário Oficial, Caixa 20, 1984).<sup>48</sup> O governo do estado pretendia construir uma base sólida para apoiar o trabalho de memória que seria iniciado na capital. Ao “dizer” que aqueles municípios foram farrapos, ele poderia cooptar suas governanças para o seio de sua proposta. No entanto, se pode dizer que havia um discurso por trás dessa ideia de expor que todos os municípios foram farrapos na época da revolução, visto que, historicamente, nem todos aderiram à revolução. Nesse sentido é que a memória foi manipulada para a apropriação de um passado (re)significado no presente. É viável afirmar que, entre estado e municípios, perpassava o fio que potenciava a possibilidade da condução das relações, entre ambos, na elaboração do trabalho de memória.

Uma questão importante a se ressaltar no referido Decreto é que, além de convidar as instituições públicas e privadas, aponta a intenção de que os presidentes das instituições fossem considerados membros da Comissão Organizadora. O Decreto, de certa forma, oficializa isso quando torna público o convite chamando, em um primeiro momento, as seguintes instituições e seus presidentes:

Presidente da Liga de Defesa Nacional, seção Rio Grande do Sul; Reitores das Universidades sediadas no Estado do Rio Grande do Sul; Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; Presidente da Associação Rio-Grandense de Imprensa; Presidente do Círculo de Pesquisas Literárias (CIPEL); Presidente do Movimento Tradicionalista Gaúcho; Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul; Presidente da Federação das Associações Comerciais do Estado do Rio Grande do Sul; Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul; Presidente da Associação dos Bancos do Estado do Rio Grande do Sul; Presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Rio Grande do Sul; Presidente da Federação dos Empregados no Comércio do Rio Grande do Sul; Um representante dos presidentes das federações de trabalhadores da Indústria do Rio Grande do Sul; Presidente da Federação dos Empregados dos Estabelecimentos Bancários do Rio Grande do Sul (AHRS, Correspondência recebida. Diário Oficial, Caixa 20, 1984).

---

<sup>48</sup> A criação da Associação dos “Quatorze Municípios Farrapos” será tratada mais detalhadamente no decorrer do texto.

A citação acima supõe que o convite estava mais para uma “intimação” dirigida às instituições para que se associassem às comemorações, apontando, inclusive, quais instituições o governo reconhecia como importantes trazer para dentro de sua proposta, sobretudo com o setor privado. Pode-se interpretar que o governo deixava evidente a intenção de um movimento por uma memória que partia não só da elite política no governo, mas também estabelecia uma base para uma memória partindo das elites políticas, econômicas e culturais sul-rio-grandenses. Assim, as comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha podem ser compreendidas como um movimento da elite política no poder que pretendia disseminar na sociedade os elementos de uma memória “pensada de cima”.

Estabelecidos os objetivos da Comissão Central em cooptar instituições que ela pretendia associar ao evento, quero propor uma análise sobre o que dizia o Relatório n. 1 quanto ao papel desempenhado pelas comissões criadas pelo governo do estado. A Comissão Central presidida pelo governador, além de baixar os decretos referentes aos assuntos das comemorações farroupilhas, ainda decretou a criação das demais comissões de forma hierárquica. Isso implicaria num sistema que se entrelaçava, relacionando chefias dos setores públicos e privados que garantiriam o funcionamento dos intelectuais no trabalho de memória situados nas subcomissões (AHRs, Relatório da Comissão. Correspondência expedida, Caixa 9, 1984).

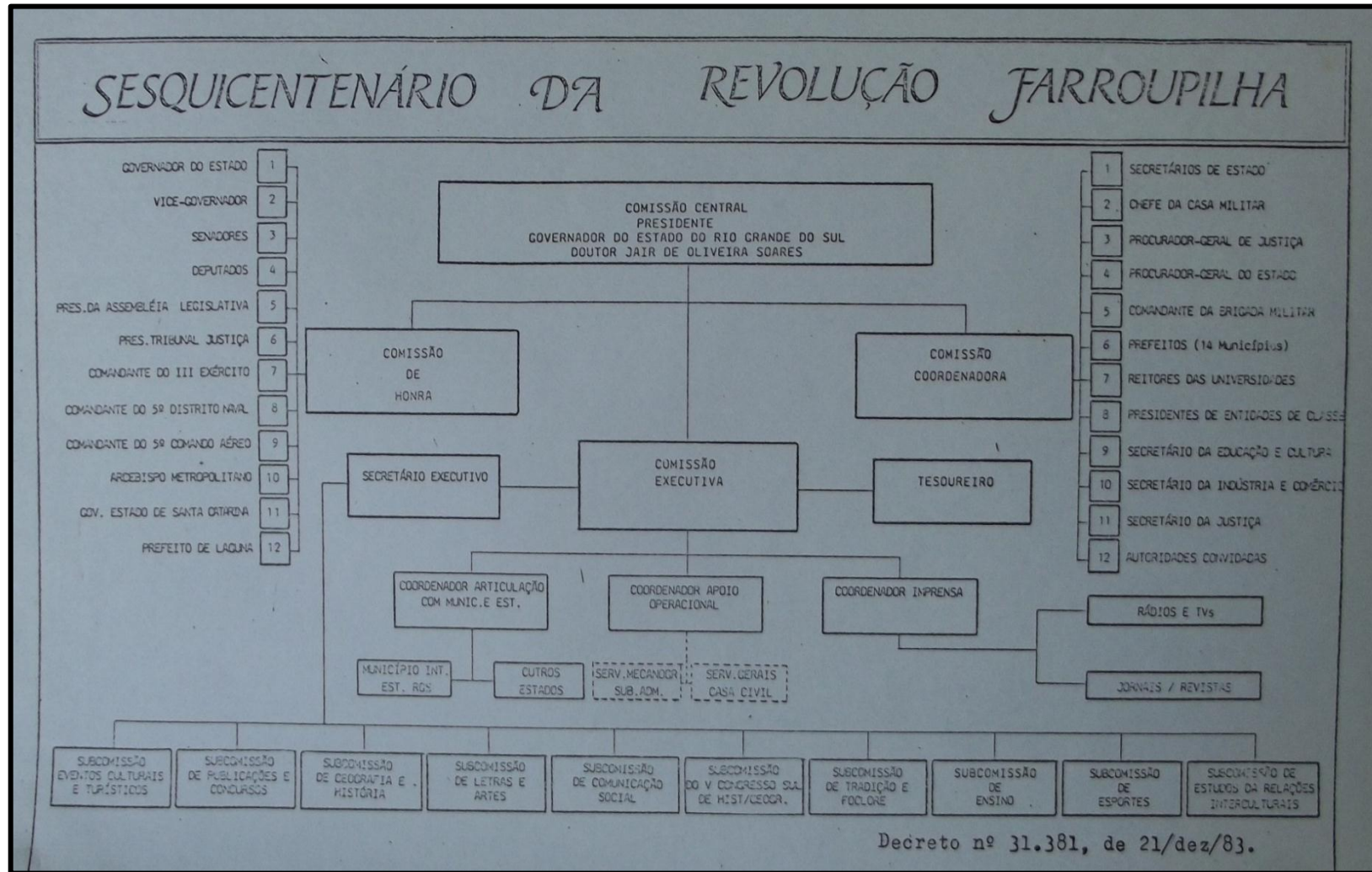
Caberia assim à Comissão Coordenadora na composição dos grupos de trabalho, junto à Comissão Executiva, verificar os trabalhos das subcomissões, orquestrando e influenciando no andamento dos trabalhos das referidas subcomissões. Reitero aqui que a Comissão Coordenadora, sendo um órgão atuante em consonância com a Comissão Executiva, era composta pelos presidentes e representantes legais das instituições públicas e privadas que se inseriam na proposta do governo do estado. De antemão, portanto, se pode analisar que as subcomissões, compostas pelos intelectuais cedidos pelas instituições, não estavam aleatoriamente organizando seus trabalhos. A presença de uma Comissão Coordenadora, composta pelos respectivos presidentes das instituições que comporiam as subcomissões, mostra a hierarquia criada dentro do planejamento do governo do estado.

A Comissão Executiva foi criada em 16 de abril de 1984, em uma reunião com a presença dos membros da Comissão Central com a Comissão Coordenadora. Formada por intelectuais e políticos da base do governo que se reportavam diretamente ao governador Jair Soares, a Comissão Executiva expedia suas demandas de dentro da Casa Civil. À Comissão Coordenadora cabia a tarefa de reunirem as subcomissões, organizando seus encontros. Tais

encontros aconteciam normalmente na Casa Civil, onde os representantes de cada extrato da organização do evento deliberavam sobre o funcionamento dos trabalhos (AHRs, Livro de Atas, Caixa 19, 1984). Uma das funções essenciais da Comissão Executiva era também, por meio de seus membros, atuar com as prefeituras do estado, e mesmo fora, para estabelecer com essas as diretrizes a serem seguidas pelos municípios associados à proposta do governo do estado. No dia 26 de abril de 1984, coube à Comissão Executiva oficializar as subcomissões do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. A tais subcomissões coube a tarefa de materializar o trabalho de memória pretendido pelo governo do estado e suas elites em questão.

Para melhor compreensão da estrutura oficial das comemorações, abaixo segue o organograma construído pela Comissão Organizadora (Figura 1).

Figura 1 – Organograma da Comissão Organizadora



Fonte: AHRS (Documentos da Comissão. Caixa 19, 1984).

A Figura 1 sugere a complexidade da organização do evento, mostrando as hierarquias que foram sendo constituídas, o que demonstra também a intenção do governo do estado de ter um controle muito incisivo, e se fosse possível, de todo o processo.

Considero importante para a análise em questão o Relatório n. 1, uma vez que suas narrativas podem demonstrar como o governo Jair Soares recorreu, assim como haviam feito outros, ao IHGRGS para a elaboração do projeto das comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Isso dá margem para nos situarmos quanto aos aspectos intelectuais percebidos nos objetivos propostos pelo governo e que tinham como pano de fundo a rememoração dos vultos e fatos da revolução. É importante ressaltar a maneira como o IHGRGS transitou pelo ambiente das comemorações em 1985, de forma semelhante ao que havia feito cinquenta anos antes. Novamente, o IHGRGS influenciou nas propostas do trabalho de memória. Diante desse contexto, posso sugerir que a maneira e os métodos do IHGRGS em conceber a história iam ao encontro das expectativas da memória e seus usos políticos engendrados pelo governo do estado. Assim, definida a estrutura de trabalhos idealizada pelo governo do estado, coube ao governador Jair Soares, oficialmente, decretar a criação da Comissão do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha.

No *Diário Oficial* de 19 de junho de 1984, o governador Jair Soares publicou os nomes dos indivíduos que seriam responsáveis pela organização das comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha (AHRs, Documentos da Comissão. Diário Oficial, Caixa 5, 1984). No edital, o artigo I destacou os seguintes membros para a Comissão Executiva do evento:

- Presidente: Adylson Martins Motta, secretário de Estado Extraordinário para Assuntos da Casa Civil.
- Vice-presidentes: Francisco de Paula Salazano Vieira da Cunha, secretário de Estado da Educação e Cultura; Luiz Adams, secretário de Estado da Indústria e Comércio; Jarbas Lima, secretário de Estado da Justiça.
- Secretário-executivo: João Pradél de Azevedo.
- Secretário-executivo adjunto: Tarcísio Deretti.
- Tesoureiro: Ubirajara Pessano Ricciardi.
- Tesoureiro adjunto: Jorge Vanir Rossi Belmonte.
- Coordenador de articulação com estados e municípios: Carlos Wilson Schoroeder.
- Coordenador de imprensa: Benito Giusti.
- Coordenador de apoio operacional: José Walfredo Rodrigues de Lima.

No mesmo sentido, o artigo II tratou de: “Tornar o grupo estruturado sob as seguintes subcomissões” (AHRS, Documentos da Comissão. Diário Oficial, Caixa 5, 1984):

- Eventos Culturais e Turísticos;
- Publicações e Concursos;
- Geografia e História;
- Letras e Artes;
- Comunicação Social;
- V Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia;
- Tradição e Folclore;
- Ensino.

Sob esse planejamento, foram criadas as subcomissões. Posteriormente também foram criadas as seguintes subcomissões: de Esporte; de Estudos das Relações Interculturais; de Coordenação de Articulação com Estados e Municípios; de Projetos Isolados (AHRS, Documentos da Comissão. Diário Oficial, Caixa 13, 1984). Por fim, o edital determinava as junções possíveis na formação das referidas subcomissões da seguinte maneira:

III – Determinar que as Subcomissões, integradas por entidades públicas e privadas e por personalidades ligadas à área de cultura e historiografia, indiquem os respectivos coordenadores e suplentes, que serão designados por ato do Presidente da Comissão Executiva (AHRS, Documentos da Comissão. Diário Oficial, Caixa 5, 1984).

A Comissão Executiva abriu espaço para as subcomissões que ficaram encarregadas de dar conta do trabalho de reelaboração da memória. Atendendo ao chamado do governo, muitas entidades públicas e privadas se associaram às comemorações. Diante disso, é importante questionar: quais interesses estavam por trás das instituições que se associaram ao projeto comemorativo proposto pelo governo? Penso ser possível avaliar que as subcomissões criadas desenvolveram um trabalho diversificado com a memória da Revolução Farroupilha, abarcando vários setores da sociedade e objetivando transitar pelo tecido social. Essa amplitude da dinâmica do trabalho de memória criou, como presumo, um espaço de memória. Isso porque as subcomissões puderam dar voz a uma multiplicidade de intelectuais e instituições que, em relação ao contexto, deram um aspecto de liberdade ao debate e à forma de rememorar a Revolução Farroupilha, mas desde que esse debate fosse de acordo com os propósitos estabelecidos pelo governo do estado.

## 2.2 ESTRUTURAS, CARACTERÍSTICAS E FUNCIONAMENTO DAS SUBCOMISSÕES DO SESQUICENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA

Pretendo para esta parte do trabalho abordar a criação das subcomissões, apresentando e explicando os objetivos destas, assim como funcionaram e como transitaram entre elas os sujeitos envolvidos na elaboração de seus projetos e quais propostas foram aprovadas e elaboradas para serem trabalhadas no ano de 1985. Para além do IHGRGS, outra presença constante dentro das subcomissões foi da Liga da Defesa Nacional (LDN), lembrando aqui que o nome da instituição constava no Decreto n. 31.381. Por se tratar da memória da Revolução Farroupilha, o propósito regionalista está presente, por isso é importante analisar os princípios que regem o estatuto da Liga da Defesa Nacional do Estado do Rio Grande do Sul (LDN/RS, 2021):

Artigo 2º – A LDN/RS tem como finalidade precípua robustecer, na opinião pública nacional, um elevado sentimento de Patriotismo.

§ 1º Para o atendimento da sua finalidade, a LDN/RS tem como objetivos:

- a. Defender a ideia de uma integridade territorial e da integração e soberania nacionais.
- b. Promover a formação moral da pessoa humana em todas as suas dimensões.
- c. Prestigiar e salvaguardar a cultura e exaltar os valores nacionais.
- d. Estimular a participação da juventude estudantil e operária em campanhas, concursos e outros eventos de caráter cívico, em especial sobre os vultos históricos.
- e. Difundir a educação cívica, o amor à justiça e o culto do patriotismo, por toda a comunidade.
- f. Estimular o estudo e o amor à História do Brasil e às tradições nacionais.
- g. Divulgar suas atividades através dos meios de comunicação. [...]

Pelos pressupostos acima, é possível sugerir que, ao estar inserida nas subcomissões, dificilmente a LDN não iria imprimir tais valores de cunho cívico nos trabalhos das subcomissões. Além disso, sua presença pode confirmar os propósitos das comemorações vinculadas a um discurso nacional.<sup>49</sup> O contexto de transição proporcionava que tal instituição tivesse representação vigilante aos interesses “cívicos e patrióticos” em meio às comemorações. De acordo com o estatuto da LDN, ela se entendia como habilitada para atuar em diversas áreas da sociedade.

Outro elemento importante é a maneira que as subcomissões eram formadas. Um ofício da LDN deu-me indícios de como era a comunicação entre o governo do estado e as instituições no que concerne à formação das subcomissões. Segundo o Ofício n. 25, de 25 de abril de 1984, enviado pela LDN, “Em atenção ao Of. Circular nº 001/84, tenho o prazer de

<sup>49</sup> Sobre tal aspecto, podemos referir que o então presidente José Sarney era filiado ao PDS, o que poderia estimular um discurso sobre a Revolução Farroupilha dentro da ótica da brasilidade.



comunicar-lhe que a liga apoiará, com toda a satisfação, os trabalhos da Comissão Executiva que V. As. Dirige, podendo participar das seguintes subcomissões” (AHRS, Liga de Defesa Nacional. Ofício n. 25/84. Caixa 19, 1984).

A análise do documento mostrou que havia o envio de um ofício para as instituições escolhidas solicitando que indicassem pessoas para participarem das subcomissões. O ofício remetido para a Comissão Executiva mostra que as instituições podiam indicar seus intelectuais e as respectivas subcomissões que eles integrariam. No entanto, o ofício quando recebido passava pelo crivo da Comissão Executiva, que, ao que tudo indica, aceitava ou redistribuía os indivíduos nas subcomissões conforme sua conveniência.<sup>50</sup> Assim, se pode concluir que a formação das subcomissões era um arranjo de interesses mútuos na relação entre as partes envolvidas.<sup>51</sup>

### 2.2.1 Subcomissão de Eventos Culturais e Turísticos

A primeira subcomissão criada foi a Subcomissão de Eventos Culturais e Turísticos, que tinha por objetivo dar suporte e promover projetos e eventos que fossem desenvolvidos no decorrer das comemorações do sesquicentenário no interior das subcomissões de pesquisa, assim como na própria subcomissão. O Quadro 1, a seguir, apresenta a subcomissão com seus membros.

Quadro 1 – Membros da Subcomissão de Eventos Culturais e Turísticos

<b>Membros</b>	<b>Instituições</b>
João Romeu Dutra	CRTUR
Márcia Rosek	CRTUR
Maria de Lourdes Noronha Pinto	CRTUR
Maria Tereza da Luz Kling	CRTUR
Maria Terezinha Zukauskas	CRTUR
Carlos Castillo	Subcomissão de Tradição e Folclore

Fonte: O autor (2022), com base em AHRS (Documentos da Subcomissão. Caixa 1, 1984).

A comissão ficou sob a chefia de João Romeu Dutra, presidente da Companhia Rio-Grandense de Turismo (CRTUR) (AHRS, Documentos da Subcomissão. Caixa 2, 1985). Antes disso, em 29 de maio de 1984, o então secretário da Cultura, Joaquim Paulo da Almeida

<sup>50</sup> Ver: Anexo I.

<sup>51</sup> Tais indícios também foram verificados nos ofícios das outras instituições que mandaram seus intelectuais, seguindo processo muito semelhante.

Amorim, havia indicado para a coordenação da subcomissão Rosamaria Leite Costa, diretora do AHRS (Ofício n. 770/84. Caixa 19, 1984). Como demonstrei, havia a interferência da Comissão Executiva na escolha dos indivíduos, razão pela qual Rosamaria Leite Costa foi redirecionada para a Subcomissão de Publicações e Concursos, apesar de seu pedido para ser indicada para a Subcomissão de Eventos Culturais e Turísticos. O nome que prevaleceu foi o de João Romeu Dutra, embora Rosamaria Leite Costa tivesse sido aceita na subcomissão pela Casa Civil em ofício enviado a Tarcísio Deretti pela Subsecretaria de Cultura (AHRS, Ofício n. 770/84. Caixa 19, 1984). Mesmo não podendo recuperar todas as narrativas, tais indícios apontam que nos bastidores houve disputas e negociações entre instituições e intelectuais, como no caso apresentado. João Romeu Dutra, então diretor da CRTUR, comunicou:

Senhor Secretário:  
Dentro das determinações dessa Comissão a Companhia Rio-Grandense de Turismo – CRTUR, integrante da subcomissão de Cultura e Turismo, comunica que já formou sua equipe [...] (AHRS, Ofício n. 209/84. Caixa, 19, 1984).<sup>52</sup>

Na escolha da subcomissão, prevaleceu a determinação de João Romeu Dutra em relação às indicações da Comissão Executiva, que redirecionou Rosamaria Costa para compor outra subcomissão. Nesse caso, a CRTUR determinou a formação da subcomissão, que foi “aceita” pelo governo do estado, visto que a CRTUR estava subordinada ao governo, não cabendo, talvez, uma indisposição com seu presidente.

Já a presença de Carlos Castillo, membro da Subcomissão de Tradição e Folclore, indica o contato entre as subcomissões. Pode-se dizer que seria devido aos trabalhos propostos pela Comissão de Tradição e Folclore aliados à ideia de incentivar o turismo e divulgar o tradicionalismo pelo interior do estado, sobretudo pela possibilidade de se articular com os Centros de Tradições Gaúchas (CTG) em suas localidades por meio de eventos.

Por se tratar de uma subcomissão ligada à cultura e ao turismo, pude levantar o seguinte problema: a leitura que se tinha de cultura naquele círculo em questão estava associada ao “tradicionalismo gaúcho”, portanto as escolhas tendiam a delimitar a subcomissão a um grupo formado pelas seguintes instituições: CRTUR, MTG, Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (IGTF), LDN/RS e Brigada Militar (BM).

---

<sup>52</sup> Conforme a Comissão Executiva, a Subcomissão de Eventos Culturais e Turísticos contaria com a colaboração para a realização de seus projetos com estas instituições: IGTF; Subsecretaria de Cultura; Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul; LDN; BM; Secretaria dos Transportes; PUCRS; e Secretaria de Coordenação e Planejamento (SCP).

A criação da Subcomissão de Eventos Culturais e Turísticos, suponho, foi estratégia do governo do estado como ferramenta de persuasão, visto que muitos municípios ligaram seus festejos do sesquicentenário às comemorações oficiais do governo estadual. Os rodeios crioulos, por exemplo, apresentavam uma possibilidade de obter apoio do governo do estado por meio da CRTUR. Caso provável de parceria entre a CRTUR e o MTG foi a realização do 1º Congresso Sul-Americano de Tradição Gaúcha realizado em Alegrete. Esse evento contou com a participação do governo do estado e estava inserido como um dos eventos propostos pelo município como parte das comemorações municipais para o sesquicentenário da revolução (AHRS, Documentos da Subcomissão. Caixa 17, 1984). O MTG e o governo do estado estavam mantendo estreita relação com o município, pois seria realizado um importante evento em Alegrete, uma vez que a capital do estado, em uma representação política, seria transferida para a cidade por ela ter sido uma das capitais farroupilhas. Em circunstâncias como essa, atuava a CRTUR apoiando o evento nas capitais farroupilhas.<sup>53</sup> Tais ligações formavam uma via de mão dupla, organizando interesses mútuos entre o governo do estado e os municípios, tendo as comemorações como lastro para suas representações.<sup>54</sup>

Um dos primeiros projetos da subcomissão foi justamente organizar o “Calendário de Eventos”, apontando as principais comemorações da programação estadual. Por isso, talvez, a Comissão a lançasse em sua proposta como a primeira subcomissão. É possível dizer que a Comissão Executiva e a CRTUR foram se conjugando, organizando os eventos de dentro da Casa Civil, predeterminando as datas das cerimônias às quais os demais estariam subordinados. Tal ligação entre MTG e CRTUR se evidencia em outro projeto, que contou com a participação da Subcomissão de Tradição e Folclore, a quem caberia a realização de um rodeio crioulo no Parque de Exposição Assis Brasil (AHRS, Relatório – 2 propostas aprovadas. Caixa 19, 1984). Esse é considerado um evento de grande porte, tanto financeiro como político, ou seja, criou-se um espaço para a representação política, econômica e cultural. O rodeio no contexto da Expointer, por exemplo, serviu de espaço às representações da Revolução Farroupilha, onde políticos fizeram uso da palavra se apropriando da memória, entre eles o então presidente da República José Sarney, que representou a farroupilha como

---

<sup>53</sup> A ata que define a instalação simbólica da capital do estado em Alegrete no ano de 1985, redigida pelo governador Jair Soares, traz mais detalhes sobre o simbolismo da solenidade (AHRS, Documentos da Comissão. Caixa 17, 1984).

<sup>54</sup> Caçapava do Sul também receberia o governo do estado por ser considerada capital farroupilha. O município, a exemplo de Alegrete, incluiu sua festa campeira nas comemorações (AHRS, Documentos da Comissão. Caixa 17, 1984).

uma causa nacional, dizendo que “o orgulho e a determinação de ser brasileiro nascem nas heroicas sagas deste estado” (SARNEY..., 1985, p. 24).<sup>55</sup>

Assim, é permitido refletir que fazer parte da Subcomissão de Eventos Culturais e Turísticos significava poder atuar junto à elite política, organizando os “lugares de memória” para suas representações. Essa talvez seja a razão pela qual João Romeu Dutra não abriu mão de estar à frente da subcomissão, fechando um círculo, principalmente, entre a CRTUR e o MTG. Outro exemplo foi o projeto que tratava dos roteiros de viagens pelo estado, que a CRTUR organizaria aos locais históricos da Revolução Farroupilha. A companhia tinha participação direta na demarcação de tais lugares, pois a ela caberia o compromisso de promovê-los, divulgando-os durante as comemorações.<sup>56</sup> No entanto, o que se ressalta aqui não é somente sua ação de demarcar os locais, e sim sua influência em selecionar o que o seu grupo considerava a ser demarcado como lugar de memória<sup>57</sup> (AHRs, Relatório – 2 propostas aprovadas. Caixa 19, 1984).

Aliada à proposta de cobrir os roteiros de viagens estava a “Chamada dos heróis farroupilhas”, uma ação em conjunto com a Subcomissão de Geografia e História que dava a oportunidade para indivíduos que comprovassem descendência com os farroupilhas se manifestar (AHRs, Ofício n. 492/84. Documentos da Subcomissão. Caixa 1, 1984).<sup>58</sup> Tal fator precisa ser considerado, visto de que forma o governo do estado pretendia se apropriar da memória desses indivíduos. A presença dos “descendentes” farroupilhas, para uso político, poderia fortalecer a representação dos laços com o passado, utilizando a memória para seu proveito.<sup>59</sup> Nesse contexto, não se deve desconsiderar a representação buscada pelos indivíduos anônimos, que poderiam estar vendo uma possibilidade de se fazer pertencerem a “algo” legitimado pelo estado. Muitos foram trazidos à capital para a “realização de uma cerimônia cívica com os descendentes daqueles que participaram da Revolução Farroupilha” (AHRs, Chamada dos heróis farroupilhas. Documentos da Comissão. Caixa 19, 1984). O projeto obteve êxito, encontrando pessoas anônimas que se fizeram reconhecer nas comemorações (caso de Cruz Alta com a família “de Bem”)<sup>60</sup>, mas também descendentes de

<sup>55</sup> E poderia ser diferente o discurso do presidente? Afinal de contas, ele estava na Expointer, tendo como ministro da Agricultura Pedro Simon (PMDB). Ademais, naquele ano de 1985, a reforma agrária ocupava as páginas dos jornais, mostrando que fazer uma relação do presente com o passado era conveniente. Simon afirmou: “Vamos, juntos dar ao Rio Grande o lugar que é seu na direção dos destinos nacionais” (RS: O RIO..., 1985, p. 22).

<sup>56</sup> Para a realização desse projeto, ela contaria com o auxílio da Subcomissão de Geografia e História.

<sup>57</sup> Para isso, vai utilizar o trabalho dos historiadores, ou seja, de um técnico que legitimaria o projeto.

<sup>58</sup> No arquivo do FSRF, encontramos uma lista significativa de sujeitos se apresentando às subcomissões como descendentes de pessoas que participaram da Revolução Farroupilha (AHRs, Relatório da Comissão. Correspondência expedida. Caixa 9, 1984).

<sup>59</sup> Tema que será tratado no Capítulo 2.

<sup>60</sup> Relatório da família “de Bem” (AHRs, Documentos Comissão. Caixa 2, 1985).

personalidades da revolução, como foi o caso do bisneto de Giuseppe Garibaldi, que foi trazido da Itália, com o empenho da CRTUR, para visitar os lugares históricos por onde, supostamente, seu avô esteve (AHRS, Chamada dos heróis farroupilhas. Documentos da Comissão. Caixa 19, 1984).<sup>61</sup>

Por mais que os objetivos da Subcomissão de Eventos Culturais e Turísticos pareçam simpáticos às comunidades que receberam os eventos, ela pode ser considerada como um instrumento sutil de condução da sociedade à proposta do governo do estado. Seus mecanismos possibilitaram a realização de eventos que tinham por interesse atrair a comunidade para aquelas comemorações, que seriam receptoras da memória idealizada pelo estado.

### 2.2.2 Subcomissão de Publicações e Concursos

A segunda subcomissão criada pela Comissão Organizadora foi a Subcomissão de Publicações e Concursos, que teve como coordenador o professor e escritor Luiz Antônio de Assis Brasil, indicado pela secretária da Educação do estado. Assis Brasil teve como sua suplente, indicada pela Comissão Executiva, a professora Rosamaria Leite Costa, diretora do AHRS – que antes comporia a Subcomissão de Eventos Culturais e Turísticos.

O objetivo dessa subcomissão era dirigir a publicação de documentos e obras que fossem de interesse do governo do estado. Tais obras deveriam colaborar na construção da memória idealizada pelos organizadores, provendo estudo e conhecimento sobre os fatos da história da Revolução Farroupilha.<sup>62</sup> O nome de Assis Brasil tinha uma importância para a Comissão Executiva, visto que ele era diretor do Instituto Estadual do Livro (IEL) (AHRS, Documentos da Comissão. Casa Civil. Caixa 29, 1984). A secretária indicou alguém que tinha experiência no campo da literatura e da publicação, sobretudo, alguém com conhecimento sobre a literatura da Revolução Farroupilha.<sup>63</sup> Os encontros da subcomissão eram semanais e se deram na sede do IEL e no AHRS.

---

<sup>61</sup> Esse projeto será analisado no capítulo referente à Subcomissão de Geografia e História.

<sup>62</sup> Como reedições e transcrições de documentos do AHRS; *Memória da Guerra dos Farrapos* (BRITO, 1985); *Levantamento de fontes sobre a Revolução Farroupilha* (COMISSÃO EXECUTIVA DO SESQUICENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA, 1985a); e *Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva* (COMISSÃO EXECUTIVA DO SESQUICENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA, 1985b).

<sup>63</sup> Assis Brasil (1978).

Quadro 2 – Membros da Subcomissão de Publicações e Concursos

<b>Membros</b>	<b>Instituições</b>
Armando Arno Schorr	Secretaria da Administração
Nereu Pauletti	Secretaria de Coordenação e Planejamento
Julio H. Petersen	CIPEL
Rosamaria Coimbra Leite Costa	AHRS
Olívio Manfroi	Secretaria do Trabalho e Ação Social
Hugo R. Filippini	Companhia União de Seguros
Luiz Carlos Barbosa Lessa	IHGRGS
Esmeraldo Fonseca Filho	CORAG
Raphael Copesten	IHGRGS
Maria Eunice Moreira	Centro de Pesquisas Literárias/PUCRS
Luiz Antônio de Assis Brasil	IEL

Fonte: O autor (2022), com base em AHRS (Documentos da Subcomissão. Caixa 4, 1985).

O Quadro 2 nos mostra representantes da CORAG, gráfica pertencente ao governo do estado, e da Companhia União de Seguros, que patrocinou a reprodução de outras obras no início da década de 1980, como a *História da República Rio-Grandense*, de Joaquin Francisco de Assis Brasil. O IHGRGS, por exemplo, indicou Barbosa Lessa para a subcomissão, que era membro do MTG e Patrono do XXX Congresso Tradicionalista realizado em Piratini junto com a instalação do governo do estado, evento este que foi apoiado pela Subcomissão de Eventos Culturais e Turísticos e pela Subcomissão de Tradição e Folclore.<sup>64</sup> Esse exemplo mostra a prática desenvolvida no jogo político dos sujeitos e das instituições de como se ajustavam e transitavam pelas subcomissões de seu interesse.

Semelhantemente ao exemplo acima, a Subcomissão de Publicações e Concursos se aproximou muito da Subcomissão de Letras e Artes, trabalhando juntas na realização de publicações e concursos idealizados nas comemorações. Identifiquei que o IHGRGS influenciou na Subcomissão de Letras e Artes ao indicar o professor Dante de Laytano para a coordenação da subcomissão. Nos documentos, esclareci outra questão: Dante de Laytano era também presidente da Academia Rio-Grandense de Letras (AHRS, Correspondência à Comissão – Academia Rio-Grandense de Letras. Caixa 29, 1984). Tais junções mostram que o governo do estado, chamando as instituições, possibilitou que estas formassem suas redes de relações e poder, mesmo assim houve divergências com outras subcomissões. Exemplo disso foi a queixa da Subcomissão de Geografia e História diante da negativa da Subcomissão de Publicações e Concursos em publicar o seu *Manual de orientação para arquivos*. Wilson

<sup>64</sup> Tema que será tratado no Capítulo 3.

Sander, professor de história na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e coordenador da Subcomissão de Geografia e História, se dirigiu ao secretário Tarcísio Deretti da seguinte forma:

Senhor Secretário-Executivo:

Pelo presente solicito a V. Sa. que me comunique explicando por que até a presente data não foi divulgado o “Manual de Orientação para Arquivos”? O fato vem causando preocupação aos membros desta subcomissão, ainda mais que diferentes pessoas têm nos procurado solicitando esta interessante e útil publicação. Será que a comissão executiva não deseja a publicação e a divulgação do “Manual”? (AHRs, Documentos da Comissão. “Divulgação do Manual de Orientação para Arquivos”. Caixa 2, 1985.)

Wilson Sander recorreu a Tarcísio Deretti, supostamente, mediante a falta de retorno do seu pedido à coordenação da Subcomissão de Publicações e Concursos, tanto que sua narrativa sugere a indiferença com que estava sendo tratado o projeto por aquela subcomissão. A situação se mostrou incômoda a ponto de Tarcísio Deretti cobrar providências de Rosamaria Leite Costa, vice-coordenadora, que passou o assunto para Luiz Antônio de Assis Brasil. Em resposta a Tarcísio Deretti, Assis Brasil se justificou da seguinte maneira: “Em devolução deste expediente, informo que a obra *Manual para orientação de arquivos* não é da responsabilidade da Subcomissão de Publicações e Concursos, e sim da Subcomissão de Geografia e História” (AHRs, Documentos da Comissão. “Divulgação do Manual de Orientação para Arquivos”. Caixa 2, 1985).

Não havia, até aquele momento, um entendimento entre as partes sobre tal questão, sugerindo a existência de divergências entre as subcomissões, que estavam mais preocupadas com suas demandas. Contudo, a subcomissão priorizou as publicações de projetos da própria subcomissão, como irei analisar em outro momento – esse conteúdo também poderá auxiliar na elaboração da análise com outros documentos. A Subcomissão de Publicações e Concursos funcionaria como um espaço de publicação de obras sobre a revolução, mas também como organizadora de eventos e concursos literários. As obras aprovadas seriam editadas pela CORAG e por editoras particulares que estabeleceram parceria com a subcomissão, se associando às comemorações (AHRs, Ofício n. 182/85. Caixa 2, 1985).

Entre as propostas preliminares estavam a publicação de documentos inéditos relativos ao período farroupilha. Tais documentos estavam sob a guarda do AHRs. Num segundo projeto constava a publicação de obras raras, como *Diário e memórias*, de Antônio Vicente da Fontoura; e *A guerra civil no Rio Grande do Sul*, de Tristão Alencar Araripe. Assim como de publicação de obras literárias, como *Farrapo: história de um cavalo*, de Felix Contreiras

Rodrigues, membro do IHGRGS em 1935. Havia também o projeto de obras inéditas chamado “Revolução Farroupilha (texto popular)”, além dos projetos intitulados “Concurso literário” e “Concurso de ensaios históricos” (AHRS, Relatório Preliminar, Caixa 9, 1984). A falta de comunicação, mesmo dentro da subcomissão, levou ao malogro desses projetos, que supostamente trariam novas perspectivas. A Academia Rio-Grandense de Letras, em parceria com a subcomissão, estava encarregada desses projetos.

Recebemos seu ofício indagando sobre o concurso literário, cujo julgamento ficou com esta academia, e cuja divulgação coube ao Instituto Estadual do Livro. Era de vontade desta entidade que o certame tivesse ampla difusão pelo Brasil [...], para corresponder à grandeza do fato histórico, que o envolvia. [...], porém o concurso não teve promoção alguma, e por consequência, malogrou. Com isso o Rio Grande do Sul perdeu uma excelente oportunidade para conhecer novos trabalhos sobre a página épica da sua história e ficou, apenas, com a reedição de textos conhecidos, os quais, não obstante o seu valor, não podem, por si mesmos, imprimir às comemorações [...] os fulgores que lhe emprestariam se estivessem ao lado de novas manifestações literárias. É uma pena. Francisco Pereira Rodrigues, coordenador de Concursos (AHRS, Correspondência. Caixa 13, 1984).

Na narrativa acima se pode notar as justificativas do vice-presidente da Academia Rio-Grandense de Letras a Rosamaria Costa sobre as causas do projeto não ter sido desenvolvido. No caso, o IEL não divulgou o evento, porém a instituição há tempo vinha alertando a Comissão Executiva sobre o esvaziamento dos seus quadros, então cedidos às subcomissões (AHRS, Ofício n. 182/85. Caixa 2, 1985). Esses relativos contratemplos abriram espaço para que muitas obras fossem publicadas fora do evento por entidades privadas, como justificou Assis Brasil no Ofício n. 182/85 encaminhado à Comissão Executiva em 4 de julho de 1985. Ao que tudo indica, os trabalhos esbarravam na falta de estrutura do governo do estado com efetivos. Por exemplo, para que os quadros da Subcomissão de Publicações e Concursos fossem preenchidos, esvaziou-se o quadro de funcionários do IEL, em que professores foram redirecionados a outras funções (AHRS, Ofício n. 182/85. Caixa 2, 1985). Isso gerou contratemplos e divergências nos bastidores entre os grupos envolvidos no evento.

No seio da Subcomissão de Publicações e Concursos, foi levantada uma questão em torno da “vanguarda” dos historiadores, denominada de “novos historiadores”. As terminologias “modernos historiadores” e “moderna historiografia” aparecem num trabalho em conjunto entre a Subcomissão de Publicação e Concursos e o AHRS. A historiógrafa Denise Zullo Castro defendia que, por meio do trabalho desempenhado pela subcomissão, fossem representados de forma “heroica”, ao conhecimento do público, personagens como Bento Gonçalves:



[...] Pesquisadores e historiadores enamorados deste personagem tão divulgado e tão desconhecido. Não nos parece justo, então, que a possibilidades de descobrir o segredo do pequeno grande homem fosse privilégio de um universo tão reduzido [...] numa época tão carente de lideranças não fosse dado ao grande público a oportunidade de desvendá-lo (COMISSÃO EXECUTIVA DO SESQUICENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA, 1985b, p. 8).

A narrativa acima pode demonstrar algo que era receio de historiadores como Sandra J. Pesavento (1985b) e Helga I. Landgraf Piccolo (1985) quanto ao rumo das comemorações, ou seja, de novamente se assumir um caráter ufanista ao invés de produzir um conteúdo reflexivo.<sup>65</sup> Denise Zullo Castro (COMISSÃO EXECUTIVA DO SESQUICENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA, 1985b) me fez refletir ao dizer que a publicação selecionada teria que trazer no seu conteúdo uma narrativa que pudesse despertar no leitor um interesse pelo passado, em um presente de “parcas lideranças políticas”. Esse discurso somente interessava à proposta do governo em buscar no passado uma referência para o presente, o que me permite dizer que não houve uma iniciativa mais contundente pela publicação de obras que destoassem do “discurso oficial”, em reascender os vultos farroupilhas, e quando houve, “malogrou”.<sup>66</sup>

### 2.2.3 Subcomissão de Geografia e História

A Subcomissão de Geografia e História, em sua criação, tinha por intenção legitimar o trabalho de memória na construção histórica da revolução dentro das comemorações. Objetivava elaborar um trabalho voltado para a pesquisa da história naquele contexto de reelaboração da memória e identidade sul-rio-grandense pretendidas com aquelas comemorações. Com vistas a construir um espaço que reunisse diversas áreas do conhecimento, possibilitando a abordagem do objeto sobre múltiplos vieses, poderia contribuir significativamente na representação daquele passado.

Quadro 3 – Membros da Subcomissão de Geografia e História

Membros	Instituições
Wilson Sander	PUCRS
Suzana Schunck	AHRS

<sup>65</sup> Esses indícios mostram como a imagem do “herói”, no caso Bento Gonçalves, era trabalhada e pensada por parte dos intelectuais envolvidos nas subcomissões de pesquisa. No Capítulo 2, na análise do papel dos historiadores na Subcomissão de Geografia e História, vou poder argumentar a maneira que os historiadores lidaram com tais paradigmas dentro de um contexto de comemorações.

<sup>66</sup> Essa minha afirmativa sobre a preferência dada para a publicação de obras já consolidadas foi, posteriormente, confirmada por Luiz Antônio de Assis Brasil (2020). Ver: Capítulo 2.

<b>Membros</b>	<b>Instituições</b>
Rubens Simão Prá	Secretaria do Trabalho e Ação Social
Dalila Fernandes	Arquivo Público – Secretaria de Justiça
Heloisa Velhinho Corso	FDRH
Cleusa Scroferneker	PUCRS
Adolfo Zimmermann Netto	Grande Oriente do Rio Grande do Sul
Paulo Turra Magni	Procuradoria-Geral do Estado (PGE)
Raul Paulino Casa	LDN
Margaret Bakos	PUCRS
Rosamaria C. Leite Costa	AHRS
Júlio H. Petersen	CIPEL

Fonte: O autor (2022), com base em AHRS (Documentos da Subcomissão. Caixa 1, 1984).

Nas entrelinhas da documentação, é possível observar algumas controvérsias na criação da subcomissão, sugerindo que houve uma disputa entre as instituições pela sua coordenação e condução. A Ata n. 1, de 31 de maio de 1984, mostra que, inicialmente, se reuniram na Casa Civil: Adolfo Zimmermann (Grande Oriente do RS), Raul Paulino Casa (LDN), Heloisa Vellino Corso (FDRH), Raphael Copstein (IHGRGS), Cel. Arthur Ferreira Filho (IHGRGS) e Rosamaria Leite Costa (AHRS). Essa foi a comissão criada em um primeiro momento, que definiu da seguinte forma sua coordenação:

Foi oficialmente instalada a subcomissão de Geografia e História. Escolhido o Cel. Arthur Ferreira Filho, do Instituto Histórico e Geográfico do RS, como Coordenador desta subcomissão e como suplente Raphael Copstein, do Inst. Histórico e Geográfico do RS, e Raul Casa, da Liga de Defesa Nacional (AHRS, Ata n. 01 da Subcomissão de Geografia e História. Caixa 1, 1984).

A maneira como foi conduzida a instalação da subcomissão mostra que a intenção era estabelecê-la sob a coordenação do IHGRGS, contando com a colaboração da LDN e com a participação da maçonaria. Definiu-se também que as reuniões posteriores aconteceriam na sala de reuniões do IHGRGS, canalizando para a instituição os trabalhos da subcomissão. Seriam ainda convidados para comporem a subcomissão um representante do APERS e um do AHRS. (AHRS, Ata n. 01 da Subcomissão de Geografia e História. Caixa 1, 1984).

Num primeiro momento, por parte da coordenação da Subcomissão de Geografia e História, não foi cogitada a presença de historiadores ligados ao meio acadêmico, o que sugere a pretensão do IHGRGS em conduzir a subcomissão. Parecia haver certa indisposição com a presença dos historiadores ligados diretamente à academia e que não tinham uma relação com

o IHGRGS, pois, quando esses entraram na subcomissão, a coordenação então formada se demitiu, e seus suplentes pediram dispensa das funções.<sup>67</sup>

Constatei que a Ata n. 2 mostra que os trabalhos pareciam estar em pleno funcionamento, com a apresentação de diversos projetos envolvendo somente as instituições então componentes da subcomissão (AHRS, Ata n. 02 da Subcomissão de Geografia e História. Caixa 1, 1984). Da mesma forma, a Ata n. 3 traz a informação que havia o interesse de convidar um membro da CIPEL para compor a subcomissão, o que significa que havia a possibilidade de abertura para outras instituições e grupos, mas não houve naquele momento nenhuma fala direcionada aos historiadores vinculados, especificamente, à academia.

Raphael Copstein, suplente do Cel. Arthur Ferreira Filho, pediu que na reunião marcada para o dia 20 junho os componentes da subcomissão trouxessem as proposta definidas. Entre o dia 14 até o dia 20 de junho de 1984, temos o “x” da questão: a reunião do dia 20 nunca se realizou, pois seu coordenador não compareceu, assim como o representante da LDN (AHRS, Ata n. 04 da Subcomissão de Geografia e História. Caixa 1, 1984). Assim, foi na reunião do dia 26 de junho de 1984 que aconteceu o revés na subcomissão, bem como foi a última realizada na sede do IHGRGS. Juntamente com o integrante da CIPEL e o professor Júlio Petersen, compareceram à reunião os historiadores vinculados à PUCRS: o professor Wilson Sander, vice-coordenador do Departamento de História, e a Professora Margaret Bakos (AHRS, Ata n. 05 da Subcomissão de Letras e Artes. Caixa 1, 1984). Sobre esses aspectos, os debates da Ata n. 5 podem nos esclarecer alguns jogos de interesses:

A Subcomissão estranhou a mudança de coordenação, uma vez que foi eleita, na primeira reunião, um coordenador, Cel. Arthur Ferreira Filho, e dois suplentes, o Prof. Raphael Copstein, 1º suplente, e o vereador Raul Casa, 2º Suplente. Nenhum dos escolhidos estava presente, sendo a reunião presidida pelo Dr. Paulo Xavier, designado pelo Cel. Arthur Ferreira Filho, à revelia da escolha acima referida, a qual consta na Ata nº 1 (AHRS, Ata n. 05 da Subcomissão de Letras e Artes. Caixa 1, 1984).

A citação aponta uma mudança na coordenação no espaço entre as duas reuniões. O fato interessante é que a primeira coordenação foi orquestrada pelo IHGRGS. Paulo Xavier foi designado por Arthur Ferreira Filho para organizar a escolha da coordenação, o que denota a manobra realizada para a escolha dos membros. E apesar de tais indivíduos não estarem presentes, isso não os impediu de concordar com as escolhas, visto que, supostamente, eles

---

<sup>67</sup> Essa questão será retomada no segundo capítulo, quando for analisada a participação da PUCRS na formação da subcomissão.

assinaram, em outro momento, a ata de reunião. Paulo Xavier afirma na ata que estavam ausentes (AHRs, Ata n. 05 da Subcomissão de Letras e Artes. Caixa 1, 1984).

A Ata n. 5 mostra que os demais membros da subcomissão desconheciam até aquele instante que Arthur Ferreira Filho havia pedido demissão – mas isso não esconde as reviravoltas que estavam nos bastidores da subcomissão. Ainda na mesma ata, Paulo Xavier leu o pedido de Arthur Ferreira Filho para que as reuniões continuassem acontecendo no IHGRGS. É importante ressaltar que Arthur Ferreira Filho era o vice-presidente do IHGRGS, o que mostra uma possível resistência do IHGRGS em ter uma representação mais substancial na subcomissão (AHRs, Ata n. 05 da Subcomissão de Letras e Artes. Caixa 1, 1984).

Em uma correspondência entre Arthur Ferreira Filho e João Pradél de Azevedo, encontrei o pedido que o primeiro fez para que, ao deixar a subcomissão, João Pradél de Azevedo colocasse Paulo Xavier representando o IHGRGS na coordenação da subcomissão. No entanto, a correspondência dá conta que Paulo Xavier foi designado para a Subcomissão de Tradição e Folclore (AHRs, Correspondência IHGRGS, 13 jun. 1984. Caixa 19, 1984). A correspondência revela que Arthur Ferreira Filho havia sido indicado por João Pradél de Azevedo para compor a coordenação da subcomissão. A documentação é datada do dia 13 de junho de 1984, ou seja, concorda com minha hipótese de que as coisas sofreram um revés num espaço de uma semana, o que possivelmente justifica a falta de conhecimento dos demais integrantes da subcomissão sobre o pedido de demissão de Arthur Ferreira Filho.

Segundo a Ata n. 6, a saída do IHGRGS da subcomissão se deu no mesmo momento em que os representantes da PUCRS reorganizaram outra eleição, quando a Subcomissão de Geografia e História passou a ter como coordenador o professor e historiador, cedido pela PUCRS, Wilson Sander.<sup>68</sup> A subcomissão contou ainda com outros profissionais da instituição ligados à área da história, como Margaret Bakos, e ao Departamento de Geografia, como Cleusa Scroferneker<sup>69</sup> (AHRs, Relação de professores da PUCRS. Caixa 29, 1984)<sup>70</sup>, além de membros do AHRs, que designou a “historiógrafa Suzana Brochado” (AHRs, Ofício n. 153/84. Caixa 19, 1984).

É perceptível aqui a aproximação de intelectuais das universidades e de outras instituições, o que poderia contribuir para o lançamento de diferentes perspectivas

<sup>68</sup> As reuniões da Subcomissão de Geografia e História também passaram a se realizar no salão de reuniões da Casa Civil (AHRs, Ata n. 05 da Subcomissão de Letras e Arte. Caixa 1, 1984).

<sup>69</sup> A indicação de Cleusa Scroferneker para a Subcomissão de Geografia e História aparece no Ofício da universidade para a Comissão Executiva. O mesmo ofício indica a transferência de Margaret Bakos para a Subcomissão de “questões Inter étnicas” (AHRs, Ofício n. 281/84 – PUCRS. Caixa 19, 1984).

<sup>70</sup> O Anexo X apresenta a relação dos professores da PUCRS enviada à Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha.

historiográficas e de outras áreas nos projetos que seriam desenvolvidos.<sup>71</sup> Embora esses estudiosos aderissem à proposta governamental, poderiam formar um espaço para introduzirem suas perspectivas profissionais e institucionais no trabalho de memória posta em curso.<sup>72</sup>

A subcomissão de Geografia e História apresentou e teve aprovado 12 projetos. Entre os projetos em primeiro plano constava a elaboração de um “*Atlas da Revolução Farroupilha*”, contendo diversos mapas do Brasil e do Rio Grande do Sul com textos sobre a Revolução Farroupilha” (AHRS, Propostas aprovadas. Caixa 13, 1984). O trabalho seria desenvolvido pela subcomissão com o apoio da PUCRS, por meio do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), tendo como alvo atingir o público em geral, num custo de Cr\$ 5.00.00,00 para o estado. Aqui, percebe-se a demonstração do papel desempenhado na parceria entre as instituições públicas e privadas, que na presente proposta buscavam um denominador comum ao elaborarem um material atualizado sobre a Revolução Farroupilha. Objetivavam, assim, ter como receptores um público mais abrangente.

Outro projeto apresentado foi o *Manual de orientação para a organização de arquivos, museus e bibliotecas municipais* (AHRS, Propostas aprovadas. Caixa 13, 1984), que tinha como objetivo orientar as instituições sobre as documentações da Revolução Farroupilha e seus lugares de arquivo. Ideia que seria posta em andamento pela subcomissão com o apoio do AHRS, não implicando em custos para o estado. É possível notar que esse material objetivava interligar a proposta às instituições municipais, o que é representativo, haja vista o movimento de disseminar para os municípios a proposta das comemorações. Assim tinha-se a pretensão de que a subcomissão pudesse fornecer os subsídios para os trabalhos sobre a Revolução Farroupilha tanto para o estado como para os municípios, interiorizando as comemorações farroupilhas em 1985.

A cargo da subcomissão e da maçonaria do estado do Rio Grande do Sul, foi lançada a proposta de produzir um “Livro maçônico do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha” (AHRS, Propostas aprovadas. Caixa 13, 1984), que traria um conteúdo dito inédito de documentos maçônicos (sem custos para o estado). Isso pode denotar a importância dada pelas instituições privadas na “promoção de si mesmas” perante a ocasião criada pelas subcomissões. Não é de se estranhar que projetos como o proposto não gerassem despesas para o estado, visto o interesse de instituições em se fazerem representar. Em contrapartida, essa

<sup>71</sup> A Universidade de Caixas do Sul (UCS) enviou um ofício à Comissão Executiva cedendo seu professor e vice-reitor Mário Gardelin, “desejando pelo sucesso a esse evento que objetiva preservar nosso Patrimônio Histórico através do culto às aspirações de formas liberais de Governo” (AHRS, Ofício n. 133/84 – UCS. Caixa 19, 1984).

<sup>72</sup> Da mesma forma, a Universidade de Passo Fundo (UPF), em ofício do reitor Elydo Alcides Guareschi, confirma o apoio à Comissão Executiva e o desejo da instituição de se integrar na Subcomissão de Geografia e História (AHRS, Ofício n. 096/84 – UPF. Caixa 19, 1984).

associação também era benéfica ao estado, uma vez que dividia sua despesa com tais instituições. Assim, a maçonaria lançou mais dois projetos com o apoio da subcomissão: uma “Exposição Permanente” de documentos maçônicos sobre a Revolução Farroupilha que pertenciam à maçonaria, durante todo o ano de 1985, e a construção de um obelisco maçônico comemorativo ao sesquicentenário, sendo ambos em Porto Alegre e sem custos para o estado<sup>73</sup> (AHRs, Propostas aprovadas. Caixa 13, 1984).

Diferentemente das subcomissões analisadas anteriormente, nesta subcomissão a presença do setor privado é mais contundente na produção intelectual das comemorações. Isso pode refletir o que vinha dizendo sobre a influência das instituições na materialização da memória no sesquicentenário, uma vez que o espaço se ampliava para a participação dessas instituições.

Outro projeto de relevância na reelaboração da memória foi proposto pela subcomissão em parceria com a Subcomissão de Letras e Artes, contando novamente com o apoio da PUCRS (IFCH). Seriam realizadas comemorações demarcando “ruas, praças, logradouros e localidades” por “terem sido palco de eventos” da revolução (AHRs, Propostas aprovadas. Caixa 13, 1984). Tal projeto teria um custeio de Cr\$ 7.000.000,00 para os cofres do estado. Pode-se imaginar que era uma proposta importante na reelaboração da memória, no sentido que nomear ruas, praças e logradouros realizando comemorações, pois significava levar a proposta de dentro do Gabinete da Comissão Executiva até a comunidade.

Aqui se demonstra mais um dos objetivos das comemorações, que era estabelecer um vínculo entre a memória pretendida e sua inclusão no seio da comunidade. O obelisco maçônico em um lugar público levava a leitura de uma instituição que legitimava o trabalho de memória oficial. A rua como lugar público poderia dar à memória institucionalizada um aspecto de memória coletiva em relação à maneira que os transeuntes vão compreendendo os códigos contidos no ato de renomear uma rua ou um passeio público.

Em sentido semelhante, com a pretensão de ter um público receptor do trabalho de memória, a subcomissão, em conjunto com a Subcomissão de Ensino, teve como objetivo elaborar um projeto que pudesse alcançar o público das escolas do Rio Grande do Sul. O projeto se resumia na elaboração de “material didático (materiais didáticos – lápis, borracha, régua, caderno etc. – alusivos do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha)” (AHRs, Propostas aprovadas. Caixa 13, 1984).<sup>74</sup>

---

<sup>73</sup> Entre os projetos propostos pela maçonaria havia a confecção de selos comemorativos do sesquicentenário para serem produzidos durante todo o ano de 1985.

<sup>74</sup> O projeto proposto geraria uma despesa para o governo do estado de Cr\$ 20.000.000,00.

Mostrando que as comemorações poderiam transpor o elemento da “festa”, um dos projetos que não teve um efeito transmissor de memória tão sintomático na sociedade de imediato, como a produção de materiais didáticos para as escolas, foi a Arqueologia Subaquática.<sup>75</sup> Esse projeto, que contou com o auxílio da PUCRS, tendo um custo de Cr\$ 10.000.000,00 para o estado<sup>76</sup>, denota a dimensão da proposta do governo estadual em fazer das comemorações um evento de grandes proporções. Ademais, me levou a refletir sobre a aceitação por parte das instituições a se lançarem em propostas de grande vulto. Tais fatores podem, de início, fazer compreender os esforços para legitimarem a memória farroupilha como uma memória social, que, por sua vez, estava sendo projetada como elemento não só de uso político, mas também de identificação de uma sociedade com um determinado passado.

#### 2.2.4 Subcomissão de Letras e Artes

Pretendendo criar uma subcomissão que reunisse intelectuais ligados às artes e à literatura, foi criada a Subcomissão de Letras e Artes. Nesse sentido, a Comissão Executiva considerava importante ressaltar a relevância da arte e da literatura na formação da identidade do gaúcho. Ao que tudo indica, esse era um dos propósitos da formação dessa subcomissão, visto que ela poderia ser um canal de interlocução com as demais subcomissões “culturais”, levando-se em conta que tanto folclore como historiografia e ensino são também campos para a arte e a literatura.

Quadro 4 – Membros da Subcomissão de Letras e Artes

<b>Membros</b>	<b>Instituições</b>
Dante de Laytano	IHGRGS
Moacyr Flores	PUCRS
Luiz Carlos de M. Rothmann	Instituto de Artes da UFRGS
Francisco Jurema	LDN
Adolpho Puggina	LDN
Evelyn Berg Ioschpe	Museu de Artes do Rio Grande do Sul (MARGS)
José Roberto D. de Moraes	Faculdade Palestina
Paulo Xavier	Instituto de Artes da UFRGS
Odilla H. Casagrande Pacheco	Museu de Triunfo e da Comissão Gaúcha – UNESCO

<sup>75</sup> A Arqueologia Subaquática foi um projeto que constituía o resgate de embarcações dos farroupilhas naufragadas no Rio Guaíba. Tinha como propósito expor as peças recuperadas e fazer desses locais “lugares de memória”, pela comprovação dos achados arqueológicos.

<sup>76</sup> O total de despesas somente com a Subcomissão de Geografia e História estava orçado em 50.450.000,00 (AHRs, Propostas aprovadas. Caixa 13, 1984).

<b>Membros</b>	<b>Instituições</b>
Pereira Dias	Associação Profissional dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio Grande do Sul (APATEDERGS)
Sapiran Brito	APATEDERGS
Dileta Silveira Martins	PUCRS
Francisco Paula Freitas	PGE
Marcos Flávio Soares	Museu do Trabalho
Maria Luiza Flores Barcellos	Museu do Carvão, Arroio dos Ratos

Fonte: O autor (2022), com base em AHRS (Documentos da Subcomissão. Caixa 1, 1984).

A primeira reunião aconteceu no dia 31 de maio de 1984, na sala de reuniões da Casa Civil, com a presença do secretário-executivo, o professor João Pradél de Azevedo. Na reunião, ficou definida a instalação da Subcomissão de Letras e Artes e foram escolhidos os coordenadores e suplentes (AHRS, Ata n. 01 da Subcomissão de Letras e Artes. Caixa 1, 1984). Apesar de a Subcomissão de Letras e Artes ser composta por muitos intelectuais de diversas áreas, a maioria de seus trabalhos ficava a cargo da Academia Rio-Grandense de Letras e da PUCRS. A subcomissão trouxe nomes conhecidos da historiografia sul-rio-grandense, como Dante de Laytano, que acabou responsável por sua coordenação durante o desenvolvimento dos trabalhos, e o historiador Moacyr Flores.

O motivo de uma subcomissão de Letras e Artes ter um historiador na sua coordenação pode parecer contraditório, porém fazia sentido, visto que Dante de Laytano – como já mencionei – era presidente da Academia Rio-Grandense de Letras, portanto, além de historiador, estava inserido nas Letras. Fato interessante é que ele foi indicado para a subcomissão pelo IHGRGS, mas acabou afirmando que também iria representar a Academia Rio-Grandense de Letras (AHRS, Correspondência à Comissão – Academia Rio-Grandense de Letras. Caixa 29, 1984).

Ao indicar Laytano, Arthur Ferreira Filho – vice-presidente do IHGRGS – demonstra o interesse em ampliar o campo de influência do IHGRGS, visto que na Subcomissão de Geografia e História o instituto havia perdido representação. No entanto, com a entrada de Moacyr Flores na subcomissão pela PUCRS, observei a influência da historiografia acadêmica em sua composição, tanto que entre as primeiras pautas constava um convite a todas as universidades para colaborarem com a subcomissão. Uma pauta, porém, que é sintomática para entender a influência da formação da subcomissão nos projetos foi o pedido para que a PUCRS criasse uma “Cadeira de História da Arte”. Moacyr Flores era o interlocutor nesse processo,



visto que representava a instituição naquela subcomissão (AHRs, Ata n. 01 da Subcomissão de Letras e Artes. Caixa 1, 1984).

Moacyr Flores, compondo a Subcomissão de Letras e como “responsável técnico”, realizou um projeto em conjunto com a Subcomissão de Geografia e História, que foi a “Demarcação dos locais históricos farroupilhas”. Assim, as subcomissões se entrosavam mediante as afinidades dos grupos e de seus intelectuais.<sup>77</sup> Ademais, a aproximação com a historiografia, como aconteceu com outras subcomissões, tanto da academia como das instituições à parte, busca a legitimação do técnico, ou dos “técnicos”, como auxílio à construção da representação das propostas apresentadas.

Entre as propostas a serem apreciadas, encontrei algumas direcionadas para a literatura e o teatro. Uma das realizações seria a produção de um filme sobre o livro *A prole do corvo*, de Luiz Antônio de Assis Brasil (AHRs, Ata n. 02 da Subcomissão de Letras e Artes. Caixa 1, 1984). A escolha desse trabalho é interessante por dois motivos: primeiro, Luiz Antônio de Assis Brasil era coordenador da Subcomissão de Publicação e Concurso, ou seja, havia interesses mútuos entre as subcomissões e sua produção; segundo, a obra é polêmica devido à narrativa que envolve os personagens, sendo que o próprio título se refere à “prole do corvo” para narrar as contradições da Revolução Farroupilha.<sup>78</sup> Soube pelas atas da Comissão Executiva que a proposta gerou debate e foi sujeita a apreciações (AHRs, Livro de atas, 17 maio 1984. Caixa 19, 1984). Outro projeto que foi levado aos debates nas reuniões da subcomissão era a reprodução de textos de Simões Lopes Neto (AHRs, Ata n. 06 da Subcomissão de Letras e Artes. Caixa 1, 1984).

Tanto o primeiro projeto como o segundo teriam como alcance as escolas de Ensino Fundamental, tendo como públicos-alvo alunos e professores. Assim, se pode dizer que, por meio da arte e da literatura, enquanto campo do conhecimento, na história da Revolução Farroupilha e seu projeto de identidade seriam postos em curso instrumentos capazes de colaborar para a reativação da memória no seio educacional da sociedade.<sup>79</sup> Os projetos

<sup>77</sup> Moacyr Flores vai ter significativa atuação no “Curso de extensão universitária”, projeto da Subcomissão de Geografia e História, que será analisado no Capítulo 2.

<sup>78</sup> Sobre a referida obra e sua polêmica, em entrevista para esta pesquisa, Luiz Antônio de Assis Brasil (2020) refere: “O livro já foi problemático; me acusavam de tudo. Na época não houve sugestão de realizar filme, mesmo porque não havia dinheiro para tal”. Ao contrário do que afirmou Assis Brasil, havia, sim, uma discussão sobre a pertinência de se realizar um filme sobre sua obra. Assunto que foi colocado em pauta várias vezes pela Comissão Executiva para as demais subcomissões. Até agora, tudo indica que não houve um desfecho de tal projeto naquele contexto. Por outro lado, a Subcomissão de Comunicação Social, sob a coordenação do Grupo RBS, trouxe como projeto, com base na obra de Érico Veríssimo, a minissérie *O tempo e vento*, exibida na ocasião pela Rede Globo de Televisão (AHRs, Atas: documentos da Subcomissão, s/n. Caixa 1, 1984).

<sup>79</sup> Cabe ressaltar que eram projetos de interesse da LDN (AHRs, Ata n. 05 da Subcomissão de Letras e Artes. Caixa 1, 1984).

também eram de interesse dos membros da LDN, uma vez que podemos observar o interesse da instituição em se inserir nas subcomissões, estando por dentro da construção dos discursos de valores (AHRS, Ata n. 05 da Subcomissão de Letras e Artes. Caixa 1, 1984).

Outro projeto que pode mostrar a interlocução entre as subcomissões é o de “Publicação de Clássicos das Letras Gaúchas” (AHRS, Ata n. 07 da Subcomissão de Letras e Artes. Caixa 1, 1984), o que pode sugerir a já mencionada aproximação entre os interesses da Subcomissão de Letras e Artes com a de Publicações e Concursos. Pode-se dizer que os pressupostos acima explicam o propósito da criação dessa subcomissão, no sentido de ela poder trabalhar entre história e literatura na reelaboração da memória naquele contexto. Isso colabora para a apresentação que pretendo fazer das subcomissões, mostrando suas junções intelectuais, que se entrelaçavam naquele ambiente de trabalho e pesquisa.

### 2.2.5 Subcomissão de Comunicação Social

Entre muitos aspectos da formação das subcomissões, a Subcomissão de Comunicação Social tinha como objetivo principal divulgar o Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. As instituições associadas à subcomissão colaborariam na construção de uma memória que envolveria o trabalho dos intelectuais, mas também se apropriariam desse material para filtrar os elementos que mais parecessem pertinentes a sua divulgação por meio da imprensa. Essa subcomissão, devido ao poder de interlocução e alcance na comunicação, servia muito aos propósitos promocionais do governo do estado na divulgação da memória em grandes extensões na comunidade sul-rio-grandense. Em síntese, era o instrumento das comemorações que tinha mais capacidade de influenciar a opinião pública fora dos meios intelectuais.

Quadro 5 – Membros da Subcomissão de Comunicação Social

<b>Membros</b>	<b>Instituições</b>
Benito Giusti	Secretaria da Administração/Coord. de Imprensa
Isle Reichert	RBS e Associação Brasileira de Relações Públicas (ABRP)
Mara Machado	MCSHJC
Marlene Praz	Áudio-Tape – Chorus Produções
João Brito	Assessoria de Relações Públicas/Palácio Piratini
Aristides Germani Filho	Chefe Cerimonial Palácio Piratini
João Firme	Associação Rio-Grandense de Imprensa (ARI) e Associação Rio-Grandense de Propaganda (ARP) – Sindicato Agências de Propaganda
Luiz Carlos Gomes Serpa	FDRH

<b>Membros</b>	<b>Instituições</b>
Claiton Selistre	Rádio Gaúcha
Paolo Melloni	Assessoria de Relações Públicas/Palácio Piratini
Marilice Riboldi	SCP
Maria Isabel A. de Campos	Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA)

Fonte: O autor (2022), com base em AHRS (Documentos da Subcomissão. Caixa 1, 1984).

Entre os variados projetos estavam aqueles que seriam postos em prática através de jornais, emissoras de rádio e televisão como promotores dos eventos, assim como os que se materializariam em eventos promocionais nas cidades do estado. Em 25 de setembro de 1984, a subcomissão apresentou suas propostas bem estruturadas para o ano de 1985:

Pró-memória Gaúcha, que contaria a história das 14 cidades farroupilhas à época da Farroupilha; Rústica Farroupilha em Porto Alegre; Concurso de Redação Farroupilha; Salão Jovem Artista; Festival Farroupilha de Nativismo em Uruguaiana e Porto Alegre; Cavalgada da chama crioula (14 cidades); Prenda Farroupilha (Porto Alegre); Rallye Farroupilha (14 cidades Farroupilha); Ópera dos Farrapos (apresentação); Grande Gincana Farroupilha; Exposição Farroupilha (no Parque Farroupilha); Sinfonia Farroupilha; Cápsula Farroupilha (com material de hoje para deferir a 150 anos ser desenterrado) (AHRS, Ata n. 17 da Subcomissão de Letras e Artes. Caixa 1, 1984).

O projeto “Pró-memória gaúcha” exemplifica como pretendia atuar a subcomissão. O referido projeto contou com o apoio da Subcomissão de Geografia e História (AHRS, Ata n. 15 da Subcomissão de Comunicação Social. Caixa 1, 1984). Assim, a Subcomissão de Comunicação Social, além de ter seus próprios projetos, queria se inserir nas outras subcomissões, tanto que fez um elenco de projetos das demais subcomissões que pretendia acompanhar, fazendo sua divulgação. Tal proposição poderia estar de acordo com os objetivos da Comissão Executiva, mas, uma vez selecionando os projetos a serem divulgados, pode-se propor que a Subcomissão de Comunicação Social determinou um ponto muito importante para as comemorações, ou seja, aquilo que iria para a mídia, alcançando o grande público. É mensurável considerar que, muitas vezes, num projeto de memória, é o que supostamente acaba sendo assimilado na formação de uma memória social.

Outro exemplo mostra que a Subcomissão de Comunicação Social apontou um grande número de projetos propostos pela Subcomissão de Tradição e Folclore. Por um lado, acabou por dar apoio indireto ao MTG, contribuindo assim para a divulgação das ideias da instituição ao público, promovendo mais visibilidade para essa subcomissão e sua produção de imagens. Isso porque os projetos que interessavam à subcomissão diziam respeito às representações produzidas naquele contexto, como, por exemplo: o “XXX Congresso Tradicionalista”, a

“Tomada de Porto Alegre”, o “Acampamento Farrapo”, a “Semana da Cultura Gaúcha” ou a “Reconstituição da Paz de Ponche Verde” (AHRS, Projetos propostos. Caixa 9, 1984).

Ao conseguir colocar tais propostas em andamento, a subcomissão, ao contrário de ser uma colaboradora das demais subcomissões, em muitos aspectos pode ser compreendida como um filtro de tais projetos a serviço do governo, por se tratar de uma memória oficial. Desse modo, é possível entender que somente iria para a mídia, por meio da subcomissão, o conteúdo sob seu crivo, uma vez que ela sugere que fazia uma seleção prévia do material a ser publicado. Assim, a análise do projeto “Pró-memória gaúcha” mostra que ele era um instrumento de divulgação a serviço dos interesses da subcomissão e do governo do estado, na produção daquilo que entendiam por memória.

Nesse aspecto, os meios de comunicação estavam agindo como parceiros na transmissão dos acontecimentos presentes vinculados, diretamente, às representações do passado. O estado, de forma sutil e em seu proveito, abria um canal de comunicação com a comunidade, que seria a almejada receptora da proposta engendrada. Com a inclusão em meu trabalho da Subcomissão de Comunicação Social, pude melhor refletir sobre a estruturação das subcomissões e a dimensão tomada na proposta do estado, se estendendo por vias intelectuais e de comunicação. Assim sendo, é significativo afirmar que o campo de atuação do governo do estado, cada vez mais, foi tomando vulto no seio da comunidade sul-rio-grandense.

### **2.2.6 V Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia**

Na continuidade de mostrar as dimensões tomadas pelas subcomissões, passo para a análise da Subcomissão do V Congresso de História e Geografia, que estava a cargo especificamente do IHGRGS. Pode-se afirmar que o instituto teve um papel preponderante na construção do projeto do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, o que fez com que, num primeiro momento, tivesse o controle das subcomissões relacionadas à história e geografia. Em maio de 1984, no momento do lançamento das subcomissões, a instituição era absoluta, apresentada em frente às demais na coordenação da Subcomissão do Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia e da Subcomissão de Geografia e História (AHRS, Livro de atas, 17 maio 1984. Caixa 19, 1984).

Diferentemente do I Congresso de História e Geografia realizado à época do centenário farroupilha (1935), no sesquicentenário, levando-se em consideração o contexto, o IHGRGS contava com a presença de outras instituições as quais cumpriam com a tarefa de reelaborar a memória farroupilha. Essa “hegemonia” foi quebrada quando João Pradél de Azevedo, em

reunião com os integrantes das subcomissões, supostamente não se dando por satisfeito com a formação das subcomissões, ressalta a necessidade de estender o convite às universidades, para que elas se apresentassem às subcomissões, visto que se faziam ausentes até aquele momento.<sup>80</sup>

[...] entrou o assunto em debate fixando em princípio constituídas as seguintes subcomissões:

Subcomissão do 5º Congresso de História e Geografia:

Instituto Histórico e Geográfico.

Subcomissão de Geografia e História:

Instituto histórico e Geográfico; Subsecretaria de Cultura; Grande Oriente; Secretaria do Trabalho e Ação Social (AHRS, Livro de atas, 17 maio 1984. Caixa 19, 1984).

Como se viu anteriormente, com a adesão das universidades nas subcomissões, essas dividiram o espaço com as demais instituições. No caso da Subcomissão de Geografia e História, o fato criou uma celeuma que levou à saída do IHGRGS daquela subcomissão. Mesmo assim, era da vontade da Comissão Executiva contar com a presença das universidades: “[...] a Secretaria Executiva oficiará as Universidades, da constituição das subcomissões, oferecendo as mesmas a possibilidade de participação [...] para as subcomissões, formadas, cuja constituição ainda está aberta” (AHRS, Livro de atas, 17 maio 1984. Caixa 19, 1984).

Mediante as mudanças, conforme foram chegando às subcomissões outras instituições, o IHGRGS ficou com exclusividade apenas da Subcomissão do V Congresso de História e Geografia. Como constatei, este não alcançou as expectativas enquanto evento, talvez até mesmo pelo fato de sua subcomissão encontrar falta de braços para pôr o projeto em andamento. Tal indício aparece na correspondência de Arthur Ferreira Filho (vice-presidente do IHGRGS) para Adilsom Mota (presidente da Comissão Executiva).

Tenho a honra de enviar a V. Excia, a nominata dos sócios correspondentes deste Instituto convidando para proferir nesta casa oportunamente, palestras sobre a Revolução Farroupilha, para os quais solicitamos o favor de passagens aéreas, ida e volta: Cel. Henrique Oscar Wiederspahn, [...] São Paulo; Cel. Claudio Moreira Bento, Diretor do Arquivo do Exército, [...] Rio de Janeiro e Prof. Walter F. Piazza [...]. Florianópolis – SC (Porto Alegre 22 de agosto de 1985) (AHRS, Correspondência IHGRGS, 13 jun. 1984. Caixa 19, 1984).

Chamo a atenção para o fato de que os trabalhos da Subcomissão do V Congresso andavam muito vagarosamente, pois é a única subcomissão que não esclarece nas atas seu

---

<sup>80</sup> Com exceção da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que havia indicado apenas um representante para a Subcomissão de Letras e Artes.

projeto nem apresentava propostas predeterminadas (AHRs, Propostas aprovadas. Caixa 13, 1984). Além do mais, é curioso o fato de a subcomissão se apresentar constituída por apenas dois membros, como mostra o Quadro 6, a seguir.

Quadro 6 – Membros do V Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia.

<b>Membros</b>	<b>Cargos</b>
Cel. Moacyr Domingues	Presidente da Subcomissão
Laudelino Medeiros	Suplente

Fonte: O autor (2022), com base em AHRs (Documentos da Subcomissão. Caixa 29, 1985).

Notamos também que havia uma seleção prévia dos palestrantes e da constituição da subcomissão, contando com um número significativo de militares. Não pude, contudo, precisar se isso foi preponderante para os insucessos dos projetos da subcomissão. Quanto às palestras supracitadas, não tive mais indícios de como elas transcorreram. Apesar disso, a documentação do concurso de monografia pode atestar as dificuldades encontradas pelo IHGRGS em encontrar público interessado nas suas propostas, conforme aponta a correspondência entre Laudelino Medeiros (presidente do IHGRGS) e Rosamaria Leite (membro da Subcomissão de Publicações e Concursos), então responsável pelos concursos dentro da Comissão Executiva.

A Comissão Julgadora constituída para o concurso de Ensaio Histórico sobre a Revolução Farroupilha, depois de alguns óbices que impediram a sua reunião por algum tempo, se desincumbiu finalmente do encargo a ela atribuído. Procurou com objetividade e isenção pronunciar o seu julgamento, que infelizmente não foi favorável ao único trabalho que lhe foi encaminhado. É com pesar que, em área de conhecimento diretamente ligada à tomada de consciência das próprias raízes históricas, apenas um trabalho tenha sido apresentado. Façamos votos que o interesse por este conhecimento aumente. Porto Alegre, 01 de setembro de 1986 (AHRs, Correspondência do IHGRGS para a Subcomissão de Publicações e Concursos. Caixa 13, 1984).

O concurso, como se verificou, teve apenas um interessado, que mesmo tendo seu trabalho apreciado não pôde ser premiado, acabando por ser anulado o concurso. Assim, é possível dizer que a subcomissão teve pouca repercussão, pois havia outros concursos literários dentro do próprio ambiente das comemorações. Além do mais, o IHGRGS tinha cedido importantes nomes da área da pesquisa para as outras subcomissões, o que pode ter desqualificado o trabalho de sua própria subcomissão.

Dessa maneira, se pode concluir que a existência de uma Subcomissão do V Congresso de História e Geografia estava mais ligada à tradição do IHGRGS, no campo da historiografia, em realizar eventos, não se configurando uma necessidade. Tal indício pode estar no fato de

que outras subcomissões “culturais” contavam com a presença dos membros do IHGRGS. Por outro lado, poderia não ser nem de interesse do governo do estado nem da vontade de seus intelectuais que o IHGRGS tivesse uma representação mais ampla no evento, uma vez que, mesmo que figurativa, a ideia era reunir as principais instituições e os mais aclamados intelectuais do estado ligados às artes, ciências humanas, letras e à literatura, numa tarefa que antes tinha o IHGRGS à frente.

### 2.2.7 Subcomissão de Tradição e Folclore

Dentro da ideia de que o governo do estado tinha por propósito reunir entre as subcomissões instituições e intelectuais que pudessem colaborar na reelaboração da memória, não poderia ser deixado de fora dos planejamentos o MTG. Assim, foi criada a Subcomissão de Tradição e Folclore, que seria composta, principalmente, pelos membros do MTG. Essa subcomissão funcionou sob a coordenação do então patrão do MTG Onésimo Duarte. Contou ainda com a presença do tradicionalista e membro do MTG Antônio Augusto Fagundes e do tradicionalista Barbosa Lessa, membro também do IHGRGS, cedido pela instituição para integrar a Subcomissão de Tradição e Folclore.<sup>81</sup>

Essa subcomissão tinha sua relevância na prática por tratar, obviamente, dos aspectos relativos à produção das “tradições gaúchas”. Assim, tinha como objetivos no contexto do certame trabalhar com questões intelectuais nas esferas teórica e prática, construindo projetos que afirmassem as diretrizes do tradicionalismo. Nesse sentido, compreende-se que a subcomissão trabalharia no campo das representações, criando um aparato de reconstituição dos principais acontecimentos históricos da Revolução Farroupilha. Avalio que essas produções representativas eram importantes no processo da “reinvenção da tradição” naquele contexto, visto que tais eventos seriam planejados para serem representados ao ar livre, sendo assim abertos para a comunidade.

Quadro 7 – Membros da Subcomissão de Tradição e Folclore

<b>Membros</b>	<b>Instituições</b>
Onésimo Duarte	MTG
Antonio Augusto Fagundes	MTG
Marilice Riboldi	Secretaria de Coordenação e Planejamento
Essener Rigão	Secretaria da Fazenda

<sup>81</sup> A Subcomissão de Tradição e Folclore será o tema de análise do Capítulo 3.

<b>Membros</b>	<b>Instituições</b>
Sapiran Brito	APATEDERGS
Pereira Dias	APATEDERGS
José Edson Otto	IGTF
Ivan I. Q. Vasconcelos	Sentinela da Cultura/PUCRS
Carlos Borragana	Federação dos Empregados no Comércio de Bens e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (FECOSUL)
Carlos Castillo	Secretaria da Justiça
Waldemar Alves dos Santos	LDN
Hunder Correa	LDN
Paulo Xavier	Estância da Poesia Crioula
Francisco Fiorezano	Estância da Poesia Crioula
Maria Teresinha L. Koinaski	Secretaria da Fazenda

Fonte: O autor (2022), com base em AHRS (Documentos da Subcomissão. Caixa 1, 1984).

O Quadro 7 mostra a presença de instituições que demonstraram interesse em estar dentro da subcomissão, como, por exemplo, a LDN. A presença de outras instituições ligadas à “cultura regional” é mais compreensível que a da LDN, se levarmos em conta os princípios que regem a instituição, uma vez que ela carrega um discurso de promoção dos valores pátrios. Assim, há na inserção da LDN na subcomissão um interesse particular, que é influenciar na representação das tradições de forma que elas possam expressar um acontecimento regional sem perder o vínculo com um discurso nacional.

A subcomissão aprovou onze projetos, que contaram com o apoio financeiro do estado – este designou Essener Rigão, da Secretaria da Fazenda, para compor a Subcomissão de Tradição e Folclore. Entre os projetos, o primeiro consistia na representação da “Reconstituição da Instalação da República Rio-Grandense em Piratini” (AHRS, Relatório – 2 propostas aprovadas. Fl. 12, Caixa 9, 1984). A reconstituição aconteceria em 10 de janeiro de 1985, dando início às comemorações oficiais na cidade de Piratini, coincidindo com o segundo projeto, que era o “XXX Congresso Tradicionalista do Rio Grande do Sul”, também na cidade de Piratini.

Diante desse contexto, é possível definir que o MTG, por meio desses dois eventos, mostrava sua capacidade de atuação na proposta do governo do estado. O primeiro evento mobilizou a cidade por contar com o apoio do governo municipal, que disponibilizou o espaço público para a constituição da instalação da “República” em Piratini. Desse modo, o governo do estado utilizava os acontecimentos a seu favor, forjando estratégias de rememoração em um espaço histórico que teve a capacidade de atuar diretamente na sociedade, que reviveria a



memória por seu enquadramento político. Tal vetor é fundamental na produção das memórias.<sup>82</sup>

O fato de levar o “XXX Congresso Tradicionalista” para Piratini é um elemento de persuasão na conformação das sensações de pertencimento para a sociedade, que “revive” o passado a partir da rememoração articulada naquele presente. Tais representações têm o potencial de presentificarem o passado, do qual as elites se apropriavam para benefício próprio. Em relação a esse aspecto, Maria Eunice Maciel (2004, p. 242) exemplifica como acontece a apropriação de um suposto passado pelos agentes do presente, no caso o MTG:

O culto a que se propõe o tradicionalismo se efetua, fundamentalmente, pela recriação de um determinado modo de vida associado aos gaúchos – o que implica recriar a vida das estâncias e o passado local. De maneira geral, pode-se dizer que o eixo em torno do qual o movimento se constrói é um espaço-tempo idealizado a partir de elementos pertencentes ao imaginário local recriado segundo critérios contemporâneos, o que levaria a uma atualização do passado.

A função desempenhada pela subcomissão, de ser legitimadora de um suposto passado que, na verdade, ela mesma recriava naquele presente, está apenas ligada às questões do imaginário, e não de um “real” acontecido. Em suma, sua função é criar um poder de convencimento social baseado em um suposto passado comum. Pelo mesmo caminho, a subcomissão atuou em Caçapava do Sul, realizando a “XXII Convenção Tradicionalista”, pretendendo que o evento fosse um encontro que envolvesse a participação dos centros tradicionalistas de todo o estado. Sendo essa cidade outra histórica capital farroupilha, o MTG serviria de articulador, levando o tradicionalismo vinculado ao que o governo do estado considerava conveniente para forjar como “culto” às “tradições”.

Outro evento de movimento considerável foi a “Semana do Gauchismo” realizada em conjunto com a Subcomissão de Eventos Culturais e Turísticos, que aconteceria em concomitância com o Rodeio Crioulo em Esteio, no Parque de Exposições Assis Brasil. Antecedendo a Semana Farroupilha e se associando à subcomissão, o IGTF, em agosto de 1985, realizaria por todo o estado a “Semana do Folclore”, sendo considerado um trabalho que ligava elementos da Revolução Farroupilha com o folclore gaúcho. Seriam eventos em parceria com a Subcomissão de Eventos Culturais e Turísticos, denotando que, além da transmissão das representações aos pares, mais do que isso, induzia a comunidade a ser receptora daquela “reinvenção de tradições” idealizada pela Comissão Executiva.

---

<sup>82</sup> Conceito trabalhado por Michael Pollak (1992).

O expoente de trabalhos da subcomissão foi em setembro com o projeto da “Semana Farroupilha”, a cargo do MTG em todo o estado, inclusive em Porto Alegre, em que os CTG receberiam a “Mostra de Livros Regionalistas”. Em Porto Alegre, os eventos que envolveram a cidade e a municipalidade foram a “Reconstituição da tomada de Porto Alegre” e o “Acampamento farrapo”. Projetos que naquele contexto pareciam estar de acordo com a proposta do governo do estado, porém se pode levantar problemáticas em torno desses temas. “Tomar” Porto Alegre parece um tanto controverso para um trabalho de memória que pressupunha um Rio Grande do Sul “farroupilha”. “Tomar” Porto Alegre e montar um acampamento fazem lembrar também quem resistiu, portanto seria aceitar que poderiam estar eles diante de uma memória muito mais fracionada do que, de fato, comum aos sul-riograndenses. Fechando com o projeto do “Desfile farroupilha”, se mensura a dimensão assumida pelo projeto da subcomissão na afirmação do trabalho de memória.

Quanto a esse trabalho de memória criar um sentimento comum na sociedade pelas comemorações na década de 1980, Ruben Oliven (1992, p. 99-100) chama a atenção para essa possibilidade quando afirma que:

[...] as manifestações culturais da década de oitenta, chama a atenção o impressionante número de atividades ligadas às tradições. O renascimento das coisas gaúchas é responsável pela existência de aproximadamente mil entidades tradicionalistas, mais de quarenta festivais de música nativista, envolvendo um público de aproximadamente um milhão de pessoas, e de vários rodeios. Esse crescente interesse também ajuda a explicar o consumo de produtos culturais voltados a temáticas gaúchas: programas de televisão e rádio, colunas jornalísticas, revistas e jornais especializados, editoras, livros, livrarias e feiras de livros regionais, publicidade que fazem referência direta aos valores gaúchos. [...]. Trata-se de um mercado de bens materiais e simbólicos de dimensões muito significativas que movimenta grande número de pessoas e recursos e que, pelo visto, está em expansão.

Aqui há uma chave para a importância de se compreender o período estudado e sua relação com as expectativas pretendidas e criadas com as comemorações oficiais da Revolução Farroupilha em 1985. Oliven (1992) adverte para todos esses fenômenos, porém não explica as causas que originam tais fenômenos – e talvez esse não fosse seu propósito. No entanto, encontram-se dentro do contexto das comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha os projetos e indícios de parte do embrião desses fenômenos para os anos 1980. As subcomissões podem ser consideradas, nesse sentido, como lugar de onde partiu boa parte dos movimentos, como venho levantando no decorrer deste texto.

O sétimo projeto é interessante para perceber que a Subcomissão de Tradição e Folclore, na figura de seus membros representantes do MTG, acabou entrando também nas universidades. O projeto “Seminário da Cultura Gaúcha”, realizado em parceria com a UPF,

visava atender ao público em geral. Entrando na universidade, se pode dizer que a subcomissão cumpria com as expectativas do governo do estado em levar sua proposta a todas as esferas sociais. Outras subcomissões estavam fazendo o mesmo, mas a questão era que tais elementos da memória farroupilha estavam entrando na universidade por outro viés, que era o do MTG, com o entendimento da instituição sobre os princípios do tradicionalismo.

Sob tais princípios, Alegrete não ficou de fora das comemorações realizadas pela subcomissão, tendo sido palco do “Congresso Sul-Americano de Tradição”, realizado de 29 a 30 de novembro de 1985. O trabalho de memória foi estendido para depois do 20 de setembro, dando continuidade à ideia de fazer de 1985 o “ano farroupilha”. Nesse sentido, o MTG estava diante da possibilidade de uma reafirmação de seus princípios, endossados pelo governo do estado, como, por exemplo, o projeto de “Reconstituição da Assembleia Constituinte de Alegrete”. Tal fator é o que dá sentido às comemorações e aos seus interesses políticos. Representar uma Assembleia Constituinte em 1985 mostrava-se conveniente, num contexto em que o próprio governo do estado fazia em seus discursos uma relação com os propósitos federativos dos farroupilhas, visto que o Brasil estava vivendo um momento que antecedia a Assembleia Constituinte brasileira.<sup>83</sup>

Ainda no campo das representações, a subcomissão fechava com o projeto “Paz de Ponche Verde”, em Dom Pedrito. Esse elemento de representação da memória ainda é importante para a historiografia, que discute as contradições da “paz honrosa”. Desse modo, pensar que tais elementos “criaram vida” é poder refletir sobre como convenções como a de “paz honrosa” foram sendo aceitas no discurso político, visto que foram representadas dessa forma. Por último, o projeto “Assessoramento e contribuição para a sinalização dos locais históricos” uniu as subcomissões de Tradição e Folclore, Letras e Artes e Geografia e História, em dezembro de 1985. A ideia era prestarem assessoramento, ou seja, o projeto possibilitava um espaço de trocas intelectuais entre os membros das subcomissões, mas também um espaço para suas representações e disputas.

Fazia parte da proposta do governo do estado unir intelectuais das diferentes áreas do conhecimento, legitimando o trabalho de memória da Revolução Farroupilha. Nas palavras de Ruben Oliven (1998), o gauchismo acaba tendo sucesso quando vincula reivindicações políticas que supostamente seriam “comuns a todo estado” (OLIVEN, 1998). Talvez por isso o

---

<sup>83</sup> Esse tema da reconstituição da Assembleia Constituinte, no Capítulo 2, será utilizado para mostrar como o discurso de Moacyr Flores, com base em sua dissertação, dentro do contexto do “Curso de extensão universitária”, se mostrará contrário à manutenção do mito em torno de Bento Gonçalves.

MTG acabava atendendo às pretensões do governo do estado, dando sentido às apropriações de um passado que aquela instituição insistia em manter “vivo”.

### 2.2.8 Subcomissão de Ensino

A Secretaria Estadual de Educação teve importante papel no desenvolvimento do trabalho de memória nas comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Em 7 julho de 1984, foi apresentado em Porto Alegre, para a Comissão Executiva, o “elenco de Projetos a serem implantados através da Subcomissão de Ensino”<sup>84</sup> (AHRS, Documentos da Subcomissão de Ensino. Caixa 4, 1985). Paulo Sérgio Melo Miranda, coordenador da Subcomissão de Ensino, em correspondência para o professor João Pradél de Azevedo, secretário-executivo da Comissão Executiva, determinava que:

[...] o Projeto 1 “Encontro dos Supervisores”, uma vez que o seu período de realização está previsto para setembro do corrente ano, sendo antecipado para que, antes do término do ano letivo, tenham as escolas orientações das diferentes atividades a serem desenvolvidas no ano de 1985 (AHRS, Documentos da Subcomissão de Ensino. Caixa 4, 1985).

Com base na narrativa acima, se conclui que os supervisores são os interlocutores no contato pedagógico entre a Coordenadoria de Educação e as escolas, uma vez que são eles que lançam as propostas estabelecidas pelas coordenadorias. Assim, de forma orgânica, foi se estabelecendo a proposta de trabalho da Comissão Executiva, passando pela Subcomissão de Ensino, cabendo aos supervisores introduzirem nas escolas o projeto criado pelo governo do estado. Mais do que isso, era preciso levar a proposta para o seio do corpo docente de cada escola, para que a colocasse em prática na comunidade escolar. Assim, de forma embrionária, se estabeleceu um planejamento para a introdução de uma memória coletiva no seio da sociedade, tendo o ensino como uma via possível, desde que as instituições de ensino de fato tivessem interesse naquilo que o governo lhes propunha.

---

<sup>84</sup> A Subcomissão de Ensino era integrada pelas respectivas instituições: “Secretaria de Educação e Cultura, Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Secundário, Primário e Comercial do Rio Grande do Sul, Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, União dos Escoteiros do Brasil, Liga de Defesa Nacional, Secretaria de Coordenação e Planejamento, Fundação Televisão Educativa” (AHRS, Documentos da Subcomissão de Ensino. Caixa 4, 1985).

Quadro 8 – Membros da Subcomissão de Ensino

<b>Membros</b>	<b>Instituições/cargo</b>
Paulo Roberto Miranda	Coordenador da Subcomissão de Ensino
Celso Armando Dalben	1º Suplente
Geraldo M. Fagundes	2º Suplente
Alfredo Santos	Secretaria de Educação e Cultura (SEC)
Carmem Lucia Denti	SEC
Emerita Pinto	SEC
Gladis C. Menezes	SEC
Hilda Fogaça	SEC
Luiz Inácio Medeiros	Subsecretaria de Cultura
Marlene T. C. Jeunehomme	SEC
Paula Guazzelli de Souza	FDRH
Iolanda Bina	União dos Escoteiros do Brasil
Sara Beatriz Venegas	LDN
Vera Ferreira	TVE

Fonte: O autor (2022), com base em AHRS (Documentos da Subcomissão. Caixa 1, 1984).

A Subcomissão de Ensino citou o Decreto n. 31.381/83 para justificar o projeto apresentado, pois esse documento afirmava que ainda havia muito a ser estudado sobre os acontecimentos da Revolução Farroupilha. Desse modo, como orientava o decreto do governador, era dever do estado incentivar o culto aos antepassados, defendendo e preservando o patrimônio histórico e incentivando as ciências humanas<sup>85</sup> (AHRS, Documentos da Subcomissão de Ensino. Caixa 4, 1985).

Nesse ponto, a coordenação da Subcomissão de Ensino afirmava que “o desenvolvimento das atividades da Subcomissão de Ensino é de vital importância, pois integra professores e alunos em manifestações de cunho cívico-cultural que valorizam a história e as tradições do povo gaúcho” (AHRS, Documentos da Subcomissão de Ensino. Caixa 4, 1985). A proposta visava atender às expectativas do governo, servindo de elemento pedagógico-cívico, inculcando dentro do sistema educacional subsídios para uma memória idealizada pelo governo do estado, mas que por tal via poderia ganhar o sentido de uma memória coletiva a partir de um trabalho de memorização construído para tal finalidade. Ao estado cabia buscar a credibilidade do projeto pela via educacional, pretendendo abrir um canal entre suas ideias e a população.

<sup>85</sup> Trecho citado no início do capítulo.

Aproveitando a oportunidade, entende a Subcomissão que é dever nosso não somente nos restringir às manifestações no decorrer do ano do Sesquicentenário, como, também, fornecer subsídios a professores e entidades que militam no campo da Educação para que levem à juventude do nosso Estado a bibliografia existente sobre a Epopeia Farroupilha. As premissas acima nortearam os trabalhos da Subcomissão dentro de critérios Técnico-pedagógicos que melhor se adaptam às condições de ensino da nossa região (AHRs, Documentos da Subcomissão de Ensino. Caixa 4, 1985).

Na citação acima se pode analisar que a Subcomissão de Ensino assumia um discurso voltado para a estruturação dos temas da Revolução Farroupilha, com instrumentos e conteúdos que estenderiam o trabalho à posteridade escolar. A ideia era, ao que parece, criar por meios técnicos materiais que fossem considerados adequados aos estudos sobre a revolução nas escolas, para que professores e alunos, onde fosse possível e se fosse possível, executassem uma fala em consonância com o que o governo do estado considerava fundamental quando o assunto fosse a Revolução Farroupilha na área do ensino.<sup>86</sup>

Na minha análise, chamou-me a atenção a maneira que o ensino foi cooptado para as comemorações dentro da Subcomissão de Ensino e sujeitado à COMOCI. Esta, por meio de um projeto, pretendia utilizar o ensino como um instrumento cívico-pedagógico na construção dos valores alicerçados na memória da Revolução Farroupilha. Para exemplificar, a criação do projeto “Como vejo o meu Rio Grande”<sup>87</sup> trazia em seus objetivos uma proposta de:

Cultuar os antepassados que atuaram na defesa e preservação do patrimônio histórico; estudar a organização social, política e econômica do seu Município e seu Estado; participar de intercâmbio entre os municípios; desenvolver atitudes construtivas, visando ao bem comum (AHRs, Documentos da Comissão. Caixa 20, 1984).

A proposta mostra uma tentativa de vincular valores atuais como se fossem representativos daquele passado, pois dizer que os antepassados lutaram pela preservação do patrimônio histórico não faz sentido. Isso é muito mais um discurso de aproximação da ideia de construir uma ancestralidade comum com os vultos farroupilhas. Ademais, a escola servia de instrumento de interlocução e circulação desses juízos, pois a ideia de integrar os municípios poderia atuar no sentido de construção de um enquadramento da memória com um viés político.

---

<sup>86</sup> Sobre esse aspecto, veremos mais adiante que o estado, por meio da Subcomissão de Ensino, vai fornecer um manual de conteúdos programáticos contemplando todas as séries escolares do Ensino Fundamental.

<sup>87</sup> O referido projeto tratava da realização de um concurso de literatura entre os alunos das escolas públicas, organizado com o auxílio da COMOCI (AHRs, Documentos da Comissão. Caixa 20, 1984).

Este concurso se justifica tendo em vista a necessidade de: preparar os estudantes gaúchos, através de um concurso, para que venham integrar-se civicamente às comemorações do Ano do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, em 1985; possibilitar a integração da COMOCI/RS com as comunidades municipais rio-grandenses e, de modo especial, com as escolas; sistematizar e promover valores morais e cívicos (AHRs, Documentos da Comissão. Caixa 20, 1984).

Evidenciam-se, portanto, os propósitos que podem demonstrar as intenções reais de fazer das comemorações um momento de culto cívico do passado, de forma que pudessem as escolas atuar como transmissoras da construção ideológica do estado. A Subcomissão de Ensino, diferentemente da Subcomissão de Geografia e História, por exemplo, está muito mais vinculada ao estado, pois responde diretamente à Secretaria de Educação e Cultura. Por essa razão, a interferência da COMOCI na subcomissão é, possivelmente, uma forma de o governo garantir um espaço para a reprodução da memória relacionada aos cultos cívicos como parte de um planejamento de memória, em que era possível tecer as comparações e os ufanismos com os vultos políticos do passado. Por esse viés, o ensino estaria naquele contexto servindo novamente de reprodutor de imagens positivas do passado, ao invés de proporcionar aos estudantes um instrumento de reflexão política e social. Ao contrário, os alunos teriam que dissertar sobre temas preestabelecidos, como mostram estes exemplos:

- Para o gaúcho, a tradição é um estado d'alma. O tradicionalista consciente é aquele que faz das virtudes herdadas dos seus ancestrais o seu ponto de honra.
- A hospitalidade gaúcha, tão cantada e decantada, o valor da palavra empenhada, a paixão pela liberdade, a sinceridade de propósitos, o devotamento pela dignidade pessoal, o amor à Pátria comum, tudo isto pertence ao catecismo tradicionalista, ao seu código de honra (AHRs, Documentos da Comissão. Caixa 20, 1984).

Trazer para o conhecimento dos alunos temas que manipulassem uma ideia de que a Revolução Farroupilha foi uma causa com propósitos cívicos direcionava as comemorações para aquilo que alguns historiadores alertavam que pudesse acontecer, ou seja, o retorno ou mesmo a preservação dos cultos cívicos. A Associação dos Profissionais de História do Rio Grande do Sul (APHRs) expressou sua preocupação sobre o que deveria ser prioridade como estudo que pudesse trazer outros aspectos para a análise da Revolução Farroupilha. De acordo com a professora Maria Luiza Martini (1985, p. 24), o objetivo da APHRs sobre o conteúdo a compor o tema era:

Fornecer elementos para uma participação efetiva e crítica em atividades ligadas ao desenvolvimento do conhecimento em História, como o seminário comemorativo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, julgamos útil organizar, a partir do debate, um indicativo de questões para reflexão.

Nota-se, portanto, que fora do ambiente das comemorações oficiais havia um apelo a um discurso reflexivo e crítico. Talvez, por isso, houvesse a preocupação por parte da COMOCI e da LDN, no seio das comemorações, em procurar agir como reguladoras da produção intelectual, ainda apelando para uma produção menos crítica e mais “patriótica”. Por essa razão, também, ao entorno da Subcomissão de Ensino pretendia o governo reunir todas as suas Delegacias de Educação.

A presença das delegacias era importante porque elas representavam o governo do estado em todas as regiões e partiriam delas para os municípios a proposta do governo. Dessa maneira, proponho mostrar a complexidade do trabalho de memória, transitando de forma orgânica pela sociedade, indo de sua idealização à prática. Nascia como projeto dentro da Casa Civil, por meio da Comissão Executiva, que delegava à Subcomissão de Ensino, e esta levaria para os supervisores escolares, que, por sua vez, levariam às escolas. Uma vez determinados os trabalhos de rememoração nas escolas, estas se encarregariam por meio de seus professores e alunos de colocar em prática a rememoração da Revolução Farroupilha, representando-a em suas comunidades.

Também como projeto, foi proposto por parte da subcomissão que acontecesse o “Encontro Regional”, que ficaria a cargo das Delegacias de Educação, contando com o apoio das universidades. Juntamente aos órgãos municipais, também se daria ênfase aos “municípios farroupilhas”. O projeto pretendia promover “com os professores palestras, através de historiadores, para a difusão dos ideais da Revolução Farroupilha, com vistas à complementação do trabalho previsto nos projetos 1 e 2” (AHRs, Documentos da Comissão. Caixa 4, 1985). Quanto ao calendário escolar, segundo a proposta, deveria o ano de 1985 contar com as datas mais “expressivas da epopeia farroupilha”. Conclui-se que, dessa forma, não estavam somente colocando as disciplinas da área das ciências humanas como responsáveis pela execução dos projetos.

Incluir as festividades no calendário do ano letivo, envolvendo diretamente os supervisores das escolas, era envolver todo o corpo docente de uma escola com a proposta de comemorar a Revolução Farroupilha. Isso levava outras áreas do conhecimento a participarem do projeto, visto que, para o ano de 1985, o governo do estado implantou um currículo que deveria compreender em todas as matérias e todos os anos escolares do Ensino Básico temas sobre a Revolução Farroupilha. Esse material foi reproduzido pelo governo estadual para ser distribuído nas escolas de Ensino Fundamental.



### 2.2.9 Subcomissão de Estudos das Relações Interculturais

A implantação da Subcomissão de Estudos das Relações Interculturais tinha intenções de criar um lugar específico nas comemorações que pudesse divulgar a participação de outras etnias na Revolução Farroupilha. Com isso, pretendiam dar espaço para uma narrativa voltada para outros grupos étnicos nas comemorações. A ideia era estabelecer um grupo de estudos que atenderia às demandas políticas atuais para aquele contexto, criando assim outras possibilidades de interpretar a Revolução Farroupilha, fora de um viés que pontuasse somente os assuntos ligados à questão do gaúcho como aquele indivíduo que tinha como estereótipo o tipo da campanha. Dessa maneira, se estendia o trabalho de memória, ampliando a abrangência da comemoração para as localidades consideradas como zonas de imigração. Seria a estratégia do governo do estado para trazer essas populações para as comemorações, dando um lugar a elas naquela rememoração, se utilizando disso para fins políticos.

Quadro 9 – Membros da Subcomissão de Estudos das Relações Interculturais

<b>Membros</b>	<b>Instituições</b>
Ruth. M. Chittó Gauer	MARS
Maria Eunice de S. Maciel	MARS
Margaret Bakos	PUCRS
Zeno Hastenteufel	Instituto de Teologia da PUCRS
Luiz Luisi	Associação de Professores de Cruz Alta
Lea Freitas Perez	MARS
Mário A. Rettmar	União dos Escoteiros do Brasil/RS
Mário Gardelin	UCS
Suzana Schunck Brochado	Subcomissão de História e Geografia

Fonte: O autor (2022), com base em AHRS (Documentos da Subcomissão. Caixa 1, 1984).

Para tais pressupostos, citados acima, analisei a Ata n. 1 de instalação da subcomissão, onde se fizeram presentes: Ruth. M. Chittó Gauer e Maria Eunice de S. Maciel, ambas representando o MARS<sup>88</sup>; Margaret Bakos, representando a PUCRS; e Luiz Luisi, da Associação de Professores de Cruz Alta. Estes eram membros permanentes da subcomissão (AHRS, Atas: documentos da Subcomissão, n. 1. Caixa 1, 1984). Na ocasião, foi definido que a professora Ruth Gauer seria a coordenadora da subcomissão e que teria como seus suplentes Luiz Luisi e Margaret Bakos. A fonte mostra que a subcomissão tinha um representante do MARS, outro representando a universidade e outro de uma associação de professores. Isso

<sup>88</sup> A Ata n. 1, que estabeleceu a Subcomissão de Estudos das Relações Interculturais, aconteceu na reunião do dia 11 de julho de 1984, às 14h, tendo como local o salão de reuniões da Casa Civil.

possibilita compreender que o trabalho de memória fazia parte de uma posição intelectual tomada pelas subcomissões, ao associarem intelectuais de diversas áreas.

A presença da historiadora Margaret Bakos, supostamente, aconteceu devido ao fato de a historiadora trabalhar com a questão do negro na sociedade sul-rio-grandense no período da década de 1980. No entanto, a historiadora apresentava perspectivas de uma história crítica sobre a presença negra na Revolução Farroupilha.

É lugar comum na historiografia do Rio Grande do Sul atribuir aos farroupilhas o ideal da abolição da escravatura negra. A ideia normalmente é comprovada com a citação do parágrafo IV, da Paz de Ponche Verde, que reza: “São Livres e como tal reconhecidos todos os cativos que lutaram ao lado da República”. Será tal asserção prova suficiente para que se considere a concepção verdadeira? Postula-se como interessante também a investigação de até que ponto os farroupilhas combateram a escravidão negra quando não estava em jogo a arregimentação de homens para as manobras militares (BAKOS, 1985, p. 79-80).

Fora do contexto da Comissão Executiva, o artigo de Margaret Bakos publicado em 1985 colocava em xeque o caso da abolição entre os farroupilhas, mas isso não a impediu de se inserir nas comemorações. Ao contrário, a historiadora se apropriou do espaço, tornando possível buscar um canal que pudesse vislumbrar propósitos mais críticos no seio de uma comemoração que era oficial. Percebe-se isso já na formação da subcomissão.

Quando da instalação da referida subcomissão, tratou-se de definir logo o nome da subcomissão, inicialmente chamada de “Estudo das Relações Interculturais”, porém, ao que tudo indica, havia por parte de seus membros dúvidas quanto a esse nome. Então, também foi proposto de nomeá-la de “Estudos das Relações Interétnicas” (AHRs, Atas: documentos da Subcomissão, n. 1. Caixa 1, 1984). Em uma ata anterior, falava-se em “Subcomissão de Etnia”, o que parece ter levantado polêmica entre seus participantes, que discutiam sobre “a conveniência da criação desta subcomissão” e sobre a “escolha do nome da subcomissão” (AHRs, Atas: documentos da Subcomissão, s/n. Caixa 1, 1984).

Margaret Bakos defendia a necessidade de estudos interculturais entre as relações indígenas, negra, alemã e italiana, não sendo alheios uns aos outros. Por outro lado, Carlos Hofmeister e Mário Gardelin defendiam a ideia de estudar as etnias de forma separada, a partir de suas contribuições para o estado e ligados a grandes vultos, como no caso do papel de Giuseppe Garibaldi na Revolução Farroupilha<sup>89</sup> (AHRs, Atas: documentos da Subcomissão, s/n. Caixa 1, 1984).

---

<sup>89</sup> Carlos Hofmeister representava a Comissão Estadual Comemorativa aos 160 anos da imigração alemã, e Mário Gardelin, a UCS.

Após esses embates, prevaleceu a opção por continuar com o nome de Subcomissão de Estudo das Relações Interculturais. Sobre esse aspecto, se pode supor que a palavra “interétnicas” pareceria exteriorizar mais as diferenças étnicas, por outro lado, “intercultural” poderia dar um sentido de aculturação de amálgama de culturas. Por esse viés, se permite concluir que a segunda opção estaria mais de acordo com a proposta política das comemorações farroupilhas de 1985. Por outro lado, como ressaltara Bakos, havia a necessidade de um estudo crítico que percebesse as relações entre as etnias, enquanto sujeitos atuantes naquele processo (AHRS, Atas: documentos da Subcomissão, n. 1. Caixa 1, 1984).

Uma vez definido o nome da subcomissão, foram estabelecidos os objetivos propostos para os trabalhos desenvolvidos. Essa informação é importante porque permite observar as propostas de trabalho não só da comissão executiva em si, mas também as dos membros, os quais poderiam imprimir os seus traços intelectuais nas comemorações. Vale refletir que, nessas entrelinhas da narrativa comemorativa, seria interessante desmembrar o que era expectativa do governo do estado e o que, na construção daquele conhecimento, era propriedade dos intelectuais, em que estes puderam dar o tom às narrativas das comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Como objetivo principal da criação da subcomissão, destacaram seus membros:

Caracterizar as formas e os significados da participação dos grupos culturais indígena, negro, italiano e alemão e outros no processo revolucionário farroupilha, visando uma compreensão do papel que os mesmos desempenharam na dinâmica sociocultural do nosso Estado, bem como o tipo de relacionamento estabelecido entre eles (AHRS, Atas: documentos da Subcomissão, n. 1. Caixa 1, 1984).

Assim, se pode dizer que a intenção dos autores era chamar a atenção para as ditas minorias e seu papel na Revolução Farroupilha, dando outra ênfase à história. Pretendia-se demonstrar que a revolução foi também, supostamente, feita por pessoas comuns. Esse posicionamento tira o foco da história “heroicizada”, o que vai ao encontro da posição assumida por historiadores como Margaret Bakos. Embora tivesse ficado acertado que a subcomissão teria como prioridade trabalhar as etnias no conjunto, houve alguns reveses. Uma correspondência entre Mário Gardelin e Adilsom Mota mostra que a intenção de Gardelin era insistir com um trabalho que evidenciasse a presença italiana na Revolução.

Senhor presidente:

Estando impossibilitado, por motivo de força maior, de comparecer às reuniões programadas, informo que a Universidade de Caxias do Sul, participando das comemorações do sesquicentenário, planeja a realização de um seminário, intitulado “A presença Italiana na Revolução Farroupilha” [...]. Pretende a Universidade dar ao

seminário o máximo de amplitude, com possível participação de especialistas italianos, para o que já fez os primeiros contatos com as autoridades consulares (AHRS, Ofício n. 581/84. Caixa 5, 1984).

O ofício foi datado de 27 de julho de 1984, mesma data em que Mário Gardelin enviou um ofício para a Subcomissão de Relações Interculturais comunicando da decisão da UCS em realizar um trabalho em consonância com a subcomissão, mas com projetos que aconteceriam dentro da Universidade.

Gabinete do Reitor

Caxias do Sul, 27 de julho de 1984.

À Subcomissão de Relações Interculturais:

Sendo-me impossível, por motivo de força maior, comparecer às próximas reuniões, informo que a Universidade de Caxias do Sul planeja levar a efeito as seguintes iniciativas, com vistas ao sesquicentenário: Seminário sobre “A Presença Italiana na Revolução Farroupilha”, a realizar-se em Caxias do Sul. Por intermédio do Departamento de História e Geografia, um curso radiofônico, de 40 horas, sobre “A Revolução Farroupilha”. Tradução e edição de “Garibaldi, corsário rio-grandense”, de Salvatore Candido, Roma. Possível tradução e edição de trechos do romance “Manlio”, de José Garibaldi, nas partes referentes ao Rio Grande do Sul. Integração da Comissão local do Sesquicentenário. Sem outro particular, com protestos de elevada estima e apreço. Atenciosamente: Mário Gardelin Vice-Reitor (AHRS, Correspondência. Universidade de Caxias do Sul. Caixa 5, 1984).

A narrativa, portanto, apresenta lances que subentendem discordâncias entre a proposta da subcomissão com os propósitos planejados pela UCS. Gardelin, vendo que, em parte, as finalidades da criação da subcomissão não corresponderiam às expectativas da universidade e de sua comunidade, criou justificativas para inserir a UCS na Comissão Executiva local, que supostamente – ele acreditava – tivesse propostas mais coerentes na construção das representações da presença italiana na Revolução Farroupilha. Isso demonstra que houve discordâncias e reveses dentro da subcomissão, mas que na impossibilidade de romper com a ordem proposta, hipoteticamente, era mais aconselhável seguir o caminho de rearticulação dentro do processo.

### **2.2.10 Subcomissão de Esportes**

Ainda no ano de 1983, havia sido definido um número de oito subcomissões de trabalho para o Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, sendo acrescentadas mais duas subcomissões, entre elas a Subcomissão de Esporte. Esta contava com o apoio da Secretaria Estadual de Educação e com a Subsecretaria de Desporto (AHRS, Documentos da Subcomissão. Caixa 1, 1984). A subcomissão que trataria da memória farroupilha por meio do

esporte propunha criar modalidades práticas para envolver a sociedade em seus eventos, associando esporte, lazer e educação.<sup>90</sup>

A subcomissão foi coordenada por Hélio Volkmer Dourado, então secretário estadual de Desporto (AHRs, Ofício SUDESP n. 1.430/85. Subsecretaria de Desporto. Caixa 13, 1985). Entre suas propostas encontrei, por exemplo, a projeção de filmes em Tramandaí com o objetivo de abranger os moradores locais e os veranistas nos meses de janeiro e fevereiro de 1985. A segunda proposta tinha por público-alvo a população de Porto Alegre em geral, entre março e dezembro de 1985. A subcomissão organizaria “festivais de jogos, Ruas de Lazer, passeios ciclísticos, a pé e de pilcha” (AHRs, Propostas aprovadas. Caixa 13, 1984). Além do projeto para atender aos veranistas, havia um projeto destinado à “população de baixa renda”, que visava atingir as seguintes vilas: Cruzeiro, Restinga, Nova Gleba e Jardim. Isso denota as articulações da subcomissão para que seus projetos tivessem amplo alcance. Percebe-se, assim, que a Subcomissão de Esportes encontrava um meio de levar o trabalho de memória até a população por uma via que tinha o esporte como mediador.

A junção entre esporte e educação também aproximou a Subcomissão de Esporte da Subcomissão de Ensino. Por meio dos torneios escolares, que seriam direcionados para a temática da comemoração do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, ambas as subcomissões se articularam entre o trabalho intelectual e desportivo (AHRs, Propostas aprovadas. Caixa 13, 1984). Tal vetor possibilitaria a atração de um público maior dentro da ótica das comemorações estaduais. Entre os projetos da Subcomissão de Esporte estavam os “Torneios Internos nas Escolas”, que tinha por objetivo reunir nas escolas estaduais, entre março e dezembro de 1985, o público estudantil e as famílias (AHRs, Propostas aprovadas. Caixa 13, 1984).

Dessa forma, o governo do estado ampliava seu campo de atuação, não se restringindo somente aos alunos, pois incluía a comunidade, as famílias dos alunos. Isso exemplifica como o governo buscava impor sua proposta quando a prática escolar convencional não a contemplasse: a Subcomissão de Esporte dava suporte para a memória. No entanto, o projeto da Subcomissão de Esporte não se restringia às escolas, visto que buscava outros lugares de atuação para o trabalho de memória, como, por exemplo: apresentação de ginástica de demonstração em escolas especiais, asilos, presídios, hospitais etc. Nesses lugares, seriam levados outros projetos, como “Promoção de sarau; Torneio de Basquete em cadeira de rodas;

---

<sup>90</sup> Sobre as subcomissões criadas posteriormente ao edital de criação da Comissão Executiva, algumas informações referentes à sua formação são mais escassas e menos formalizadas. Essas subcomissões trabalharam em consonância com as demais, cujas afinidades nos projetos as aproximavam. Assim, muitas informações acabei encontrando na documentação das outras subcomissões, em trocas de projetos e correspondências.

Futebol para deficientes visuais; Matroginástica para excepcionais; Festival de jogos entre detentos e Jogos abertos especiais” (AHRS, Propostas aprovadas. Caixa 13, 1984).

As propostas acima reforçam a ideia do governo do estado em realizar um evento de grande alcance dentro da sociedade sul-rio-grandense durante o sesquicentenário. Esse movimento de buscar os grupos à “margem social”, como em asilos, hospitais e presídios, poderia estar de acordo com o contexto político de reorganização da sociedade sob a bandeira da democracia e dos direitos civis. Era uma proposta inovadora incluir sujeitos sociais que quase sempre ficavam à margem das comemorações, por supostamente serem indivíduos que não correspondiam ao estereótipo do “herói”, mas também uma articulação política para a promoção do governo. Tais elementos de memória (re)significavam o sentido de se ter uma Subcomissão de Esporte, fazendo desta um instrumento de cooptação dos sujeitos em questão para o seio das comemorações.

Na junção entre as subcomissões de Esporte e Ensino ainda foram desenvolvidos outros projetos, como:

“Integrar o Campeonato Escolar Gaúcho nas comemorações”; “Jogos Rurais Estaduais”; “Encontro Esportivo de Estudantes”; “Programação Especial para as finais estaduais do Campeonato Escolar Gaúcho”; “Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul”; “Programação Especial nos Clubes Escolares”; “Corrida Rústica”; “Campeonato Amador de Futebol de Campo”; “Partida de Futebol entre a Seleção Gaúcha e Seleção Brasileira” (AHRS, Propostas aprovadas. Caixa 13, 1984).

O projeto ainda envolveria as praias gaúchas do Cassino até Torres, com projetos como “Área de lazer e recreação”, que envolvia temáticas sobre a Revolução Farroupilha. Constatei nos projetos apresentados acima que a maioria das propostas tinha abrangência intermunicipal. Assim, nota-se que a dinâmica dos projetos fazia com que os indivíduos se deslocassem do interior para a capital e da capital ao interior e para as praias. Esse movimento, de maneira sutil, por meios dos campeonatos, jogos e das modalidades desportivas, foi levando consigo os elementos da memória farroupilha que estavam em circulação. Dessa forma, tais práticas de memória tinham grandes possibilidades de cumprirem a função engendrada pelo governo do estado na construção de uma política pública que tinha o intuito de construir um sentido de pertença daquela memória na comunidade sul-rio-grandense, num processo desencadeado de cima para baixo.

### 2.2.11 Subcomissão de Projetos Isolados

No relatório de 10 de janeiro de 1985, João Pradél de Azevedo não mencionava a Subcomissão de Projetos Isolados, mas ela aparece em documentação do ano de 1984 como a décima primeira subcomissão (AHRS, Relatório – 2 propostas aprovadas. Fl. 12, Caixa 9, 1984). A nomenclatura “Projetos Isolados” fazia referência a projetos que seriam desenvolvidos por instituições que estavam associadas à proposta do governo do estado e que dariam andamento a projetos de forma independente. Isso quer dizer que, supostamente, poderiam ter mais autonomia para realizar tais propostas. Por outro lado, pode constatar que, de certo modo, o fato de ser uma subcomissão não estava de todo separado da proposta do governo. Pode-se concluir que a ideia de projetos isolados também acabou não se distanciando do projeto estadual.

Os objetivos da Subcomissão de Projetos Isolados<sup>91</sup> era reunir propostas independentes que atendessem ao público em geral com projetos durante todo o ano de 1985, sendo que a maioria dos projetos era sem custo para o estado. Entre as instituições que apresentaram propostas de projetos para a subcomissão, vamos citar os projetos da Empresa Rio-Grandense de Comunicação e o Projeto do Grupo de Tradição e Folclore Sentinela da Cultura da PUCRS, que encontramos na ata da programação oficial (AHRS, Relatório – 2 propostas aprovadas. Fl. 12, Caixa 9, 1984).

A Empresa Rio-Grandense de Comunicações apresentou o projeto de um “Programa Radiofônico: os Farrapos”, que consistia em levar ao ar nas principais emissoras de rádio do estado chamadas alusivas a acontecimentos, fatos e vultos relacionados à Revolução Farroupilha. Ao todo iriam participar do projeto setenta emissoras de rádio espalhadas pelo Estado. O projeto tinha apoio do MTG, que mantinha correspondência entre Onésimo Duarte, patrão do MTG, e o diretor da Empresa Rio-Grandense de Comunicações, Gilberto Duarte (AHRS, Projeto Radiofônico: os Farrapos. Documentos da Subcomissão, 1984). Entre os objetivos do projeto apresentados por Gilberto para Onésimo destacava-se:

Preparar o povo em geral do RS às festividades que em setembro de 1985, irão celebrar os 150 anos da Revolução Farroupilha de 1835, ativando, através de audições radiofônicas de abrangência a todo o território gaúcho, o interesse natural deste mesmo povo para as aludidas comemorações de tão significativa data (AHRS, Projeto Radiofônico: os Farrapos. Documentos da Subcomissão, 1984).

---

<sup>91</sup> A dinâmica da Subcomissão de Projetos Isolados se dava da seguinte forma: uma vez estando a instituição inserida na Comissão Executiva, ela poderia lançar um projeto independente e buscar a subcomissão com mais afinidade para se associar à realização de seu projeto.

Constatei que o referido projeto, mesmo sendo um projeto isolado, estava em consonância com a proposta estadual e acabou sendo encampado pela Subcomissão de Tradição e Folclore. Também pude constatar que havia uma relação de colaboração entre as instituições em torno do objetivo de chamar a população para as comemorações. Na prática de utilizar o rádio como difusor da memória, o estado tinha um importante instrumento de colaboração pela capacidade de transmissão da ideia, assim contribuindo para a construção das representações e do imaginário coletivo. Tais afirmativas ficam claras em outro objetivo do projeto, que reiterava:

Ser um elo de intensa e imediata ligação entre a Comissão de Festejos do Sesquicentenário Farroupilha e as pessoas a esta ligadas, e o povo em geral do RS, que necessita estar amplamente motivado a fim de comemorar de modo significativo tão importante data. O programa radiofônico seria a maneira de divulgar diariamente a nível de RS, entrando diretamente na emissora local, o calendário da efeméride (AHRS, Projeto Radiofônico: os Farrapos. Documentos da Subcomissão, 1984).

O documento acima exemplifica a elaboração de um suporte de manipulação da memória considerável, uma vez que tal instrumento serviria de ligação entre a proposta de rememoração e a sociedade, entrando diariamente na casa dos ouvintes pelas emissoras locais, onde os comunicadores têm maior capacidade de formar opinião. Dessa forma, o instrumento de “motivação” poderia ser mais sintomático. Pode-se dizer que a transmissão radiofônica era também um método de memória que, sutilmente, pretendia servir de instrumento de motivação, visto que trabalhava para transmitir à população, pelo discurso, um sentimento de pertença, agindo a serviço da memória enquadrada. Nesse caso, as transmissões foram elaboradas em consonância com o que o MTG pretendia que fosse divulgado, fazendo da sua ideologia um instrumento de alcance via rádio em detrimento de outras vozes que não tiveram a mesma oportunidade de divulgação.

Não foram somente os meios de comunicação que apresentaram projetos isolados. Outro projeto que merece atenção é a proposta apresentada pela PUCRS em 12 de julho de 1984, por meio do seu “Grupo de Tradição e Folclore Sentinela da Cultura – PUC”, que criou o “Prêmio Universitário Ñandu de Cultura Nativa”. O objetivo desse projeto era “aproximar a comunidade universitária rio-grandense aos valores telúricos tão representativos na nossa sociedade” (AHRS, Projeto Sentinela da Cultura. Caixa 5, 1984). De acordo com o padrão do Grupo de Tradição e Folclore Sentinela da Cultura, Ivan Irineu Queiroz de Vasconcelos, o prêmio tinha ainda por “finalidade congregar as mais diversas manifestações culturais gaúchas, atingindo unicamente a comunidade universitária de todo o Rio Grande do Sul” (AHRS,



Projeto Sentinela da Cultura. Caixa 5, 1984). Para isso, foram criadas as modalidades que seriam desenvolvidas no “Prêmio Ñandu”, que seria subdividido em: Concurso de monografia; Concurso de poesia, canto e crônica; Concurso de declamação e oratória; Concursos de danças folclóricas; e o Festival Ñandu de música nativa.

Pode-se destacar que, de acordo com o relatório do patrão Ivan Vasconcelos, o Concurso de monografia tinha por objetivo estimular o interesse da pesquisa histórica no meio universitário, com trabalhos desenvolvidos sobre o período da Revolução Farroupilha. Da mesma forma, o Concurso de poesia, canto e crônica pretendia desenvolver o interesse pela poesia regionalista no meio universitário. O Concurso de declamação e oratória, enfocando o período da Revolução Farroupilha, objetivava o interesse pela “eloquência verbal” no meio acadêmico.<sup>92</sup> E o Concurso de danças folclóricas buscava desenvolver, dentro das universidades, pesquisas e práticas sobre as danças gaúchas “originais”, baseando-se nos estudos de Barbosa Lessa e Paixão Côrtes (AHRs, Projeto Sentinela da Cultura. Caixa 5, 1984). O projeto do grupo Sentinela da Cultura da PUCRS, apesar de ser denominado como isolado, acabou sendo inserido nas propostas da Subcomissão de Tradição e Folclore:

Conforme acordo firmado na reunião do dia 10 próximo passado do corrente mês, enviamos nosso projeto cultural através da subcomissão de Tradição e Folclore atendendo às solicitações feitas por esta de enviarmos também um orçamento de custos e um calendário de datas para a realização do evento. Ivan Irineu Queiroz de Vasconcelos, Patrão. G.U.T.F. Sentinela da Cultura – PUCRS (AHRs, Ofício n. 536/84, 9 jul. 1984. Caixa 5, 1984).

Tal fator aproximou os elementos do MTG do meio acadêmico, criando uma via de mão dupla, mas mostrando também a flexibilidade das instituições, como no caso da PUCRS, que deu suporte em várias frentes de pesquisa à Comissão Executiva, externando as várias possibilidades de fala dentro do meio acadêmico por meio de seus profissionais e suas áreas de atuação.

Como coloquei anteriormente, os projetos isolados ainda deram espaço para outras entidades com diferentes projetos e ações, como: Concurso farroupilha de telegrafia, da Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão; Encontro de música nativista, da Caixa Econômica Federal; Exposição dos selos e folhinhas comemorativos com representações da Revolução Farroupilha, feita pelo ministro Guido Mondin; Show de patinação, com temas

---

<sup>92</sup> Aqui se pode notar como, por meio de diferentes projetos, a memória farroupilha estava entrando em outros espaços da universidade. Isso mostra a importância de trazer para a pesquisa a análise da participação dos historiadores, pois estes estavam num meio em que outros intelectuais estavam trabalhando com a memória da revolução, elaborando suas conclusões. É importante refletir o quanto era imperativo que os historiadores assumissem seu lugar de fala.

folclóricos pelo grupo “Os Tangarás”; e Exposição farroupilha no Parque da Harmonia, projeto da Prefeitura de Porto Alegre com o governo do estado. Desse modo, pode-se concluir que o fato de existirem tais projetos como isolados não os excluía de estarem inseridos na programação.

Os projetos isolados, inseridos no seio das comemorações e contando com o apoio da Comissão Executiva, criavam um “braço” do estado dentro das instituições na forma como foram pondo em andamento seus planos e ações, que iam ao encontro das pretensões do governo do estado. Novamente, são demonstradas as formas encontradas pelas instituições para cumprir os propósitos das comemorações oficiais, estendendo, por meio de seus métodos, ramificações do trabalho de memória pensado e organizado pelo governo do estado e seus colaboradores ainda no ano de 1983. Concluo, portanto, que mesmo sendo projetos “isolados”, o governo estadual ainda assim encontrava meios de amarrá-los ao programa oficial, de forma que tais manifestações representassem a farroupilha sob o viés da memória organizada dentro das comemorações oficiais.

Entre seus projetos estavam a “Fundação farroupilha intermunicipal”, que seria uma instituição da “Fundação dos 14 municípios farrapos” destinada à pesquisa da Revolução Farroupilha. É possível afirmar que esse projeto de articular os municípios ditos farrapos pode ser compreendido como o fio condutor de todo o sentido do trabalho de memória pretendido pelo governo do estado.<sup>93</sup> Daí a relevância de se criar uma subcomissão aos moldes desta. O projeto comprometia os municípios a associarem-se ao projeto do governo estadual na medida em que revolvía uma memória que dizia respeito a tais municípios.

### **2.2.12 Subcomissão de Coordenação de Articulação entre Estado e Municípios**

A Subcomissão de Coordenação de Articulação entre Estado e Municípios foi criada não com a finalidade de ser destinada à pesquisa e aos estudos ou organizar eventos. Pelo contrário, seu objetivo principal era de fato a articulação política do evento sobre sua organização no que dizia respeito ao governo do estado no trato com os municípios. Seu responsável era o coordenador de articulação com estados e municípios da Comissão Executiva, o professor Carlos Wilson Schroeder, indicado pelo governador Jair Soares para atuar como mediador entre a Comissão Executiva Estadual e as Comissões Executivas Municipais (AHRS, Documentos da Comissão. Diário Oficial, 19 jun. 1984. Caixa 5, 1984).

---

<sup>93</sup> Tema que, devido à sua relevância para os assuntos desta tese, será tratado no início do Capítulo 3.

Com o propósito do governo estadual de integrar os municípios no evento, fez-se necessidade de criar uma “subcomissão” que atuaria entre as demais, dialogando sobre as estruturas das subcomissões estaduais então criadas com as comissões que seriam criadas nos municípios, visando assim dar suporte ao projeto da Comissão Executiva Estadual.

Cabia também à subcomissão orientar os municípios do estado na criação das suas comissões municipais. Assim, um de seus projetos se chamava “Comissões municipais”, que reuniriam os 244 municípios do estado para a instalação oficial das comissões municipais em setembro de 1984 (AHRS, Relatório – 2 propostas aprovadas. Fl. 11, 1984).<sup>94</sup> Pode-se dizer que era uma forma que o governo do estado encontrou para interferir na criação das comissões municipais. As prefeituras seriam “convidadas” a participarem do terceiro projeto, que consistia na criação dos “arquivos municipais” em municípios que ainda não possuíssem arquivos. A possibilidade de o município criar um arquivo ou um museu poderia servir como um lugar de memória, de forma a materializar a memória da Revolução Farroupilha naquela localidade. Tanto o governo do estado como os municípios poderiam fazer disso um instrumento de legitimação política, como elemento de representação na ideia de construir um lugar de memória para os seus discursos (AHRS, Relatório – 2 propostas aprovadas. Fl. 11, 1984).

A subcomissão também trabalhava interligando as subcomissões estaduais com as municipais, como no caso do projeto de sinalizar os locais históricos dentro dos municípios. Tal projeto era realizado na esfera estadual pelas Subcomissões de Letras e Artes e a de Geografia e História (AHRS, Relatório – 2 propostas aprovadas. Fl. 11, 1984). Assim, a função da subcomissão de articulação era coordenar a cerimônia de demarcação dos locais históricos, mediando as conversações entre estado e municípios. Nesse caso, é possível dizer que, por meio dessa articulação, o governo do estado controlava o trabalho de memória dentro dos municípios. As “Olimpiadas Farroupilha” foram um projeto em conjunto com a Subcomissão de Esporte, que teria abrangência em todo o estado, portanto necessitava de uma subcomissão que pudesse deliberar a proposta com os municípios. No mesmo sentido, a Subcomissão de Comunicação Social, com o auxílio da Subcomissão de Coordenação de Articulação entre Estado e Municípios, promoveu pelos municípios do estado o projeto

---

<sup>94</sup> Até onde foi possível pesquisar sobre a Subcomissão, com exceção de seu coordenador, Carlos Wilson Schroeder, os demais membros eram recrutados na própria Comissão Executiva, quando necessário, para acompanhar Schroeder na instalação das comissões municipais para o Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Nas correspondências, encontrei constantemente o seu coordenador articulando diretamente com as outras partes.

“Gincana Cultural”, que foi amplamente divulgado pelo interior do estado (AHRS, Relatório – 2 propostas aprovadas. Fl. 11, 1984).

Outro projeto de significação para a Subcomissão de Coordenação de Articulação entre Estado e Municípios foi o projeto “Denominações Comemorativas”, que visava coordenar os municípios no sentido de orientá-los a atribuir nomes históricos referentes à Revolução Farroupilha às praças, ruas e aos logradouros. É um projeto com importância significativa porque pretendia renomear pelas cidades do estado lugares públicos com motivos que rememoravam a Revolução Farroupilha. Esse trabalho coloca entre a comunidade, pelo processo de renomear espaços de uso comum, a representificação dos vultos do passado, o que colaborava para a constante rememoração destes, mesmo que forma inconsciente, por parte da sociedade, inclusive se estendendo após o ano de 1985 (AHRS, Relatório – 2 propostas aprovadas. Fl. 11, 1984).

Em se tratando de rememorações que orquestravam um meio de envolver a comunidade, a Subcomissão de Coordenação de Articulação entre Estado e Municípios, juntamente com o Gabinete do Governador, cuidou do projeto “Interiorização do governo do estado nas capitais farrapas”, nas cidades de Piratini, Caçapava e Alegrete (AHRS, Relatório – 2 propostas aprovadas. Fl. 11, 1984).<sup>95</sup> À subcomissão coube o papel de articular eventos estaduais com os municipais. Dentro dessas cidades que foram capital farroupilha, a função da subcomissão foi mais atuante, visto que a mudança do governo do estado para tais cidades envolvia duas comemorações à parte. Num primeiro plano, a subcomissão cuidava da parte de instalação do governo estadual com a estrutura do estado, que se articulando com as cidades tinha que dar espaço para as comemorações de natureza locais referentes à Revolução Farroupilha. É possível compreender que tais elementos de rememoração em um mesmo lugar abriam dois campos de representações em sintonia mais em disputa pelo espaço de memória. Isso não era um problema, visto que tais cidades deram amplo apoio para que o estado se realocasse nas cidades, porque tinha aí uma contrapartida, que é a afirmação da importância local para a história regional e nacional que poderia ser amplamente explorada pelas municipalidades das antigas capitais farrapas.<sup>96</sup>

Por fim, neste capítulo, pretendi mostrar a forma como o governo do estado articulou um vasto programa de rememoração da Revolução Farroupilha que seria executado no ano de 1985. Procurei explicar a formação, os objetivos e métodos desenvolvidos pelo setor público em conjunto com setores privados da sociedade, buscando instituições de significação nas

<sup>95</sup> Assunto que será tratado no Capítulo 3.

<sup>96</sup> Tais fatores serão mais bem analisados no próximo capítulo.

áreas do conhecimento de pesquisa e economia, mas também na área da educação e da imprensa. Foi um projeto que objetivou tomar uma memória para uso político, embasando-se em um passado que pudesse, quando ativado, colaborar para um sentido de pertença e unidade da sociedade sul-rio-grandense.

Pretendo, para o próximo capítulo, analisar de forma incisiva a Subcomissão de Geografia e História. Na verticalização da análise, quero chamar a atenção para essa subcomissão, podendo trazer um entendimento mais contundente dos significados dessas comemorações para aquele contexto.

### 3 A SUBCOMISSÃO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA: AS COMEMORAÇÕES FARROUPILHAS SOB A ÓTICA DOS HISTORIADORES

A saída do IHGRGS da Subcomissão de Geografia e História não significou, de todo, que o caminho estivesse aberto para que o trabalho dos historiadores e a história da Revolução Farroupilha não sofressem influências de outras instituições, como, por exemplo, do MTG e do IGTF, conforme lembrou Assis Brasil (2020).<sup>97</sup> No entanto, entre muitos projetos listados, minha preocupação foi, justamente, analisar um que me desse o entendimento sobre como parte dos historiadores acadêmicos pôde, dentro daquele contexto de comemoração, tratar da memória da Revolução Farroupilha criando instrumentos que oportunizassem uma reflexão mais crítica sobre ela. Refiro-me aos historiadores acadêmicos, porém o fato de um historiador pertencer à academia não significa, por si só, que ele tenha assumido uma postura menos estagnada da história. Isso em relação, por exemplo, a um membro do IHGRGS, mas que também poderia ter uma visão menos “heroicizada” dos fatos, embora se saiba que instituições como o IHGRGS contem com intelectuais com opiniões mais ufanistas sobre a Revolução Farroupilha.

Para analisar a Subcomissão de Geografia e História sem cair em uma listagem de projetos meramente narrativa, vou procurar me deter em dois projetos que tiveram sua realização concluída: o “Curso de extensão universitária” e “A chamada dos heróis farroupilhas”. O primeiro projeto, “Curso de extensão universitária”, por exemplo, sugere as intenções de parte dos historiadores em fazerem uma reflexão sobre a Revolução Farroupilha, destacando suas causas, implicações e seu sentido, destacando questões políticas, ideológicas e sociais. Já o segundo projeto, “A chamada dos heróis farroupilhas”, exemplifica como foi a relação de trabalho da Subcomissão de Geografia e História com a Subcomissão de Eventos Culturais e Turísticos ao lançarem um projeto que mobilizaria a comunidade sul-rio-grandense na procura de pessoas que pudessem comprovar indícios de ancestralidade com sujeitos relacionados à Revolução Farroupilha.

A seleção dos dois projetos para serem analisados aqui tem o objetivo de mostrar como, por um lado, atuaram os historiadores dentro do contexto das comemorações em dois projetos

---

<sup>97</sup> Na entrevista que realizei com Luiz Antônio de Assis Brasil, ele definiu como conservadoras instituições como o MTG, o IGTF, o IHGRGS e a Academia Rio-Grandense de Letras, que se associaram às comemorações. Naquele contexto, parte de seus intelectuais trazia uma visão bastante conservadora sobre como trabalhar com a memória da Revolução Farroupilha. Como veremos, o contexto era de transformações políticas e sociais, e a historiografia também passava por mudanças, que influenciaram diretamente o pensamento de parte dos historiadores. Tais mudanças na maneira de pensar os objetos da Revolução Farroupilha fazem parte do que pretendo trazer para este capítulo.

com propostas tão distintas e, por outro lado, como se deu a relação da Subcomissão de Geografia e História com o meio intelectual da própria Comissão Executiva. O projeto “A chamada dos heróis farroupilhas”, por exemplo, se propôs, mediante uma equipe formada por técnicos, a receber documentos de cidadãos que se habilitassem a reivindicar uma ancestralidade com pessoas que estiveram envolvidas na Revolução Farroupilha. A proposta do governo do estado era diplomar os cidadãos que pudessem comprovar descendência com sujeitos ligados à Revolução Farroupilha. A análise desse projeto poderá mostrar como os historiadores tiveram que lidar com a perspectiva da representação dos “heróis” na construção do discurso político no Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, mas, sobretudo, como esses puderam ter contato com pessoas anônimas que, se inserindo ao projeto do governo, puderam elaborar suas memórias vinculadas à Revolução Farroupilha.

O “Curso de extensão universitária”, que foi promovido pela Subcomissão de Geografia e História, teve um desdobramento importante, pois foi realizado dentro das dependências da PUCRS. Tal iniciativa para os historiadores foi significativa porque, pela primeira vez, outra instituição não ligada ao MTG, IGTF ou IHGRGS levou uma pequena parte das comemorações oficiais farroupilhas, ligada à historiografia e promovida pelo governo do estado, para dentro da universidade. Isso é relevante, levando em conta que se abria um ambiente dentro das comemorações oficiais, possivelmente, afastado dos meios tradicionalistas, como do MTG, por exemplo, que era uma instituição com muito apoio da Casa Civil.<sup>98</sup> Era uma possibilidade, portanto, de os historiadores encontrarem um meio de colocar em debate as questões relativas às formas de compreensão sobre a memória da Revolução Farroupilha.

Tratando-se de uma memória em disputa, era imperativo que os historiadores ligados à universidade marcassem presença, contrastando diferentes pontos de vista com historiadores ligados a outras instituições, como, por exemplo, o IHGRGS, ou mesmo o meio tradicionalista.<sup>99</sup> Ademais, é necessário deixar claro que, no decorrer do texto, se verificou que os indivíduos que circulavam entre as instituições tinham pontos de vista que não refletiam somente o posicionamento intelectual da instituição. Dessa forma, é possível, como sugeriu Cicero Araújo (*apud* POCOCK, 2003), não centrar o discurso somente no estatuto legal das instituições, mas na qualidade de seu funcionamento:

---

<sup>98</sup> Na opinião de Luiz de Antônio Assis Brasil (2020), havia uma significativa pressão do MTG pelas comemorações. As atas da Subcomissão de Tradição e Folclore sugerem essa relação muito próxima dos membros do MTG com a Comissão Executiva (AHRs, Documentos da Subcomissão. Caixa 1, 1984).

<sup>99</sup> Muitos intelectuais ligados ao MTG e ao IGTF têm convicções que produzem história, ainda mais se tratando das questões que envolvem a Revolução Farroupilha.

[...] significa examinar as condições por meio das quais os cidadãos interagem politicamente. A legalidade das instituições, embora nunca deixe de ser relevante, tende a captar apenas a “estática”, digamos assim, da legitimidade delas, e não a sua dinâmica (ARAÚJO *apud* POCOCK, 2003, p. 15).

Pensar essa dinâmica dos indivíduos é importante para perceber o trânsito de parte desses intelectuais pelas instituições. Ao entrevistar certos sujeitos sociais envolvidos nas comemorações em 1985, percebi que, muitas vezes, em suas narrativas ficou claro que, para eles, a instituição vem à frente dos indivíduos quando pretendem criticar o posicionamento da instituição e de seus componentes. Isso, porém, não reflete como um todo a participação desses indivíduos nas comemorações, muito menos o posicionamento intelectual de cada indivíduo ou a forma como esse se enxergava e era visto por seus pares dentro daquele contexto. É preciso avaliar que o envolvimento dos indivíduos nas comemorações foi algo mais dinâmico do que parece quando se pensa na estrutura “estática” do estatuto das instituições.

Analisar o “Curso de extensão universitária” se mostrou uma tarefa não muito simples, no entanto a pertinência do projeto em mostrar o trabalho dos historiadores e da universidade dentro das comemorações me levou a dois documentos fragmentários que não me davam todas as respostas conclusivas. Assim, tive que recorrer a outras metodologias para a elaboração dessa parte do capítulo, recorrendo também às entrevistas realizadas para esta pesquisa. Do “Curso de extensão universitária”, encontrei seus planejamentos, seus proponentes e as propostas das temáticas. Não foi possível encontrar textos escritos sobre as propostas apresentadas, por isso recorri à produção bibliográfica disponível produzida por parte dos intelectuais que participaram do curso e que publicaram ou reeditaram trabalhos no período, cujos temas estavam de acordo com as propostas apresentadas por eles no curso de extensão. Para tomar essa decisão metodológica, busquei o entendimento de que tal análise textual era possível em John Pocock (2003, p. 27):

Por exemplo, tem-se questionado se podemos resgatar as intenções do autor a partir da análise de seus textos sem nos tornarmos prisioneiros do círculo hermenêutico. A resposta é que de fato isso pode ser um risco, quando não temos nem um indício em relação às intenções do autor, além do próprio texto. Na prática, é isso que acontece algumas vezes, mas nem sempre. Pode haver indícios, não confiáveis e traiçoeiros, mas ainda assim utilizáveis, em outros textos do autor ou em sua correspondência privada.

Assim, muito importante para a compreensão desse projeto foi contar com a história oral, que me deu subsídios para tornar coerente a metodologia de comparar as propostas apresentadas no “Curso de extensão universitária” com a produção bibliográfica dos



proponentes no contexto do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Por exemplo, em um dos trechos da correspondência com Moacyr Flores (2020b), ele afirma que sua participação nas comemorações aconteceu em função da sua dissertação de mestrado, reeditada naquele ano, intitulada *Modelo político dos farrapos: as ideias políticas da Revolução Farroupilha* (FLORES, 1985a). Além disso, narrou os temas trabalhados pelos outros proponentes para um debate de encerramento do curso.<sup>100</sup> Nesse sentido, ele me deu certo respaldo para analisar tais textos dentro daquele contexto, assim como as outras entrevistas, que dialogam com a entrevista de Moacyr Flores e com os textos produzidos por historiadores que estavam fora das comemorações, mas escrevendo naquele momento.<sup>101</sup>

### 3.1 O PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA SOBRE A REVOLUÇÃO FARROUPILHA: A PARTICIPAÇÃO DOS HISTORIADORES E SUAS PERSPECTIVAS

O “Curso de extensão universitária” foi um projeto que entrou na pauta da Subcomissão de Geografia e História quando ela teve a adesão dos professores universitários do Departamento de História da PUCRS (AHRS, Ata n. 05 da Subcomissão de Geografia e História. Caixa 1, 1984). Professores responsáveis pelos projetos, como Wilson Sander (2020) e Harry Bellomo (2020), pertencentes ao Departamento de História da PUCRS, me afirmaram que a ideia de realizarem um curso de extensão partiu do próprio Departamento de História, com a intenção de justamente trazer para o meio acadêmico, dentro do ambiente das comemorações, os temas que tratavam da Revolução Farroupilha.<sup>102</sup> É possível refletir que a maneira pensada de propor um curso de extensão foi o modo que encontraram de colocar em análise diferentes perspectivas intelectuais sobre a Revolução Farroupilha. Pode-se pensar na importância social do evento, pois ele foi aberto à comunidade, o que proporcionou o encontro de intelectuais acadêmicos e não acadêmicos com diferentes visões sobre a Revolução Farroupilha.<sup>103</sup>

---

<sup>100</sup> Tais análises serão mais bem explicadas no decorrer do texto.

<sup>101</sup> Quanto mais provas o historiador puder mobilizar na construção de suas hipóteses acerca das intenções do autor, que poderão então ser aplicadas ao texto ou testadas em confronto com ele, maiores são as chances de escapar do círculo hermenêutico, ou mais círculos desse tipo seus críticos terão que construir na tentativa de desmontar essas hipóteses (POCOCK, 2003).

<sup>102</sup> Harry Bellomo (2020), professor da PUCRS em 1985, relata: “Na época, eu era Coordenador do Departamento de História, por isso fiquei responsável pela organização do curso”.

<sup>103</sup> O “Curso de extensão universitária” ocorreu entre os dias 6 e 20 de maio de 1985 nas dependências da PUCRS, sendo responsabilidade do Departamento de História, representando o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da universidade (AHRS, Relatório de projetos da programação oficial. Caixa 1, 1984).

A maioria dos projetos da Subcomissão de Geografia e História havia sido pautada ainda no início da organização da subcomissão, quando ela estava sob a coordenação dos membros do IHGRGS e acabaram por se manter na pauta, o que aponta para a ideia de um evento oficial e comemorativo muito imbuído de representações pedagógico-cívicas. Nesse sentido, é importante analisar o “Curso de extensão universitária”, visto que, segundo as fontes orais, ele se apresentava como possibilidade de um momento de reflexão sobre os objetos da memória farroupilha. Dessa maneira, analisar esse projeto é se colocar perante uma proposta que foi posta em movimento a partir da vontade dos historiadores ligados à academia, que viam, na oportunidade, uma maneira de contribuir para as comemorações, trazendo o debate sobre a Revolução Farroupilha para dentro da universidade.

Encontrei um documento que mostrava como o Departamento de História da PUCRS apresentou a proposta para a Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Segue a transcrição do cronograma no Quadro 10, a seguir.

Quadro 10 – Propostas da Subcomissão de Geografia e História – eventos culturais

<b>1. Curso de extensão universitária</b>
<b>Tema:</b> A Revolução Farroupilha
<b>Duração:</b> 42 h/aula
<b>Período:</b> 8 a 26 de abril de 1985
<b>Horário:</b> de segunda a sexta-feira a partir das 19h30
<b>Local:</b> Auditório do prédio 5 (sala n. 9)
<b>Público-alvo:</b> professores, estudantes universitários e comunidade
<b>Inscrições:</b> Secretaria do IFCH. Prédio 5 da Cidade Universitária – Sala 5. Telefone: 36-94-00 ramal 155

Fonte: O autor (2022), com base em AHRS (Documentos da Comissão. Caixa 4, 1985).

Primeiramente, minha inquietação em analisar a proposta do projeto do “Curso de extensão universitária” era saber se de fato o curso foi realizado, pois constatei que em muitos projetos a documentação não trouxe explicações mais contundentes sobre a realização desses eventos. No entanto, encontrei o “Relatório de projetos concluídos”, do Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha do AHRS. Esse documento, assinado pelo professor Wilson Sander, coordenador da Subcomissão de Geografia e História, relata que em maio de 1985 ocorreu nas dependências da PUCRS o referido curso de extensão. De acordo com o documento: “Curso de Extensão Universitária sobre a Revolução Farroupilha. Projeto n. 12. Executado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Realizado de 06 a 18 de maio do corrente [ano] com 282 inscritos” (AHRS, Relatório de projetos concluídos. Caixa 1, 1984).

Num segundo momento, encontrei o cronograma definitivo entregue para a Comissão Executiva, que trazia mais especificações quanto à organização do evento. Além disso, mostrava a logística disponibilizada por parte da universidade para a Comissão Executiva do estado, visto que outros departamentos da universidade também se associaram a outras subcomissões. Tais informações podem ser conferidas no Quadro 11, a seguir.

Quadro 11 – Cronograma definitivo apresentado à Comissão Executiva em 2 de maio de 1985

<b>PUCRS – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Departamento de História</b>
Curso de Extensão Universitária sobre a “Revolução Farroupilha”
<b>Período:</b> 6 de maio a 18 de maio de 1985
<b>Duração:</b> 42 horas/aula
<b>Horário:</b> das 18h30 às 20h30
<b>Dias da semana:</b> de segunda a sexta-feira
<b>N. de vagas:</b> 250
<b>Local das aulas:</b> Prédio 15 – auditório
<b>Local das inscrições:</b> Sala 105 do Prédio 5 – Secretária do IFCH
<b>Público-alvo:</b> alunos da PUCRS, de outras universidades e interessados

Fonte: O autor (2022), com base em AHRs (Curso de Extensão Universitária sobre a Revolução Farroupilha – PUCRS. Cronograma. Caixa 25, 1985).

Com vistas a buscar mais informações sobre o evento, encontrei na correspondência enviada para a Comissão Executiva o cronograma do curso. A pretensão de analisar esse recorte está em estabelecer uma reflexão sobre como e em que circunstâncias o “Curso de extensão universitária”, trazendo o tema da Revolução Farroupilha para o meio acadêmico, pôde criar um espaço de diálogo para historiadores e outros intelectuais. Ou seja, um espaço onde se pode observar como esse discurso se posicionou em relação ao discurso do governo do estado sobre a memória farroupilha.<sup>104</sup>

O curso se estendeu do dia 6 a 20 de maio de 1985, contando com os professores da própria universidade e com a presença de intelectuais de outras instituições de pesquisa. O cronograma mostra a relação dos professores e as temáticas que eles propuseram para o curso, o que pode nos dar uma dimensão dos trabalhos, das abordagens e das técnicas empregadas para apresentarem à comunidade suas perspectivas de pesquisa sobre a Revolução Farroupilha. O Quadro 12, a seguir, apresenta a transcrição do cronograma.

<sup>104</sup> Ao contrário de outros projetos, que até maio de 1985 estavam aguardando recursos, esse foi realizado contando com os recursos da PUCRS, por intermédio do IFCH, conforme o documento nos mostra: “Os participantes inscritos receberão um certificado de frequência e comparecimento caso tenham um mínimo de 80% de frequência. Organização, despesa, execução: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul” (AHRs, Documentos da Comissão. Caixa 4, 1985).

Quadro 12 – Cronograma definitivo apresentado à Comissão Executiva em 2 de maio de 1985

<b>Cronograma</b>		
<b>Datas</b>	<b>Temáticas</b>	<b>Professores</b>
6/5	Abertura: panorama geral da Revolução Farroupilha	Moacyr Flores
7/5	Historiografia	Moacyr Flores
8/5	Ideologia e partidos	Moacyr Flores
9/5	Organização política e administrativa	Moacyr Flores
10/5	O ambiente literário e cultural no século XIX	Ir. Elvo Clemente
13/5	Os alemães e a revolução	Hilda A. Flores
14/5	A organização municipal	Núncia Constantino
15/5	Painel: Documentos e pesquisa	-
16/5	As correntes ideológicas na primeira metade do século XIX	Thadeu Weber
17/5	Painel: Organização fazendária, escravidão, sistema eleitoral, imprensa e papel do clero	Eni Barbosa, Harry Bellomo, Arthur Cesar Isaias e Pe. Zeno
20/05	Debate: O significado da Revolução Farroupilha	Dante de Laytano, Moacyr Flores, Sérgio da Costa Franco, Hélio Mariente e outros

Fonte: O autor (2022), com base em AHRs (Curso de Extensão Universitária sobre a Revolução Farroupilha – PUCRS. Cronograma. Caixa 25, 1985).

Para além dos nomes, o que o cronograma do curso pode dizer sobre o evento e suas intenções? Na impeditiva de se recuperar as falas dos proponentes envolvidos e sobre o conteúdo apresentado, o cronograma pode mostrar as temáticas abordadas pelos intelectuais. Assim, é possível associá-las à bibliografia que esses intelectuais estavam produzindo naquele contexto, podendo mostrar as tendências possíveis que assumiram os debates sobre a memória farroupilha quando trazidos para o ambiente acadêmico. Os temas sugerem que parte desses intelectuais buscava uma abordagem mais reflexiva, fora dos padrões de uma narrativa “heroica”, dando preferência por temas políticos e sociais relacionados ao contexto da Revolução Farroupilha.

Dando ênfase a perspectivas políticas, aparece nos temas propostos por Moacyr Flores e Tadeu Weber questões relacionadas aos estudos da ideologia do século XIX. No caso, Tadeu Weber e trouxe para o debate “As correntes ideológicas na primeira metade do século XIX”. O tema das ideologias estava em curso naquele momento, fazendo parte dos temas apresentados por historiadores voltados à historiografia de cunho marxista. Tadeu Weber é filósofo, portanto fazia sentido, de acordo com sua área de formação, discutir as ideologias políticas do século XIX. Moacyr Flores, como professor de História da PUCRS, também trazia para o debate um

tema voltado às ideias políticas, mais especificamente voltado para a questão de como os farroupilhas teriam se apropriado dos conceitos em uso no século XIX.<sup>105</sup>

Nesse sentido, constatei que Moacyr Flores assumiu um papel de destaque no “Curso de extensão universitária”, trazendo temas políticos sobre a Revolução Farroupilha, que são temas de abordagem de sua dissertação de mestrado.<sup>106</sup> O historiador ministrou o curso de extensão do dia 6 a 9 de maio com os temas: “Panorama geral da Revolução Farroupilha; Historiografia; Ideologia e partidos; Organização política e administrativa”. Tais temas também foram trabalhados e abordados pelo professor em outro livro reeditado em 1985: *Revolução Farroupilha*. O autor, nesse livro, manteve de forma sucinta perspectivas muito semelhantes às ideias de sua dissertação, no sentido de mostrar os aspectos da Revolução Farroupilha como um movimento liberal e separatista. Buscava, sobretudo, mostrar as desavenças entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo e como essas relações foram cruciais para os insucessos da Revolução Farroupilha, para que ela começasse a ruir internamente, quando Bento Gonçalves da Silva resolveu não abrir mão de seus poderes de “ditador” (FLORES, 1985b).<sup>107</sup>

Outro aspecto que aparece nas temáticas do curso tratava das questões étnicas, abordando o papel desempenhado pelos imigrantes na Revolução Farroupilha, tema que foi proposto pela professora Hilda Flores, cujo título foi “Os alemães e a revolução”, título semelhante ao livro publicado pela autora *Alemães na Guerra dos Farrapos* (FLORES, 1995). A edição, segundo a autora, “ao final do sesquicentenário farroupilha, preenche uma lacuna bibliográfica sobre o tema da inserção dos imigrantes alemães” (FLORES, 1995, p. 9). Esse comentário me fez verificar as referências utilizadas por ela no livro, que traziam pontos importantes baseados na obra do presidente do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo,

---

<sup>105</sup> Em *Modelo político dos farrapos: as ideias políticas da Revolução Farroupilha*, Moacyr Flores (1985a) analisa a influência política do século XIX, buscando perceber como as influências norte-americana, francesa e da região do Prata serviram de base ao modelo político da República Rio-Grandense.

<sup>106</sup> No decorrer deste capítulo, analisarei como as questões políticas abordadas por Moacyr Flores contribuam para uma crítica da construção do “herói” na figura de Bento Gonçalves dentro do contexto das comemorações.

<sup>107</sup> Os aspectos abordados por Moacyr Flores no campo da historiografia são relevantes, pois mostram o trabalho dos historiadores por uma análise crítica da Revolução Farroupilha e seus personagens. Tal impressão será sentida quando abordar no terceiro capítulo a maneira como os membros da Subcomissão de Tradição e Folclore trataram, dentro de um ambiente de ufania, tais aspectos da memória farroupilha.

Germano Oscar Moehlecke: *Os imigrantes alemães e a Revolução Farroupilha*.<sup>108</sup> As duas obras convergem na afirmativa de Moehlecke sobre a necessidade de, em 1985, fazer-se uma revisão trazendo para a discussão a participação efetiva dos alemães na Revolução Farroupilha em ambos os lados envolvidos no conflito.<sup>109</sup>

Nesse sentido, é possível refletir quanto aos aspectos que permitem pensar sobre a participação mais efetiva dos imigrantes naquele contexto da Revolução Farroupilha, pois a obra propõe uma análise dos imigrantes não somente como elementos de sujeição ao processo, mas também como agentes ativos. Se, por um lado, parte dos historiadores reforçava a ideia da Revolução Farroupilha como movimento de elite, por outro buscaram mostrar como os imigrantes construíram suas redes de relações e de interesses com as elites, de forma que procuraram dar complexidade àquelas relações, dando voz àqueles sujeitos, mostrando o espaço ocupado por eles no contexto da revolução. No mesmo sentido, parecia haver uma tentativa de dar visibilidade aos sujeitos e sua participação efetiva na Revolução Farroupilha, ao invés somente da narrativa dos fatos. Em correspondência com o professor Harry Bellomo (2020), este sugeriu que essa era uma tendência de muitos historiadores.

No dia 17 de maio de 1985, foi apresentado um “Painel da Revolução Farroupilha” pelos professores Eni Barbosa, Harry Belomo, Arthur César Isaia e Pe. Zeno<sup>110</sup>, e os temas propostos foram: “Organização fazendária, escravidão, sistema eleitoral, imprensa e papel do clero” (AHRS, Curso de Extensão Universitária sobre a Revolução Farroupilha – PUCRS. Cronograma. Caixa 25, 1985), propondo outros olhares para a Revolução Farroupilha. Nesse aspecto, Harry Bellomo (2020) afirmou que “A apresentação em forma de painel permite a

---

<sup>108</sup> O projeto “A participação da Colônia Alemã na Revolução Farroupilha” foi uma pesquisa realizada pelo Instituto Histórico de São Leopoldo, que foi um projeto apresentado na Subcomissão de Estudos das Relações Interculturais, cujo responsável técnico foi o Dr. Carlos Hofmeister Filho, membro desse instituto (AHRS, Documentos da Subcomissão. Caixa 1, 12 set. 1984). Esse projeto sugere a ideia de que pensar outros elementos para o estudo da memória da Revolução Farroupilha era uma tendência que circulava nas instituições por parte de seus intelectuais, que buscavam outros elementos de análise, propondo diferentes debates para dentro das subcomissões do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha (AHRS, Documentos da Subcomissão. Caixa 1, 12 set. 1984).

<sup>109</sup> Nesse sentido, procurando dar visibilidade à participação de imigrantes e outras etnias na Revolução Farroupilha, a Subcomissão de Geografia e História, com a entrada dos professores da PUCRS, criaram a Subcomissão de Relações Interculturais, onde atuou a professora Margaret Bakos, que antes aparecia inicialmente como membro da Subcomissão de Geografia e História. Segundo os documentos, o coordenador da Subcomissão de Geografia e História, Wilson Sander, se mantinha informado do andamento da implantação pela sua suplente, a historiadora Suzana Schunck Brochado, que se reportava ao coordenador da Subcomissão de Geografia e História (AHRS, Ata n. 08 da Subcomissão de Geografia e História. Caixa 1, 1984).

<sup>110</sup> Padre Zeno também representou a PUCRS num curso promovido pelo Instituto de Teologia, cujo tema tinha por título “A Igreja Católica na Revolução Farroupilha”. Esse curso fazia parte dos projetos apresentados pela Subcomissão de Estudos das Relações Interculturais (AHRS, Documentos da Subcomissão. Caixa 1, 12 set. 1984).

*apresentação de visões diferentes, e o debate entre os painelistas enriquece o debate. Os convidados tinham visões diferentes, o que tornou o debate mais rico”*.<sup>111</sup>

Bellomo (2020) – distanciado dos fatos – diz que se pretendia fazer um debate com intelectuais com visões diferentes, o que não pode ser desconsiderado, pois a historiografia passava por um momento em que surgiam opiniões contrárias às ideias consolidadas da Revolução Farroupilha. Essa afirmativa de Bellomo pode ser constatada no cronograma apresentado acima, quando reúne intelectuais de dentro da universidade com intelectuais vinculados a outras instituições. Pode-se dizer que, ao descrever o evento como um lugar de diversidade intelectual, Bellomo não está tendo uma visão *a posteriori*, visto que havia no contexto das comemorações de 1985 discursos buscando outras ideias sobre o papel dos agentes sociais à época da revolução.

No dia 20 de maio de 1985, no encerramento do curso de extensão, seria realizado um debate cujo tema proposto foi “O significado da Revolução Farroupilha”, em que estava previsto para encontrarem-se Moacyr Flores, Dante de Laytano, Sérgio da Costa Franco e Hélio Moro Mariante. Para tentar compreender o que os intelectuais trouxeram para o debate como propostas sobre os diferentes significados da Revolução Farroupilha, recorri novamente à correspondência. Moacyr Flores (2020a) me deu uma ideia sobre os temas tratados no fechamento do evento, que sugeria os significados da Revolução Farroupilha:

“[Ramos:] *Quais aspectos foram abordados no debate do dia 20 de maio de 1985 entre o senhor, Dante de Laytano, Sérgio da Costa Franco e Hélio Moro Mariante?*  
 [Flores:] *O Dr. Dante de Laytano sempre abordava a revolução republicana como brasileira e não separatista; Sérgio da Costa Franco: Porto Alegre e a Revolução. Hélio Moro Mariante: Aspectos militares da Guerra Gaúcha. Eu: A ideia de Federação republicana e as origens do ‘Partido’ Farroupilha na formação política do Rio Grande do Sul.*”

Para fechar o evento, houve um debate que pretendia uma síntese dos “significados da Revolução Farroupilha”. Refletir quanto ao posicionamento dos historiadores no evento, assumindo um lugar de fala, se torna importante, pois as comemorações abriram espaços para muitos intelectuais se posicionarem em relação à história da Revolução Farroupilha, como, por exemplo, os tradicionalistas, folcloristas e outros escritores ligados à literatura gaúcha.<sup>112</sup> Assim, mesmo que não houvesse muitas divergências entre os temas apresentados no debate de encerramento, cabia aos historiadores marcarem seu espaço naquele evento, pois assim

<sup>111</sup> Todos os relatos apresentados neste trabalho estão reproduzidos com autorização dos participantes e transcritos literalmente, na sua forma coloquial.

<sup>112</sup> Cito, por exemplo, a participação dos membros da Academia Rio-Grandense de Letras, que compunham a Subcomissão de Publicações e Concursos.

poderiam de dentro do evento se posicionar, dividindo o espaço que outros intelectuais e historiadores não acadêmicos costumaram ocupar, se apropriando de uma função que passara a ser também dos historiadores ligados à academia. Não que esse espaço pudesse ser delimitado ou privativo de tais historiadores, mas era uma forma de se colocarem, trazendo suas perspectivas para dentro do evento.

Desse modo os historiadores, falando de história dentro das comemorações, poderiam se apropriar também do debate, reelaborando elementos constitutivos da memória farroupilha, possibilitando um debate com os objetos de outros intelectuais que se apropriavam da memória farroupilha como instrumento cívico de rememoração. A ideia não era excluir historiadores com um pensamento menos crítico dos fatos, afinal esse pensamento também se fazia presente dentro da universidade, pois esta começava a passar por transformações, contando com historiadores que traziam outros objetos de pesquisa, como será mostrado mais adiante. Na troca de correspondência com o professor Bellomo, perguntei se havia entre ele e seus pares uma identificação clara sobre quem podia ser considerado portador de um debate sobre a Revolução Farroupilha voltado para os aspectos cívicos da revolução ou mais questionador que pudesse colocar questões para divergirem no debate. Bellomo (2020) afirmou que a ideia do debate era buscar diferentes pontos de vista:

*“Foram convidados a fazer palestras os professores Moacyr Flores e Sérgio Franco, que deram uma visão crítica da Revolução, e Hélio Mariente e Décio Andreoti, que deram uma visão ufanista da Revolução, idealizada pelo governo do estado. Por isso o governo do estado fez a homenagem ao chefe da Revolução com uma estátua, assim a supremacia do mito sobre a verdade histórica, pois Bento Gonçalves passou 9 anos bombardeando Porto Alegre, que era o centro da Resistência Legalista.”*

A resposta de Bellomo (2020) levanta um ponto de reflexão sobre quem naquele período era compreendido como um intelectual mais ligado às efemérides do acontecimento e aqueles que já assumiam uma postura mais questionadora. Sua reflexão aponta Sérgio da Costa Franco como um intelectual mais crítico, e sua fala converge com o depoimento de Flores (2020b) quando afirma que Franco trouxe para o debate *“Porto Alegre e a Revolução”*.<sup>113</sup>

Da mesma forma, Franco (2020) – levando em conta o distanciamento dos fatos – me afirmou que discordava, em partes, com o posicionamento de seus pares no IHGRGS à época da elaboração do projeto das comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Aqui há uma possibilidade de se refletir sobre a sugestão apontada por Franco, dando a

---

<sup>113</sup> O monumento a Bento Gonçalves em Porto Alegre é do período do centenário da Revolução Farroupilha. O professor Bellomo (2020) o citou para fazer uma referência ao período do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha.



entender que as ideias, mesmo em um determinado grupo, poderiam não ser unânimes, mas fazia parte de um posicionamento político, que poderia esconder, por interesse próprio, o ponto de vista do intelectual. Embora dizendo ser um intelectual menos conservador, Franco, por exemplo, não se colocou em oposição às ideias de seus colegas do IHGRGS quando foi requisitado para elaborar o embrião do projeto das comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Por outro lado, na entrevista que me concedeu, Franco (2020) afirmou:

*“A minha ótica é minoritária, e o meu livro Porto Alegre sitiada deve ter sido a primeira dissonância no coro de louvores aos farrapos. Esse coro de louvores entrou no folclore e no imaginário do gaúcho e é absolutamente dominante, mesmo depois de livros como o de Tau Golin ou de Décio Freitas, que não se aprofundaram no assunto.”*

A afirmativa de Sérgio da Costa Franco (2020) contribuiu para minha reflexão sobre a questão de que o ponto de vista dos intelectuais não estava somente ligado à instituição que representavam, mas, sobretudo, às suas opiniões.<sup>114</sup> Franco (2020) expressou um questionamento criticando a forma que muitos de seus pares interpretavam a Revolução Farroupilha, no que ele entendia que alimentava esse “coro de louvores”, mas, mesmo assim, não deixou de ser representante do IHGRGS e compor a comissão que elaborou o embrião do projeto do “Ano do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha”.<sup>115</sup>

Retomando a análise dos temas do debate, Moacyr Flores (2020b) informa que a participação de Dante de Laytano (1983) trazia o aspecto da “brasilidade” da Revolução Farroupilha, como mostra sua obra *História da República Rio-Grandense*, que teve sua primeira edição em 1935, para o centenário da Revolução Farroupilha, contexto que esteve em alta a ideia de justificar a “brasilidade” da Revolução Farroupilha. Desse modo, no sesquicentenário, mais uma vez, a obra foi editada em um contexto que o governo do estado ressaltava a “brasilidade” dos farroupilhas. Em uma frase, Laytano (1983, p. 113) sintetizou bem o objetivo que se propôs: “A análise sistemática do exame metodológico das origens da Revolução Farroupilha dá-nos a medida imensa da brasilidade do movimento. Mais do que qualquer outra linha de comportamento político os revolucionários foram brasileiros”.

Aqui identifico um ponto que supostamente divergia no debate, pois Moacyr Flores apresentava o aspecto federativo dos farrapos baseado na formação de um estado

<sup>114</sup> Apesar de Franco (2020) expressar que seu pensamento era diferente dos seus pares do IHGRGS, em 1985, ele também demonstrava que não havia uma intenção de maiores divergências: “O senhor me comentou por telefone que é legalista em relação à Revolução Farroupilha. Como era em 1985, no contexto do sesquicentenário da revolução, assumir essa postura perante outros intelectuais, digamos assim, com uma visão mais saudosista da Revolução Farroupilha? Não me meti de pato a ganso para querer dançar valsa em baile de milonga...”

<sup>115</sup> A análise do “embrião” para o projeto das comemorações oficiais do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha foi feita no primeiro capítulo desta tese.

independente. Flores (1985b) trazia para o debate uma revolução que teve sua estrutura em fases. Nesse sentido, ele denota que os dez anos de revolução foram moldando os acontecimentos à vontade dos seus líderes, o que levaria à separação e proclamação da República Rio-Grandense. Dessa forma, o professor não só trazia os significados da Revolução Farroupilha como abria a possibilidade para a reflexão crítica do tema. Já Laytano, de acordo com a narrativa de Moacyr Flores (2020b), defendia a “brasilidade” dos farroupilhas, temática esta que era tratada por Hélio Moro Mariante<sup>116</sup>, que tinha, como sugeriram Flores e Franco, uma visão mais ufanista. Isso parece se confirmar na escrita do seu livro *Farrapos: guerra à gaúcha* (MARIANTE, 1985), que traz o tema citado por Flores. Mariante (1985) apresentava uma narrativa que reproduzia o receio de muitos historiadores sobre a rememoração da farroupilha no sesquicentenário, que era justamente e expressão da ufanía sobre a representação do gaúcho, como se pode analisar no trecho de seu livro:

Nascido e criado em plena natureza, senhor dos seus atos, sempre “dentro de sua camisa e de baixo de seu chapéu”, como costumava autodefinir-se, maneira narcisista de proclamar seu amor à sua liberdade, vivendo em permanente estado de sobreaviso, o que lhe aguçou os sentidos, em constante movimentação para satisfazer seu sentido de nômade, desenvolveu uma série de qualidades e de defeitos, que o tornaram uma figura ímpar na sócio gênese brasileira (MARIANTE, 1985, p. 64).

É possível, portanto, perceber uma diferença marcante na forma como, supostamente, no “Curso de extensão universitária” foram debatidos os significados da Revolução Farroupilha, nos fazendo refletir sobre a importância do movimento, seus motivos políticos e o papel desempenhado por seus líderes. Uma discussão que colocava em evidência a necessidade de (re)significar o debate sobre a revolução. Ao mesmo tempo, na contramão dessa visão, havia discursos como o de Mariante (1985), que primava pela manutenção dos mitos criados em torno da memória da Revolução Farroupilha, em um discurso que apresentava uma funcionalidade para a pretensão da Comissão Executiva. Era um discurso justificado por um intelectual, portanto, muito útil para servir de pano de fundo das comemorações pretendidas pelo governo do estado. Assim, a análise do “Curso de extensão” possibilita mostrar como, de certa forma, os historiadores procuraram debater com outros intelectuais o tema da Revolução Farroupilha dentro das comemorações oficiais promovidas pelo governo estadual.

Procurei, sucintamente, mostrar os aspectos do “Curso de extensão universitária” que a análise de documentos, a produção bibliográfica e as entrevistas me possibilitaram elaborar. Assim, para dar continuidade ao capítulo, faz-se necessário refletir as maneiras como os

---

<sup>116</sup> Hélio Moro Mariante, era: “Membro efetivo da Estância da Poesia Crioula, do círculo de Pesquisas Literárias (CIPEL) e da Academia Rio-Grandense de Letras” (MARIANTE, 1985).

historiadores viram aquela oportunidade de debate com outros intelectuais. Observando a presença no curso de extensão de Dante de Laytano e de Sérgio da Costa Franco, há uma questão a ser ressaltada: se, por um lado, o IHGRGS havia se retirado da Subcomissão de Geografia e História devido à entrada dos professores da PUCRS, tal fato não foi obstáculo para que alguns membros do IHGRGS participassem do evento.<sup>117</sup> Como as fontes escritas, por serem poucas, limitam a compreensão sobre o “Curso de extensão”, busquei outros elementos na pesquisa para organizar minha reflexão. Tendo conhecimento que o professor Wilson Sander foi vice-coordenador do Departamento de História da PUCRS<sup>118</sup> e coordenador da Subcomissão de Geografia e História, fui buscar na entrevista com ele indícios para um entendimento maior sobre o “Curso de extensão universitária” e as questões em aberto que as fontes escritas não me diziam. Primeiramente, quis saber de Wilson Sander como foi debater a Revolução Farroupilha dentro da universidade em relação a todo o ufanismo que se tinha fora do meio acadêmico. Assim, ele me respondeu:

*“Foi divertido..., mas também não foi fácil de ser realizado. Foi um desafio. Pois tivemos de fazer um exercício muito grande de imaginação para conseguir atender aos interesses dos setores envolvidos. Neste sentido, a universidade entendeu que uma boa forma de marcar a sua presença era a da realização de um Curso de Extensão, e não um congresso ou simpósio. Eu não lembro mais dos detalhes. Recordo que entre os painelistas havia pessoas que não eram graduadas em História e até sem nenhuma titulação acadêmica. Tais como estudiosos do folclore gaúcho, cito o Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore criado em 1974 e na época muito ativo e presente em todos os setores da sociedade gaúcha.” (SANDER, 2020.)*

A narrativa quis representar uma universidade aberta às propostas, mas Sander via como um desafio atender às expectativas de todos os setores, que tinham perspectivas diferentes dos historiadores acadêmicos. Com base nessa afirmação, pergunto-me: teria havido a pretensão de demonstrar “bom senso” fundado na ideia de a universidade ser representada como um lugar aberto às diferentes perspectivas, ao contrário do que Sander afirmava ser a posição do IHGRGS? Possivelmente, Sander (2020) pretendeu mostrar que naquele contexto a universidade podia ser um lugar, ao contrário do IHGRGS, propício para dar espaço para a diversidade de falas sobre a Revolução Farroupilha. No entanto, realizar um curso de extensão, como sugeriu a narrativa, possibilitava um controle na escolha dos intelectuais que

---

<sup>117</sup> A saída do IHGRGS da Subcomissão de Geografia e História foi explicada no primeiro capítulo, no item que aborda a referida subcomissão.

<sup>118</sup> Faziam parte da Coordenadoria do Departamento de História da PUCRS, respectivamente, como coordenador o professor Hary Bellomo e vice-coordenador o professor Wilson Sander (BELLOMO, 2020; SANDER, 2020).

participariam do evento, diferentemente do que ocorreria em um congresso, que sugere um evento mais amplo.

No que diz respeito à universidade ser representada como um espaço de mais abertura às ideias dos intelectuais, Sander (2020) salientou o ponto vista do contexto que vivenciava sobre a forma que a instituição estava buscando uma posição de proeminência naquelas comemorações. Ele afirma que:

*“[...] na maior parte das universidades gaúchas sopravam novos ventos. E na PUCRS o ambiente era de renovação, com a Reitoria incentivando os professores a se qualificar, contratando novos professores altamente qualificados, incentivando os cursos de pós-graduação, incentivando a criação de novos cursos, incentivando os departamentos e institutos para que se abrissem para a comunidade, oferecendo cursos, palestras nos cursos de extensão, sempre abertos a todas as pessoas interessadas na aquisição de novos conhecimentos, proporcionando uma qualificação permanente para toda a comunidade. Resumindo, o IHGRGS era uma instituição fechada.” (SANDER, 2020.)*

Sander (2020) faz uma comparação entre o ambiente da universidade e o do IHGRGS, mas uma coisa seria o meio acadêmico buscando elementos para uma renovação da historiografia e outra seria ter que entender o IHGRGS como uma instituição com perspectivas sobre memória farroupilha há tempo consolidadas. O professor diferenciava a postura dessas instituições, considerando a universidade como espaço aberto para o diálogo. Tais afirmativas de Sander (2020) podem mostrar a visão muito particular que alguns intelectuais estavam assumindo em relação ao IHGRGS, sugerindo que existia uma diferença na forma de o instituto compreender e expor os estudos referentes à história. Esse modo de ver o IHGRGS, como se pode constatar, não era somente a opinião de Sander, mas, sim, um discurso que permeava o meio intelectual. Moacyr Flores (2020a), por exemplo, demonstrou uma posição muito semelhante à de Wilson Sander quando perguntei como ele compreendia o posicionamento do IHGRGS em relação aos historiadores que tinham uma visão mais crítica dos fatos dentro daquele contexto de 1985:

*“[Ramos:] Pode me falar um pouco do papel do IHGRGS naquelas comemorações? Notei que quando os historiadores da PUCRS entraram na Subcomissão de Geografia e História os membros do IHGRGS se afastaram da subcomissão.  
[Flores:] No IHGRGS predominavam pesquisadores sem curso de História. Não aceitaram que eu levasse meus alunos do curso de História para pesquisar no arquivo, porque eu e meus alunos ‘pensávamos diferente’ deles.”*

Nesse sentido, é importante levar em consideração a narrativa de Flores (2020a), que sugere que parte dos membros do IHGRGS tinha receios quanto a outros posicionamentos

historiográficos associados a mudanças de tendências nas suas análises. Moacyr Flores, à época, era um historiador conhecido dentro e fora do meio acadêmico e tinha ligações com historiadores que circulavam entre a academia e o IHGRGS, como Dante de Laytano, ou seja, estamos diante de um historiador conhecido no meio intelectual. Em 1978, havia publicado sua dissertação, que, como as fontes apontam, trazia elementos que sugeriam uma releitura dos fatos ligados à Revolução Farroupilha. Outros intelectuais do período também compreendiam que existia até aquele momento uma proeminência do IHGRGS nas comemorações oficiais.

Pensando na postura do IHGRGS como uma instituição que procurava sempre estar à frente de eventos oficiais, quando me correspondi com a historiadora Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos (2020), quis saber como ela compreendia a postura assumida pelo IHGRGS em relação a seu afastamento da Subcomissão de Geografia e História, visando assim compreender também a participação de alguns de seus membros no “Curso de extensão universitária”. Para a historiadora:

*“Acho que este é o ‘metier’ do IHGRGS. E como fizeram em 1935, procuraram ocupar um lugar importante, outra vez, na produção historiográfica do RS sobre o tema em questão. Só que os tempos eram outros, e muitos historiadores já haviam escrito sobre o tema na década de 1980. Por exemplo, além do Moacyr Flores, Helga Piccolo, Sandra Pesavento, Luis Dario Teixeira Ribeiro e Vanessa Dutra, entre outros professores, escreveram sobre o tema. Penso que o IHGRGS é bastante eclético na escrita da História e também conservador nesta escrita. Por outro lado, até esta data era sempre o Instituto quem liderava estes eventos oficiais, junto com o Governo ou não. Há que se ter presente que este é um lugar de destaque, lugar que o IHGRGS sempre ocupou nos eventos oficiais. Então, prontamente se posicionou. Mas entre os professores universitários havia os que não simpatizavam com a história escrita no IHGRGS e a criticavam. Normalmente o pessoal mais jovem, com uma leitura e escrita de cunho marxista que usava outras ferramentas na escrita da História. Mas creio que as universidades foram cuidadosas e não buscaram o embate direto, mas enviaram participantes consolidados que dialogassem com todos os grupos. Daí a Helga como representante da UFRGS.” (RAMOS, 2020.)*

A historiadora afirma que não havia interesse das universidades no embate direto com o IHGRGS, mas, por outro lado, um grupo com uma narrativa mais consolidada na efeméride da farroupilha no IHGRGS poderia não querer dividir espaço com os historiadores acadêmicos, com uma bagagem intelectual mais questionadora sobre a memória relacionada à Revolução Farroupilha, na Subcomissão de Geografia e História. É nesse sentido que o afastamento do IHGRGS dessa subcomissão significava, como já apontei, o afastamento de seus membros mais apegados a uma narrativa “heroicizada” da memória, como Arthur Ferreira Filho e

Raphael Copstein, e que estavam à frente no comando do IHGRGS<sup>119</sup> (AHRG, Ata n. 01 da Subcomissão de Geografia e História. Caixa 1, 1984).<sup>120</sup>

No entanto, quando analiso os documentos do “Curso de extensão universitária”, nada parece ter impedido que outros intelectuais – membros do IHGRGS – participassem do evento acadêmico. Isso pode ser visto como uma forma de dialogarem e se posicionarem em relação a outros intelectuais vinculados ao meio acadêmico, que traziam perspectivas historiográficas ainda em amadurecimento. Do mesmo modo, mostra que as ideias naquele contexto não eram estanques nem vinculadas somente à ideologia da instituição, mas, sim, elementos de circulação entre intelectuais que assumiam diferentes perspectivas. O “Curso de extensão universitária”, como projeto da Subcomissão de Geografia e História, pode ser considerado como um espaço acadêmico utilizado para as comemorações oficiais, que tinha o propósito de criar um ambiente de debate para a reflexão da história da Revolução Farroupilha. No entanto, envolveu a comunidade voltada à pesquisa.<sup>121</sup>

Retomando a análise sobre a narrativa de Sander (2020), percebe-se que o evento foi um espaço democrático, pois recebeu acadêmicos e não acadêmicos. Por esse pressuposto, é possível considerar que o professor pretendeu mostrar em sua narrativa – ao contrário do que ele afirmou sobre as escolhas seletas dos intelectuais que circulavam no IHGRGS – que a subcomissão, na realização do “Curso de extensão”, fez um caminho inverso, tentando mostrar que na universidade “*sopravam novos ventos*” (SANDER, 2020).

De certa forma, isso é confirmado por Eloisa Capovilla Ramos (2020), quando salienta a presença de “novos” historiadores com tendências contrárias aos intelectuais que estavam à frente do IHGRGS. Isso explica por que, no “Curso de extensão”, não foi fechado o espaço para os intelectuais do IHGRGS que haviam demonstrado interesse em participar do evento realizado dentro da academia, pois, independentemente da corrente de pensamento, eram intelectuais atuantes em importantes instituições da sociedade sul-rio-grandense. Do mesmo modo, fazia sentido trazer esses intelectuais para o debate, visto que tal movimento significaria colocar em diálogo suas ideias, confrontando-as com outras visões da Revolução Farroupilha,

---

<sup>119</sup> Considero que tais historiadores tinham sua produção ainda vinculada àquela narrativa historiográfica presa aos vultos e fatos, narrativa sempre associada ao chamado “decênio heroico”. Esses historiadores que faziam parte da vanguarda do IHGRGS foram trazidos para as comemorações por Adroaldo de Mesquita, como mostrei no Capítulo 1.

<sup>120</sup> O IHGRGS, saindo da Subcomissão de Geografia e História, se limitou a fazer seu próprio congresso de Geografia e História, que não teve o resultado esperado, como mostrei no primeiro capítulo da tese.

<sup>121</sup> Virginia Guedea (2012) ressalta a importância da participação das universidades na revisão dos processos históricos a se comemorar junto aos órgãos governamentais. Isso colabora para pensarmos sobre a participação dos historiadores nas comemorações oficiais como sujeitos atuantes, assumindo um lugar de fala.

colocando em movimento novas e “velhas” leituras das ideias sobre a memória da Revolução Farroupilha.<sup>122</sup>

No “Curso de extensão”, a maior parte dos convidados era da PUCRS, mas também foram convidados membros de fora da academia e que pertenciam ao IHGRGS. Dessa maneira, mesmo que a realização de um curso de extensão ficasse muito restrita ao meio acadêmico, ele pode ser considerado como uma forma de interagir com outras instituições e outros lugares de fala, mesmo dentro da Subcomissão de Geografia e História.

Wilson Sander, assumindo o papel de coordenador da subcomissão, ressaltou, num primeiro momento, a “Possibilidade de realização conjunta com o Departamento de História da UFRGS” (AHRs, Ata n. 06 da Subcomissão de Geografia e História. Caixa 1, 1984). A narrativa acima me leva a supor que havia uma intenção da Subcomissão de Geografia e História que a UFRGS fizesse parte da subcomissão. Na entrevista com Sander (2020), obtive algumas respostas que ajudam a entender melhor certos aspectos da participação muito efêmera do Departamento de História da UFRGS nas comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha:

*“Sobre a participação do IHGRGS, a resposta sempre era a de que eles realizariam um evento próprio. Apesar de que havia professores da UFRGS que frequentavam o curso de PG da PUCRS, mesmo assim, nunca a comissão pôde contar com a colaboração pública dessas entidades. Ao contrário das demais entidades dedicadas ao ensino e à pesquisa do Rio Grande do Sul, na PUCRS havia uma efervescência intelectual enorme. No Departamento de História do IFCH isso era um fenômeno visível e admirável, reconhecido no ambiente acadêmico do RS. Repare que nós vínhamos de uma bela caminhada intelectual desde as comemorações da Revolução de 1930, quando da realização do Simpósio de História Ibero-americano em 1980. O Departamento de História da PUCRS estava muito prestigiado, e os nossos professores e alunos bastante envolvidos na busca constante da qualificação e, porque não dizer, abertos a novas iniciativas e preparados para ouvir aquilo que se fazia no âmbito do estudo da história em outros ambientes acadêmicos ou não.”*

Estar à frente das comemorações do estado poderia estar de acordo com as perspectivas da ideia de Sander sobre destacar o crescimento do Departamento de História da universidade, ao mesmo tempo em que passa a ideia de que na PUCRS havia mais abertura para a participação de outras instituições fora do meio acadêmico. Em contrapartida ao discurso de Sander, o posicionamento do governo do estado era da existência de uma memória comum aos sul-rio-grandenses, o que talvez levaria muitas instituições a aderir ao projeto. Essa também

---

<sup>122</sup> Veja por exemplo o caso que cito dos debatedores no “Curso de Extensão”, onde se encontraram intelectuais ligados às Universidades, ao IHGRGS, e no caso de Dante de Laytano, que circulava pela UFRGS, IHGRGS e pela Academia Rio-Grandense de Letras.

pode ser a explicação para a insistência da Comissão Executiva pela participação da UFRGS na Subcomissão de Geografia e História, pois se tratava de uma das principais instituições de Ensino Superior do estado.<sup>123</sup>

A Comissão Coordenadora esperava legitimar, com a presença da UFRGS, as representações da memória farroupilha, como se isso fosse um movimento simples, sem levar em conta as perspectivas dos historiadores. A UFRGS, procurando colaborar com o governo do estado, enviou a historiadora Helga Piccolo para fazer parte da Subcomissão de Geografia e História. Assim o Ofício n. 1.218/1984, que parecia atender às expectativas da Comissão Coordenadora, deixa margem para questionar alguns elementos que podem deixar subentendido o “aceite” e a “espontaneidade” da UFRGS em atender ao ofício de João Pradél de Azevedo<sup>124</sup>:

Of. n. 1218/84- GAB Porto Alegre, 13 de novembro de 1984.

Senhor Secretário:

Tenho o prazer de dirigir-me a V. Exa. A fim de, em atenção aos termos de seu ofício nº 250/84, de 30.08.84, indicar a Profa. Helga Iracema Landgraf Piccolo, do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas desta Instituição, para integrar a Subcomissão de História e Geografia, junto à Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha.

Francisco Ferraz. Reitor (AHRS, Ofício n. 1.218/84. Caixa 5, 1984).

Como a documentação do Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha me levava a questionar a suposta morosidade por parte do IFCH da UFRGS em se associar às comemorações, precisei novamente recorrer à fala dos sujeitos que estiveram envolvidos naquele contexto. Assim, expliquei ao professor Moacyr Flores sobre a minha suposição de que os documentos apontavam tal morosidade da UFRGS e seu IFCH em se inserir na proposta. Coloquei a ele que a motivação em levantar tal questão foi o fato de que a instituição havia mandado um ofício em que apenas a historiadora Helga Piccolo foi designada para a Subcomissão de Geografia e História. Então, indaguei o professor Moacyr Flores por que não apareceram outros professores da UFRGS para comporem a Subcomissão de Geografia e História. Sobre esse aspecto, ele fez a seguinte afirmação: “*A professora Helga Piccolo teve uma posição diferente da maioria dos professores*” (FLORES, 2020a). Moacyr Flores (2020a) me afirmou assim que Helga Piccolo aceitou o convite por ter uma posição diferente da

<sup>123</sup> Como demonstrei no primeiro capítulo, a Comissão Executiva era incisiva na ideia de que deveria haver uma participação significativa das universidades nas comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha.

<sup>124</sup> Faço essa referência chamando a atenção que a UFRGS designou somente uma historiadora para compor a Subcomissão de Geografia e História. Além disso, quando analisei as Atas da Subcomissão de Geografia e História, não constatei a presença da historiadora em nenhuma das reuniões realizadas pela subcomissão (AHRS, Documentos da Subcomissão. Caixa 1, 1984).



maioria dos historiadores da UFRGS. Posso, então, compreender que a maioria deles era contrária a participar das comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, por entenderem que o governo do estado pretendia uma apropriação da história aos moldes que tendiam para o ufanismo e a heroicidade da memória farroupilha?<sup>125</sup>

Da mesma forma, na correspondência com o professor Harry Bellomo (2020), ele me deu indícios que fazem refletir sobre a pouca participação do Departamento de História da UFRGS na Subcomissão de História e Geografia e por que realizaram um curso de extensão universitária separado, apesar de Wilson Sander propor a realização de um curso de extensão em conjunto com as duas universidades.

*“[...] a UFRGS tinha uma postura antigoverno, e o governo do estado pediu à PUCRS que organizasse um curso comemorativo, pois a PUCRS tinha tradição de fazer cursos comemorativos. Como eu era coordenador do Departamento de História do Instituto de Filosofia, coube a mim organizar, a pedido do governo do estado, o curso de extensão comemorativo da data. As comemorações faziam parte da política nacional e estadual do momento, o governo do estado devia se integrar à política nacional, investindo em estudos comemorativos e procurando parcerias com faculdades e universidades públicas e privadas.” (BELLOMO, 2020.)*

Bellomo (2020), ao afirmar que a UFRGS tinha uma postura antigoverno, pode demonstrar apenas o seu posicionamento ou, por outro lado, trazer indícios que ajudem a entender o distanciamento que os documentos sugerem sobre a pouca participação da UFRGS nas comemorações oficiais do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Poderia haver uma reação ou um posicionamento político contrário à política das comemorações oficiais do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha por parte de alguns professores do Departamento de História da UFRGS? Eis aí uma questão difícil de responder e que talvez aqui não seja o lugar para o debate, visto que a tese tem outros propósitos.<sup>126</sup>

Em correspondência com o professor José Cláudio Mattes (2020), que também fez parte das comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, ele relatou uma

---

<sup>125</sup> A resposta de Moacyr Flores converge com a sugestão apontada por Eloisa Capovilla Ramos (2020) de que a UFRGS talvez tenha mandado como representante da instituição a professora Helga Piccolo, justamente, para evitar o embate direto com as ideias da Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha.

<sup>126</sup> Sobre esse aspecto, alguns professores da UFRGS, em outros momentos, demonstraram certa desconfiança em relação ao conteúdo a ser reproduzido sobre a memória farroupilha pelas comemorações oficiais. Sandra Pesavento (1985b, p. 70), então professora do Departamento de História da UFRGS, assumia uma postura crítica sobre a apropriação da memória farroupilha para o ano de 1985: “Os novos detentores do poder recolheram, pois, dos intelectuais da realidade preexistente a visualização de um passado que remonta à formação das raízes da formação histórica gaúcha, abandonando a possibilidade de compor um novo grupo de intelectuais para a nova situação. Nesse sentido, a historiografia oficial deixou de representar especificamente os portadores originais das ideias para atuar como reforço no sistema vigente”.

conversa que teve com Sandra Pesavento, então professora da UFRGS, sobre a questão das comemorações:

*“Meramente especulando, acredito que se tratou de um problema de diferentes visões, de diferentes concepções da História e do seu papel, ou seja, diferenças epistemológicas. Tive um encontro casual com o pessoal da UFRGS, representado na ocasião pela professora Sandra Pesavento (infelizmente já falecida). Em conversa privada, ficou claro para mim a discordância da professora sobre o lugar que a História ocupava naquelas comemorações!”*

Esse relato mostra que essa era uma opinião não somente restrita aos livros, uma vez que circulava entre os intelectuais nos bastidores das comemorações e entre intelectuais de dentro e de fora da Comissão Executiva estadual. Pesavento não era a única professora do Departamento de História da UFRGS a assumir um posicionamento por uma revisão crítica dos aspectos que envolviam a rememoração da Revolução Farroupilha. Em uma mesa-redonda realizada na Associação dos Profissionais de História do Rio Grande do Sul, cujo título era “Revolução Farroupilha, uma discussão inacabada”, a professora Maria Luiza Martini foi mediadora de um debate entre as professoras da UFRGS Sandra Pesavento e Helga Piccolo. Martini expõe elementos que deveriam ser levados em conta pelos historiadores sobre os propósitos da Revolução Farroupilha, abordando seus aspectos políticos, econômicos e sociais de forma reflexiva, repensando o significado das comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. De acordo com a autora, um debate sobre a Revolução Farroupilha deveria:

[...] fornecer elementos para uma participação efetiva e crítica em atividades ligadas ao desenvolvimento do conhecimento em História, como o seminário comemorativo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, julgamos útil organizar [...] um indicativo de questões para reflexão. Em princípio, a Revolução Farroupilha não constituiria uma conjuntura histórica adequada para uma análise de uma luta contra a dominação senhorial na História do Brasil [...] (MARTINI, 1985, p. 24).

A crítica de Martini (1985) mostra que alguns historiadores compreendiam a Revolução Farroupilha como uma luta por interesse de uma classe dominante, o que contrariava as expectativas ufanistas do uso político da memória pelo governo do estado, que pretendia fazer desta uma memória comum aos sul-rio-grandenses. Assim, a construção dessas representações por uma classe dominante vigente poderia estar atendendo apenas aos propósitos representativos políticos de uma classe. Para parte dos historiadores acadêmicos que não concordavam com a ideia das comemorações oficiais, não havia a possibilidade de conciliar uma reflexão crítica com o pensamento da elite política no governo do estado e seu uso da

memória farroupilha. Em certos aspectos poderiam estar corretos, afinal, muitos projetos que tinham um caráter pedagógico-cívico acabavam ganhando visibilidade na mídia.<sup>127</sup> No entanto, se considerarmos, como venho argumentando, que o ato de se inserir nas comemorações, as levando para dentro das universidades no campo da História, ao contrário de ser um ato conciliatório com as aspirações do governo do estado, poderia significar um espaço para a interlocução de novas perspectivas e de atuação dos historiadores acadêmicos de dentro das comemorações oficiais.

A professora Helga Piccolo construiu uma análise crítica da Revolução Farroupilha dentro e fora do ambiente das comemorações oficiais, como demonstrei na análise que o professor Moacyr Flores faz da participação da professora Helga Piccolo na Subcomissão de Geografia e História. Helga Piccolo foi designada pela reitoria da UFRGS para atuar na Subcomissão de Geografia e História quando esta já se encontrava na fase final da elaboração de seus projetos, o que pode estar relacionado à ausência da professora nas reuniões da subcomissão e na participação nos projetos (AHRs, Ofício n. 1.218/84. Caixa 5, 1984).

A participação da professora Helga Piccolo ficou circunscrita à organização de um curso de extensão, semelhante ao projeto da PUCRS, para o ano de 1985, que foi realizado no *campus* da UFRGS<sup>128</sup>, estando vinculado como projeto também da Subcomissão de Geografia e História. Sobre esse projeto não obtive muitas informações, pois produziu menos documentações em relação ao projeto apresentado pela PUCRS. Mesmo assim, esses documentos podem nos dar uma noção de suas dimensões.

Quadro 13 – Relatório da Subcomissão apresentado em 22 de maio de 1985

<b>Subcomissão de Geografia e História</b>
Relatório informando sobre o andamento dos projetos sugeridos por esta subcomissão e que constam da programação oficial.
1 Projetos concluídos:
1.1 Curso de extensão universitária sobre a Revolução Farroupilha. Projeto 12. Executado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Realizado de 6 a 18 de maio do corrente com 282 inscritos.
1.2 Curso de extensão universitária sobre a Revolução Farroupilha. Projeto 17. Executado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Realizado de 18 de março a 3 de abril do corrente ano com 30 inscritos (inscrição limitada).

Fonte: O autor (2022), com base em AHRs (Documentos da Subcomissão. Caixa 1, 1984).

<sup>127</sup> Para chegar a essa conclusão, analisei os números da *Zero Hora* do mês de setembro de 1985, jornal que dava cobertura para as comemorações e para os projetos realizados pelas subcomissões com cunho comemorativo (ver todas as referências de *Zero Hora*, 1985).

<sup>128</sup> A propósito, não tenho muitos documentos que abordam o curso de extensão da UFRGS. Nem mesmo os entrevistados deram mais pistas sobre esse evento. Quanto ao curso de extensão da PUCRS, foi possível encontrar documentos escritos e também testemunhas que detalharam mais o evento. E seria importante ter tais documentos, pois permitiriam estabelecer uma comparação entre os dois eventos. Entrei em contato com o IFCH da UFRGS no ano de 2020, mas, devido ao *campus* estar fechado em função da pandemia do coronavírus, os funcionários não souberam me precisar se existiam registros sobre o curso de extensão realizado na UFRGS.

A proposta inicial para esse projeto, segundo Wilson Sander (2020), era que o curso de extensão fosse realizado em conjunto pelas duas universidades. No entanto, os dois cursos fizeram parte de projetos separados, como mostrou o cronograma oficial, que os especificou como projetos distintos inclusive nas datas de realização.<sup>129</sup> O Quadro 13 denota pontos de diferença importantes sobre os dois projetos, como, por exemplo, o número reduzido de candidatos inscritos para o curso da PUCRS e a limitação das inscrições na UFRGS. Isso é mais um indício possível de que o Departamento de História da UFRGS teve uma participação restrita. Para a historiadora Eloisa Capovilla Ramos (2020), que participou da Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, os eventos entre ambas as universidades se deram de forma separada, cada uma em seu *campus*: “*Mesmo quando dialogavam, as duas universidades sempre disputavam terreno. Cada uma cumpria sua obrigação fazendo um evento, como mandava o protocolo, mas cada uma na sua casa, com seu corpo docente e seus convidados*”.

Mesmo assim, foi possível constatar a circulação de intelectuais de várias vertentes no “Curso de extensão universitária” da PUCRS, o que pode dar a entender que houve uma tentativa de um novo olhar sobre a farroupilha. Harry Bellomo (2020) via isso como possibilidade de um diálogo entre os intelectuais de diferentes vertentes. A afirmativa do professor pode mostrar uma coerência também com a narrativa de Wilson Sander de que a proposta do “Curso de extensão universitária” era aberta. Eles entendiam que, naquele contexto, estavam proporcionando um evento que apropriava a abertura do debate histórico, mesmo para aqueles intelectuais de fora da academia. Outro ponto de convergência entre os discursos de Bellomo e Sander aparece na ideia de mostrar que a PUCRS tinha experiência em eventos comemorativos de grandes datas:

*“O Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS já tinha tradição em organizar cursos comemorativos das grandes datas nacionais e estaduais, por isso foi fácil organizar o curso com palestras de renomados historiadores universitários e alguns convidados não universitários. O Instituto teve total liberdade de organizar o curso e convidar os palestrantes.”* (BELLOMO, 2020.)

---

<sup>129</sup> O curso de extensão na PUCRS, realizado no período de 8 a 26 de abril, consta no cronograma como projeto de número 12, pertencente ao Departamento de História do IFCH da universidade, tendo como responsável técnico o professor Harry Bellomo, ligado à instituição. O que chama a atenção é que o projeto do curso de extensão da UFRGS foi o último elencado pela Subcomissão de Geografia e História, constando como projeto vinculado ao Departamento de História do IFCH da UFRGS, tendo como responsável técnica a professora Helga Piccolo. O curso tinha data diferente do curso oferecido na PUCRS, ficando para 18 de março a 3 de abril (AHRG, Relatório de projetos da programação oficial. Caixa 1, 1984).

A narrativa de Sander (2020) também confirma a presença de historiadores sem formação acadêmica entre os acadêmicos. Bellomo (2020) relaciona esse fato à tradição da PUCRS em organizar eventos comemorativos de grandes datas. Da maneira como essa narrativa coloca a questão, pode-se interpretar que esses eventos de grandes datas seriam espaços para a circulação de ideias sobre a história. Do mesmo modo, era uma tendência relacionada às formas de se lidar com as datas comemorativas, ainda muito associadas a uma forma consolidada de tratar os fatos históricos, que naquele contexto começava a encontrar intelectuais com perspectivas diferentes da memória farroupilha, caracterizando o contexto como um momento de mudanças dentro da historiografia regional.

Nesse sentido, quando o entrevistado afirma a presença de intelectuais não acadêmicos no evento, demonstra uma mudança, ao menos na narrativa, procurando diferenciar esses intelectuais daqueles com formação acadêmica. Assim, a narrativa de Bellomo (2020) reflete a maneira de compreender a historiografia, que passava por uma transição nas reinterpretações da memória farroupilha. Nesse sentido, mesmo quando Sander (2020) afirma que na universidade “*sopravam novos ventos*”, tais “ventos” não estavam dissociados das continuidades existentes para um momento de transição pelo qual a sociedade brasileira estava passando. Isso acabava fazendo com que perspectivas historiográficas consolidadas como motivos cívicos caminhassem com as “novas”.

Nesse aspecto, Eloisa Capovilla Ramos (2020) chamou a atenção para as primeiras tentativas de uma nova abordagem dos historiadores acadêmicos sobre a Revolução Farroupilha:

*“Também é importante pontuar que, em 1985, os Programas de Pós-Graduação em História da PUCRS estavam produzindo os primeiros resultados sobre a temática da Farroupilha, com abordagens novas sobre o tema. Moacyr Flores, na PUCRS, abordou o pensamento político dos farrapos. Historiadores americanos, como Spencer Leitmann, trabalharam com a questão econômica da Farroupilha em tese de doutorado nos Estados Unidos. Outros temas passaram a ser revisitados por historiadores, o que elevou a produção acadêmica, e novos livros surgiram com estas temáticas. Como exemplo, podemos citar os relativos à escravidão e às relações escravistas ou não entre os farroupilhas. Então, o contexto era de mudanças, de revisão, de novas abordagens, e mesmo que este espírito não estivesse presente em todos os envolvidos nas festas do sesquicentenário, ele se apresentou na produção, nas discussões, nos propósitos.”*

O posicionamento da historiadora em relação ao pensamento de Bellomo (2020) mostra que o historiador procurou apontar que havia naquele evento a tentativa de trazer para o debate diferentes visões da memória farroupilha. Mas até que ponto no curso de extensão também coexistia a presença de pensamentos divergentes entre seus membros? Bellomo (2020) afirmou

que a PUCRS tinha uma tradição em datas comemorativas, e Sander (2020) disse que na universidade “*sopravam novos ventos*”. No entanto, soprar novos ventos não quer dizer que os pensamentos mudaram abruptamente, antes pelo contrário, pois, se o momento era de transição, poderia ser compreensível que muitos acadêmicos e outros intelectuais bebessem em fontes mais “tradicionalistas” durante sua trajetória acadêmica<sup>130</sup>, sem deixarem de buscar novas perspectivas historiográficas relacionadas ao contexto de mudanças.

Constatei, portanto, que havia historiadores ligados a uma tradição historiográfica que priorizava as grandes datas, o que era muito interessante à proposta de uma memória de cunho pedagógico-cívico. Por outro lado, surgiam os historiadores mais jovens ligados a uma historiografia de tendência marxista, buscando relacionar os fatos a seus aspectos estruturais, que refletia na forma de reinterpretar a Revolução Farroupilha no seu contexto comemorativo.<sup>131</sup>

Procurei até agora analisar a proposta do “Curso de extensão universitária”, baseado no cronograma do evento e buscando uma dimensão do que teria sido esse projeto, demonstrando as perspectivas de seus intelectuais sobre a memória farroupilha. Em seguida, explorei as relações entre os intelectuais e as instituições, procurando apontar as diferentes perspectivas historiográficas relacionadas às afinidades dos intelectuais e seus pares em relação à inserção ou não destes nas propostas da Comissão Executiva. Agora, porém, quero me deter na participação do professor e historiador Moacyr Flores naquele contexto comemorativo, dentro do “Curso de extensão”, levando em conta que ele afirmou que sua participação no evento se deu pela importância de seu trabalho de dissertação, afirmativa que também encontrava eco em seus pares.<sup>132</sup>

---

<sup>130</sup> Moacyr Flores (2020), por exemplo, mostra a aproximação de Dante de Laytano como membro do IHGRGS e da Academia Rio-Grandense de Letras, sendo também professor universitário oriundo daquela corrente mais conservadora da história. Quando perguntei a Flores em que circunstâncias se deram sua entrada nas comemorações oficiais do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, o historiador disse não se lembrar muito ao certo: “*Creio que o Dr. Dante de Laytano me indicou, pois fui seu aluno e depois seu professor assistente na PUCRS*”.

<sup>131</sup> Postura historiográfica que sofria ataques pelo modo como começava a repensar a maneira de interpretar a Revolução Farroupilha, como, por exemplo, no trabalho de Jones Santellano (1985, p. 85) – militar e “historiador local” de Santa Maria: “Porém, há já cento e cinquenta anos de distância, embora baseado em escritores honestos e que, dos dois lados da causa examinaram os fatos, não podem ter, nem pensar, numa ‘revisão da história’, como uma nova descoberta, dentro dessas interpretações dialéticas. Tão a gosto de certos brasileiros e dilatantes do ‘comunismo caboclo’ que sem peias colocam os interesses dessa esdrúxula motivação materialista da história”. Jones Santellano era coronel da PM em Santa Maria, palestrava nos CTG, em escolas de Santa Maria e na UFSM, como consta na documentação anexa em seu livro.

<sup>132</sup> Afirmativa que constatei tanto nas correspondências com Moacyr Flores quanto com Assis Brasil, Harry Bellomo e Eloísa Capovilla Ramos. Até mesmo Dante de Laytano, professor de Flores, mas que tinha pontos contrários à posição política dos farrapos, em *História da República Rio-Grandense* (1983), chamou a atenção para o diferencial da obra de Flores para a historiografia da Revolução Farroupilha.

Flores (2020a) acreditava ter sido convidado para participar das comemorações devido ao seu tema de pesquisa e por sua postura enquanto historiador, se reconhecendo como crítico. Suas afirmativas, quando as relaciono à análise da entrevista que realizei com o professor Bellomo (2020), apresentam Moacyr Flores reconhecido em meio a seus pares como historiador com uma análise crítica da Revolução Farroupilha, fator muito atribuído pelo reconhecimento dado ao tema de sua dissertação. Nesse aspecto, Flores (2020a) afirmou:

*“Talvez, fui chamado para participar por causa da minha dissertação de mestrado. Publicada com o título de Modelo político dos farrapos, com o tema central da luta entre o Poder Executivo e Legislativo, estabelecendo um confronto da doutrina republicana liberal com o autoritarismo dos conservadores monarquistas.”*

A proposta de Moacyr Flores de analisar o contexto político dos farrapos contribuiu para a crítica, que colocava em xeque, principalmente, a figura do líder farroupilha, Bento Gonçalves, enquanto que o discurso do mito dominava o cenário das comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha.<sup>133</sup> Tais apontamentos relacionados com a narrativa de Bellomo – quando afirma a postura crítica de Moacyr Flores – mostram diferenças entre a maneira que muitos historiadores tratavam os mitos e como o governo do estado fazia referência sobre a supremacia do mito, materializado na figura de Bento Gonçalves.<sup>134</sup> Dessa forma, se pode dizer que havia uma barreira a ser transposta pelos intelectuais em relação à preservação do mito por parte do governo do estado. Nesse sentido, é possível refletir que a obra de Moacyr Flores era interpretada no meio acadêmico como uma posição questionadora dentro de um contexto em que se fazia a defesa do mito.<sup>135</sup>

E como isso pode ser relacionado às temáticas do “Curso de extensão”? Considerando a afirmativa de Flores (2020b), que os temas abordados por ele no curso eram referentes à sua dissertação, vou analisá-la de forma a observar em que sentido sua narrativa se posicionava em relação aos elementos estruturais na formação política dos líderes farroupilhas e como sua análise de tais elementos colaboraram para a desconstrução da ideia do mito. Dessa forma,

<sup>133</sup> Analisar o trabalho de Moacyr Flores sob o aspecto de como ele desconstrói a figura do mito Bento Gonçalves no campo da historiografia no contexto do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha é interessante, visto que no terceiro capítulo da tese vou mostrar como o MTG procurou, no mesmo contexto, tratar da representação do general Bento Gonçalves dentro de um aspecto pedagógico-cívico.

<sup>134</sup> De acordo com Elizabeth Lara (1985, p. 20), “O conceito do mito é todo um conjunto de fatores algo diluídos, que, neste caso, constituem o modo de ser do gaúcho, os fatores originários, na terra e na guerra: o espírito aventureiro e guerreiro, a coragem, a agressividade, a energia e o sangue-frio”.

<sup>135</sup> Moacyr Flores (2020) me confirmou que sua postura era de historiador crítico. Claro que é preciso levar em conta o distanciamento do historiador dos acontecimentos como alguém que, ao olhar para o passado, pode estar fazendo uma reflexão crítica de si mesmo. No entanto, sobre o assunto, ele afirmou: “Desde a publicação de minha dissertação de mestrado, publiquei sempre história crítica, pois a PUCRS, como universidade, no meu tempo de aluno e depois de professor, sempre respeitou as ideias políticas e até religiosa de seus professores”.

também é possível buscar os elementos que possam considerar que havia por parte dos historiadores uma tentativa, em meio às comemorações, de contrapor o ufanismo explorado sobre a mitificação dos personagens históricos. Assim, é possível considerar que, por uma visão, mesmo que insipiente, havia pretensão em lançar uma perspectiva diferente para a análise da Revolução Farroupilha dentro do contexto das comemorações oficiais do sesquicentenário. A narrativa de Moacyr Flores (1985a) apresenta aspectos para a reelaboração da memória da Revolução Farroupilha não condizente com a memória planejada para aquele contexto, pelo governo do estado, onde seus líderes eram homenageados como representantes da vontade do povo. No entanto, contrariando a visão do governo, de acordo com Flores, a Revolução Farroupilha foi um movimento de elite:

[...] apenas a elite cultural e econômica representava a soberania do povo, que não tinha participação política e nem realizou a Revolução Farroupilha. O homem do povo lutou nas hostes rebeldes e legalistas sem entender a doutrina política de cada facção, sofrendo fome e passando frio na zona da Campanha por causa da situação de Guerra (FLORES, 1985a, p. 37).

Para Flores (2020a), a Revolução Farroupilha tinha que ser compreendida como um movimento de elite mesmo dentro do contexto das comemorações. Segundo o historiador, líderes como Bento Gonçalves pertenciam à elite, portanto pensavam como homens da sua posição. Ao homem comum restava lutar sem conhecer as razões políticas da guerra. No entanto, na reformulação da memória, em 1985, as comemorações tratam o acontecimento como um movimento por ideias ansiadas pelo povo, mas Moacyr Flores afirma que na época o povo não tinha conhecimento de tais ideias políticas pensadas pela elite, embora ele não possa comprovar que tais “hostes” estavam alheias a tudo. Faz parte da análise do historiador, porém, estabelecer tal relação quando percebe que o movimento era chefiado por uma elite para atender aos seus interesses.

Nesse sentido é que o discurso ufanista se servia da construção do mito como um elemento de aglutinação social. Discurso este que faz com que os sujeitos sociais no presente busquem uma identificação com uma representação daquilo que supostamente não existiu para o povo, ou seja, uma revolução que ansiava pelos problemas da população sul-rio-grandense pode ser considerada também um mito na análise crítica dos historiadores ao revisarem a historiografia. Aspecto este que não seria mostrado na elaboração da memória pela elite no poder, pois o mito é empregado no presente das comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha por grande parte das instituições e dos intelectuais, com propósitos pedagógico-cívicos de manutenção de uma suposta identidade comum.



Para pensar os efeitos do mito nas comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, acabei percebendo que um personagem em comum no discurso acadêmico e das comemorações foi o general Bento Gonçalves da Silva. Não que outros sujeitos não tivessem representação no sesquicentenário, mas a figura emblemática de Bento Gonçalves como chefe da revolução foi foco de discussões e controvérsias no meio político e intelectual no contexto das comemorações. Analisando a obra de Flores (1985a), quando o historiador insere seu texto naquele contexto, pude perceber como sua narrativa elaborou elementos para desconstruir a imagem estereotipada do “herói”, tendo como pano de fundo um estudo sobre o “Modelo político dos farrapos” (FLORES, 1985a).<sup>136</sup> Por esse viés, é possível estabelecer uma linha de análise entre a reconstrução dos mitos no sesquicentenário e as vozes contrárias à ideia e à problemática dos efeitos do mito sobre a memória.

Pensando sobre a facilidade da introdução do discurso do mito nas comemorações, trago um trecho da entrevista de Luiz Antônio de Assis Brasil (2020) que sugere quais instituições portavam um discurso de manutenção do mito:

*“As comemorações do sesquicentenário vieram por conta de uma vertente bastante conservadora. Acho que eu era o mais jovem de todos. Aliás, o professor Dante de Laytano me chamava de ‘benjamim’ por esse motivo. Digamos assim: havia um lado ‘festivo’ das comemorações, e aí entrava o pessoal tradicionalista, com acesso ao governo. Havia outro lado, de historiadores profissionais/acadêmicos, e também de membros do Instituto Histórico e Geográfico do RS e da Academia Rio-Grandense de Letras [às vezes uma só pessoa pertencia a mais de uma dessas instituições] que indicavam as obras a serem reeditadas.”*

Os aspectos conservadores das comemorações, conforme Luiz Antônio de Assis Brasil (2020), estavam presentes também na organização das comemorações. Segundo ele, houve uma ideia na Subcomissão de Publicação e Concursos sobre publicar apenas obras “canônicas” e “que não causassem polêmicas”. Isso leva a interpretar que havia preocupação, por parte da organização na Comissão Executiva, pela preservação da ótica conservadora sobre a memória da Revolução Farroupilha que deveria assumir as comemorações, dando prioridade para publicações que não causassem controvérsias ao discurso ufanista da Revolução Farroupilha. Por outro lado, deveriam ser priorizadas obras que afirmassem as perspectivas ufanistas da memória farroupilha.

Sobre tal aspecto, identifiquei uma documentação que elevou a obra do jornalista Fernando Sampaio (1984), *Bento Gonçalves: mito e história (sobre o herói ladrão)*, à

---

<sup>136</sup> O livro *Modelo político dos farrapos: as ideias políticas da Revolução Farroupilha* foi reeditado em 1985, portanto reinserindo o texto no contexto das comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha.

categoria de obra “oficial” das Comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha.<sup>137</sup> Nesse ponto, a Comissão Executiva definia o caráter das comemorações, ou como deveriam ser assumidas as comemorações, sob o aspecto de uma história mais conservadora, que não questionasse a “idoneidade” de seus “heróis”. Isso pode mostrar as causas da desconfiança de certos historiadores com os propósitos das comemorações. Nesse sentido, Eloisa Capovilla Ramos (2020) mostra que havia uma discordância entre a pretensão da manutenção do mito e o discurso historiográfico naquele contexto.

“[...] o livro de *Tau Golin*, Bento Gonçalves: o herói ladrão. *Este livro foi imediatamente respondido por um historiador do IHGRGS, Fernando Sampaio, que escreveu um outro livro mostrando que a tese de Tau Golin não era viável e recolocando Bento Gonçalves ‘no pedestal’, como um homem ímpoluto! Um outro caso que lembro foi patrocinado pelo livro de Leitmann. O americano, baseado em documentação, escreveu que Canabarro havia recebido dinheiro no Rio de Janeiro, do Governo Central, para sair da Guerra [a Farroupilha]. Isto foi desmentido pela comissão!”*

Nesse aspecto, por parte da Comissão Executiva, pode-se dizer que não se pretendia abrir espaço para a possibilidade de uma memória que colocasse em xeque a memória dos vultos farroupilhas. Ótica essa que era defendida pelo governo do estado, quando o discurso do governador também procurava determinar o papel da historiografia dentro das comemorações.<sup>138</sup> Para compreendermos melhor as expectativas de 1985 sobre a maneira que os historiadores poderiam contribuir, ou não, para as comemorações, é preciso citar o ano de 1983, onde dois aspectos podem ser percebidos.

Por um lado, o governo do estado buscava uma associação com entidades com uma formação mais conservadora de intelectuais ligados ao IHGRGS, elaborando um decreto mais voltado aos interesses de uma comemoração cívica em relação a uma análise historiográfica mais questionadora – que se modificava por meio da academia. Por outro lado, naquele ano houve a criação de uma polêmica nos meios intelectuais com a publicação de *Bento Gonçalves: o herói ladrão*, do historiador Tau Golin (1983a), com uma narrativa totalmente contrária às perspectivas pretendidas no contexto de criação das comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. De acordo com Golin (1983a, p. 43-44):

Mediante o conhecimento do homem histórico Bento Gonçalves da Silva, delimitado na sua classe – a oligarquia –, não é possível compreendê-lo como um herói “popular” digno de ser cristalizado no coração do povo. Bento totaliza-se como

<sup>137</sup> Encontrei essa afirmação no ofício da Comissão Executiva que tratava especificamente do assunto (AHRS, Ofício n. 242/84. Caixa 29, 1984).

<sup>138</sup> Fato abordado anteriormente neste capítulo.

“herói” genérico, devemos atribuir essa realidade ao sucesso estrondoso da ideologia dominante. Bento sempre esteve voltado para sua própria classe.

Desconstruir a imagem de Bento Gonçalves às vésperas do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha fez com que rapidamente intelectuais como Fernando Sampaio – ligado ao IHGRGS – tivessem ganhado a simpatia dos integrantes da Comissão Executiva. Para um olhar distanciado do acontecimento, isso pode parecer pouco relevante, mas o fato tomou aspectos interessantes no desenrolar das comemorações. Fernando Sampaio foi homenageado no ambiente das comemorações, justamente, pelo fato de contestar a crítica de Golin à figura de Bento Gonçalves. A obra de Fernando Sampaio, para a Comissão Executiva, era um instrumento cauterizador para possíveis fissuras criadas na imagem do “herói” provocadas pelas tentativas intelectuais de romperem com os mitos farroupilhas.

Retomando a análise do “Curso de extensão universitária”, verificou-se que o historiador Moacyr Flores procurou construir uma análise mais técnica e reflexiva para os estudos da Revolução Farroupilha, não entrando num embate direto, como fez Golin (1983a), mas, sim, com argumentos que assumiam uma posição que questionava as posições políticas assumidas por homens como Bento Gonçalves. De acordo com o cronograma do curso, Moacyr Flores faria no dia 6 de maio de 1985 a abertura do evento com o título: “Panorama geral da Revolução”. No dia 7 de maio, falaria da historiografia da revolução, e no dia 8 encerraria suas palestras com o tema “Ideologia e partidos” (AHRs, Curso de Extensão Universitária sobre a Revolução Farroupilha – PUCRS. Cronograma. Caixa 25, 1985).<sup>139</sup>

Quando Flores (1985a, p. 166) trata do “Panorama geral da Revolução Farroupilha” em sua dissertação, a apresenta como um movimento de elite, em que o “Legislativo [é] formado pelos representantes do povo, e não da doutrina democrática, com o povo participando do poder”. Do tema “Ideologia e partidos”, ele toca na questão dos embates internos da República Rio-Grandense entre os Poderes Executivo e Legislativo, ressaltando os poderes discricionários de Bento Gonçalves, e como isso teve consequências fundamentais para que o Poder Legislativo tivesse uma efêmera duração, visto que na prática não legislou devido à opressão do chefe do Executivo.

As lutas entre a oposição e o governo de Bento Gonçalves da Silva, que atingiram o clímax com o assassinato do vice-presidente Antônio Paula da Fontoura e as perseguições aos deputados opositores, causaram a dissolução da Assembleia

---

<sup>139</sup> Essas temáticas estão presentes em *Modelo político dos farrapos: as ideias políticas da Revolução Farroupilha* (FLORES, 1985a), mas as temáticas do curso de extensão se refletem de maneira mais concisa na sua obra *Revolução Farroupilha* (FLORES, 1985b), que levava o selo oficial de “edição comemorativa” dos 150 da Revolução Farroupilha.

Constituinte Legislativa, sem que os constituintes discutissem os artigos dos projetos, impresso na tipografia Republicana Rio-Grandense. Reuniram-se pela última vez em janeiro (FLORES, 1985a, p. 167).

Embora Flores (1985b) trouxesse temas que propunham uma análise da estrutura política dos farroupilhas, e que tal abordagem poderia revisar certos paradigmas sobre a imagem construída dos líderes farrapos, é necessário ter em vista que as comemorações eram algo proposto por um governo que, como outros já haviam feito, buscava fazer um uso político daquele passado. Em contraponto à ideia de Flores de que era possível um discurso analítico da revolução no seio das comemorações, encontrei relatos de historiadores que acreditavam não ser possível uma revisão da história naquele contexto. Por exemplo, na correspondência que troquei com o professor José Cláudio Mattes<sup>140</sup>, ele colocou em xeque a possibilidade de uma releitura em meio àquele contexto, porque a celebração assumiu um tom comemorativo difícil de transpor. No entanto, se pode dizer que a questão é perceber que, mesmo não vendo a possibilidade de se fazer uma releitura historiográfica, aquele evento acabou por abrir espaço a diferentes vozes, falas e projetos, que inseriam os indivíduos em contextos distintos, onde podiam ao menos fazer circular tais ideias sobre a necessidade de se revisar o papel dos mitos e “heróis” na historiografia da Revolução Farroupilha. Na opinião de Mattes (2020):

*“Todos os que tomaram parte neste projeto não eram (ou não deveriam ser) ingênuos a ponto de pensar que iria se reescrever/reinterpretar a ‘saga farroupilha’! Tratava-se de uma celebração ufanista, midiática, veja, por exemplo, a participação efetiva do grupo RBS, qualquer um com um pouco de repertório sabia disso. O evento, o olhar ‘oficial’ dialogava com o olhar ‘acadêmico’ com a esperada cortesia e polidez que se espera em qualquer ‘evento social’! Quem esperava algum tipo de revisionismo à luz da moderna/crítica historiográfica teve a sua decepção garantida.”*

Por mais que se tratasse de um evento de forte tendência ao ufanismo, pensar uma revisão da história no seio das comemorações para Mattes era algo impossível. No entanto, mesmo não sendo possível uma releitura da memória farroupilha dentro daquele contexto comemorativo, os historiadores não estavam ou não deveriam estar alheios aos fatos, visto que a historiografia passava também por mudanças de posicionamentos entre os intelectuais.

A diferença de posicionamento intelectual pode estar no fato de que Mattes trabalhou nos projetos “A chamada dos heróis farroupilhas” e a “Demarcação dos locais históricos”, num outro ambiente diferente do “Curso de extensão universitária”. No entanto, também reconhece

---

<sup>140</sup> José Cláudio Mattes era professor do Departamento de História da PUCRS e do sistema estadual ligado à SEC. Coordenou os projetos: “A chamada dos heróis farroupilhas” e a “Demarcação dos locais históricos relacionados com a Revolução Farroupilha no RS”.

que havia posições intelectuais de um lado com uma visão oficial dos fatos, que segundo ele dialogava com o olhar acadêmico. Isso mostra que, mesmo que houvesse “cortesia” entre esses intelectuais, como sugere Mattes (2020), havia perspectivas diferentes. Enquanto para Mattes não havia a possibilidade de uma revisão da historiografia da Revolução Farroupilha, para Flores, em contrapartida, o momento foi visto como propício para o aparecimento de muitas teorias.<sup>141</sup>

“[Ramos:] *Como foi para os historiadores acadêmicos, com uma visão crítica, se inserirem nas subcomissões e dar conta das questões da história da Revolução Farroupilha em um contexto que havia intelectuais e o próprio governo do estado ainda pensando que era possível uma história que cultuava os ‘heróis’?*”

[Flores:] *Época confusa com intelectuais expondo todo tipo de ideologias políticas.*” (FLORES, 2020a.)

Nesse aspecto, para Flores, uma revisão nos temas da Revolução Farroupilha não seria algo tão absurdo, e o “Curso de extensão universitária” poderia ser o lugar de buscar tal diálogo, visto que foi pensado para colocar em evidência intelectuais com diferentes visões sobre a história da Revolução Farroupilha. Moacyr Flores participou desde o início desse projeto, que contava com intelectuais com pensamentos bem distintos, abrindo assim espaço para a exposição de diferentes ideias. José Mattes, por sua vez, atuou em um espaço que possibilitava a abertura de diálogos mais conservadores, que, de certa forma, assumiram mais representatividade na mídia e tiveram uma participação mais efetiva do governo do estado na construção de representações mais ufanistas na releitura dos mitos farroupilhas. Ressalto aqui que o Decreto n. 31.381, que instituía o ano do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, direcionava os trabalhos de pesquisa para a manutenção do mito dos “heróis” farroupilhas, já que, nas suas linhas, considerava “que é dever do Estado estimular o culto dos antepassados, defender e preservar o patrimônio histórico e incentivar o desenvolvimento das ciências humanas” (AHRs, Decreto n. 31.381/83. Diário Oficial. Caixa 20, 1983).<sup>142</sup>

Nesse sentido é que o uso político do passado seria apropriado, dando ênfase a um discurso que tendia pela organização da memória para fins políticos. O trabalho de Moacyr

<sup>141</sup> A documentação apontou que Moacyr Flores e José Cláudio Mattes trabalharam juntos no projeto “Demarcação dos locais históricos”. De acordo com o projeto: “As inscrições nas placas serão de autoria dos responsáveis técnicos pelo projeto, prof. Moacyr Flores e Prof. José Cláudio Mattes” (AHRs, Documentos da Subcomissão. Caixa 1, 12 set. 1984).

<sup>142</sup> Muitos textos também foram reeditados com a intenção de trazer para as comemorações a narrativa estereotipada do “herói”, como a obra organizada pela Subcomissão de Publicações e Concursos junto com a PUCRS: *Um dia todas essas coisas não de ser história* (1985), cujo segundo capítulo tinha por título “Os heróis”, dando ênfase na representação de Bento Gonçalves conforme a narrativa que segue: “Bento Gonçalves da Silva da liberdade é o guia. É herói porque detesta a infame tirania” (MEYER, 1985, p. 98).

Flores, porém, partia na contramão da ideia-base do Decreto n. 31.381, de que as comemorações seriam uma forma de render culto ao herói, priorizando uma análise crítica da representação de Bento Gonçalves. Tal questão ajuda a entender por que a obra de Fernando Sampaio – citada anteriormente – ganhou destaque no seio das comemorações ao fazer uma defesa do mito Bento Gonçalves das críticas ferrenhas de Tal Golin à representação do “herói”.

Ao contrário de um ataque direto à representação dos “heróis”, Flores (1985b), procurou analisar os desdobramentos políticos da constituição da República Rio-Grandense. Em seu trabalho, foi observando as transformações no discurso político liberal dos farroupilhas, que no decorrer de um contexto de dez anos foi rumando, segundo ele, para disputas internas dos líderes farrapos na contestação pelo poder entre os membros do Poder Legislativo e do Poder Executivo: “A República Rio-Grandense desmoronou por suas forças internas antagônicas antes da intervenção do famoso barão de Caxias, que neste período organizava o exército imperial e reunia a cavahada, só iniciando sua marcha para campanha em 27.02.1843” (FLORES, 1985a, p. 167).

Contextualizar esse trecho supracitado possibilita sua reinterpretação, relacionando-o como instrumento de análise dentro do “Curso de extensão universitária”. Flores usava suas ideias para explicar a conjuntura política que levou aos insucessos da revolução, envolvendo na narrativa a desconstrução do mito sobre Bento Gonçalves, elaborando um discurso historiográfico que externava a postura política dos homens da farroupilha com interesses políticos relacionados aos contextos político e social que envolviam a Revolução Farroupilha.

O discurso de federalismo e brasilidade da qual o governo do estado fazia uso, segundo a análise de Flores, cai em contradição. A ideia de federação estava ligada à de república, mas não havia apoio das demais províncias brasileiras; e os revolucionários rio-grandenses, que conheciam a federação empiricamente, extrapolaram esse conceito para independência, surgindo no Rio Grande do Sul um Estado independente e soberano (FLORES, 1985a, p. 120). Ademais, Moacyr Flores, ressaltando que a Revolução Farroupilha foi separatista, colocava em xeque a condição da comemoração do governo do estado em dizer que as comemorações exaltavam que a revolução tinha um caráter brasileiro.<sup>143</sup> Tal indício rompe com um discurso alinhado com o do governador Jair Soares, por exemplo, quando este afirma:

---

<sup>143</sup> Moacyr Flores não foi o primeiro a afirmar a perspectiva historiográfica separatista da Revolução Farroupilha. Ieda Gutfreind, numa discussão que apontava para as vertentes platina e lusa da historiografia da Revolução Farroupilha, explorou tal ideia. Flores, porém, se apropriando dessa ideia separatista, trouxe a discussão para dentro do contexto das comemorações, elaborando um discurso contraditório com a ideia de manutenção dos mitos da revolução e seu uso político.

[...] O Rio Grande, que nunca havia sido senão o Brasil, sacrificava seus filhos em proveito do avanço da causa federativa, do espírito liberal que iria confluír na república e na organização democrática do Estado e do Poder. Mais do que isso, acumulara um patrimônio de tenacidade, de estoicismo, de moralidade cívica (AHRS, Discurso do governador, 29 mar. 1984, p. 6. Caixa 9, 1984).

Moacyr Flores, naquele contexto de 1985, defendia a ideia de que houve uma separação do Estado brasileiro, contrariando a narrativa acima elaborada pelo governador Jair Soares. Desse modo, se pode avaliar que a afirmativa de Jair Soares carregava aspectos da representação construída pela readaptação dos mitos reforçados pela memória manipulada naquela situação, em que o governador expressava a ideia de manutenção de memória estereotipada. Assim, apresento duas narrativas divergentes de sujeitos atuantes no contexto das comemorações oficiais. De fato, para Flores – mesmo bebendo em Laytano, que afirmava que a Revolução Farroupilha exaltava a brasilidade dos farrapos<sup>144</sup> –, os revolucionários haviam realizado um movimento por uma Assembleia Constituinte e Legislativa, mas, diferentemente de estar ligada aos interesses do Brasil, como representava o discurso do governador Jair Soares, esta se deveu à própria ideia de separação. Era, portanto, um discurso contrário à ideia de pensar a unidade brasileira, embasada na memória farroupilha no contexto político de 1985. Conforme afirmava Flores (1985a, p. 133), “O estado de guerra e os poderes especiais de Bento Gonçalves da Silva fizeram com que os princípios liberais não fossem postos em execução. A federação também não foi alcançada porque as demais províncias brasileiras não seguiram o Rio Grande do Sul”.

Diante do quadro apresentado, percebe-se a importância de trazer para reflexão como as comemorações se tornaram para os historiadores um espaço de possibilidade para seus debates, buscando voz dentro de um ambiente que trazia uma visão muito “conservadora” da memória da Revolução Farroupilha. Quanto à citação acima, dessa crítica que ganhou espaço dentro das comemorações, Flores afirmava que o andamento da Revolução Farroupilha fez com que os princípios liberais, então bandeira dos revolucionários, não fossem postos em prática. O autor também atribuiu isso aos “poderes especiais” adquiridos por Bento Gonçalves, que o fizeram agir como ditador.<sup>145</sup>

Representar Bento Gonçalves dessa forma, questionando sua imagem de “herói”, era incômodo para um governo que pretendia “esquecer” seu vínculo com a ditadura militar em

<sup>144</sup> Ver: Laytano (1983).

<sup>145</sup> De acordo com Flores (1985a, p. 133): “A República Rio-Grandense estruturou-se a partir de uma revolução que colocou poderes discricionários em mãos de seu presidente, Bento Gonçalves da Silva, contrariando a ideia dos liberais seguidores de Locke, que pretendiam fazer da constituição e do poder Legislativo o verdadeiro centro do Estado”.

1985.<sup>146</sup> Por essa razão, o discurso do governador Jair Soares preservava o sentido comemorativo atribuído ao sentido mítico que deveria ter os vultos farroupilhas, dentro dos aspectos republicanos e democráticos, que deveriam ser em nada comparados à ideia de que Bento Gonçalves pudesse ter exercido poderes de “ditador” na Presidência da República Rio-Grandense. Para Soares (AHRs, Discurso do governador, 29 mar. 1984, p. 6. Caixa 9, 1984):

A inabilidade e a arrogância de representantes credenciados ao Império terão constrangido e ferido os brios, além da prudência, os espartanos cidadãos de nossa província tinham caráter retilíneo. Na tarde de 19 de setembro de 1835, um punhado de bravos iniciavam a revolução, acampados na Azenha, cercanias da capital. E no dia 20 de setembro, Bento Gonçalves, o líder que encarnava o perfil arquetipo de nossa gente, vê prosperar a causa em Porto Alegre. Dando início a uma década de combates, sacrifícios extremos, provações de toda ordem.

Por mais enfático que pareça ser, estabelecer esses comparativos leva justamente à reflexão sobre a narrativa de um historiador inserido nas comemorações e a forma como ele estava tratando a revolução ou a desconstrução dos seus mitos, contrariando a representação ufanista idealizada pelo governo do estado. Flores (2020a), ao atribuir sua participação – tanto no “Curso de extensão universitária” como no próprio evento – ao fato de sua dissertação ser uma referência para os estudos da Revolução Farroupilha, assumia uma posição crítica à representação do mito em torno, principalmente, de Bento Gonçalves.<sup>147</sup> Pensando sobre as possibilidades da obra de Flores ser de fato um elemento que contradizia a postura oficial da memória farroupilha, fiz uma comparação dela com a narrativa de Assis Brasil, que também estava inserido no contexto das comemorações, para entender como ele compreendia o significado do trabalho de Moacyr Flores naquele contexto.<sup>148</sup>

Segundo Assis Brasil (1985, p. 8):

<sup>146</sup> De acordo com Daniel Favero, em entrevista com o ex-governador Jair Soares, “Naquela época, a perseguição do governo militar a seus adversários poderia ser encarada como ‘normal’, mas não era o caso de Soares, que galgou sua carreira política dentro do PDS, partido que apoiava os militares” (SOARES, 2016).

<sup>147</sup> Consultando a bibliografia do período, constata-se que outros historiadores também, no contexto de 1985, buscaram como referência para a análise da Revolução Farroupilha *O modelo político dos farrapos*, o que de certa forma contribuía para que Moacyr Flores atribuísse relevância no seu trabalho.

<sup>148</sup> Para saber um pouco mais sobre a posição assumida por Assis Brasil, percebendo que ele tinha uma posição mais questionadora em relação às ideias ufanistas a respeito da Revolução Farroupilha, lhe fiz a seguinte afirmação: “*Li a Prole do corvo ainda na especialização, e este ano li novamente. Achei formidável a maneira que retrata temas tão caros à memória da Revolução Farroupilha. Houve discussões quanto à ideia de se produzir o filme baseado na obra dentro do contexto das comemorações oficiais? Já que normalmente uma comemoração tende a mostrar questões relacionadas aos fatos e vultos ‘heroicos’*”. Assis Brasil me respondeu: “*O livro já foi problemático; acusavam-me de tudo. Na época não houve sugestão de realizar filme, mesmo porque não havia dinheiro para tal*” (ASSIS BRASIL, 2020). No entanto, lendo as Ata da Comissão Executiva, havia uma discussão sobre a produção do filme, sugerindo certa desconfiança em relação ao conteúdo da obra, que foi pauta das reuniões e não se chegou a uma conclusão sobre a produção (AHRs, Documentos da Subcomissão. Caixa 1, 12 set. 1984).



Moacyr Flores conseguiu sintetizar: a Revolução Farroupilha, contrariamente ao que se abusou de tanto dizer, foi, na realidade, um movimento liberal, de minoria, apoiada econômica e militarmente pelas classes dominantes. Doa a quem doer. O Rio Grande do Sul, com Modelo Político dos Farrapos, de Moacyr Flores, ganha uma obra fundamental, e que servirá de divisor de águas entre o que se pensava e acreditava sobre o decênio guerreiro e o que, a partir de agora se aprenderá.

Assim como Moacyr Flores, Assis Brasil participou das comemorações, o primeiro por convite, e o segundo, por indicação, mas isso não dificultou, ao que parece, que pudessem assumir uma posição que explicitava a ideia de uma revisão dos mitos e dos fatos. Tornaram possível um discurso que já estava em marcha no meio historiográfico. Ao assumirem uma posição dentro da Comissão Executiva, tiveram a possibilidade de colocar em debate a necessidade de uma revisão dos mitos. A ideia de uma revisão, ou de uma visão que pudesse questionar a manutenção dos mitos, era uma posição restrita a poucos intelectuais dentro do círculo das comemorações. Até mesmo na Subcomissão de Geografia e História, o discurso do mito tivera representatividade.

A ideia de mostrar uma crítica da Revolução Farroupilha no seio das comemorações é uma tentativa de averiguar a possibilidade de discordância com a postura assumida pelas comemorações.<sup>149</sup> Por exemplo, a necessidade de desfazer a ideia do mito no seio do sesquicentenário não encontrou eco na Subcomissão de Ensino. Esta reproduziu o papel e a representação dos mitos e heróis, sobretudo no caso de Bento Gonçalves, como sugere o trecho do cronograma de estudos para as escolas seguirem no ano de 1985, que deveria contemplar a história de Revolução Farroupilha<sup>150</sup>:

Os gaúchos se organizaram, e, no dia 20 de setembro de 1835, estourou, no Rio Grande do Sul, a Revolução Farroupilha. O Chefe do Movimento Farrapo foi o general Bento Gonçalves da Silva. Bento Gonçalves comandou outros gaúchos, que também eram muito valentes e muito fizeram pelo Rio Grande do Sul. [...] Durante todo o ano de 1985, nós estaremos festejando os 150 anos da Revolução Farroupilha, lembrando o que aconteceu, os homens que fizeram este movimento, e, assim, estaremos valorizando a nossa terra, a nossa origem e a uma tradição (TERRA..., 1985, p. 34-36).

Isso significa que havia uma disparidade, que tencionava levar o discurso dentro das escolas para a reprodução do mito de acordo com a proposta do governo do estado, o que fazia a representação do mito ganhar força. Nesse sentido, a análise de Flores estabelece uma

<sup>149</sup> Os historiadores não estavam sozinhos na Subcomissão de Geografia e História, pois ela era composta por membros da LDN e da Loja Maçônica Grande Oriente (ver Capítulo 1).

<sup>150</sup> Esse documento foi produzido pelos professores da Secretaria Municipal de São Sebastião do Caí, juntamente com os professores voluntários da rede pública estadual. Foi inserido como projeto da Subcomissão de Ensino e aprovado pelo então secretário estadual de Educação, Francisco Salazano Vieira da Cunha, e pelo coordenador da Subcomissão de Ensino, Paulo Sérgio Mello Miranda.

proposta de crítica à memória de Bento Gonçalves que não estava prevista para o ensino de História na Educação Básica. Esse fato demonstra uma desigualdade em andamento entre o ensino de História e a pesquisa em História naquele período.<sup>151</sup> No entanto, também se pode considerar que a pesquisa passava por mudanças, que muito lentamente chegariam às escolas.<sup>152</sup> Talvez por razões como essa, poderia o historiador entender sua análise como crítica em relação àquela reprodução dos mitos, que ainda era muito atuante no Ensino Básico. Pesavento (1985b) chamava a atenção para seu receio da conservação do discurso do “herói” que poderia ter dentro das comemorações, mostrando que o historiador poderia buscar espaço tanto dentro como fora do ambiente das festividades oficiais. Sobre Bento Gonçalves, a historiadora dizia:

Neste ponto, cabem algumas referências sobre esta figura – Bento Gonçalves da Silva – considerada, pela historiografia tradicional, como o herói do movimento, corporificando todas as virtudes típicas do homem rio-grandense. Na verdade, a atribuição do *status* de herói a Bento Gonçalves se insere mais uma vez na tendência da historiografia oficial de reconstruir o passado de uma forma idealista (PESAVENTO, 1985, p. 46).

Sobre esse aspecto também tem importância o discurso de Flores, que fazia parte de um olhar que questionava a construção do “herói”. Mesmo que as comemorações estivessem dentro de um viés muito conservador, a narrativa de Flores representa uma tendência da historiografia em procurar uma leitura mais técnica e crítica da memória farroupilha. Sandra Pesavento, escrevendo no contexto de 1985, colaborou para a desconstrução da heroicidade da Revolução Farroupilha e de seus heróis: “Em suma, no Rio Grande do Sul o movimento circunscreveu-se aos limites da classe dominante, pecuarista, latifundiária e escravocrata [...] o povo do Rio Grande” (PESAVENTO, 1985b, p. 28). Desse jeito, é possível refletir que é nesse formato que esses historiadores se entendiam como críticos. Enquanto Pesavento deixa subentendido uma ideia de afastamento das comemorações oficiais, Flores cumpria o papel de rebater a representação do mito de dentro de um ambiente favorável às comemorações oficiais,

---

<sup>151</sup> Embora Flores tenha escrito um pequeno livro paradidático, os manuais que chegavam às escolas estavam sendo produzidos por professores das próprias redes de educação, que não estavam diretamente ligados ao meio acadêmico. Os manuais que encontrei, que seriam enviados para as escolas, foram produzidos por professores da rede pública municipal e estadual em conjunto. Outro desses manuais, *Uma introdução ao estudo da Revolução Farroupilha* (1985), foi organizado pelo governo do estado, por intermédio da Subcomissão de Ensino, e pela comissão municipal de Passo Fundo. Há um outro com título muito parecido, *Sesquicentenário da Revolução Farroupilha: uma introdução ao estudo da Revolução Farroupilha* (1985), produzido pela Subcomissão de Ensino, em que seus membros representavam, na sua maioria, a SEC.

<sup>152</sup> Mudanças que até hoje encontram barreiras no Ensino Básico, onde a memória da Revolução Farroupilha ainda tem um forte apelo comemorativo e emocional, sendo compreendida como uma memória comum à sociedade sul-rio-grandense.

denotando também sua busca por um espaço de diálogo dentro das comemorações, assumindo o lugar mais crítico e mais técnico do historiador dentro das comemorações.

Outro ponto importante a ser considerado é que o governo do estado procurou construir representações ligando as ideias dos farroupilhas com a narrativa da instalação de uma Assembleia Constituinte, inspirando-se no suposto ideário farroupilha pelas causas liberais. Nesse aspecto, o estudo de Moacyr Flores desconstruía também a figura carismática e defensora das liberdades políticas atribuída a Bento Gonçalves. Para o governador do estado, o momento político de 1985 deveria buscar inspiração nos ideais farroupilhas:

Tudo aponta em nosso país [...] tudo nos encaminha para a salutar coexistência das autonomias provinciais com o estado nacional, harmonizado e integrado pelos institutos jurídicos da norma federativa. Este é um mecanismo que ainda estamos aperfeiçoando e permanentemente estimulando. As eleições diretas, para os Executivos estaduais, com grande carga simbólica, consagraram a velha sabedoria de nossos estadistas e guerreiros farroupilhas. Em nosso Rio Grande: A simples, clara, justa abençoada ideia humanista, do respeito ao cidadão, do respeito ao lar, rincão ou província de uma terra, do respeito do Estado Central à alma do povo, sob o jugo da lei democrática, que não oprime, do estado de direito sobre a lei mais pura (AHRs, Discurso do governador, 29 mar. 1984, p. 6. Caixa 9, 1984).

O governador Jair Soares construía um discurso que comparava os tempos, lançando uma perspectiva de continuidade histórica que alimentava o sentimento de pertença da sociedade com o passado farroupilha, por isso a relevância dada pelo governo do estado na construção ufanista da memória da qual seria a via a se transitar no presente. Referindo-se aos estados como província, ele estreita a comparação, representando a ideia sobre a possibilidade de continuidade no desenvolvimento político nacional e regional no caminho do que Jair Soares dizia ser a “norma federativa”, baseada na ideia de redemocratização do país em 1985. Assim, criava-se uma narrativa da memória farroupilha com elementos comparativos em relação às expectativas políticas, sob o viés da redemocratização política, como se isso fosse um anseio dos farroupilhas que ainda inspirava os políticos no presente.

Nesse sentido, rememorar a suposta heroicidade dos vultos farroupilhas construiu a imagem de tenacidade e civismo pelas causas públicas na representação de Bento Gonçalves, corroborando assim a manutenção do mito. Tal representação explícita no discurso do governador Jair Soares encontrava seus questionamentos na posição assumida por Flores (1985a) quanto à suposta ideia liberal democrática de Bento Gonçalves. Segundo o historiador, Bento Gonçalves lutava pelos seus interesses “discricionários”, que acentuaram a disparidade de forças entre os poderes Executivo e Legislativo.

Bento Gonçalves da Silva procurou anular a Assembleia Constituinte e Legislativa, a fim de continuar com seus poderes discricionários, através da concentração de tropas junto ao prédio da Assembleia, como se estivessem prontas para debelar uma pretensa rebelião. [...] e as aspirações de Bento Gonçalves da Silva não permitiram que a Assembleia se reunisse logo após a assinatura da ata de Jaguarão [...]. A Assembleia Constituinte e Legislativa se dissolveu em 10 de fevereiro de 1843 (FLORES, 1985a, p. 176).

Pela perspectiva de Flores (1985a), não havia como inserir as ideias do Bento Gonçalves histórico em um discurso democrático liberal, que pudesse ser comparado com os propósitos políticos do uso da memória naquele contexto de 1985. No entanto, era esta a pretensão do governo do estado, pois o país, em 1985, estava saindo de uma forma de governo militar, imagem esta que o governador pretendia se dissociar. Só que a maneira como o historiador representava Bento Gonçalves, dotado de “poderes discricionários”, poderia não soar bem para um momento em que se queria mostrar os aspectos liberais e democráticos da memória farroupilha. Ainda mais se levando em conta que o país estava saindo de vinte e um anos de ditadura militar sob a presidência de seus generais, que haviam ceifado os direitos políticos das esferas legislativas. Isso realça a forma como se deve compreender as leituras da memória que estavam circulando no contexto do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Prevalencia, de certo modo, a leitura de uma história tendendo ao ufanismo comemorativo, mas não se pode desconsiderar o posicionamento dos historiadores. Em razão disso, o espaço aberto no “Curso de extensão universitária” para as poucas vozes discordantes daquele discurso consolidado como oficial tem grande importância.

A perspectiva de Moacyr Flores (1985a) para o contexto do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha em desconstruir a imagem do mito sobre Bento Gonçalves, como venho afirmando, não pode ser desconsiderada enquanto tomada de posição do historiador. Essa postura, por exemplo, pode ser comparada com o posicionamento assumido pela manutenção do mito pela SEC em relação à imagem estereotipada de Bento Gonçalves. A programação do evento enfatizou uma narrativa conservadora associada à memória do “herói” farroupilha. O folheto da programação trazia um texto introdutório intitulado “Bento Gonçalves”, com as seguintes referências sobre o “herói”:

[...] o herói máximo da epopeia farroupilha – Bento Gonçalves da Silva. Trazia ele em si as mesmas qualidades cívicas de seus antepassados: ordeiro e pacato, brioso e leal, mas nunca escravo. Foi o aceno de sua espada sem mancha que os gaúchos se ergueram um dia, cansados da prepotência, da tirania com que vinha a Corte espicaçando os seus brios. O chefe protetor da República e liberdade rio-grandense, que teve em suas mãos os mais altos interesses e destinos da valorosa terra gaúcha, sacrificou os azares da guerra uma fortuna soberba (AHRS, Semana Farroupilha 1985. Convite e programação. Caixa 2, 1985).

Ao contrário da narrativa de Moacyr Flores, na representação oficializada de Bento Gonçalves no convite para as comemorações prevaleceu a imposição do mito sobre a análise crítica. Não se esperava que fosse diferente em se tratando de uma comemoração oficial. Bento Gonçalves foi tido como protetor da república e da liberdade em 1985, em meio ao processo de reabertura democrática do Brasil e de suas necessidades de rearticulação. O objetivo do governo do estado era, por meio dessa manutenção da memória farroupilha, dar continuidade a uma história portadora de elementos pedagógico-cívicos.

No entanto, relacionar a diferença das narrativas expõe a tensão intelectual que existia naquele contexto. Não era necessariamente uma discussão acalorada, mas havia a possibilidade de expectativas diferentes para a interpretação da Revolução Farroupilha em uma historiografia que ganharia mais espaço e que, de certa forma, vinha com uma abordagem que causava certo incômodo aos adeptos pela manutenção do mito, ainda mais para o contexto de 1985. Um exemplo é a narrativa do texto assinado pelo então secretário da Educação e Cultura, Francisco Salazano Vieira da Cunha, em 1984, no mesmo convite em análise. Para ele, a conservação da memória passaria pela manutenção da história que preservasse um modelo pedagógico-cívico enaltecendo novamente os “heróis”.

Voltando os olhos para o passado de lutas [...] encontramos exemplos os mais eloquentes de civismo e de amor à nossa terra. Esses sentimentos são, nos dias de hoje, pouco valorizados, e isso preocupa a todos [...]. Faço parte de uma geração que aprendeu a cultivar e prezar, com profundo amor e respeito, as nossas raízes [...] mensagem que dirijo aos educandos sul-rio-grandenses, angariar simpatias e novos adeptos àquilo que se costuma chamar de sentimento nativista (AHRs, Texto do secretário de Educação e Cultura. Semana Farroupilha 1985. Caixa 2, 1985).

Diante do contexto apresentado, pode-se concluir que parte dos historiadores acadêmicos iniciou uma movimentação nos anos 1980 com vistas a questionar certos valores preservados sobre a Revolução Farroupilha. Movimentação esta que incidia sobre a manutenção de seus mitos e “heróis”. Assim, mesmo que o “Curso de extensão universitária” não tenha tido mais expressão e divulgação para fora do ambiente dos intelectuais de história, o que se pode levar em conta é a tentativa de (re)apropriações daquele passado por parte desses intelectuais, que buscavam outras leituras.

Por um lado, verificou-se que a história planejada para ser divulgada na SEC objetivava carregar a marca dos festejos e das comemorações sob aspectos saudosistas, porém esse “roteiro” não era unanimidade nos setores intelectuais da sociedade sul-rio-grandense. Isso porque havia a presença de historiadores contestando a posição de seus pares e de outros

intelectuais que ainda procuravam lances memoráveis ao invés de revisitarem a memória da Revolução Farroupilha em busca de novas possibilidades de reescritas. Dessa forma, justificase a intenção desta análise em procurar estabelecer um entendimento sobre a importância do “Curso de extensão universitária” como um suposto espaço para outras falas. Mesmo que essas falas não tivessem tido o alcance esperado, é preciso considerar as possibilidades abertas sobre a análise da memória da Revolução Farroupilha. Pode se dizer que o curso teve certa repercussão naquele contexto, conforme relatou Wilson Sander (2020):

*“Para participar deste curso, convidamos também o colunista, historiador e advogado Sérgio de Costa Franco. Pois bem. Imagina um auditório lotado com umas trezentas pessoas com as mais variadas formações acadêmicas ou não. A fala dele foi interessante e serena, não foi ufanista. Mas não apresentou nada que nós não sabíamos. Ele foi um dos últimos a apresentar a sua visão sobre os farroupilhas e, como era de se esperar, deu a sua opinião sobre a participação dele no evento na sua coluna no jornal Correio do Povo. Eu citei a participação dele porque, entre outras coisas, o que ele escreveu e apresentou no painel era mais ou menos o que o meio acadêmico (do qual ele não participava) pensava sobre a Revolução Farroupilha. Claro com as devidas reservas.”*

Retomando a ideia de que Moacyr Flores trazia aspectos de seu trabalho que desfaziam a ideia do mito sobre Bento Gonçalves, esse procurou transpor os aspectos trabalhados pelos intelectuais com uma postura mais conservadora da Revolução Farroupilha. Postura esta que é justamente trabalhar os fatos “heroicos” da revolução, característicos do início do conflito, onde os fatos se revestiam dos lances memoráveis da entrada em Porto Alegre, da Proclamação da República ou da fuga de Bento Gonçalves da prisão na Bahia. Moacyr Flores traz para o debate, além dos desdobramentos políticos, a crise entre as lideranças farroupilhas, as disputas políticas da revolução que mostraram outra face do líder farroupilha Bento Gonçalves, o descrevendo como “ditador”, num contexto em que os rio-grandenses estavam, em 1985, saindo de uma ditadura militar, o que poderia não ser de todo agradável para ser lembrado. O que Moacyr Flores trazia para o contexto das comemorações talvez fizesse com que sua obra fosse vista como crítica. Mudando a forma de contar o “fim” da Revolução Farroupilha, onde desaparecem os feitos “heroicos”, o autor além de desfazer seus mitos desfazia a ideia de “paz honrosa”.

Se o “Curso de extensão universitária” não mudou a forma de as elites compreenderem a Revolução Farroupilha – e seria muita pretensão pensar essa possibilidade num contexto de comemoração de cunho pedagógico-cívico – no contexto de seu Sesquicentenário, ao menos possibilitou a constituição de um espaço que pôde colocar em discussão outras expectativas para a compreensão do passado farroupilha. Também mobilizou historiadores e outros

intelectuais ligados à pesquisa sobre a Revolução Farroupilha. Mostrou também o movimento dentro da historiografia acadêmica que buscava novos significados para temas consolidados por uma historiografia voltada para as comemorações, que também começava a sentir as mudanças contextuais interferindo na maneira de repensar os fatos históricos. Isso não significava que tais ideias estavam enterradas, mas também, é importante ressaltar, não circulavam mais sozinhas.

### 3.2 O PROJETO “A CHAMADA DOS HERÓIS FARROUPILHAS”: A BUSCA PELOS DESCENDENTES FARROUPILHAS E O USO POLÍTICO DA MEMÓRIA NO CONTEXTO DAS COMEMORAÇÕES

Analisar o projeto “A chamada dos heróis farroupilhas” mostrou uma forma diferente da abordagem da memória que foi utilizada pelos historiadores no projeto do “Curso de extensão universitária”, que havia possibilitado um espaço ao debate dos historiadores, dentro da academia e de fora da academia, sobre a memória farroupilha naquele contexto. “A chamada dos heróis farroupilhas” foi um projeto proposto, posteriormente, à proposta do projeto do “Curso de extensão universitária” – que foi organizado pela coordenação da Subcomissão de Geografia e História<sup>153</sup> (AHRS, Ata n. 06 da Subcomissão de Geografia e História. Caixa 1, 1984). Diante disso, questiono: sendo a Comissão Executiva criada com intenções de coordenar a produção de representações políticas sobre a memória farroupilha, como ela pode interferir, sem barrar os projetos da Subcomissão de Geografia e História, levando-a também a organizar propostas que pudessem trabalhar as representações para uso político?

O projeto “A chamada dos heróis farroupilhas” foi idealizado pela Comissão Coordenadora do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, que teve o propósito de organizar um evento que culminaria com uma cerimônia cívica no Palácio Piratini, para fechar com um evento marcante a Semana Farroupilha de 1985. Foi uma proposta com características próprias, atendendo aos interesses diretos do governo do estado, que, por meio da Comissão Executiva, lançou uma proposta para que a Subcomissão de Geografia e História, juntamente com a Subcomissão de Eventos Culturais e Turísticos, tomassem a frente em uma promoção do governo do estado. Esse evento visava buscar pessoas que, de alguma forma, apresentassem

---

<sup>153</sup> A coordenação da Subcomissão de Geografia e História era coordenada pelo professor do Departamento de História da PUCRS, Wilson Sander.

uma ligação com antepassados contemporâneos à Revolução Farroupilha, como mostra o ofício de Tarcísio Deretti:

Tendo em vista a solenidade de 20 de setembro próximo, em que serão homenageados os descendentes dos heróis farroupilhas, informo que essa Comissão receberá, até 31 de agosto, as inscrições de pessoas que comprovem sua descendência daqueles que participaram da Guerra dos Farrapos. Solicito sejam também remetidos os endereços dos interessados para a Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha – Rua Duque de Caxias, nº 1029 – Porto Alegre (AHRs, Ofício n. 259/85, 5 ago. 1985. Caixa 2, 1985).

A análise do Ofício n. 259/85 pode sugerir a complexidade dos objetivos desse projeto, pois é possível refletir que ele tinha dois momentos de execução que eram importantes para sua realização e para que alcançasse seus objetivos. Primeiro, nasceu de uma proposta da Comissão Executiva para a Subcomissão de Geografia e História juntamente com a Subcomissão de Eventos Culturais e Turísticos. Segundo, era preciso que a ideia encontrasse conteúdo social, contando com pessoas que estivessem interessadas em comprovarem e construir, por meio de um resgate de documentos e narrativas, suas representações como descendentes farroupilhas e, assim, pudessem comprovar essa ancestralidade. A ideia era de que as prefeituras, por intermédio de suas secretarias de cultura, com o apoio dos CTG locais, ajudassem na divulgação e na busca por pessoas que pudessem comprovar descendência com pessoas da época da Revolução Farroupilha. Nesse sentido, se pode entender que era uma proposta aberta para que as pessoas conseguissem por conta própria se deslocar à capital para trazerem as documentações que pudessem colocá-las dentro do concurso. Pelo que consta em alguns documentos, houve o empenho das prefeituras para encontrarem em suas localidades os descendentes farrapos, pois, mesmo quando não encontravam, remetiam ofício comunicando seus esforços empreendidos no projeto. Isso mostra uma predisposição também das elites locais em encontrarem descendentes nas suas localidades, de forma que isso lhes proporcionasse certa visibilidade dentro do projeto do governo do estado.

Senhor Secretário:

Temos o grato prazer de cumprimentá-lo e, na oportunidade, atendendo à solicitação de vossa Excelência, contida no Of. Circ. Nº 172/85, de 30 de maio 85, comunicar que não existe, em nosso Município de Parai, descendentes de legendários farroupilhas. Sendo o que se apresentava para o momento, colocamo-nos à disposição reiterando protestos de alta estima e distinguida consideração. Atenciosamente. João Pegoraro Sobrinho – Prefeito (AHRs, Ofício n. 248/85, 1º jul. 1985. Caixa 3, 1985).

A narrativa sugere que havia por parte da prefeitura uma disposição em participar do projeto. Ao responder o ofício, pretendia mostrar ao governo do estado o engajamento do



município no projeto, o que demonstra o interesse político desse município em afirmar sua participação nas comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Pode-se entender que tal fator é tão significativo quanto o ofício enviado pelas prefeituras que encontraram um suposto descendente farrapo, podendo ser interpretado como uma forma de reforçar o apoio e mesmo uma aliança com o governo estadual dentro do jogo político que fazia parte das comemorações.

Para que o projeto obtivesse êxito, foi colocado à disposição da Subcomissão de Geografia e História, além do material humano designado para cuidar do processo de estudo das propostas, um local próprio – no prédio da antiga Assembleia do estado –, para receber documentos e pessoas. Uma vez a logística pronta, era desse local que partiam os contatos com os supostos descendentes farroupilhas e com as prefeituras locais que se dispuseram a colaborar com o projeto. É importante analisar como o projeto conseguiu cooptar as pessoas, fazendo com que se inserissem como parte essencial no projeto do governo do estado. Para entrar no projeto, os indivíduos buscavam documentações variadas de acervo próprio ou consultadas em arquivos, buscando certidões de nascimento, registros de jornais da época farroupilha, registros de batismo, de óbito e de casamento.

Analisando o artigo 2º do regulamento criado para “A chamada dos heróis farroupilhas”, é possível compreender um pouco mais a estrutura pretendida para o projeto:

Ficarão habilitados a participar da “Chamada dos Heróis Farroupilhas” todos os que comprovem, através do cumprimento dos pré-requisitos estabelecidos pela Subcomissão de Geografia e História, serem descendentes de pessoas que tiveram alguma participação na Revolução Farroupilha (AHRs, Chamada dos heróis farroupilhas. Documentos da Comissão. Caixa 19, 1984).

Uma vez reunida a documentação, os candidatos a descendentes farrapos elaboravam um relatório e apresentavam a árvore genealógica da família, mapeando sua descendência farroupilha. Diante disso, pergunto-me: a quem isso poderia interessar e por que o governo planejava, ainda para o final da noite do dia 20 de setembro de 1985, encerrar com aquela representação as comemorações? Num primeiro momento, levar aos municípios tal proposta poderia ser uma forma de explorar um vínculo não só com os políticos locais, mas também estabelecer uma relação de inserção dos indivíduos e suas comunidades em um trabalho maior de memória que ampliasse o sentido de pertença dessa comunidade em uma memória enquadrada pelo governo do estado. Levando em conta tais pressupostos, pode-se compreender os fatores que estimulavam a Comissão Executiva em lançar propostas como esse projeto para a Subcomissão de Geografia e História (AHRs, Ata n. 13 da Subcomissão de Geografia e

História. Caixa 1, 1984). Era com o uso de projetos como o apresentado aqui que a memória se materializava, juntando conteúdo teórico ao conteúdo social materializado no trabalho de memória desenvolvido por indivíduos comuns se baseando em um passado que acreditavam ser herdeiros.

Na Comissão Executiva, tudo era orquestrado no sentido de promover uma “campanha” para o governo do estado nas representações do Sesquicentenário. Desse jeito, a interferência da Comissão Executiva na subcomissão estava de acordo com o uso didático pretendido para as comemorações. Assim, na subcomissão se formava uma “via de mão dupla”. Se, por um lado, se apresentava uma proposta para uma análise mais crítica, por outro, a Comissão Executiva pretendia extrair da subcomissão propostas de fundo político e comemorativo. A sugestão para o “Projeto novo”<sup>154</sup>, porém, era uma determinação, visto que em outro momento a Subcomissão de Eventos Culturais e Turísticos pediu à Comissão Executiva que intermediasse a associação das duas subcomissões (AHRs, Ofício n. 492/84. Documentos da Subcomissão. Caixa 1, 1984).

Dessa maneira, é importante analisar como a Subcomissão de Geografia e História articulou-se para lidar com tais questões, sabendo conciliar diferentes ideias a respeito da construção das representações da memória farroupilha naquele cenário. O projeto foi idealizado para ter sua culminância no dia 20 de setembro de 1985, em uma cerimônia no Palácio Piratini aberta às autoridades e à imprensa, onde seriam entregues aos descendentes dos “heróis farroupilhas” diplomas reconhecendo essa ancestralidade.

À Subcomissão de Eventos Culturais e Turísticos coube entrar em contato com as prefeituras, por meio dos eventos organizados, para que elas, por intermédio de suas secretarias de cultura, organizassem “A chamada dos heróis farroupilhas” em suas localidades (AHRs, Chamada dos heróis farroupilhas. Documentos da Comissão. Caixa 19, 1984). Já a ideia de trazer a Subcomissão de Geografia e História é estratégica e pontual, pois visava contar com o trabalho dos técnicos para a efetivação do projeto, lhe dando credibilidade. No discurso de abertura da Comissão Executiva, segundo as convicções do governador Jair Soares, caberia aos historiadores comprovarem os fatos e feitos dos farrapos (AHRs, Discurso do governador, 29 mar. 1984, p. 6. Caixa 9, 1984).

Assim, trazer a Subcomissão de Geografia e História era colocar os historiadores na perspectiva de legitimarem as representações construídas sob esse projeto, fazendo com que a materialização dos planos do governo do estado encontrasse respaldo, quando esse afirmava

---

<sup>154</sup> Como se referiram, num primeiro documento, na Subcomissão de Geografia e História, ao projeto “A chamada dos heróis farroupilhas”.

recorrer aos historiadores para concretizar aquela ideia, e as subcomissões eram os instrumentos para o trabalho de memória. Enquanto a Subcomissão de Eventos Culturais e Turísticos tratou da promoção do projeto, a Subcomissão de Geografia e História fez o trabalho técnico. Caberia a esta analisar a documentação dos sujeitos que reivindicassem participar e que teriam que comprovar a descendência com os farroupilhas.

O projeto era uma determinação da Comissão Executiva, que direcionou o trabalho à Coordenação da Subcomissão de Geografia e História, que tomou a decisão de indicar Paulo Xavier, membro do IHGRGS, para coordenar o projeto. “Coordenador apresentou minutas dos seguintes ofícios: a) Assunto – Chamada dos Heróis Farroupilhas – sugerindo que o professor Paulo Xavier coordene a execução deste projeto” (AHRS, Ata n. 15 da Subcomissão de Geografia e História. Caixa 1, 1984).

Essa atitude tem implicações importantes naquele meio, em que muitos intelectuais ressaltavam a diferença entre parte dos intelectuais de formação acadêmica com outros intelectuais de fora da academia. A Subcomissão de Geografia e História, ao indicar Paulo Xavier, talvez tivesse o entendimento de que o projeto se encaixava aos propósitos dos intelectuais do IHGRGS. Ademais, Paulo Xavier era membro do IGTF, o que poderia o aproximar, de certa forma, de um projeto que tinha um discurso de ufanía muito próximo dos aspectos ideológicos das instituições que ele representava. Afinal, o projeto refletia os propósitos elaborados no decreto de criação da Comissão Executiva Estadual, estabelecidos pelo próprio IHGRGS.<sup>155</sup>

Mesmo a coordenação da subcomissão indicando Paulo Xavier, por entender que o projeto estava mais de acordo com as perspectivas do IHGRGS, senti a necessidade de uma análise crítica do documento, para saber como foram as exigências impostas para que a Subcomissão de Geografia e História se inserisse ao projeto.

Ata 12 aprovada.

C) Projeto Novo. Por sugestão da Comissão Executiva o projeto “Chamada dos Heróis Farroupilhas” será agregado à Subcomissão de Eventos Culturais e Turísticos e à Subcomissão de História e Geografia. A sugestão foi aceita contanto que o exame dos documentos apresentados pelos descendentes farroupilhas seja examinado por especialistas em genealogia (AHRS, Ata n. 13 da Subcomissão de Geografia e História. Caixa 1, 1984).

<sup>155</sup> O decreto sinalizava que era objetivo da Comissão Executiva: “Promover, com o apoio da Secretaria de Turismo e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul ou de outras entidades culturais, a sinalização dos locais que foram teatro de combates ou de outras ocorrências do fato histórico em celebração; cooperar com as demais iniciativas, públicas ou privadas, que se relacionem com as celebrações do sesquicentenário” (AHRS, Decreto n. 31.381/83. Diário Oficial. Caixa 20, 1983).

Chamo a atenção aqui para o fato de que a proposta foi aprovada pela Subcomissão de Geografia e História com uma ressalva de que a documentação recebida fosse analisada por especialistas. Esse fato pode revelar o desejo que tinha a subcomissão de poder contar com a interferência do papel do historiador no projeto, exigindo um rigor técnico no desdobramento dos trabalhos durante a coordenação do projeto. Isso nos leva a entender que os historiadores estavam atentos e preocupados com a veracidade sobre a análise da documentação dos supostos descendentes farrapos. Por certo existia um receio de que o trabalho atraísse indivíduos buscando uma representação que talvez não tivessem como descendentes dos farroupilhas.

Aliadas às outras circunstâncias na escolha de seu coordenador, se pode sugerir que o projeto não era, de certa forma, algo que despertasse o interesse direto dos historiadores que compunham a coordenação da Subcomissão de Geografia e História e suas perspectivas acadêmicas sobre os objetos do historiador. Essa perspectiva do trabalho do historiador profissional aparece na exigência de certo rigor técnico na análise dos documentos que seriam apresentados pelos supostos descendentes dos farroupilhas. Nesse sentido, se pode interpretar que impor condições técnicas para a legitimidade ao trabalho que seria desempenhado também era imprimir a marca da participação do historiador dentro das comemorações, numa forma de estabelecer o lugar do historiador naquele processo. Isso é relevante, em um momento em que também existiam historiadores entendendo que não havia espaço para o historiador dentro das comemorações devido a sua condição de evento comemorativo. Esse pouco interesse dos historiadores acadêmicos que sugeri nos documentos oficiais sobre o projeto “A chamada dos heróis farroupilhas” também identifiquei no relato de Wilson Sander (2020):

*“Foi muito difícil, mas chegou a ser divertido... Até chegamos a cortar, riscar esse tema do calendário. Na época o culto aos heróis ainda era muito forte e houve todo o tipo de resistência. Eu lembro que apareceram muitos descendentes dos chefes farroupilhas, alguns até com documentos de todo o tipo. Ninguém na nossa comissão, estou me referindo sobre a posição dos historiadores, simpatizava com essas comemorações de natureza heroica. Isso ficou para os tradicionalistas e positivistas de plantão. Neste sentido, penso que você deveria levar em conta qual o papel do MTG e do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, que é um órgão vinculado à Secretaria de Estado da Cultura (SEDAC) nesta chamada.”*

A narrativa de Sander (2020) pode sugerir os motivos que levaram a subcomissão, num primeiro momento, a convidar Paulo Xavier para coordenar o projeto, pois, pelo que deixa subentendido o entrevistado, poderia estar havendo uma resistência dos historiadores em coordenar o projeto. Sander (2020) poderia estar se referindo ao papel do MTG, justamente,

pela proximidade deste com a Subcomissão de Eventos Culturais e Turísticos, uma vez que tinha na sua formação membros dessa instituição e que, supostamente, faziam pressão para que o projeto fosse posto em prática.

Quando o professor se refere aos “tradicionalistas de plantão”, é possível compreender a necessidade que se tinha da presença dos “historiadores de plantão” dentro das comemorações oficiais, delimitando a fronteira intelectual entre história, memória e tradição. Nesse aspecto, também é possível cogitar que não havia como a Subcomissão de Geografia e História recuar, visto que a junção entre as subcomissões para o projeto foi um pedido da Comissão Executiva. Isso leva a compreender por que a Subcomissão de Geografia e História impôs um regulamento rígido na seleção dos candidatos a descendentes farroupilhas, que passaria pelo crivo da Subcomissão de Geografia e História, o que poderia impedir uma inserção aleatória de pessoas reivindicando uma suposta ancestralidade farroupilha (AHRs, Ata n. 13 da Subcomissão de Geografia e História. Caixa 1, 1984).

A escolha de Paulo Xavier para coordenar o projeto levantou outra questão sobre os desacordos entre os intelectuais do IHGRGS e os historiadores ligados à universidade que haviam ingressado na Subcomissão de Geografia e História, o que colaborou para o afastamento do IHGRGS da subcomissão. Quando do pedido de afastamento feito por Arthur Ferreira Filho da primeira coordenação da Subcomissão de Geografia e História, ele enviou correspondência para a Comissão Executiva pedindo a permanência na coordenação de Paulo Xavier como coordenador da subcomissão. Pedido este que não foi atendido pela Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, resultando em uma nova escolha de forma democrática de outros coordenadores pela própria formação da subcomissão.<sup>156</sup> Isso de certa forma é o que pode ter implicado na negativa de Paulo Xavier, que de indicado para a Coordenação da Subcomissão de Geografia e História, de onde poderia administrar os trabalhos vinculados à subcomissão, recusou coordenar o projeto “A chamada dos heróis farroupilhas”. O fato é esclarecido da seguinte forma, conforme João Romeu Dutra, coordenador da Subcomissão de Eventos Culturais e Turísticos e presidente da CRTUR: “Em reunião realizada nesta data com Dr. Paulo Xavier, convocado especialmente com o objetivo de tratar do projeto ‘Encontro dos descendentes Farroupilhas’, ficou acertado que devemos

---

<sup>156</sup> A análise desse documento aparece no primeiro capítulo da tese, quando analiso a formação da Subcomissão de Geografia e História.

construir um grupo de trabalho para sua devida execução” (AHRS, Ofício n. 492/84. Documentos da Subcomissão. Caixa 1, 1984).<sup>157</sup>

Nota-se que Paulo Xavier foi chamado pelo representante da Subcomissão de Eventos Culturais e Turísticos, e não pela Subcomissão de Geografia e História. O teor da conversa do Decreto n. 492, que foi dirigida a Paulo Xavier, era de que ele deveria coordenar, juntamente com ambas as subcomissões, os trabalhos delas no referido projeto. A reunião foi um pedido de Wilson Sander, que deixou João Romeu Dutra incumbido de realizá-la, talvez na tentativa de convencer Paulo Xavier a aceitar o convite. No entanto, João Pradél de Azevedo emitiu o seguinte ofício: “Em atenção a seu ofício DP nº 492/84, informamos que [...] permanecemos no aguardo da manifestação [do] Dr. Paulo Xavier em resposta a nossos ofícios nº 276/84 e 311/84” (AHRS, Ofício n. 337/84. Documentos da Subcomissão. Caixa 1, 1984).

Essa análise é importante para perceber que havia negociações e até mesmo desacordos na disputa intelectual entre intelectuais de diferentes tendências historiográficas, voltadas à história, que circulavam nos bastidores da Comissão Executiva e de suas subcomissões. Possivelmente, Paulo Xavier somente aceitou o convite de conversar com João Romeu Dutra devido à sua posição política dentro e fora da subcomissão. Esse indício é plausível, visto que a negativa de Paulo Xavier se confirmou. No dia 8 de novembro de 1984, a Subcomissão de Geografia e História, em reunião com a Comissão Executiva, confirmou que ele não havia expressado interesse nem mesmo “respondeu à proposta feita pela Subcomissão de Geografia e História de coordenar o projeto [...]” (AHRS, Ata n. 17 da Subcomissão de Geografia e História. Caixa 1, 1984). Em vista disso, em 6 de dezembro de 1984, a Casa Civil indicou um representante para coordenar o projeto “A chamada dos heróis farroupilhas”, o professor José Cláudio Mattes (AHRS, Ata n. 20 da Subcomissão de Geografia e História. Caixa 1, 1984).

Em parte, tal decisão poderia confirmar a tendência de que a coordenação da Subcomissão de Geografia e História, desde que pudesse interferir nos procedimentos das seleções dos candidatos a descendentes farroupilhas, não tivesse demandado esforços para que um historiador profissional coordenasse o projeto e talvez nem tivesse encontrado candidatos interessados pelo conteúdo do projeto. Por outro lado, a Casa Civil, ao indicar um coordenador, poderia acompanhar o processo mais detalhadamente, visto que se tratava de um projeto que culminaria com a participação do próprio governador do estado na cerimônia oficial de encerramento da Semana Farroupilha – fato que no decorrer do trabalho será detalhado. No entanto, quando me correspondi com o professor José Cláudio Mattes (2020),

---

<sup>157</sup> Na correspondência aparece o projeto como “Encontro dos descendentes farroupilhas”, mas, analisando os demais documentos, é possível constatar que se trata do mesmo projeto.

ele esclareceu detalhes que não apareciam nos documentos escritos sobre a maneira como se deu sua entrada na Subcomissão de Geografia e História:

“[Ramos:] *Em que circunstâncias se deram sua entrada como responsável técnico do projeto “A chamada dos heróis farroupilhas”?*

[Mattes:] *Através do convite do prof. Wilson Sander, já bastante ocupado com as tarefas de coordenação do Departamento de História da PUCRS e a representação da universidade em outros eventos do Sesquicentenário. Fui cedido pela SECRS para coordenar dois eventos: ‘A chamada dos heróis’ e a ‘Demarcação de locais históricos relacionados com a Revolução Farroupilha no RS’.*”

Dessa forma, o projeto acabou colocando um historiador ligado à SEC, mas ligado também ao Departamento de História da PUCRS, ampliando a ideia de que, mesmo sendo um projeto voltado para a celebração dos “heróis”, havia o interesse de que tais assuntos fossem supervisionados por um técnico. Nesse sentido, ampliava-se a presença dos historiadores nos postos de coordenação dos projetos. Isso é significativo, se levarmos em conta que o referido projeto necessitava de uma supervisão que pudesse estabelecer um “filtro” na seleção dos supostos descendentes farroupilhas, porque, como confirmou Mattes (2020), a lista de candidatos aprovados, de pessoas que buscaram ascendência nas comemorações, foi vasto. E como se constata no Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, a lista dos que tiveram reconhecida a ancestralidade com os descendentes farrapos foi numerosa.<sup>158</sup>

A escolha de um professor da SEC ligado ao meio acadêmico sugere a interferência técnica para seleção dos candidatos interessados em comprovar sua ancestralidade com os farroupilhas. Isso mostra como tal influência procurava dar aspectos de problematização – buscando rigor técnico –, tornando significativa a presença dos historiadores acadêmicos na supervisão dos trabalhos no projeto. A presença do historiador buscava dar uma complexidade na seleção dos descendentes farroupilhas. Ainda nas atas, já citadas aqui, foi uma das exigências da subcomissão que ela pudesse atestar a documentação dos supostos descendentes. O projeto em si tinha uma perspectiva de memória dentro de um viés comemorativo – e assumirá tal postura –, mas isso não significou que as escolhas dos candidatos se deram de forma aleatória, ao menos essa é a mensagem dos requisitos estabelecidos pela Subcomissão de Geografia e História para que o projeto fosse realizado.

O projeto também mostrava que a proposta dependia de encontrar tais descendentes, o que levou à ampliação da ideia de ser um descendente farroupilha quando se procura de forma indiscriminada pessoas que tiveram algum envolvimento com a Revolução Farroupilha. Dessa

<sup>158</sup> A lista dos aprovados para receberem o título de descendentes farroupilhas se encontra no Anexo XII.

forma, o título do projeto não externava a proposta como um todo, que seria essa busca ampliada e indiscriminada de descendentes tanto de supostos farroupilhas como imperiais. A pretensão do governo do estado era encontrar adeptos para o ato comemorativo, e os historiadores eram conscientes disso. Desse modo, é importante refletir como estes encararam a postura do governo do estado, tendo que conviver com a discrepância entre estabelecer uma crítica ao ufanismo de estado e tocar adiante o projeto. Mattes (2020) explica como foi conviver naquele ambiente permeado por tais controvérsias:

*“O projeto ‘A chamada dos heróis’ teve o seu centro ao lado do Palácio Piratini, no prédio tombado pelo patrimônio histórico, um casarão centenário que abrigou a primeira sede da Assembleia Legislativa entre os anos de 1835 e 1967. Eu recebia a documentação dos candidatos, que deveriam conter certidões e documentos oficiais que corroborassem o parentesco com personagens da Revolução Farroupilha. A repercussão foi além da expectativa, recebíamos um volume muito grande de correspondência todos os dias, inclusive de fora do país!”*

Desde seu planejamento, o simbolismo estava presente, como, por exemplo, a escolha do prédio da antiga Assembleia Legislativa da época dos farroupilhas, que contribuía para a contextualização do ambiente na recepção dos supostos descendentes, colaborando para a ritualização do projeto ainda no seu recinto de seleção. No aspecto de praticidade do trabalho de memória, percebe-se na narrativa de Mattes (2020) a repercussão do projeto, o que sugere que talvez o governo do estado enquanto autor da proposta esperava obter êxito no encontro de um grande número de supostos descendentes farroupilhas. Isso era fundamental para o sucesso do projeto, pois, caso contrário, ele não corresponderia às expectativas de ter sua culminância numa cerimônia cívica de encerramento da Semana Farroupilha. No que concerne ao trabalho do historiador, segundo Mattes (2020), demonstrando a exigência da documentação necessária para ser reconhecido como descendente farroupilha, tais elementos externam o seu trabalho com a documentação. Essa exigência é um meio de mensurar o processo de avaliação dos candidatos, em que o historiador poderia aceitar o espírito ufanista do projeto, mas cuidando para que ele passasse pela comprovação documental. Tal indício aparece na proposta dos artigos do regulamento do projeto:

Art. 3º – A documentação [que] viabilizará a participação na “Chamada dos Heróis” constará de uma linha de descendência baseada em certidões fornecidas pela Cúria Metropolitana, Paróquias, Arquivo Histórico e outras entidades oficiais.

Art. 4º – A documentação apresentada pelo interessado ficará em poder de Subcomissão de Geografia e História, que efetuará o exame devido para comprovar a validade da mesma. Posteriormente a documentação será devolvida (AHRs, Chamada dos heróis farroupilhas. Documentos da Comissão. Caixa 19, 1984).



O documento demonstra, ao menos na pretensão dos historiadores, que a seleção não virasse um ponto de acesso às comemorações para oportunistas, ou que o projeto pudesse ceder aos interesses políticos visando à promoção de pessoas sem relação nenhuma com os farroupilhas. Para Mattes (2020), o trabalho, quando posto em curso, tentando seguir os rigores do projeto, mostrou-se algo complexo, pois excetuando o conhecimento sobre os vultos historicamente reconhecidos, como estabelecer uma relação de um século e meio com pessoas anônimas? Não que fosse algo impossível, visto que fazia parte do trabalho do historiador pesquisar nas instituições às quais o regulamento cita como possíveis locais de identificação dos candidatos para o projeto. No entanto, precisavam lidar com um curto espaço de tempo para averiguar a veracidade dos documentos apresentados, ou seja, os historiadores encontraram um caminho muito sinuoso para a pesquisa, que se basearia na reivindicação de indivíduos à descendência “farroupilha”. De acordo com Mattes (2020):

*“Sem dúvida, foi um trabalho bastante árduo, ainda mais que nunca houve de minha parte, durante a minha formação acadêmica, um interesse especial pela Genealogia. Claro que pesquisar figuras de maior vulto como Bento Gonçalves, Canabarro e outras era mais fácil, pois a documentação era bem mais farta e tinham já traçadas as suas árvores genealógicas!”*

Um dos aspectos observados nos documentos do FSRF foi a grande presença de pessoas anônimas com pretensões de se inserir num projeto que foi pensado de cima para baixo. Ao aceitar o projeto, a comunidade estava incorporando-se a uma memória institucionalizada, mas que podia – e ao que parece foi – despertar um senso de pertencimento a um suposto passado comum aos sul-rio-grandenses. Pensar no espaço que o projeto abriu para que pessoas supostamente desconhecidas estivessem presentes nas comemorações trazia aspectos para além do interesse do governo do estado em usar o evento para sua promoção. Ademais, foi uma forma de inserir a comunidade sul-rio-grandense no projeto, usando a memória para elaborar um imaginário de pertença, coeso para a representação da Revolução Farroupilha na sociedade sul-rio-grandense. Diante disso, questionei Cláudio Mattes se era perceptível esse sentimento de pertença e como era perceber a reação das pessoas que se diziam descendentes dos farroupilhas:

*“[Ramos:] Para além dos interesses do governo, para os que se denominavam descendentes como era, digamos assim, tirar essas pessoas do anonimato?  
[Mattes:] Para elas, como disse, este foi sem dúvida o ponto culminante dos festejos. A maioria, como salientaste, eram pessoas bem simples e que, repentinamente, parece terem*

*dado um novo significado para as suas vidas. Lembro muito bem, principalmente entre os mais idosos, de pessoas vivamente emocionadas, com a voz embargada, ao me relatar pessoalmente a sua vinculação com aqueles personagens farroupilhas.”*

Talvez, por esse viés seja importante perceber a significação do trabalho do historiador, que não se resumia somente a colocar-se a serviço de uma história planejada pela Comissão Executiva, interessada apenas nas representações pretendidas pelo governo do estado em benefício próprio. Antes, pelo contrário, entrar em contato com as pessoas que procuraram a Subcomissão de Geografia e História colocou o historiador diante da história de vida dessas pessoas. De anônimas, mesmo se inserindo num contexto de efeméride da Revolução Farroupilha, contribuía com histórias diversificadas de vida. Interpretando por esse viés, é possível (re)significar a participação dos historiadores no projeto “A chamada dos heróis farroupilhas”.

Relendo o documento e estabelecendo outros olhares sobre o projeto, percebo que ele contribuía para atrair pessoas, muitas vezes anônimas, com intenções diferentes daquelas do governo do estado. Por essa perspectiva, se pode compreender que mais do que o ambiente de ufania, abria-se a possibilidade de essas pessoas se representarem no Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Para o historiador, abria-se a possibilidade de se trabalhar com o testemunho dessas pessoas num momento em que ainda se creditava confiança no documento escrito de cunho oficial. Isso ainda proporcionava que os historiadores tivessem contato com uma perspectiva de documentos baseados no testemunho para olhar o passado, embora não considerassem a narrativa sem a documentação escrita.

Se para o governo do estado o projeto era uma proposta pragmática, para os indivíduos significava estabelecer uma ligação com uma história que, muitas vezes, foi contada sem a presença desses atores, ficando restrita à documentação oficial e a seus vultos consagrados. Naquele momento, abria-se a possibilidade de se apropriarem daquela memória, buscando lugar naquela comemoração.<sup>159</sup> Além disso, de certa forma, os indivíduos anônimos encontraram uma maneira de inserir seus antepassados, também anônimos, numa comemoração que, 150 anos depois, dava reconhecimento a sujeitos que haviam tido seus rastros quase que apagados pelo tempo por, talvez, não fazer parte do panteão dos vultos consagrados pela historiografia.

---

<sup>159</sup> Para Fernando Carrión (2012, p. 57), esses tipos de comemorações são feitas de construções e disputas entre os sujeitos sociais: “Estos actos conmemorativos no se quedan solo en ello porque van mucho más allá de las efemérides protocolares y porque tras de ellos existen sujetos y actores que los encarnan y reivindican como memorias de proyectos de futuro confrontados, en tanto son y representan espacio de disputa de los tiempos”.

Sobre a participação desses indivíduos, muitas pistas foram encontradas, porém dos relatórios criados pelos supostos descendentes pouco restou no arquivo, visto que o próprio regulamento no seu artigo 4º previa a devolução da documentação para os familiares. Levando em conta que Mattes (2020) afirmou receberem grande número de documentação, muito provável que de fato tenha sido devolvida grande parte aos supostos descendentes. No entanto, para esta pesquisa, foi possível encontrar dois relatórios de candidatos a descendentes farrapos que foram entregues à Subcomissão de Geografia e História. Como são os casos das famílias “de Bem” e “Correa de Barros”, do município de Cruz Alta – cujos relatórios encontram-se no AHRS. Em atenção ao Ofício n. 172/85 da Comissão Executiva estadual, a prefeitura de Cruz Alta organizou uma comissão para buscar em seu município possíveis descendentes farrapos e deu retorno dizendo obter resposta positiva para a presença de supostos descendentes dos farroupilhas. De acordo com o ofício da Subcomissão de Relações Interculturais do Sesquicentenário Farroupilha:

Em atenção ao ofício circular 172/85 dessa Comissão Executiva, temos o prazer de encaminhar em anexo comprovante de 04 descendentes de heróis de 35, que residem em nosso município. São eles: Ten. Cel. Cav. Antonio de Bem Moraes, Maria Barros Sales, Olga Correa Salles, Thereza Gomes Gruber. Após a divulgação através de todos os meios de comunicação disponível na comunidade, e elaboração de uma longa pesquisa, conseguimos recolher o material em anexo, para que seja apreciada pela Comissão Estadual do Sesquicentenário Farroupilha (AHRS, Ofício Sesq. 9/85, 23 jul. 1985. Caixa 2, 1985).

Nesse aspecto, é importante lembrar que Cruz Alta estava entre os municípios que faziam parte dos “14 municípios farrapos”, e tanto a municipalidade quanto os cidadãos, tendo a oportunidade de cumprir com os requisitos, desejavam se inserir nas comemorações. Por esse aspecto, se percebe a articulação entre estado e municípios no sentido de que a memória da revolução aparecia como uma memória em disputa, mas que estabelecia uma rede de relações, chegando aos sujeitos anônimos, reforçando a ideia de que para esses estava-se abrindo a possibilidade de terem seus nomes reconhecidos nas comemorações. Tal ideia de criar um sentido de uma memória comum, compreendida assim por uma comunidade, estava de acordo com a proposta do governo do estado, que era fazer das comemorações um núcleo comum para a memória sul-rio-grandense. Sobre a colaboração dos municípios, estes viam o projeto como uma oportunidade para seus descendentes, como afirmou José Cláudio Mattes (2020):

*“[Ramos:] Por si só o termo ‘Chamada dos heróis farroupilhas’ pressupõe uma ideia ufanista. Como vocês viam a relativa importância dada pelos sujeitos que se identificavam e mesmo conseguiram provar uma descendência com os ‘farroupilhas’?”*

[Mattes:] *Como salientei acima, a adesão do público foi notável. Claro que tudo dentro de um espírito bem ufanista, mítico e emocional. Trechos de cartas que enalteciam a honra de ser descendentes daqueles centauros dos pampas eram comuns.”*

A resposta de Mattes (2020) salienta um aspecto que é característico da memória da Revolução Farroupilha e que foi importante para o projeto do governo do estado, que é o fato da proposta encontrar o eco esperado na comunidade sul-rio-grandense. Isso caracteriza a memória farroupilha como uma memória em disputa, podendo ajudar a compreender certa facilidade com que os sujeitos sociais lidam com a manutenção dela, que encontra seu conteúdo social baseado no imaginário de “herança e heroicidade” que ela representava. Era uma memória em devir que estava à espera, e quando lhe foi dada uma oportunidade, foi colocada em movimento por pessoas que se achavam com propriedade para reivindicá-la. E sendo, em muitos casos, pessoas anônimas, contaram com o auxílio da política local para as colocar em evidência.

“[Ramos:] *Vi nos documentos que algumas prefeituras se empenharam na busca pelos descendentes farrapos em suas cidades. Qual leitura que se pode fazer sobre o interesse desses municípios em encontrar entre os seus um possível descendente?*

[Mattes:] *Veja que, no interior do RS, esta imagem estereotipada do gaúcho sempre esteve presente, principalmente capitaneada pelos MTG. E no interior, era praticamente o MTG local junto com as prefeituras que facilitava de todas as maneiras uma possível vinculação de moradores com o projeto ‘Chamada dos heróis’. Muitas pessoas, inclusive, vinham pessoalmente das suas regiões para entregar os documentos com passagens custeadas pelas prefeituras!”*

A prevalência do mito encontrava respaldo na proposta, e a maneira de dar voz às pessoas comuns dava uma dimensão diferente da memória. Se o governo do estado, por um lado, foi o articulador do projeto, por outro fez com que a comunidade viesse ao encontro de sua proposta por meio da possibilidade de ser reconhecido na comunidade como descendente de um “herói farroupilha”. No sentido inverso, de uma memória que partia da comunidade, observa-se a trajetória dos indivíduos tecendo suas próprias comparações com ideias sobre a representação do gaúcho como “centauro das coxilhas”. Essas perspectivas se articulam ao imaginário do gaúcho na comunidade sul-rio-grandense. Na construção dessa suposta identificação comum, se encontra a importância das prefeituras e dos CTG em servirem de apoiadores da proposta do governo do estado, que deu a arrancada para a formação desses polos irradiadores das comunidades, de uma memória que ganhou suas reinterpretações ligadas

a um objeto de memória supostamente comum na comunidade sul-rio-grandense, no caso memória da Revolução Farroupilha.<sup>160</sup>

Na concepção da ideia de pertencimento que as pessoas em suas comunidades formaram a partir da oportunidade criada com as comemorações, podemos analisar o caso da família “de Bem”, de Cruz Alta, que reuniu uma documentação que serve de exemplo para se compreender a mobilização dessas pessoas para se inserirem como elementos ativos na comemoração. A narrativa construída mostra a ideia da representação estabelecida em torno do descendente farroupilha:

A família de Bem marca presença no R. G. do Sul: Ten-Cel. Antonio de Bem Moares marca presença em Cruz Alta, no ano do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, do Tradicional ramo familiar. No ano em que se comemora o Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, marco de heroísmo e bravura na História do Rio Grande, procura-se, igualmente, relembrar e cultuar aqueles que tiveram participação nessa autêntica saga gaúcha e cujos descendentes, aqui, no Continente de São Pedro, velam, ainda, pela preservação das tradições de bravura e heroísmo, herdadas de seus antepassados (AHRs, Anexo comprovante da família “de Bem”. Caixa 2, 1985).<sup>161</sup>

O projeto lançado pelo governo do estado para ter êxito precisava desse elemento de aglutinação à proposta. Na circunstância acima, não era somente a proposta do projeto que transcendia o campo da especulação para se tornar algo possível, era a possibilidade da apropriação da memória, de um projeto idealizado por uma elite, pela comunidade, possibilitando a construção de uma ideia de pertencimento na imaginação elaborada de uma tradição herdada e que, por isso, deveria ser preservada. É possível refletir sobre o que se chamava “herói farroupilha” naquele momento, pois é possível compreender que o projeto possibilitava a ampliação desse entendimento, estendendo o sentido do termo que antes era aplicado somente aos grandes vultos. Do mesmo modo, era uma estratégia para dar um sentido de pertencimento e sentimento de identidade comum na sociedade sul-rio-grandense. Nesse sentido, esse movimento de memória servia para garantir a manutenção dessa memória como herança, sempre em perspectiva de ser herdada e capitalizada simbolicamente como elemento indenitário, como sugere a narrativa do relatório da família “de Bem”:

<sup>160</sup> Nesse caso, para Mónica Lacarrieu (2012, p. 98), o uso da memória pretende: “[...] lograr el reconocimiento y la legitimación de un pasado y su representación, pensando en el presente, con intencionalidade hacia el futuro. Los centenarios, en ese sentido, servieron para la domesticación de diversas y conflictivas memorias sociales, en pos de una memoria e historia hegemónica”.

<sup>161</sup> A narrativa faz parte do relatório elaborado para a comprovação da descendência de Antonio de Bem Moraes, elaborado para ser remetido para a Subcomissão de Geografia e História para ser analisado no ano de 1985, como postulante à descende farroupilha.

Cruz Alta, município de participação ativa no movimento libertário desencadeado pelos bravos homens da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, pode, neste ano de tanta significação para os gaúchos, se orgulhar de contar com a presença de um descendente de bravos farrapos, que, com a chama de seus idealismos, escreveram páginas de relevo e ímpar na história da indômita Terra da Gente Farroupilha (AHRs, Anexo comprovante da família “de Bem”. Caixa 2, 1985).

Na possibilidade de encontrar um descendente farroupilha, os municípios se empenhavam, uma vez que isso significava poder inserir o município de uma forma mais contundente nas comemorações. Cruz Alta fazia parte dos chamados “14 municípios farrapos. Assim, encontrar supostos descendentes farrapos era a oportunidade de legitimar essa participação e inserir sua comunidade num movimento que dava, no aspecto político, uma visibilidade significativa nas representações da memória farroupilha perante o governo do estado naquele contexto de redemocratização.<sup>162</sup> Nesse sentido, Mattes (2020) afirmou:

*“Vivíamos em plena redemocratização depois do último governo militar (gen. Figueiredo), de quem o governo Jair Soares fora aliado, rompendo logo após. Se tiveres acesso aos discursos do governador, bem como do presidente da Comissão Executiva (Adylson Motta), fica clara a tentativa de identificação dos supostos ideais farrapos com o momento presente (1985). Luta por melhores condições econômicas para o RS, melhor distribuição tributária etc., ou seja, o ideário farroupilha vivo ainda hoje. Curioso também é notar que havia uma tentativa de enfatizar bastante o caráter ‘brasileiro’ do movimento, minimizando o seu caráter meramente regionalista.”*

Para Mattes (2020), que participou do evento, havia comparação entre o passado e o presente em relação às necessidades de reivindicar mais atenção aos fatores econômicos do estado sulino, mas era questionável o caráter brasileiro dado à memória farroupilha em detrimento do regional. O aspecto nacional dado à revolução, pela narrativa do governo do estado, é justamente a forma de dizer ao restante do Brasil que os gaúchos haviam lutado por reivindicações que eram de toda a nação. Por essa razão, Jair Soares procurava afastar sua imagem do governo militar. O governo do estado do Rio Grande do Sul pretendia representar, em 1985, uma revolução que pudesse dialogar com os princípios da democracia. Assim, era pertinente incluir a comunidade nas representações, dando uma sensação de que estavam lidando com uma memória comum, em que a presença dos descendentes estreitava a representação de continuidade. Em sentido contrário à ansiedade de serem reconhecidos como descendentes dos farroupilhas e do governo do estado em reconhecê-los, atuava a Subcomissão de Geografia e História, mesmo que sutilmente, quando estabelece as normas para ser um

<sup>162</sup> Por isso faz sentido a análise anterior do retorno que davam à Comissão Executiva as prefeituras que não encontravam supostos descendentes farrapos, visto que elas teriam que conviver à sombra do sucesso no projeto e da exposição pública que tinham as prefeituras que conseguiram encontrar algum sujeito com requisitos para entrar no projeto.

cidadão considerado descendente dos farroupilhas, como aponta o parágrafo 3º do projeto: “Somente será excetuado o disposto no item 2º, caso a afluência de interessados inviabilizar a operacionalidade do projeto. Neste caso os critérios que serão fixados pela Subcomissão de Geografia e História” (AHRS, Chamada dos heróis farroupilhas. Documentos da Comissão. Caixa 19, 1984).

Dessa maneira, se pode dizer que a subcomissão, se respaldando no regulamento, procurava controlar a entrada de supostos descendentes no concurso. O regulamento restringia o “desejo” de ser descendente farroupilha, não privava que comprovassem descendência, mostrando que ao aceitarem o projeto de caráter ufanista, não significava que ele não estivesse baseado em critérios técnicos. O trabalho dos historiadores, portanto, buscou um respaldo que lhes garantisse certa credibilidade; era preciso seguir parâmetros determinados, pois teriam acesso a relatórios que inspiravam a ideia de heroicidade e continuidade que precisavam ser avaliadas para que “A chamada dos heróis” tivesse o mínimo de coerência. Muitos eram documentos com uma narrativa apelativa, não bastava comprovar a descendência, como é o caso da narrativa do relatório da família “de Bem”, de Cruz Alta.

A família “de Bem”, no Rio Grande do Sul, se constitui em elemento de convicções liberais e teve participação ativa na Revolução Farroupilha, podendo ser verificado em exemplar do jornal “O Povo”, órgão oficial da República Rio-Grandense, Decreto de 28 de outubro de 1839, onde “atendendo ao patriotismo, valor, e pericia militar”, era promovido a primeiro-tenente o Cabo Felipe de Bem. Este farroupilha ilustre, 1º Ten. de Bem é credor da admiração e do respeito do povo gaúcho, pelo desprendimento, pela coragem e pelos sacrifícios oferecidos à causa farroupilha, no heroico período que medrou de 1835 a 1845. Sua vontade inquebrantável, apoiada em sua espada de aço, esteve, sempre, à disposição da República Rio-Grandense, sonho de idealistas cujos reflexos positivos até hoje se espargem pelo Rio Grande e pelo Brasil (AHRS, Anexo comprovante da família “de Bem”. Caixa 2, 1985).

A narrativa elaborada para o relatório da família “de Bem” exemplifica a maneira que pessoas praticamente anônimas na história da Revolução Farroupilha construíram sua representação pelo trabalho de memória elaborado pelo governo do estado. Dessa forma, os descendentes encontraram uma maneira de “heroicizar” seus antepassados<sup>163</sup> ou, ao menos naquele momento, colocá-los em evidência. Da mesma forma, esses viam uma possibilidade de adquirir visibilidade como descendente, e no caso da família “de Bem”, era elaborada uma espécie de continuidade baseada na carreira militar da família, que na narrativa queria sustentar a representação de uma suposta continuidade, em que se pode dizer que pretendiam mostrar

---

<sup>163</sup> Esse aspecto de o estado reconhecer todo descendente dos farroupilhas como “herói” acabou dando outro sentido à ideia de “herói”, por um lado, não se resumindo somente aos “grandes homens”.

que “os mortos arrumavam a casa para os vivos”.<sup>164</sup> É pelo trabalho de memória buscada no seu antepassado que a família “de Bem” buscou representação no presente. Do mesmo modo é possível estimar, quando analisamos o caso dessa família, que os indivíduos quando acompanharam a proposta desse projeto do governo do estado tinham como pretensão se legitimar como membros de uma comunidade formada por uma suposta memória comum.

Para além da narrativa revestida de ufania, tão repetitiva em trabalhos que envolvem a memória da Revolução Farroupilha, e para uma análise de um trabalho de memória que visa compreender como esses usos da memória trazem em seu seio particularidades sobre os interesses dos indivíduos em participar das comemorações, é necessário ressaltar alguns detalhes. Mais do que relembrar seus “heróis”, Antônio de Bem se associava a eles, visando reivindicar para si parte naquela “herança”, em um momento presente em que há um “espaço de possíveis”<sup>165</sup> para os indivíduos se tornarem produtores da sua memória, buscando sua participação na rememoração daquele passado. Retomamos aqui a ideia de que a memória não é algo instantâneo e pronto na prateleira esperando para ser usada. A memória precisa de um contexto histórico importante no passado, mas, sobretudo, tem que fazer sentido para o presente, necessitando de conteúdo político e social no presente. Afinal, como já foi demonstrado, havia o desejo das elites políticas no poder de fazerem uso da memória farroupilha por meio das comemorações em 1985. E foi naquele terreno propício que Antônio de Bem pôde reivindicar parte do que seria aquela suposta hereditariedade, saindo assim, quem sabe do anonimato, para naquele momento figurar nas memórias das comemorações oficiais do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Antônio de Bem procurou em seu relatório construir uma base para suas afirmações.

Geralmente, os intelectuais ligados ao tradicionalismo, ou mesmo a um modelo de rememoração que exalta o passado farroupilha, costumam esbanjar elogios aos “grandes vultos”, rememorando seus “feitos épicos”. Antônio de Bem, o personagem em questão, fez um movimento distinto. Partindo de seu momento presente, procurou situar Cruz Alta dentro do trabalho de memória da Revolução Farroupilha. Em um segundo momento, não convoca os sul-rio-grandenses a venerarem seus “heróis” diretamente, mas, sim, indiretamente, por meio de sua representação no presente de uma figura até então anônima que foi seu antepassado, o

---

<sup>164</sup> De acordo com Fernando Catroga (2001, p. 55-56), “marcar um passado é dar lugar aos mortos; mas é também, um modo subliminar de redistribuir o espaço de possíveis e indicar um sentido para a vida dos vivos”.

<sup>165</sup> Em comparação à perspectiva de Bourdieu sobre o “espaço de possíveis”, se pode avaliar que no contexto das comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, embora os produtores culturais derivassem de diversas correntes intelectuais, muitos percorriam coordenadas comuns na elaboração da memória. O projeto “A chamada dos heróis farroupilhas” é um espaço possível de reivindicação e produção de memória, no qual a família de Bem, embora tenha suas particularidades, possui um elemento comum entre seus pares, que é a memória da Revolução Farroupilha.



tenente Felipe de Bem. Além disso, no caso aqui analisado, ele mesmo é esse elemento de estreitamento do passado agindo como chave de ligação com a memória farroupilha. A narrativa do relatório pode ser interpretada como um instrumento de rememoração de alguém que viu, por meio da representação narrativa, uma forma de estabelecer uma legitimidade no presente dentro daquela comunidade e dentro de um acontecimento que se irradiava pelo Rio Grande do Sul – no caso aqui o Sesquicentenário da Revolução Farroupilha.

No documento analisado, é possível perceber que Antônio de Bem estrutura uma forma de sequencialidade na trajetória familiar, estabelecendo uma linha do tempo com o intuito de comprovar sua ancestralidade com os farroupilhas. Por meio de uma descrição decrescente, partindo do seu presente, ele foi mapeando a trajetória de sua família, remontando a origem dela, vinculada à fundação do Rio Grande do Sul. Assim, o tenente-coronel Antônio de Bem Moraes construiu sua própria representação no meio militar, ocupando posto de “Oficial de Cavalaria”, em 1985, servindo na “Guarnição de Cruz Alta, no Quartel-General da AD/3” (AHRS, Relatório da família “de Bem”. Documentos da Comissão. Caixa 2, 1985).

Por meio desses indícios se pode sugerir que Antônio de Bem tinha em seu entendimento uma conveniente relação com aquele passado, ao qual pretendia se vincular. O sujeito, em seu relato, ressaltou sua posição de oficial de cavalaria, fator muito interessante, visto que remete diretamente ao imaginário coletivo que as elites envolvidas nas comemorações almejavam. Dessa forma, Antônio de Bem vinculava o passado ao presente elaborado por uma representação de continuidade, por meio de seu ofício na cavalaria, estabelecendo assim um vínculo de ancestralidade com os farroupilhas. Isso é muito interessante se considerarmos o imaginário do oficial de cavalaria como membro da elite, a figura dos “centauros das coxilhas”, como gostam de reverenciar o gaúcho no meio tradicionalista, e a forma como por um bom tempo os historiadores também o representaram. Um discurso que era significativo para os simpatizantes desse modelo de memória atribuído à farroupilha.

Reforçando sua condição de herdeiro dos farroupilhas, Antônio de Bem cita sua cidade de nascimento – Santa Maria. Ele destacou a importância histórica da cidade, lembrando sua condição de fundação como contraforte, mostrando todo aspecto do militarismo ao qual ele se relacionava e entendia-se como sujeito. Para de Bem, a cidade tinha um vínculo sentimental, era a cidade natal de seu avô materno, mas, sobretudo, fez questão de enfatizar que sua família

também tinha origens na que fora um dia capital farroupilha.<sup>166</sup> Dentro do contexto das comemorações farroupilhas, tal fato poderia significar mais um elemento de afirmação da descendência farrapa pretendida pelo tenente-coronel Antônio de Bem (AHRS, Anexo comprovante da família “de Bem”. Caixa 2, 1985).

O trabalho de memória pode se abrir a vários aspectos, dependendo das condições vindas à luz e que são postas em evidência e dos indícios que venham surgindo na construção das representações dos sujeitos sociais. No caso aqui analisado, as narrativas da trajetória da família “de Bem” não só foram direcionadas para externar a vida militar como também sua participação no contexto político do Brasil, conforme a citação que segue:

No final do regime monárquico, Balthazar de Bem e Canto, bisavô do ten-*cel* Antônio de Bem Moraes, exerceu o cargo de delegado de polícia. Proclamada a República, acompanhou a grande maioria dos rio-grandenses, filiando-se ao partido de Júlio de Castilhos. Em 1895, era eleito Conselheiro Municipal, e em 1º de novembro de 1896, era eleito intendente de Caçapava, cargo que exerceu até 1900, tendo sido reconduzido a essas funções em 1905, sendo reeleito sucessivamente até 1920 (AHRS, Relatório da família “de Bem”. Documentos da Comissão. Caixa 2, 1985).

Na construção narrativa da trajetória da família, observam-se aspectos importantes, como a intenção por parte dos agentes que conduziam o trabalho de memória de ressaltar para além das condições da trajetória militar dos “de Bem” a participação na política rio-grandense. Os aspectos acima citados são relevantes, pois participação política e militar é uma característica dos sujeitos na política brasileira que adentrou praticamente o século XX.<sup>167</sup> Chamo a atenção ao fato de que seguir uma carreira militar e se inserir na política poderiam ser um movimento interessante para a construção da representação, na medida em que, de maneira geral, assumir tais cargos políticos seria ter relevância social, caberia à representação pretendida *a posteriori*. Percebe-se que esse foi o caminho percorrido por Antonio de Bem na elaboração da representação da memória de sua trajetória familiar.

Em um segundo momento, as narrativas procuraram mostrar outro aspecto da família “de Bem”, que também, ao que tudo indica, contribuiria para a representação dos “de Bem” na colonização açoriana no Rio Grande do Sul. Segundo o relatório, a família “de Bem”, sendo

<sup>166</sup> “Seu pai, Ernesto Otaram Moraes, era natural de Pinheiro Machado, e sua mãe, Dona Nina de Bem Moraes, de Santa Maria. Foi seu avô materno, o cidadão Nestor de Bem e Canto, nascido na histórica cidade de Caçapava, uma das capitais da República Rio-Grandense. Já Nestor de Bem e Canto era filho do Cel. Balthazar de Bem e Canto, rio-grandense ilustre e de larga folha de serviços prestados ao estado e que nasceu em 15 de fevereiro de 1848, e de Dona Ricardina Silveira e Canto” (AHRS, Relatório da família “de Bem”. Documentos da Comissão. Caixa 2, 1985).

<sup>167</sup> O próprio contexto em que estavam inseridos os sujeitos em questão era o do final da ditadura militar que vivia o Brasil em 1985.

originária de um único tronco, estava entre as famílias de açorianos que haviam fundado o Porto dos Casais<sup>168</sup>:

O Cel. Balthazar de Bem e Canto era descendente de Belchior de Bem e Canto, da tradicional família de Bem, única no país, oriunda dos Açores e chegada no Brasil no ano de 1797, juntamente com outras nove famílias de açorianos que fundaram o “Porto dos Casais” à margem do estuário do Guaíba, e, hoje, e florescente capital do Estado do Rio Grande do Sul, a terra da valorosa Gente Farroupilha (AHRs, Relatório da família “de Bem”. Documentos da Comissão. Caixa 2, 1985).

Desse modo, a narrativa mostra o sentido dado pelo nosso personagem à oportunidade que se abriu, em que, por intermédio do trabalho de memória, se criou uma possibilidade de ele sair do anonimato. Em outras palavras, foi a oportunidade da família “de Bem”, através de seu interlocutor, elaborar sua versão dos acontecimentos, mesmo que supostamente essa memória fosse o ponto de vista do passado a partir da construção de um indivíduo, que realoca sua família como precursora dos “de Bem”, numa demonstração de legitimidade sobre sua identidade.<sup>169</sup>

Era nesse sentido que atuava a Subcomissão de Geografia e História, tendo que analisar a documentação e confrontá-la com o relatório do sujeito, buscando atestar se o que ele afirmava tinha sentido. O professor Cláudio Mattes (2020) considerava como trabalho árduo ter que atestar todo um projeto elaborado por um pretendente a “herdeiro farrapo”, pois, pelo que se pode concluir do relatório da família “de Bem”, é que havia certa convicção sobre a ancestralidade com um farroupilha. E era assim, supostamente, que tais herdeiros traziam suas propostas, o que explica a fala de Mattes (2020) quando se refere a “um trabalho árduo” a tarefa de atestar quem era ou não reconhecido como descendente farrapo. Por outro lado, foi possível constatar que a intenção de se fazer um projeto denominado “A chamada dos heróis farroupilhas” deu espaço para pessoas anônimas. Isso resgatou sujeitos que da memória, por muito tempo, havia lhes restado o esquecimento. Em outro sentido, também o Sesquicentenário da Revolução Farroupilha foi um espaço para trazer pessoas com ligações muito próximas dos sujeitos já conhecidos como “heróis” farroupilhas. Como foi o caso da vinda da família do bisneto de Giuseppe Garibaldi ao Rio Grande do Sul, trazida pela Comissão Executiva para fazer parte das comemorações.

<sup>168</sup> Nome que foi dado à cidade de Porto Alegre com a chegada dos casais de açorianos. Lembrando que a região antes da chegada dos açorianos fazia parte da sesmaria de Jerônimo de Ornelas.

<sup>169</sup> “Então, do precursor dos de Bem no Continente de São Pedro, vieram quatro filhos que receberam os seguintes nomes: Balthazar, Felipe Francisco, Belchior e Gaspar. E, por consequência, de um deles descende o Tem-Cel. Antonio de Bem Moraes, atualmente integrado na comunidade cruz-altense. Vale destacar que, no país, a família de Bem se constitui em um único ramo, não havendo, como ocorre em outros casos, ramos paralelos” (AHRs, Relatório da família “de Bem”. Documentos da Comissão. Caixa 2, 1985).

Os familiares de Garibaldi foram considerados personalidades importantes, entre tantos descendentes anônimos que foram diplomados com a culminância do projeto no dia 20 de setembro no Palácio Piratini, no encerramento da Semana Farroupilha.<sup>170</sup> A presença de uma “personalidade” como Giuseppe Garibaldi, bisneto do “herói dos dois mundos”, ganhou outras funcionalidades, ou seja, a Comissão Executiva queria mostrar o descendente “ilustre” para a sociedade, não só sul-rio-grandense como catarinense. Isso pode demonstrar os limites entre uma suposta “categoria” de descendente e outra. O descendente do “herói” institucionalizado trazia consigo uma bagagem de memória que o precedia, sendo explorada pela Comissão Executiva. Tarcísio Deretti afirma isso em correspondência trocada com a família Garibaldi<sup>171</sup>:

Meu caro Giuseppe

Atendendo à grata sugestão que você me fez, por telefone, estou remetendo, em anexo, os endereços de algumas autoridades, colegas e amigos. Todos ainda recordam, com viva simpatia e muitas saudades, a sua presença, de Flávia e de Dna. Erika: a presença da família Garibaldi brilhou, em muito, as festividades da Semana Farroupilha. Tenho a convicção de que marcou o início de uma sólida amizade entre os farroupilhas de hoje e de todos aqueles que lutam pelos ideais garibaldinos. Um forte abraço a você, a toda a sua família e beijos para o Constante. Tarcísio Deretti. Secretário-Executivo (AHRS, Ofício n. 428/85, 1º out. 1985. Caixa 2, 1985).

Nesse sentido, é possível refletir sobre a diferença entre um descendente anônimo que precisava comprovar sua ancestralidade, como no caso da família “de Bem”, buscando uma legitimidade, com um descendente de uma personagem da Revolução Farroupilha, como Giuseppe Garibaldi. A maioria daqueles descendentes anônimos vai buscar viver seu momento de reconhecimento para depois retornarem, muito provavelmente, ao anonimato para a maior parte da sociedade. Por exemplo, tendo se passado trinta e cinco anos das comemorações, o caso da família “de Bem” só veio ao conhecimento, fora de seu círculo, na presente pesquisa, diferentemente da memória de Giuseppe Garibaldi, que faz parte do “panteão de heróis” que a própria historiografia, em certos momentos, ajudou a oficializar. Desse jeito, o caso da família Garibaldi era diferente, tendo um papel de destaque, pela historicidade relacionada ao “herói”.

Tarcísio Deretti, secretário-executivo da Comissão Executiva, tratava diretamente com a família Garibaldi através de correspondência com Giuseppe Garibaldi (bisneto do herói)

<sup>170</sup> Para José Cláudio Mattes (2020), indivíduos como, por exemplo, o bisneto de Garibaldi, traziam em si esse “passaporte” livre para assumirem a posição de descendentes: “Claro que pesquisar figuras de maior vulto como Bento Gonçalves, Canabarro e outras era mais fácil, pois a documentação era bem mais farta e tinham já traçadas as suas árvores genealógicas!”

<sup>171</sup> Na tentativa de entrevistar Tarcísio Deretti, entrei em contato com seu filho, para o qual mandei um e-mail com um questionário. Após algumas tentativas de contato, ainda não obtive resposta. Dada a proximidade que as fontes indicam de Deretti com a família Garibaldi, seria muito interessante saber do próprio Deretti como era essa relação.

depois que este retornou à Itália. As narrativas apontam para a perspectiva de que havia a ideia de estabelecer um vínculo com Giuseppe, numa narrativa que pretendia incluí-lo nessa relação de descendente farroupilha. Isso mostra certa facilidade na forma como a memória era manipulada pelos membros da Comissão Executiva se fosse para a legitimação de um acontecimento que servisse aos propósitos do trabalho de memória planejado pelo governo do estado.<sup>172</sup>

Meu caro amigo Giuseppe Garibaldi

Ainda que com atraso encaminho-lhe um conjunto de fotos e reportagens relativas à visita de sua ilustre família a esta comunidade. Através do Consulado Geral da Itália, recebi o bellissimo volume “Qui sostó Garibaldi”, com um gentil cartão da senhora Dna. Erika, a que muito agradeço. Recebi também os calendários que, conforme recomendação, remeti ao professor Raul e ao Professore Gardelin. Aqui as celebrações do Sesquicentenário continuam até 31 de dezembro e muito há para se fazer neste último mês do ano. Queira receber muito abraços de todos os companheiros da Comissão Executiva, juntamente com recomendações a Dna. Flávia e a Constante. Tarcísio Deretti (AHRs, Ofício n. 428/85, 1º out. 1985. Caixa 2, 1985).

No entanto, é preciso chamar a atenção para a ideia de fazer com que Giuseppe Garibaldi (bisneto do “herói dos dois mundos”) se sentisse parte dessa memória farroupilha, sob a perspectiva de Deretti e da própria Comissão Executiva. O importante é se perguntar o quanto o bisneto de Garibaldi se achava parte daquilo tudo.<sup>173</sup> Será que ele se compreendia como esse herdeiro de um “herói” farroupilha, pois ter conhecimento que seu bisavô era conhecido como “herói dos dois mundos” poderia não lhe dar a real dimensão de ser considerado um “herói” farroupilha no contexto da sociedade sul-rio-grandense. Talvez fosse preciso levar em conta a bagagem cultural da memória nacional sobre Garibaldi elaborada lá na Itália, da qual poderia ter mais influência sobre o bisneto de Garibaldi<sup>174</sup>, o que pode levar a entender que a visita seria, a princípio, uma cortesia, por meio de uma relação diplomática internacional.<sup>175</sup> Supostamente, com sua vinda ao Rio Grande do Sul é que teria o bisneto de

<sup>172</sup> No FSRF, encontrei seis correspondências entre Giuseppe Garibaldi e Tarcísio Deretti, todas sempre em tom de amizade por parte de Deretti (AHRs, Ofício n. 428/85, 1º out. 1985. Caixa 2, 1985).

<sup>173</sup> Uma coisa tem que ficar clara: Giuseppe Garibaldi, bisneto de Garibaldi, não entra no concurso dos descendentes, uma vez que é convidado a vir ao Rio Grande do Sul para participar como descendente do “herói”: “Ele e seus familiares vem ao estado a convite do governo gaúcho, com passagens oferecidas pela Varig” (AHRs, Jornal do Comércio, 13 set. 1985, p. 17, 1985).

<sup>174</sup> Em 1982, se comemorou na Itália o centenário de morte de Giuseppe Garibaldi. No evento, foi produzido um calendário com uma imagem representativa de Garibaldi na unificação da Itália. Isso me leva a interpretar que as representações que o bisneto de Garibaldi tinha de seu bisavô estavam muito mais associadas ao que ele representava na memória nacional italiana. O calendário foi enviado para Tarcísio Deretti e consta no Anexo IX.

<sup>175</sup> Minha afirmativa leva em conta que os primeiros contatos com a família Garibaldi se deram por meio dos consulados italiano e brasileiro, nos respectivos países, para contatarem a família Garibaldi (AHRs, Documentos da Subcomissão. Caixa 1, 12 set. 1984).

Garibaldi tomado conhecimento mais claro da representação de Giuseppe Garibaldi na memória farroupilha. Segundo Giuseppe em entrevista ao jornal *Zero Hora*:

*Emocionado, ele disse que não imaginava, antes de sair da Itália, que no Rio Grande do Sul a tradição gaúcha e a lembrança da Revolução Farroupilha pudessem, depois de tantos anos, encher e exaltar o coração de tanta gente. “Como bisneto de Garibaldi fico profundamente comovido com a recordação que o Rio Grande tem do meu bisavô, o herói dos dois mundos”, assegurou, em meio a uma imensa quantidade de pessoas que lhe pediam autógrafos e até para tirar fotos ao seu lado (GOVERNO..., 1985, p. 34, grifos meus).*

Com base na narrativa acima, é possível concluir que Giuseppe não tinha uma ideia clara da importância de seu bisavô na memória da Revolução Farroupilha. O que se pode concluir é que ele só se sentiu parte das comemorações e talvez tenha compreendido a dimensão da imagem de seu bisavô quando chegou ao Rio Grande do Sul. O que para Giuseppe poderia ser uma solenidade de algo distante, era um acontecimento-chave para a Comissão Executiva no projeto “A chamada dos heróis farroupilhas”. Giuseppe, o bisneto de Garibaldi, se tornava uma figura conveniente no andamento do referido projeto, sendo sua presença muito útil e significativa para o projeto dos descendentes farroupilhas.<sup>176</sup>

Desse modo, se pode compreender que havia um paradoxo entre a figura ilustre como elemento de representação e o desconhecido, que deseja fazer-se representar nas comemorações, mas que, no entanto, tinha a dimensão do que era lidar com os elementos de rememoração da Revolução Farroupilha e sua importância na sociedade sul-rio-grandense. Portanto, como foi planejado, Giuseppe Garibaldi, uma vez estando no Rio Grande do Sul, foi levado em comitiva pela Comissão Executiva para visitar os locais históricos, onde historicamente acreditavam que seu bisavô havia lutado. Fato que foi registrado na troca de correspondência entre Tarcísio Deretti e o professor, que era membro da Comissão Executiva, Wolfgang Ludwig Rau:

Apaz-nos cumprimentá-lo e, na oportunidade de, agradecer a valiosa participação de Vossa Senhoria e de sua digníssima esposa junto à Comissão do Sesquicentenário, em especial, ao projeto da visita dos descendentes de José e Anita Garibaldi ao Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Registramos nosso particular reconhecimento por ter representado essa Comissão e a Família Garibaldi na Cidade de Camaquã, no dia 19 deste mês. Congratulamo-nos também, por sua ilustrada e edificante presença em Florianópolis e Laguna, onde ouvimos, com inusitada satisfação, a palestra com que

<sup>176</sup> O *Jornal do Comércio* mostra a expectativa criada pela chegada do bisneto de Giuseppe Garibaldi e sua família no Rio Grande do Sul: “O Bisneto de Giuseppe e Anita Garibaldi. [...]. Acompanhado da sua esposa e da mãe, ele assistirá as comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha programadas para os dias 19 e 20, que terão como ponto alto a reconstituição da tomada de Porto Alegre. [...] Visitará também alguns locais históricos, principalmente aqueles onde seu bisavô combateu, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina” (AHRs, *Jornal do Comércio*, 13 set. 1985, p. 17, 1985).

nos brindou e as explicações, sempre oportunas, que ministrou. Ao ensejo, apresentamos nossas expressões de apreço e consideração (AHRs, Ofício n. 422/85. Caixa 3, 1985, grifo meu).

A narrativa de Derreti demonstra como a presença dos descendentes de Garibaldi foi explorada de uma forma até didática, visto que as visitas da família Garibaldi eram realizadas em meio às comemorações supervisionadas por um professor, que palestrava aos convidados e autoridades. Também é possível perceber que, diferentemente dos demais descendentes, os membros da Comissão Executiva tratavam a vinda da família Garibaldi como um projeto “à parte” dentro do projeto “A chamada dos heróis farroupilhas”. Nesse sentido, indico que a presença dos descendentes de Garibaldi foi favorável, por tal associação ao “herói”, na construção de uma narrativa pedagógico-cívica, que tinha mais facilidade em ser assimilada pela sociedade por sua relação com o sujeito histórico Giuseppe Garibaldi, mas também na figura de Anita Garibaldi como representante da memória farroupilha em Santa Catarina.

Esse movimento fazia com que a família Garibaldi cumprisse a função de elemento representativo de descendente de um “herói farroupilha”, fortalecendo as associações entre a memória ativada no presente relacionado a um suposto passado, de que talvez o bisneto homenageado nem se identificasse. Afinal de contas, era um estrangeiro, visitando o Sul do Brasil e recebendo homenagem de algo que quiçá tivesse tamanha ligação afetiva. Por outro lado, havia os descendentes dos quais fazia parte a família “de Bem”, que cumpririam um papel de destaque nas comemorações, afinal, o governo do estado tinha interesse em atuar nas diversas frentes de reelaboração da memória farroupilha. O bisneto de Garibaldi tinha para o governo gaúcho seu valor enquanto representante de um descendente conhecido, mas esse tinha um tempo de comemorações naquele contexto.

Nesse aspecto entra a importância dos possíveis descendentes que fossem confirmados pela seleção da Subcomissão de Geografia e História, pois, anônimos ou não, há de se considerar que esses tinham raízes no Rio Grande do Sul. Dessa forma, há a questão do regionalismo, pois descendentes de farrapos, conhecidos ou anônimos, que eram da terra, possuíam laços com a comunidade sul-rio-grandense, portanto era a oportunidade que a comunidade teve de ver “um dos seus” numa posição que era dividida com personagens já reconhecidas, num lugar que muitas vezes foi ocupado somente pelos “grandes vultos”. Talvez esse fosse o lance do governo do estado ao fazer com que o indivíduo buscasse espontaneamente se associar às comemorações. Um sentimento de ligação muito forte contribui na intenção de se trabalhar a memória coletiva como elemento fundante da memória farroupilha, estabelecido nas cidades do Rio Grande do Sul. Em certos aspectos, o valor de

descendência e a ligação com a terra natal dos farrapos eram um elemento sintomático para a comunidade que tivesse um de seus cidadãos reconhecido como descendente farroupilha.

Na noite de 20 de setembro de 1985, no Palácio Piratini, se deu a culminância do projeto “A chamada dos heróis farroupilhas”. O governo do estado, com o apoio da Comissão Executiva, reunindo imprensa e autoridades, em uma cerimônia de encerramento da Semana Farroupilha, diplomou os descendentes farrapos que tiveram seus relatórios, sua árvore genealógica e documentação reconhecidos pela Subcomissão de Geografia e História, portanto aptos a participar desse evento. A solenidade se revestiu de um ritual, pois fechava oficialmente a Semana Farroupilha com o apagamento da chama crioula, após a audição do Hino Nacional precedido pelo Hino Rio-Grandense.

Tais práticas não podem ser consideradas como algo simples, uma vez que envolvem toda uma construção simbólica pela reelaboração de uma memória, e isso de ambos os lados. Se, por um lado, o governo buscava a legitimação de seus atos por meio de uma comemoração, também buscava uma comunhão social na ideia de colaborar na manutenção da memória de uma elite muito específica no passado sul-rio-grandense, reelaborando um imaginário de uma suposta memória comum na sociedade-sul-rio-grandense. Por outro lado, aparecem os sujeitos que queriam ou expressavam uma vontade de se inserirem no trabalho de memória, se apropriando da proposta aberta pelo estado – e talvez não soubessem se teriam outra oportunidade para saírem do anonimato enquanto supostos descendentes dos farrapos. Já a Subcomissão de Geografia e História, com concordância ou não de parte de seus membros, colaborou para a ritualização daquela noite, quando selecionou os sujeitos considerados aptos a terem seu reconhecimento oficial e social como descendentes dos farroupilhas.

Ao todo foram entregues 232 diplomas de “Cidadãos da República”, de acordo com o noticiário da *Zero Hora* do dia seguinte ao evento (GOVERNO..., 1985, p. 34). A ideia de diplomar os descendentes farroupilhas mostra a complexidade do trabalho de memória e a capacidade do projeto de mobilização da sociedade, afinal, a Subcomissão de Geografia e História havia qualificado 232 pessoas aos requisitos para serem elevados à categoria de “Cidadão da República Rio-Grandense”<sup>177</sup>, termo que era parte na descrição do diploma (AHRs, Documentos da Comissão. Caixa 12, 1985). Dessa maneira, de forma simbólica, o indivíduo passava por um ritual de ascensão certificado pelo governo do estado, que dava

---

<sup>177</sup> Sobre os diplomas, no FSRF foram encontrados muitos modelos em branco, mas foi significativo encontrar um assinado, que por motivo desconhecido, supostamente a pessoa não compareceu à cerimônia, que é justamente de uma descendente de José Gomes Vasconcelos Jardim (AHRs, Documentos da Comissão. Caixa 12, 1985). Isso ajuda a evidenciar o alcance do projeto naquele contexto e a disponibilidade dessas pessoas em querer mostra tal descendência, como fez Ana Helena Jardim Villar, então suposta descendente de Gomes Jardim.



legitimidade a esses indivíduos como uma distinção, mesmo que simbólica no caso dos indivíduos anônimos, que passavam assim a ser reconhecidos nas suas localidades. Para compreender melhor os significados dados ao evento, podemos analisar a narrativa do texto do diploma na sua íntegra:

Sesquicentenário da Revolução Farroupilha 1835-1985

O Excelentíssimo Senhor Doutor Jair Soares, digníssimo Governador do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições e conforme o Decreto nº 31381, de 21 de dezembro de 1983, confere este Diploma Honorário de “Cidadão da República Rio-Grandense” a [...] descendente de [...] que, no decênio heroico de 1835-1845, teve decisiva participação na Guerra dos Farrapos, oferecendo sublime exemplo de virtudes cívicas e espírito Público, incorporados institucionalmente à história e tradição rio-grandenses (AHRs, Documentos da Comissão. Caixa 12, 1985).

No campo da memória, a narrativa do documento acima tem certo grau de complexidade, pois sugere como o governo do estado elaborou esse projeto, no sentido de fazer com que as pessoas se legitimassem com sua participação efetiva no evento, externando uma legitimação por parte da sociedade à memória farroupilha nas comemorações. O evento, sugerindo uma memória comum na construção da identidade, novamente, naquele contexto, não externava o fato de que a Revolução Farroupilha foi um movimento de elite, para se ter uma leitura de uma revolução que era rememorada por representar as necessidades da sociedade sul-rio-grandense como um todo. A memória aqui assumia o caráter cívico-pedagógico, mesclando a participação de sujeitos anônimos aos descendentes de personalidades, como no caso de Giuseppe Garibaldi (bisneto), que mesmo sem entrar no concurso foi diplomado, afinal sua presença, de acordo com a Comissão Executiva, engrandecia mais o fechamento daquele 20 de setembro de 1985.<sup>178</sup>

Compreender o projeto “A chamada dos heróis farroupilhas” para além do ufanismo é entender que aquele movimento penetrava na construção da identidade. Nesse aspecto é que se precisa levar em consideração o trabalho dos historiadores como sujeitos atuantes, visto que procuraram dar uma organização ao projeto de forma técnica, e não aleatória, na análise da documentação apresentada dos descendentes farroupilhas. Já o diploma, na sua narrativa, pretendia estabelecer a ligação entre passado e presente, mas também perspectivas de futuro, como mostra o pronunciamento dirigido aos descendentes farroupilhas do presidente da

---

<sup>178</sup> Foi na imprensa que encontrei notícias de sua participação. De acordo com a *Zero Hora*: “Encerrando as comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, foram entregues ontem à noite no Palácio Piratini os diplomas de ‘Cidadão da República Rio-Grandense’ a 232 descendentes dos heróis farroupilhas, incluindo o bisneto de Giuseppe Garibaldi, que veio de Roma, em companhia de sua mãe e esposa. A cerimônia foi presidida pelo governador Jair Soares, que também extinguiu a chama crioula, que ardeu no saguão do Palácio, lembrando a epopeia farroupilha” (AHRs, Documentos da Comissão. Caixa 12, 1985).

Comissão Executiva, o deputado Adilson Motta, que antecedeu o apagamento da chama crioula:

Saudando os descendentes daqueles que participaram do decênio heroico de 1835-1845, quero frisar o dever que temos de conhecer o passado que tanto explica o momento presente e atualiza a responsabilidade de guardarmos e transmitirmos os ensinamentos legados por aqueles personagens arquetipos de nossa formação histórica: amor à verdade, apreço à liberdade, respeito à igualdade e consideração à humanidade. Mais expressiva se torna a situação se considerarmos que se trata de realizações de toda a comunidade rio-grandense, participante ativa e direta de atividades que penetraram os mais distantes recantos da antiga província de São Pedro, de sorte que aquele ideário dos líderes de 1835 é hoje patrimônio e consciência de todo o povo gaúcho (AHRS, Pronunciamento do presidente da Comissão Executiva. Caixa 12, 1984).

A ideia de fazer da memória farroupilha um patrimônio de todos os gaúchos, expressado no decreto de criação da Comissão Executiva, retornou no discurso de Motta aos descendentes farroupilhas. É possível considerar que o ritual de diplomação proporcionava o retorno desses sujeitos aos “mais distantes recantos da antiga Província de São Pedro”, de onde partiram como pessoas anônimas e retornaram como fiadoras da memória farroupilha, legitimadas pelo governo do estado. Tal fator serve para reforçar nessas localidades o culto da memória farroupilha, colaborando para a construção de sua representação como “patrimônio” dos sul-rio-grandenses, como era objetivo da proposta do governo. O discurso de Motta procurava estreitar o laço entre personagens “frequentadas por tabela” e sujeitos do tempo presente, explicitando uma prática de rememoração na construção pedagógico-cívica daquela memória. De acordo com o deputado:

Estão de novo presentes em nosso meio Bento Gonçalves, José e Anita Garibaldi, José Gomes Vasconcelos Jardim, Domingos José de Almeida, Onofre Pires, Joaquim Teixeira Nunes, David Canabarro, João Manuel de Lima e Silva, [...] e tantos outros, que durante dez anos sustentaram a gloriosa luta libertária em nosso território, e, além dele, na República Juliana Catarinense e com grandes repercussões pelas demais províncias do Brasil (AHRS, Pronunciamento do presidente da Comissão Executiva. Caixa 12, 1984).

Por essa razão, o simbolismo criado na narrativa sobre a “presença dos mortos” – como define Catroga (2001) – nas comemorações também criava a representação de uma continuidade pelo retorno, no discurso, de um suposto antepassado comum para o panteão da

memória farroupilha.<sup>179</sup> No caso aqui, Motta deu ênfase a Bento Gonçalves, usando uma descrição feita por Garibaldi, para assim criar no discurso um “herói” representado como líder “carismático”. Aqui não havia espaço para os questionamentos quanto à imagem do líder farrapo, como houve na análise que fiz da obra de Moacyr Flores (1985a) no contexto do projeto do “Curso de extensão universitária”. Isso revela a importância de analisar os paradoxos entre os dois projetos para refletir sobre as possibilidades abertas para os historiadores dentro das comemorações, que tinham na sua essência um cunho muito conservador, tornando complexa a inserção dos historiadores aos projetos. Todo esse movimento da memória pretendia criar um sentido de comunhão entre descendentes e antepassados, reforçando laços de memória supostamente existentes no passado, vivificando a figura do mito também no presente. Conforme Motta:

Quero render homenagens a todos os Heróis Farroupilhas e penso poder fazê-lo na pessoa do imortal Bento Gonçalves da Silva, assim descrito pelo próprio Garibaldi: “Fôra um dos primeiros a levantar o grito de guerra, não com vistas de ambição pessoal, mas como qualquer outro beligerante daquele povo. Na campanha passava como qualquer outro filho daquela terra. Com tais dotes adquiridos, Bento Gonçalves era o ídolo de seus concidadãos, verdadeiro cavaleiro andante, vigoroso ágil e leal” (AHRs, Pronunciamento do presidente da Comissão Executiva. Caixa 12, 1984).

A narrativa foi readaptada na manutenção da imagem do “herói” sobre Bento Gonçalves, na presença dos descendentes farroupilhas num discurso elaborado de forma que molda a ideia sobre os “acontecimentos vividos por tabela” (POLLAK, 1992). O deputado Adilson Motta amarra a narrativa à presença dos descendentes quando cita a suposta descrição que Garibaldi fizera sobre Bento Gonçalves, visto que, dessa maneira, representava-se à família Garibaldi uma ideia de estreitamento desses supostos vínculos construídos com a memória farroupilha, na tentativa de estreitar esses laços de pertencimento. Nesse sentido, Motta se apropriava das narrativas atribuídas a Bento Gonçalves, reforçando a representação de continuidades entre passado e presente e uma perspectiva de futuro da comunidade sul-riograndense baseada na memória farroupilha. Também nesse aspecto é possível compreender por que a Comissão Executiva deu apoio a Fernando Sampaio quando este, defendendo a imagem de Bento Gonçalves, respondeu ao trabalho de Tau Golin (1983) – como analisei

<sup>179</sup> Para Catroga (2001, p. 52): “Infere-se, assim, que a tarefa última dessas liturgias é a de criar sentido e perpetuar o sentimento de pertença e de continuidade, num protesto, de fundo metafísico, contra a fluxão do tempo. O imaginário da memória liga os indivíduos não só verticalmente, isto é, a grupos ou entidades, mas também a uma vivência horizontal e encadeada do tempo (subjetivo e social) que integra cada existência numa ‘filiação escatológica’ garantida pela reprodução das gerações e por um ideal de sobrevivência na memória dos vivos. A raiz da memória mergulha, portanto, num ‘espaço de experiência’, horizonte que o recebe como herança e como possibilidade de se vencer a morte, num jogo ilusório que finge esquecer que, tarde ou cedo, também os mortos ficarão órfãos de seus próprios filhos”.

anteriormente –, tendo seu livro incluído nas comemorações oficiais, pois era um discurso que ia ao encontro dos propósitos das comemorações, sendo constantemente usado pelos políticos. E prossegue Motta:

Minha mensagem aos descendentes dos Heróis Farrroupilhas não pode ser outra senão aquela mesma que Bento Gonçalves lhes antecipou em setembro de 1835: “Nunca esqueceis que sois os administradores do melhor patrimônio das gerações que vos devem suceder, que este patrimônio é a liberdade, e que estais na obrigação de defendê-la à custa de vosso sangue e de vossa existência” (AHRs, Pronunciamento do presidente da Comissão Executiva. Caixa 12, 1984).

Assim, Motta se apropriava de um discurso atribuído a Bento Gonçalves a seus contemporâneos, para readaptá-lo para a situação presente num outro contexto. A fala de Bento Gonçalves, tirada do contexto que fora produzida, é utilizada de forma a produzir sentidos de uso político. Um discurso que buscava definir elementos de filiação que contribui, também, para a manutenção da ideia de um sentimento de comunidade, pois a memória é reproduzida como uma suposta herança comum, onde os elementos comuns do passado são decodificados de forma a serem representados como instrumentos de identidade coletiva. Nesse sentido, José Cláudio Mattes (2020) exemplificou o que percebia naquele contexto sobre o sentimento dos descendentes farroupilhas em participar do evento:

*“Este foi sem dúvida o ponto alto dos festejos. O próprio governador em palanque armado em frente ao palácio entregou os diplomas aos ‘heróis’ com a presença de várias autoridades que fizeram uso da palavra. Os descendentes foram chamados pelos seus nomes, e proclamados também o nome do participante da Revolução Farroupilha do qual descendiam. Para o governo, esta cerimônia foi a comprovação e a afirmação da ‘sua’ epopeia farroupilha, para os agraciados com o diploma a comprovação daquilo que, no seu imaginário, sempre foi uma certeza, faziam parte da mais gloriosa página da história do RS.”*<sup>180</sup>

A narrativa de Mattes em relação à análise dos outros documentos sintetiza o exemplo de um projeto de memória que alcançou, em grande parte, seus objetivos, naquilo que foi a proposta do governo do estado. Ao menos se pode analisar a forma como um projeto de memória elaborado em um gabinete conseguiu estabelecer um vínculo mais incisivo com pessoas ligadas a várias comunidades em diversas localidades do Rio Grande do Sul. Esse fato leva a refletir o quanto atual – e da capacidade de se atualizar – é esse sentimento de “herança

<sup>180</sup> A narrativa de Mattes é importante para o fechamento do texto, pois externa o testemunho ocular. Ademais, talvez sua experiência como historiador contribua na elaboração de sua narrativa na forma como ele descreve o episódio que culmina com a diplomação dos “descendentes farrapos”.

farroupilha” e o quanto aquele contexto contribuiu para a construção de elementos formadores de expectativa, do qual esperavam colherem frutos os adeptos do tradicionalismo.

Aqueles rituais no contexto de 1980 marcaram um novo ciclo para a memória da Revolução Farroupilha, aliada às aspirações democráticas que chamavam a comunidade para as comemorações. Desde o início do projeto – da entrega da documentação ao ato de diplomação –, o imaginário da Revolução Farroupilha era partilhado por aqueles indivíduos que formavam suas representações, em consonância a um imaginário que o governo do estado articulava para inserir toda a comunidade sul-rio-grandense nas comemorações, representando aquele passado como parte da identidade comum. Isso, possivelmente, veio a reforçar muito os laços locais com a memória farroupilha, que foi constantemente explorada nos municípios, tendo nesses sujeitos os “representantes” daquela suposta “herança comum” da sociedade sul-rio-grandense.

O diferencial que avalio nesse projeto – por isso a importância de trazê-lo para a análise – é o fato de o governo do estado possibilitar que certos sujeitos, em sua maioria anônimos, de espectadores se tornassem protagonistas. É importante destacar que se tornariam protagonistas não de uma memória restrita a um pequeno grupo, mas, sim, de um trabalho de memória que tinha como pano de fundo a Revolução Farroupilha e todo seu arcabouço de imaginários sobre a identidade sul-rio-grandense. Isso é relevante porque está relacionado aos problemas que envolvem a construção dessa memória ligada à identidade, num período de redefinição política associado ao contexto de redemocratização. Então se fazia importante a reelaboração de uma memória vinculada à elite no governo, desejosa – como venho apontando – de desvincular sua imagem da ditadura militar. Assim, o simbolismo de representar uma comunhão celebrando o fim dos festejos com a legitimação dos “heróis farroupilhas” estava de acordo com as aspirações democráticas do governo.

Uma implicação para supor que a representação de uma suposta comunhão entre sociedade e elite – que faziam da memória farroupilha um elemento comum relacionado ao fato de estarem vivendo um período de redemocratização – pode estar associada ao fato de desconstruir a imagem das comemorações ligadas ao regime militar. Isso porque é durante o governo militar, e por meio de seus aliados, que foi estabelecida em 1964 a oficialização da Semana Farroupilha (AHRs, Lei n. 4.850/64. Caixa 3, 1964).

Sobre esse aspecto, se pode considerar que havia uma predisposição à associação dessas comemorações com os elementos do regime militar, mas em 1985, pela primeira vez, se tinha oficialmente uma Semana Farroupilha sobre as aspirações democráticas, ou seja,

desvinculada e celebrada fora dos domínios dos governos militares.<sup>181</sup> Nesse sentido, temos dois aspectos: a desvinculação do governo do estado da imagem dos militares e o esforço para fazer da Semana Farroupilha uma comemoração num ambiente democrático e com a participação da sociedade civil como agente de construção daquela memória, o que poderia dar um sentido de identidade coletiva vinculada à memória da Revolução Farroupilha. Para isso, o projeto “A chamada dos heróis farroupilha” pode ser considerado relevante como elemento de manutenção daquela memória para os propósitos do governo do estado, que era inserir a sociedade civil nas comemorações.

Dessa forma, podemos compreender que trazer para o encerramento da Semana Farroupilha, no Palácio Piratini, um projeto diplomando descendentes dos farroupilhas, cumprindo um ritual de discursar reverenciando os mortos ao som do Hino Rio-Grandense, extinguindo a chama crioula, não encerrava somente o festejo oficial. O encerramento da Semana Farroupilha, em 1985, marcava o início de outro ciclo naquela memória, que agora seria celebrada pela sociedade civil sob o aspecto dos governos democráticos, que também constituídos como elite no poder vão se apropriar da memória farroupilha, contribuindo para sua manutenção.

O projeto chamando os descendentes farrapos pode colaborar para a ideia de incluir a sociedade sul-rio-grandense como parte da memória farroupilha, comemorada no sesquicentenário da revolução. No próximo capítulo, ao analisar a Subcomissão de Tradição e Folclore, busco relacionar como as instituições ligadas à tradição e ao folclore deram sua contribuição para o governo do estado na reelaboração da memória farroupilha em seu sesquicentenário, pretendendo também inculcar na comunidade sul-rio-grandense os elementos dessa memória.

---

<sup>181</sup> No primeiro capítulo, foi mostrada a grande participação da Liga de Defesa Nacional, que estava inserida e atuante nas subcomissões, agindo como agente fiscalizador, com o propósito de cuidar para que o discurso regionalista das comemorações farroupilhas não se sobrepusesse sobre o discurso de nacionalidade da Revolução Farroupilha.

#### **4 A REINVENÇÃO DA TRADIÇÃO: O TRABALHO DE MEMÓRIA ENTRE O GOVERNO DO ESTADO E A SUBCOMISSÃO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE**

Para este capítulo, pretendo analisar a relação entre a atuação do governo do estado nas “capitais farroupilhas” e os eventos realizados pela Subcomissão de Tradição e Folclore nesses municípios em concomitância aos eventos da Comissão Executiva. Isso, em certo sentido, pode colaborar para mostrar a proximidade entre o trabalho de memória desenvolvido pelo governo do estado com alguns dos projetos realizados pela Subcomissão de Tradição e Folclore nesses municípios.<sup>182</sup> Tal aproximação pode revelar que ambos estavam, em certas circunstâncias, muito próximos. No entanto, para esta pesquisa, procuro mostrar que essa aproximação tem picos de culminância em datas específicas, e o tema em questão é uma dessas datas. Assim, pesquisando o contexto do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, busco analisar as práticas desenvolvidas para aquele momento específico que reforçavam a aproximação das instituições ora em questão.<sup>183</sup>

Analisar a proximidade dos projetos do governo do estado com os projetos da Subcomissão de Tradição e Folclore permite refletir sobre qual viés de perspectiva sobre a memória farroupilha o governo estadual se apoiava quando encampava as ideias do MTG e recebia apoio deste. É nos projetos pensados e realizados nas “capitais farroupilhas”, sobretudo Piratini, que a análise deste trabalho permitiu identificar tais aproximações, que foram postas em prática pelo trabalho de memória dessas instituições. No caso das demais capitais, como Caçapava do Sul e Alegrete, suas fontes se mostraram mais fragmentadas, mas serviram de contraponto com o caso de Piratini.

Por uma questão de documentação, a análise terá como base os eventos realizados na cidade de Piratini, começando pela “Instalação do governo do estado”, projeto da Comissão

---

<sup>182</sup> De acordo com João Pradél de Azevedo: “As subcomissões formaram-se na medida em que os representantes das entidades foram manifestando interesses similares, de forma a aglutinar-se em grupos de atividades afins. Uma vez constituídas de fato, passaram a eleger seus coordenadores e suplentes, designados depois por ato publicado no Diário Oficial de 06 de setembro de 1984 [...]” (AHRS, Relatório da Comissão. Correspondência expedida. Caixa 9, 1984).

<sup>183</sup> Por exemplo, Tal Golin (1983, p. 77) afirmava: “A história do tradicionalismo rio-grandense está ligada ao estado com a mesma naturalidade que o couro ao boi. O seu oficialismo decorre de sua natureza, nascido e embalado dos braços do poder. Em muitos casos chega a ser a expressão cultural de órgão ligado ao estado. É totalmente impossível tentar ver o tradicionalismo funcionalmente ativo sem a impulsão do instrumento de poder”. Aqui procuro mostrar que nem tanto o tradicionalismo se liga ao estado irrestritamente ou ao contrário. O que está em análise são pontos de interesses comuns ligados à memória da Revolução Farroupilha para um momento comemorativo importante para ambas as instituições, como estava sendo importante também para outros setores da sociedade. Dessa forma, é possível entender que, se por parte do MTG o culto dessas tradições é o sentido do existir da instituição, o fato de o governo do estado encampar certos símbolos da Revolução Farroupilha não faz dele um objeto ligado irrestritamente ao tradicionalismo, aparecendo seu interesse pelas tradições mais enfaticamente na data comemorativa do 20 de Setembro, embora isso não o isente de fazer usos simbólicos de elementos comuns ao tradicionalismo.

Executiva Estadual (AHRS, Relatório da Comissão. Correspondência expedida. Caixa 9, 1984), e a “Reconstituição da instalação da República Rio-Grandense” e do “XXX Congresso Tradicionalista”, projetos da Subcomissão de Tradição e Folclore que tinham como responsável o MTG (AHRS, Relatório da Subcomissão de Tradição e Folclore. Caixa 1, 1984).

#### 4.1 A FUNDAÇÃO DOS 14 MUNICÍPIOS FARRAPOS

Para iniciar este subcapítulo, busco refletir sobre o que foi a “Fundação dos 14 municípios farrapos”. Esta foi criada nas reuniões entre a Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha com os municípios existentes em 1835<sup>184</sup>, tendo como proposta principal promover a pesquisa, o estudo e a divulgação da memória da Revolução Farroupilha (AHRS, Documentos da Comissão. Caixa 13, 1984). Desse modo, surgia uma instituição que nascia de interesses recíprocos entre os representantes do governo do estado e dos governos municipais envolvidos, que, como demonstra a citação abaixo, atenderam à proposta de se associarem aos trabalhos de memória para as comemorações oficiais da Revolução Farroupilha para o ano de 1985.<sup>185</sup> Essa reciprocidade de interesses aparece no relatório da Comissão Executiva redigido por João Pradél de Azevedo:

Atividade nas capitais farrapas.

A Comissão Executiva, sob a presidência do Deputado Adylson Motta, instalou para reuniões de trabalho, em Caçapava do Sul (23 de junho de 1984), Alegrete (26 de julho de 1984) e Piratini (24 de agosto de 1984). Nesses encontros foram ouvidos os prefeitos dos municípios farrapos, dos demais municípios, as autoridades e lideranças locais. [...]. Foram discutidas as programações municipais, a criação das respectivas comissões, [...]. Surgiu e amadureceu nestas reuniões a ideia de constituição da Fundação Farroupilha Intermunicipal. Em Caçapava foi anunciada a instalação, em 1985, das capitais farrapas (AHRS, Relatório da Comissão. Correspondência expedida. Caixa 9, 1984).

De acordo com a narrativa acima, foi nas capitais farroupilhas que surgiu a ideia de se criar a “Fundação dos 14 municípios farrapos”. Analisando a fonte suprarreferida, ela evidencia a maneira como o governo encontrou formas de articular suas alianças, visando trazer para o seio das comemorações – que ele organizava a nível estadual – os municípios que

<sup>184</sup> A “Fundação dos 14 municípios farrapos” fazia referência aos quatorze municípios existentes na época da Revolução Farroupilha na Província de São Pedro, que são: São Borja, Cruz Alta, Alegrete, Caçapava, Rio Pardo, Piratini, Jaguarão, Pelotas, Triunfo, Santo Antônio, Porto Alegre, São José do Norte e Rio Grande (FLORES, 2004).

<sup>185</sup> De modo muito semelhante atuava o MTG na Subcomissão de Tradição e Folclore junto ao governo do estado, tendo suas representações nos CTG, que atuavam nos municípios em conformidade com os governos municipais, demonstrando com era construída a rede de relações que colocavam em movimento os trabalhos de memória durante o Sesquicentenário da Revolução Farroupilha.



então se identificavam com aquela memória e que também, supostamente, viam nas comemorações a oportunidade de se promoverem na política local.<sup>186</sup> Da mesma forma, o governo do estado pretendendo, juntamente com o MTG, fazer uso daqueles lugares teria que contar com a colaboração das forças políticas locais, porque nesses ambientes a memória tem uma ligação importante com os eventos da Revolução Farroupilha e com as tradições gaúchas representadas pelos CTG.<sup>187</sup>

As comemorações como um evento político estavam ligadas aos interesses políticos também das municipalidades, que no caso das “capitais farroupilhas” receberiam eventos relevantes para a memória histórica local, visto que faziam parte do projeto do governo do estado de “instalação do governo” nessas localidades. Instalar o governo nas antigas capitais farroupilhas e realizar inaugurações de placas nos demais municípios, além do ato simbólico da reutilização da memória, mostram uma tentativa dessas elites, no ano de 1985, em se promoverem. Era a oportunidade de trazer para os municípios projetos ou pleitear uma aproximação com o governo do estado para futuros investimentos, ou seja, para além da efeméride, era uma forma de estender a mão para o governo, pensando em um retorno com algum projeto que beneficiasse esses municípios.<sup>188</sup>

Para o governo do estado, legitimar a criação da “Fundação dos 14 municípios farrapos” era a possibilidade de estabelecer e mostrar uma relação política com os municípios que aderiam ao seu projeto de memória, legitimando nas suas localidades o projeto estadual. A citação abaixo sugere como o governo procurou se posicionar diante da “Fundação dos 14 municípios farrapos”: “Art. 1º – E o Poder Executivo autorizado a instituir, em Assembleia Geral dos prefeitos dos quatorze municípios já instalados no decênio de 1835-1845, uma Fundação que terá por finalidade o estudo, a pesquisa e a divulgação da Revolução Farroupilha” (AHRS, Documentos da Comissão. Caixa 13, 1984).

O texto do decreto estadual que criava a “Fundação dos 14 municípios farrapos”, em 1984, mostra que, apesar de ser uma fundação intermunicipal, era formada por prefeitos. Percebe-se que o governo do estado buscava se colocar à frente, portanto, autorizando sua

---

<sup>186</sup> É importante chamar a atenção que nos governos municipais e nas associações municipais, o predomínio político era do PDS, seguido pelo PMDB e pelo PDT, assim como dos municípios que eram considerados áreas de segurança. Também é importante ressaltar que os municípios de Piratini e Caçapava do Sul eram governados pelo PDS, o que pode pressupor o alinhamento destes com os projetos do governo do estado, já em Alegrete a prefeitura estava com o PMDB. O Anexo XII apresenta a relação dos municípios e suas respectivas associações e partidos.

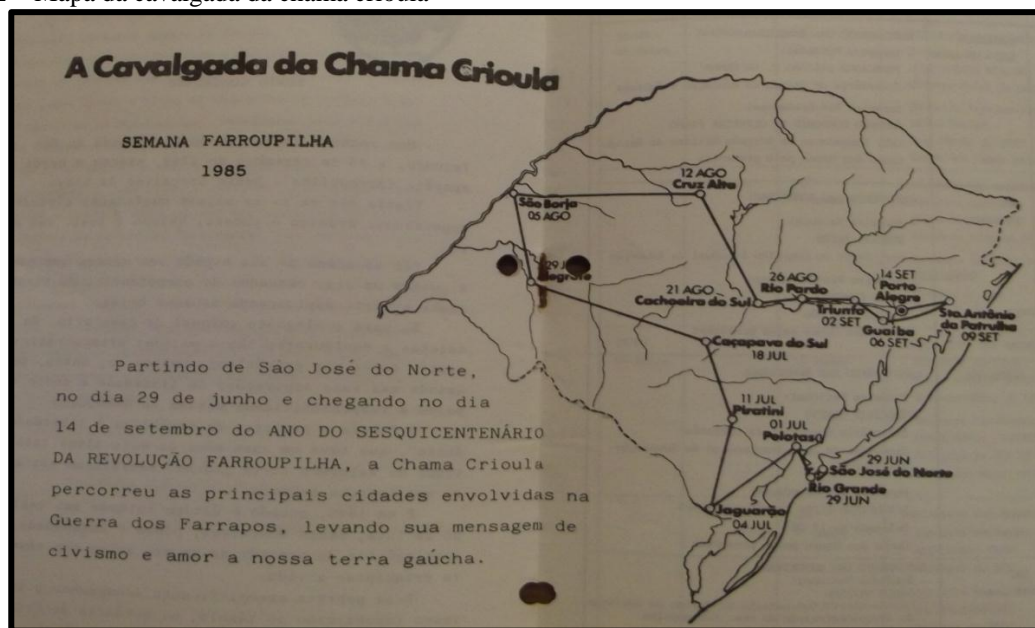
<sup>187</sup> Tal fator é o que condiciona que o estado trabalhe sobre um enquadramento da memória e construa nesses lugares os “acontecimentos vividos por tabela” (POLLAK, 1992).

<sup>188</sup> A instalação do governo do estado nas capitais farroupilhas e a questão dos investimentos nessas capitais serão mais bem analisados adiante.

criação, o que denota seu interesse em se articular para a formação de uma rede de relações políticas, fazendo das comemorações um elemento de coesão entre as elites políticas.

Tal situação para os prefeitos poderia ser interessante, pois era uma forma de demonstrar apoio ao governo do estado. Politicamente, poderia significar ser visto como aliado do governo, e na questão da memória farroupilha, o governo do estado via na fundação a possibilidade de esses municípios servirem como multiplicadores dos trabalhos de memória sobre a Revolução Farroupilha, contando também, para isso, com a ajuda do MTG e da Subcomissão de Tradição e Folclore. Não que em 1985 essas localidades supostamente passariam a data do 20 de Setembro sem realizar suas comemorações, mas fazer parte de algo maior era poder se colocar em evidência nas comemorações oficializadas pelo governo estadual.

Figura 2 – Mapa da cavalgada da chama crioula



Fonte: AHRS (Documentos da Subcomissão. Caixa 2, 1985).

A Figura 2 mostra o mapa do Rio Grande do Sul contemplando os quatorze municípios existentes no período da Revolução Farroupilha, onde aconteceria a “Cavalgada da chama crioula”, projeto realizado pela Subcomissão de Comunicação com o apoio da RBS.

Ainda no ano de 1985, aconteceu em Triunfo a Assembleia Geral dos prefeitos dos 14 municípios farrapos realizada na casa onde nasceu Bento Gonçalves. Nesse sentido, é possível refletir aqui que reunir os prefeitos das localidades em questão era um ato político, que mostra uma aliança que estava se formando com a aproximação desses prefeitos. Criava-se um laço de identificação de causa mútua com um passado, mas com vistas nos interesses políticos do

presente, despertando uma imagem de que “todos eram herdeiros do passado farroupilha” e, por isso, representavam-se como trabalhando em prol do povo sul-rio-grandense. Da mesma forma, é possível refletir sobre a importância dada para o simbolismo, naquele contexto, de criar uma “fundação farroupilha” na casa onde nasceu Bento Gonçalves, externando os significados do uso da memória, se apropriando dos “bens de memória do morto” para legitimarem-se no presente.

O estatuto da “Fundação dos 14 municípios farrapos” possibilita analisar a proposta elaborada pelos prefeitos e relacioná-la com os propósitos do governo do estado para seu projeto de memória:

Estatuto da Fundação Quatorze Farroupilha

Art. 1º – A Fundação 14 Farroupilha, entidade cultural e educativa dedicada à pesquisa, preservação e propagação da memória farroupilha, é instituída pelos prefeitos dos 14 municípios já instalados quando do decênio de 1835-1845, com personalidade jurídica de direito privado [...].

Art. 2º – A Fundação tem sede e foro na cidade de Porto Alegre e atuação em todo o território estadual e outros locais vinculados à história Farroupilha (AHRS, Estatuto da “Fundação dos 14 municípios farrapos”. Caixa 2, 1984).

Nesse sentido, aparecem dois aspectos importantes para compreender o sentido da fundação para os planos municipais e estaduais na construção de uma memória que pudesse contemplar os sul-rio-grandenses, com elementos supostamente comuns para a ideia de uma identidade comum. Primeiro, a formação da fundação, como entidade cultural e educativa, permitia a reorganização dessa memória como elemento de identidade local e regional, criando elementos que possibilitassem a divulgação da memória com as comunidades. Segundo, por parte do governo do estado, essas comunidades estariam supostamente identificadas, por uma (re)atualização da memória, com a proposta do governo do estado, formando um lastro essencial para a implantação dos projetos das comemorações do sesquicentenário farroupilha nessas localidades.

Analisar tais atividades do sesquicentenário permite estabelecer uma compreensão de como se dava a organização dispensada a essa memória, o que contribui também para entendermos a forma como essa memória encontra capacidade de se reatualizar constantemente, principalmente depois do sesquicentenário.<sup>189</sup> O artigo terceiro do estatuto da “Fundação dos 14 municípios farrapos” deixa evidente as finalidades a que ela se destinava.

---

<sup>189</sup> Até mesmo depois do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, o sesquicentenário do final da Revolução Farroupilha foi objeto que voltava às páginas dos jornais, como, por exemplo, as vinte reportagens do *Correio do Povo* em 1995 que foram publicadas em um livro chamado *A paz dos Farrapos: 150 anos da guerra que separou o Rio Grande* (1995), obra patrocinada pela COPELUL.

- I – Realizar estudos e pesquisa sobre a história da Revolução Farroupilha e do Rio Grande do Sul.
- II – Incentivar o ensino e o conhecimento da história da Revolução Farroupilha e do Rio Grande do Sul.
- III – Preservar e difundir a memória dos farroupilhas e do passado rio-grandense, estimulando, a seu exemplo, as virtudes cívicas, o espírito público e o amor à liberdade.
- IV – Demarcar e conservar os locais onde ocorreram acontecimentos históricos, principalmente os ligados ao movimento farroupilha (AHRS, Estatuto da “Fundação dos 14 municípios farrapos”. Caixa 2, 1984).

A citação, além de apresentar os propósitos da criação da fundação relacionados à preservação da memória farroupilha, pode ser entendida como a maneira em que essa memória, por meio da fundação, encontrava os caminhos para transitar nas instituições culturais e educacionais das localidades que tivessem interesse em colocar em prática as finalidades propostas no estatuto da fundação. Entende-se, assim, como a memória vai se tornando um instrumento de uso político das elites, transitando entre as instituições sociais. Do ponto de vista educacional, por exemplo, as municipalidades, ao se associarem à Subcomissão de Ensino, criaram suas comissões de ensino com o propósito de incentivar o ensino de história da Revolução Farroupilha nas escolas, possibilitando um canal de comunicação dessa memória com a comunidade (AHRS, Documentos da Subcomissão de Ensino. Caixa 4, 1985).<sup>190</sup> Com o mesmo intuito, a Subcomissão de Geografia e História elaborou um projeto para a criação dos arquivos históricos locais destinados a reunirem documentos relativos à época da Revolução Farroupilha (AHRS, Documentos da Comissão. Caixa 4, 1985).<sup>191</sup>

Nesse sentido, pode se dizer que a “Fundação dos 14 municípios farrapos” poderia ser atuante nas instituições culturais e de ensino locais. Assim, não havia só por parte dos municípios o interesse em se inserir em uma proposta do governo do estado. Era uma forma de mostrar um posicionamento político local, perante esse governo do estado, que também dependia do auxílio desses municípios, que estavam se compreendendo como lugares de memória. Além disso, o governo do estado necessitava do apoio deles para realizar um trabalho de memória em que pudesse fazer uma relação entre presente e passado com maior poder de convencimento dessas comunidades em relação à identificação com o passado farroupilha. Assim, como a memória da Revolução Farroupilha em um contexto comemorativo

<sup>190</sup> Nesse ponto, a coordenação da Subcomissão de Ensino, divulgando suas atividades para as Coordenadorias Regionais de Educação, afirmava que “o desenvolvimento das atividades da Subcomissão de Ensino é de vital importância, pois integra professores e alunos em manifestações de cunho cívico-cultural que valorizam a história e as tradições do povo gaúcho” (AHRS, Documentos da Subcomissão de Ensino. Caixa 4, 1985).

<sup>191</sup> De acordo com a proposta da Subcomissão de Geografia e História, “Manual de Orientação contendo instruções para a organização de arquivos, museus e bibliotecas municipais, os quais terão como ponto de partida material referente à Revolução Farrapilha” (AHRS, Documentos da Comissão. Caixa 4, 1985).

era – ainda é – uma memória em disputa, possibilitava que estado e municípios a reivindicassem e criassem seus discursos em relação àquele passado com um poder de convencimento público muito forte.

Até agora, analisei questões sobre as finalidades da “Fundação dos 14 municípios farrapos” em relação a sua proposta de ser uma instituição intermunicipal destinada a servir de instrumento para a preservação da memória farroupilha nessas localidades. No entanto, encontrei uma lacuna referente ao tempo de duração dessa fundação, que os documentos ainda não responderam, e que problematiza a ideia de como ela sobreviveria depois do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, levando em conta que a memória farroupilha tem seu ponto alto de comemoração no dia 20 de setembro. Diante disso, como os governos municipais arcaiam com a sobrevivência da instituição, que foi criada com o incentivo do governo do estado e passaria a ser mantida pelas municipalidades? Como sustentariam uma instituição adormecida e que poderia ter sentido somente no 20 de Setembro? Esses questionamentos se fundamentaram quando analisei o estatuto da fundação e constatei que as despesas, principalmente com pessoal para manter a fundação, seriam custeadas pelos municípios.

Art. 21 – O pessoal da Fundação será constituído:

a) Por servidores públicos, cedidos à Fundação, regidos pela legislação própria dos órgãos cedentes.

Art. 23 – A Fundação poderá completar os vencimentos dos servidores públicos cedidos, pagando-lhes a diferença entre o vencimento básico pago pela origem e o salário correspondente à função que vier a desempenhar nos serviços da entidade.

Art. 25 – A transferência dos recursos dos municípios para a Fundação dar-se-á mensalmente e obedecerá ao critério de proporcionalidade, concorrendo cada município com o percentual do orçamento da Fundação correspondente ao percentual de sua parcela na soma de toda a receita arrecadada pelos municípios que integram a Fundação, tendo por base o exercício anterior (AHRs, Estatuto da “Fundação dos 14 municípios farrapos”. Caixa 2, 1984).

Nesse sentido, é possível afirmar que, depois que arrefecessem os entusiasmos das comemorações no contexto do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, tendo o governo do estado alcançado seus propósitos, teria restado para os municípios da “Fundação dos 14 municípios farrapos” a gerência de uma instituição que resultaria em despesas ao erário público. Ademais, teria uma função representativa até discutível sobre sua ação direta nos municípios, já que sua sede era estabelecida no município de Porto Alegre.<sup>192</sup> Em vista disso, teria sentido para os municípios, depois das comemorações, manterem uma instituição

<sup>192</sup> De acordo com artigo. 26: “O município de Porto Alegre concorrerá com a sede da Fundação, incluindo terreno, prédio, equipamento e instalações indispensáveis ao início de suas atividades, o que lhe dará direito a três votos nas sessões do C.D” (AHRs, Estatuto da “Fundação dos 14 municípios farrapos”. Caixa 2, 1984).

localizada na capital do estado, dificultando a ligação de suas funções com suas localidades e, em contrapartida, gerando gastos públicos locais?<sup>193</sup> O sentido desse questionamento está em chamar a atenção para o fato de que a criação da fundação teria sido um ato político relevante para os prefeitos naquela ocasião comemorativa no contexto específico do sesquicentenário farroupilha, mas perderia sentido para tais localidades manter uma fundação na capital, levando em conta ainda que elas tinham sua historicidade própria. Além disso, seus lugares de memória constituídos por conta dessa mesma historicidade lhes conferia certa autonomia na condução de seus trabalhos de memória sem depender de uma instituição que estava situada a quilômetros da sua comunidade, tirando sua identificação de lugar de memória.

Como afirmei, não há indícios da duração da “Fundação dos 14 municípios farrapos” para além do contexto do sesquicentenário. Por outro lado, é importante refletir e estudar sobre sua criação como fundação no início deste capítulo, para analisar a atuação do governo do estado e da Subcomissão de Tradição e Folclore em parceria com os municípios que foram capital farroupilha durante as comemorações. Isso pode explicar ao menos a importância política e simbólica da instituição, mesmo que com uma duração efêmera, mas que, pelas circunstâncias contextuais do ano de 1985, impeliu que os municípios do interior embarcassem naquela proposta.

#### 4.2 A “INSTALAÇÃO DA CAPITAL FARROUPILHA” EM PIRATINI: A

##### APROXIMAÇÃO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO E O MTG NO TRABALHO DE MEMÓRIA DA REVOLUÇÃO EM 1985

Uma comemoração pensada como um lugar de memória é algo relevante para aqueles que pretendem fazer uso político do passado.<sup>194</sup> Se o ato de comemorar remete a uma memorização evocando a memória de um suposto passado comum, o que dizer de uma

<sup>193</sup> Analisando o quadro-resumo da estimativa de custos da “Fundação dos 14 municípios farrapos”, pude constatar [que] as despesas de capital, com móveis, máquinas e equipamentos, chegaria a Cr\$: 59.674.300. Já as despesas mensais com pessoas estavam estimadas em Cr\$: 30.868.500 (AHRs, Gabinete da Casa Civil. Caixa 2, 1984).

<sup>194</sup> Para Pierre Nora (1981, p. 21-22), os lugares de memória “São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. Trata-se de um lugar de memória tão abstrato quanto a noção de geração? É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria deles que nem participou”.

memória que além de ser evocada pelo discurso também é materializada pelas elites que, como participantes do evento, reivindicavam para si o direito de serem representantes legais daquele passado. Assim, trazer para a análise o tema da “instalação da capital farroupilha” em Piratini é abordar a forma como o governo do estado e o MTG criaram suas representações da memória farroupilha na cidade de Piratini. Nesse município, a “instalação do governo do estado”, juntamente com a “reconstituição da instalação da República Rio-Grandense”, mostram uma amálgama de interesses que se materializaram e se fundiram com os das elites em questão. Desse modo, relacionar a documentação dessa instalação com a de outras “capitais farroupilhas” pode ampliar o entendimento sobre o sentido que esse projeto tinha para ambas as partes. Pelo lado do governo do estado, essa representação ampliaria seus laços políticos, e pelo lado dos governos municipais, seria a oportunidade de estabelecerem uma aproximação com o governo estadual.

Instalar o governo do estado no município de Piratini (que havia sido capital da República Rio-Grandense) exigiu o apoio de sua prefeitura, que, segundo os documentos analisados, mostrava motivação em participar do evento. O planejamento do governo estadual incluía os municípios, pois sem eles as comemorações poderiam perder sentido. Isso se explica porque os municípios eram, e são, o lugar ocupado pelo público o qual se desejava envolver nas representações e práticas desenvolvidas pela Comissão Executiva Estadual do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha.

É indispensável que todas as ações a serem concretizadas, na esfera estadual, obtenham a devida correspondência, no âmbito dos nossos 244 municípios. [...] Instalarei no próximo ano meu governo em Piratini, Caçapava e Alegrete, em homenagem às valorosas capitais da República Rio-Grandense. [...] As prefeituras serão um ponto de apoio indispensável para a sinalização dos locais que foram palco de acontecimentos (AHRS, Discurso do governador via rádio, nov. 1984, Caixa 9, 1984).

O aspecto acima mostra como as comemorações do sesquicentenário foram momentos que exigiram complexidade nas relações políticas para que ela pudesse sair do projeto e ser realizada. De fato, se pretendesse o governo do estado que suas comemorações saíssem do gabinete da Casa Civil, precisava do apoio dos municípios, onde essas seriam representadas se utilizando do “capital simbólico” dessas localidades, como Piratini, baseada no passado ligado

à Revolução Farroupilha.<sup>195</sup> No entanto, precisava encontrar maneiras de convencer esses municípios a se associarem às comemorações estaduais e criarem suas próprias subcomissões municipais. Assim, o governo do estado tratou de criar um meio de aproximação com os 14 municípios existentes na época da Revolução Farroupilha. Tal encontro, de acordo com o Ofício n. 238/84, de 14 de agosto de 1984, teve como ponto de partida a cidade de Piratini.<sup>196</sup>

Senhor Prefeito:

Esta comissão tem o prazer de convidar vossa senhoria para participar do encontro dos Prefeitos e Presidentes das Câmaras Vereadores dos Municípios Existentes quando da Revolução Farroupilha, a realizar-se no próximo dia 24 de agosto, na cidade de Piratini. Na ocasião serão debatidas várias propostas de programas das celebrações do Sesquicentenário. Cumprindo o seguinte roteiro: 1) 10h30min – Recepção na Prefeitura Municipal, 2) 11h – Exibição do audiovisual “No tempo dos farroupilhas” (Cine Piratini); 3) 11h30min – Reunião no CTG 20 de Setembro; 4) 12h30 min – Almoço no CTG 20 de Setembro; 13h45 min – Visita aos locais históricos. Deputado Adylson Motta, Presidente da Comissão Executiva (AHRS, Ofício n. 238/84. Caixa 9, 1984).

Pode-se considerar que criar um grupo envolvendo os “14 municípios farrapos”, praticamente, impõe aos municípios sua participação, mas os documentos mostram que eles tinham essa intenção, o que é compreensível. Participar daquele evento envolvendo a memória da Revolução Farroupilha, para a cidade de Piratini, por exemplo, é situá-la como referência na memória que se queria construir, porque no caso era o governo do estado que se apropriava da memória da qual a cidade foi protagonista no passado. Do ponto de vista político, esses elementos poderiam ser de extrema importância para sua representação no novo contexto político do estado perante a nova conjuntura política do país; poderiam significar buscar mais espaço na política estadual. O governo do estado, por meio da Comissão Executiva, contando com o apoio das subcomissões de Coordenação de Articulação com Estados e Municípios e de Tradição e Folclore, organizou os projetos da “instalação do governo do estado” e da “reconstituição da República Rio-Grandense” em Piratini, mas também, posteriormente, em

<sup>195</sup> Como capital simbólico, relaciono a apropriação e o uso que o governo do estado faz das comemorações, se apropriando da memória da Revolução Farroupilha, com o posicionamento de Pierre Bourdieu (2011, p. 114): “[...] o Estado exerce um verdadeiro poder criador, quase divino [...]. Basta pensar na forma de imortalidade que ele concede, através dos atos de consagração, como as comemorações ou a canonização escolar, para que se posa dizer, alterando as palavras de Hegel, que o ‘juízo do Estado é o juízo final’. (Dado que a publicação, no sentido de procedimento que tem como objetivo tornar público, levar ao conhecimento de todos, encerra sempre a possibilidade de uma usurpação do direito de exercer a violência simbólica legítima, que é a própria do Estado – e que se afirma, por exemplo, na promulgação de uma lei, o Estado pretende sempre regulamentar todas as formas de edição, impressão e publicação de livros, representações teatrais, discursos públicos, caricaturas etc.)”.

<sup>196</sup> “Fundação dos 14 municípios farrapos” foi uma proposta do governo do estado criado para reunir os 14 municípios existentes à época da Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul. A documentação aponta que ela envolveu os municípios de: São Borja, Crus Alta, Alegrete, Caçapava, Cachoeira, Rio Pardo, Piratini, Jaguarão, Pelotas, Triunfo, Rio Grande, São José do Norte, Porto Alegre e Santo Antônio (AHRS, Ofício n. 238/84. Caixa 9, 1984).



Caçapava e Alegrete.<sup>197</sup> Em Piratini, por se tratar da primeira capital farroupilha, o projeto estava marcado para acontecer em janeiro de 1985, onde os festejos foram mais elaborados, visto que o MTG, aproveitando o momento, elaborou uma representação da “Proclamação da República Rio-Grandense”, além de transferir o “XXX Congresso Tradicionalista” para a cidade, integrando-o como projeto da subcomissão.<sup>198</sup>

Em um primeiro momento, o governo do estado procurou atribuir funções para os municípios no sentido de que eles, para garantirem a ampla divulgação e adesão da comunidade local às comemorações, fossem mobilizados por meio da informação e do diálogo com ela. Para tal argumentação, analisei um ofício endereçado às prefeituras municipais e que utilizei para refletir na participação da prefeitura de Piratini no evento. O Ofício n. 360/84, de 30 de novembro de 1984, se dirige aos prefeitos da seguinte forma:

Senhor Prefeito:

Tendo em Vista que em 1985 será inteiramente dedicado à memória da epopeia farroupilha, será interessante que, a partir da zero hora do dia primeiro de janeiro, seja feita referência ao sesquicentenário. Assim sendo, aí vão sugestões, em aditamento a outras já enviadas a Vossa Senhoria:

A prefeitura e a Comissão Executiva de seu município, caso possível, deve entrosar-se com as sociedades, clubes e demais entidades no sentido de que as festas programadas para o Ano Novo sejam denominadas de “Réveillon do Sesquicentenário”;

A prefeitura e seu município poderá mandar circular [sic] rádios, tevês e jornais locais, para que, ao citar 1985, lembrem que é o ano do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha;

Também é de bom alvitre um contato com os CTGs locais para que suas festas de Ano Novo façam referência ao Sesquicentenário.

Esta Coordenação informa, por fim, que em breve enviará a esse município as normas relativas à utilização do Símbolo do Sesquicentenário (AHRS, Ofício n. 360/84. Documentos da Subcomissão. Caixa 9, 1984).

O decreto foi redigido por Carlos Wilson Schroeder, coordenador de articulação com estados e municípios, o que denota a importância dada pelo governo do estado à Subcomissão de Articulação com Estados e Municípios. Pode-se dizer que essa subcomissão era mais um instrumento que, em contato com os municípios, procurava estabelecer regulamentações que estavam relacionadas com as comemorações nessa localidade. É possível sugerir que, no caso

<sup>197</sup> Onde o estado instalou de forma itinerante sua capital, reproduzindo a instalação das capitais farroupilhas, contou com a presença do MTG, que, representado pela Subcomissão de Tradição e Folclore, produziu um evento que se relacionava com a instalação do governo estadual nas capitais, o que contribuía para o entrosamento dessas duas instituições na memória farroupilha.

<sup>198</sup> Outro documento traz o Decreto Municipal n. 1.017 da Prefeitura de Piratini, de 20 de agosto de 1984, com a seguinte ementa: “Nomeia membros para a Comissão Municipal de Comemoração do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha” (AHRS, Decreto municipal de Piratini n. 1.017, Caixa 9, 1984). Portanto, se pode considerar a relativa facilidade da aceitação das comemorações em Piratini por parte de seu governo municipal, que após seis dias da reunião com a Comissão Executiva Estadual – acima citada – nomeava os membros da sua Comissão Municipal.

de Piratini, a subcomissão tinha uma preocupação maior justamente pelas representações que seriam produzidas pelo próprio governo do estado, contando com seu governador como sujeito envolvido nos rituais de rememoração da farroupilha.<sup>199</sup>

O primeiro projeto envolvendo a Comissão Executiva e a Subcomissão de Tradição e Folclore era instalar o governo do estado em Piratini, com a representação da “instalação da República Rio-Grandense” na cidade. Em seguida foi a vez do XXX Congresso Tradicionalista, ainda no começo de janeiro de 1985. Era possível que essas instituições quisessem encontrar uma cidade envolvida com as comemorações. Para isso, precisava contar com o apoio do governo municipal para a ampla divulgação dos eventos no seio da comunidade, para que esta pudesse supostamente adquirir um sentido de pertença às comemorações. De outra forma, poderia suas representações não contar com uma maior participação dos espectadores. Ao estarem informados sobre os eventos, como coparticipantes, era preciso inculcar neles o sentimento de envolvimento da comunidade com as comemorações.

Essas nuances demonstram a necessidade de um estudo reflexivo sobre esse período. Quando se olha para a memória da Revolução Farroupilha, ela se mostra como um instrumento que aproximava, naquele contexto, pelos seus propósitos, o governo do estado e o MTG, passando pelo interesse de que as municipalidades se envolvessem nas comemorações, que é onde a população, que seria o receptor da ideia, precisava estar envolvida.

Por parte da Subcomissão de Tradição e Folclore, o projeto de “reconstituição da instalação da República Rio-Grandense” foi organizado pelo próprio MTG, tendo como responsável técnico Luiz Celso Gomes Hyarup (AHRS, Relatório de projetos da programação oficial. Caixa 1, 1984). No entanto, apontar um responsável técnico não diz muito do movimento realizado em torno do projeto. Este fazia parte de uma série de projetos – que já foram apresentados no Capítulo 1 – que tinham por intenção trabalhar com espetáculos que representassem passagens históricas da Revolução Farroupilha. Espetáculos estes que seriam representados no espaço público onde, supostamente, ocorreram os acontecimentos no passado. Pensando na problematização da análise, se pode refletir que a forma como eram planejados tais projetos, se apropriando do espaço público, tinham grande potencial de atrair espectadores, por ser um projeto “de rua”, portanto mais acessível à comunidade. Desse modo,

---

<sup>199</sup> Nesse sentido, é possível relacionar as práticas do governo do estado em Piratini com a análise feita por Bourdieu (2011, p. 116) sobre a construção simbólica do estado na memória da sociedade: “A construção do Estado é acompanhada pela construção de uma espécie de um transcendental histórico comum, imanente a todos os seus ‘sujeitos’. Através do enquadramento que impõe às práticas, o Estado instaura e inculca formas e categorias de percepção e de pensamento comuns, quadros sociais de percepção, da compreensão ou da memória, estruturas mentais, formas estatais de classificação. E cria, assim, as condições de uma espécie de orquestração imediata de *habitus* que é ela própria, o fundamento de uma espécie de consenso sobre esse conjunto de evidências compartilhadas, constitutivas do senso comum”.

favorecia mais as práticas de inculir no seu público elementos daquelas representações de memória.

Nesse sentido, os documentos mostraram o cuidado que se tinha, por parte da Subcomissão de Tradição e Folclore, com a elaboração desses espetáculos que foram elaborados dentro da Casa Civil, onde se davam as reuniões. Isso não era por acaso, visto que denotava a aproximação do governo do estado com a Subcomissão. Além do mais, as atas sugerem que, por esse meio, a própria subcomissão trouxe para sua composição membros da Secretaria da Fazenda e Ação Social, como Maria Terezinha Lenz Koinaski, e da Secretaria de Planejamento, como Marilise Riboldi (AHRS, Relatório da Subcomissão de Tradição e Folclore. Caixa 1, 1984). Essa relação, como foi possível notar, também era de cunho financeiro, uma vez que, na apresentação dos projetos, estes eram apresentados com relações de custos para o governo do estado. Por essa razão, talvez, Onésimo Duarte (MTG) e Edson Otto (IGTF), na coordenação da subcomissão, incluíram membros da Secretaria da Fazenda e da Secretaria do Planejamento, vendo uma possibilidade de reunir os recursos necessários para os projetos.

Diante do quadro apresentado, quero analisar no decorrer do capítulo sobre se, de fato, os projetos eram de interesse social e, assim, pertinentes à proposta do governo do estado, visto que eram financiados por ele, ou se, como já mencionei anteriormente, o MTG fez uso das instituições públicas para promoção de seus eventos. Eventos estes que diziam respeito essencialmente ao meio tradicionalista, razão pela qual teriam ficado restritos a esse meio, não repercutindo na sociedade como de fato esperava o governo do estado.<sup>200</sup>

Durante o mês de junho de 1984, Onésimo Duarte e Edson Otto se reuniram com Essener Rigão, também da Secretaria da Fazenda, e Marilise Riboldi, da Secretaria do Planejamento, para tratarem do projeto da “reconstituição da instalação da República Rio-Grandense”, que seria o primeiro projeto do ano de 1985. A ata aponta que o tema da reunião foi sobre estrutura e apoio logístico que necessitava a Subcomissão de Tradição e Folclore para pôr em andamento os projetos (AHRS, Ata n. 02 da Subcomissão de Tradição e Folclore. Caixa 19, 1984). Isso indica que havia apoio financeiro e logístico que implicava as relações entre o governo do estado e a Subcomissão, demonstrando o interesse do governo pelo projeto. Assim, no relatório de propostas aprovadas, consta que o projeto teria um custo de Cr\$ 3.000.000,00 para o governo do estado, mas na Ata n. 5, os custos com o evento de Piratini

---

<sup>200</sup> As outras subcomissões eram também parte da Comissão Executiva estadual e recebiam recursos estaduais. No entanto, ao analisar a documentação da Subcomissão de Tradição e Folclore, notei que os investimentos por parte do governo do estado eram bem mais substanciais (AHRS, Ata n. 05 da Subcomissão de Tradição e Folclore. Caixa 19, 1984).

teriam um valor de Cr\$ 11. 480.000,00, que deveriam ser apreciados pela Comissão Central do evento (AHRS, Ata n. 05 da Subcomissão de Tradição e Folclore. Caixa 19, 1984).<sup>201</sup>

Tais valores relacionados acima tinham suas justificativas também na preocupação com a autenticidade que as representações teriam que assumir, ao menos no seu planejamento.<sup>202</sup> Afirmo isso com base na análise de um documento que mostra a preocupação da Subcomissão de Tradição e Folclore com a representação artística dos acontecimentos, que foi algo que apareceu frequentemente nas atas de reunião da subcomissão. Isso demonstra certa lógica dos propósitos ideológicos das instituições que assumiriam a subcomissão. Afinal, criar representações selecionadas do passado sul-rio-grandense era a função principal do MTG e do IGTF, preservando os elementos pré-selecionados do que seria estabelecido por eles como elementos da memória do estado.

O senhor Pereira Dias, pela APATEDERGS – URDIMENTO PROD. CULTURAIS, fez uma breve exposição sobre a apresentação artística de espetáculo na cidade de Piratini. As fotos dos trajes típicos da época serão trazidas pelo senhor Edson Otto na próxima reunião. Por sugestão do senhor Antônio Augusto Fagundes serão reunidas personalidades, com a coordenação do MTG e IGTF, para discutir os trajes típicos da época da Revolução Farroupilha (AHRS, Ata n. 05 da Subcomissão de Tradição e Folclore. Caixa 19, 1984).

Havia uma preocupação em “procurar maior autenticidade na reconstituição da instalação da República Rio-Grandense, em Piratini, incluindo indumentária da época” (AHRS, Ata n. 02 da Subcomissão de Tradição e Folclore. Caixa 19, 1984). Estes eram propósitos do MTG e do IGTF, que estavam de acordo com o que se pode chamar de uma reinterpretação da memória por meio das tradições cultuadas pelo MTG.<sup>203</sup> Estavam reproduzindo uma representação sobre elementos de coisas que supostamente existiram e davam sentido para a existência do próprio MTG. No entanto, o quanto isso era essencial para a manutenção da sociedade no contexto de 1985 é algo que se precisa questionar, pois a memória é algo pensado no presente como uma suposta herança de um suposto passado comum.

<sup>201</sup> A relação entre investimentos no evento vindos também da esfera privada foi analisada no Capítulo 1.

<sup>202</sup> Justificativa muito utilizada pela Subcomissão de Tradição e Folclore para orçar seus projetos durante suas reuniões, conforme pude constatar nas atas (AHRS, Ata n. 05 da Subcomissão de Tradição e Folclore. Caixa 19, 1984).

<sup>203</sup> De acordo com Hobsbawm (1997, p. 21), “[...] o estudo dessas tradições esclarece bastante as relações humanas com o passado, e, por conseguinte, o próprio assunto e ofício do historiador. Isso porque toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal. [...] O elemento da invenção é particularmente nítido nesse caso, já que a história que se tornou parte do cabedal de conhecimento ou ideologia da nação, Estado ou movimento não corresponde ao que foi realmente conservado na memória popular, mas aquilo que foi selecionado, escrito, popularizado e institucionalizado por quem estava encarregado de fazê-lo”.

Hobsbawm (1997) diz que, muitas vezes, as tradições que parecem ou são consideradas antigas, na verdade, são bastante recentes. Isso é o que aconteceu com a reinterpretação da tradição do gaúcho, quando se pretendeu buscar uma autenticidade baseada numa tradição que por si mesmo é uma construção. Como afirmou Barbosa Lessa (1985, p. 64):

[...] História não se inventa. [...] Folclore não se inventa [...]. Mas éramos tradicionalistas. Gente mantendo ativamente aspectos do passado, com vistas ao futuro. Quando algum elemento faltasse para nossa ação, nós teríamos que suprir a lacuna de um jeito ou outro. Assim, por exemplo, qual o adjetivo que daríamos a nós mesmos quando estivéssemos vestidos à gaúcha? Alguém sugeriu “aperado”. Mas “aperado” é arriamento, é roupa de cavalo, o termo não ficava bem. Então na ata de 8 de maio de 1948 o secretário Antônio Candido se lembrou que pilcha é dinheiro ou objeto de uso pessoal que possa ter um valor pecuniário. “Vamos oferecer ao patrão de honra Paixão um churrasco, ao qual a indiada deverá ir toda pilchada”. E esse invento colou.<sup>204</sup>

Nesse aspecto, se pode relacionar tal entendimento com o de Lessa (1985) quando este afirma, por exemplo, que a tradição se alimenta de certos “inventos que colam”. A narrativa das atas mostra que a preocupação da Subcomissão de Tradição e Folclore em atestar a autenticidade dos “trajes típicos” passava pela intenção de reproduzir uma tradição baseada em um entendimento do presente, que gerava custos para o erário público em benefício de uma memória que se queria manter ativa por vontade de grupos muito específicos. Tais representações serviriam para incutir aspectos do passado apresentados para a sociedade no “espetáculo” de “reconstituição da República Rio-Grandense” em Piratini, “com vistas ao futuro”, como afirmava Lessa (1985).<sup>205</sup>

Por essa razão, o projeto que propunha a “instalação e a reconstituição da República Rio-Grandense” buscava, como todo movimento em torno do tradicionalismo gaúcho, um fortalecimento da comunidade vinculada à proposta do culto das tradições, que na ocasião tinha como pano de fundo o Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Onésimo Duarte, ao discursar em Piratini um dia após a “instalação do governo do estado” e da “reconstituição da

<sup>204</sup> Barbosa Lessa era membro do IHGRGS e do MTG, também foi Patrono do XXX Congresso Tradicionalista, que era projeto da Subcomissão de Tradição e Folclore, que seria realizado também em janeiro de 1985 em Piratini, por ocasião da “instalação do governo do estado” na cidade, que fora antiga capital farroupilha.

<sup>205</sup> Babosa Lessa (1985, p. 69) interpreta o conceito de tradição inventada de Hobsbawm para justificar a invenção das tradições do gaúcho dizendo o seguinte: “Hobsbawm [...] analisa a função social das tradições – sem as quais, pelo jeito, a humanidade não consegue viver. Quando a tradição não existe completamente formalizada, completa-se o que está faltando para fortalecer o alicerce nacionalista”. A crítica de Hobsbawm é, justamente, direcionada à reprodução de tradições que são inventadas, sugerindo que são elementos constituintes de um passado distante daquela sociedade e, por isso, devem ser cultuados. O que Hobsbawm faz é uma crítica dessa invenção. Já o que Lessa pretende é reproduzir tais invenções como elementos fundantes de uma sociedade, mas que na verdade são elementos criados no tempo presente.

República Rio-Grandense”, no XXX Congresso Tradicionalista, afirma a necessidade do fortalecimento da pequena comunidade como “bem nacional”:

O enfraquecimento de cada núcleo é a consequência do centralismo administrativo. Esse enfraquecimento ocorre naturalmente pela projeção do gigantismo, que leva o mesmo núcleo a se tranquilizar pelo espaço cada vez maior que passa a ocupar, ilusoriamente, e para onde passa a convergir a atenção de todos. Assim ocorre com o polo irradiador da política, quer econômica, quer social e/ou administrativa (AHRS, Relatório do XXX Congresso Tradicionalista. Caixa 25, 1985).

Onésimo Duarte buscou fazer uma relação com o centralismo político daquele contexto, para exemplificar as perdas da comunidade com uma política centralizadora que não beneficiava a produção e o desenvolvimento regional – seu discurso estava voltado para a produção de lã e as barreiras impostas para o produto pelo centralismo político nacional. E onde esse discurso se encaixava com a representação da reconstituição da República Rio-Grandense, realizada um dia antes? Poderia estar relacionado com o próprio conteúdo empírico e factual daquelas representações, ou seja, não era somente o ato de representar por representar, aquelas representações tinham um cunho histórico que era a Revolução Farroupilha, baseada nas reivindicações de uma elite contra a opressão do centralismo monárquico.<sup>206</sup>

Em 1985 o MTG, ao trazer aquela representação por meio da subcomissão estadual, fez questão de ancorar suas representações do passado farroupilha num discurso de “pequena comunidade” *versus* centralismo político, para assim externar certa herança de reivindicações contra o centralismo administrativo. Do mesmo modo, dava um sentido político para a existência do MTG, sendo apoiado pelo governo do estado, que trazia um discurso muito semelhante, buscando ambos uma blindagem mútua para seus propósitos políticos e culturais na reformulação da identidade sul-rio-grandense com o passado farroupilha. Por essa razão, partiram juntos para as antigas capitais farroupilhas com a intenção de se representarem mais fortes e coesos em relação aos propósitos da memória farroupilha que compartilhavam. Enquanto instrumentos de representação, o MTG como principal expoente do culto às tradições gaúchas e o governo do estado com sua delegação que acompanhava o chefe do Executivo Estadual, procuravam afirmar a proporção que as comemorações deveriam tomar quando encampadas ao mesmo tempo por ambas as instituições.

---

<sup>206</sup> De acordo com Ruben Oliven (1985, p. 65), “Faz parte dessa relação autonomia-isolamento utilizar um discurso que afirma que o Rio Grande do Sul está simultaneamente em situação calamitosa e de grande vitalidade. O que chama a atenção é como são recorrentes os temas que ocupam os gaúchos em períodos tão diversos. Há uma constante evocação e atualização das peculiaridades do estado e da sua fragilidade em sua relação com o resto do Brasil”.

#### 4.2.1 A “instalação do governo do estado” no interior: as comemorações em Piratini e suas comparações às demais “capitais farroupilhas”

Estando o governo do estado e a Subcomissão de Tradição e Folclore em Piratini, Jair Soares, em 10 de janeiro de 1985, durante a “instalação do governo do estado” na antiga capital farroupilha, fez um discurso alinhado com o do presidente do MTG, Onésimo Duarte. Os discursos estão em conformidade com a ideia de usar o regionalismo em função da política.<sup>207</sup> E esses elementos, no caso das comemorações, muitas vezes não se dissociavam, visto que estavam – e estão – associados aos de memória da Revolução Farroupilha. Elementos que se tornam matéria de articulação para as reivindicações políticas, uma vez que foi feita por uma elite, e os motivos apontados por aquela elite eram políticos, contra o centralismo tributário federal para o contexto de 1985. Tal associação entre o passado e o presente pode ser identificada no discurso de Jair Soares no momento da cerimônia de “instalação do governo” na cidade de Piratini:

Rio-grandenses.

Abrem-se hoje, os festejos do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Esta solenidade transcende, desta hora, para firmar durante todo ano, em uma só festa, onde o povo rio-grandense, irmanado, comemora em harmonia os feitos de seus ancestrais.

Hoje, também, o Rio Grande do Sul instala seu governo na cidade de Piratini, e é o nosso passado farroupilha que alcança o nosso presente, na fidelidade de nosso povo às suas causas diretrizes e à grandeza retilínea de nossa história (AHRs, Discurso do governador em Piratini, 10 jan. 1985. Caixa 25, 1985).

Nesse aspecto, é possível refletir da seguinte maneira: o ato de uma comemoração por si só evoca um passado por meio de suas representações. No caso, o governo do estado, conforme mostra o discurso do governador Jair Soares, se apropriou da memória e ia trabalhando para afirmar essa suposta herança com o passado farroupilha, que se constituiria na comemoração, não somente pela representação do discurso, mas na realização de suas práticas. Fazendo uma reflexão sobre esse contexto, se pode concluir o seguinte: o ato de instalar o governo do estado em Piratini, além da representação simbólica condicionada àquela situação, era a forma de materializar a apropriação daquela memória pelas elites que estavam no poder e seus apoiadores.

---

<sup>207</sup> Ruben Oliven (1992, p. 65), analisando o caso do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, afirma: “nesse sentido poder-se-ia afirmar que o gauchismo é um caso bem-sucedido de regionalismo [...]”. O autor concorda que, entre os elementos constituintes da memória farroupilha, consegue-se estabelecer um vínculo com as questões relacionadas à política.

O discurso de Jair Soares revela que ele abriu as comemorações instalando seu governo em Piratini, e sobre tudo isso repousava um elemento muito importante para a análise daquele evento, que foi a representação pensada para ser realizada no espaço público, como vai mostrar a Figura 3, que será analisada a seguir. Ou seja, o governo do estado, ao se apropriar do espaço, contribuía para afirmar para a sociedade seu posicionamento em relação à aceitação de uma memória ligada ao “tradicionalismo gaúcho”, como havia acontecido em governos anteriores. Demonstrava assim que a ideia de criação de uma suposta identidade comum sul-rio-grandense, que sobrevivera aos regimes políticos anteriores, encontraria uma continuidade dentro do contexto democrático que se prenunciava no horizonte político, o que poderia contribuir para a legitimação do tradicionalismo na sociedade sul-rio-grandense das décadas seguintes.

Figura 3 – “Instalação do governo do estado” em Piratini



Fonte: AHRS (Discurso do governador em Piratini, 10 jan. 1985. Caixa 25, 1985).

A Figura 3, entre muitas representações que poderia apresentar, pode ser interpretada como a tentativa do governo do estado em expor a comunhão entre os representantes do governo e o MTG. Esses argumentos já venho trabalhando durante o texto, no entanto, a questão aqui é pensar na potencialidade imagética dessa fonte. Primeiramente, ela foi produzida, conforme a documentação que analisei, pelos membros do MTG, visto que se



encontra nos seus relatórios sobre os eventos em Piratini para o Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Desse modo, se pode concluir que havia a necessidade do registro por parte do MTG – que é uma instituição muito alicerçada no que considera seus registros históricos –, para assim poder mostrar sua influência num momento ímpar das comemorações. Momento este em que o governo do estado, na figura de Jair Soares, recebe das mãos da autoridade máxima do tradicionalismo, o presidente do MTG Onésimo Duarte, o símbolo representativo que sintetiza tudo que envolvia aquelas comemorações no campo do tradicionalismo sobre a memória farroupilha, ou seja, a chama crioula do MTG, em ato simbólico na praça pública.<sup>208</sup>

Mesmo que tenha havido por parte do MTG a vontade do registro, pelo que se concluiu, ele entregou essa documentação dos projetos para o governo do estado, visto que se encontra com a documentação oficial. A presença dessa documentação confirma o que sugiro – e que já foi mostrada em outras ocasiões por outros historiadores – sobre a aproximação do MTG com o governo do estado, ou seja, havia por parte do governo a vontade de trabalhar com elementos da memória farroupilha associada às práticas do tradicionalismo. Tal afirmação é sintomática, no sentido de relacioná-la com a imagem acima, em que Onésimo Duarte é o portador da chama crioula e a entrega para o governador, que acendendo outro candeeiro em praça pública inaugura a “instalação do governo do estado” na cidade de Piratini.<sup>209</sup> Segundo as palavras do governador Jair Soares:

Esta cidade de Piratini, que recebe a chama do decênio heroico, foi a primeira capital da República Rio-Grandense, e bem acolhe o governo estadual, pois que o nosso povo compartilha do mesmo espírito dos revolucionários farroupilhas, defensores da honra na autonomia, dos princípios liberais e federativos, e do respeito à gente das províncias, sem o qual o governo da União fica perdido nos extravios do autoritarismo centralizador (AHRS, Discurso do governador em Piratini, 10 jan. 1985. Caixa 25, 1985).

A narrativa acima me levou a refletir que o culto à memória farroupilha serviu estrategicamente para o governador Jair Soares e seus apoiadores de partido ligados ao PDS

---

<sup>208</sup> Nesse sentido, o ato público apresentava para a comunidade uma representação da memória em um evento que coloca os governantes como patrocinadores do evento, mas, sobretudo, como protagonistas do trabalho de memória. No caso acima, não era só inaugurar algo, era ser parte das comemorações como suposto continuador dos “centauros farroupilhas”.

<sup>209</sup> De acordo com Victor Correia (2013, p. 18), praça tem que ser compreendida como um espaço centralizador de sua comunidade, o que pode servir para a reflexão sobre o uso de seu espaço como lugar de memória pelo governo do estado e o MTG realizando suas práticas em Piratini: “[...] praça, se destaca como característica principal por ser um espaço central ou centralizador, onde se concentram geralmente as atividades administrativas, festivas e comerciais, [...] um coreto, uma igreja, um monumento, uma estátua, que constituem a diferença mais relevante de aglomerados populacionais entre si. [...] à praça aplica-se melhor a ideia de permanência, de uma vivência social mais prolongada e estável por parte das pessoas”.

criarem instrumentos de crítica a governos tidos como centralizadores e autoritários.<sup>210</sup> Isso é uma estratégia curiosa que mostra que o governo do estado poderia estar querendo se afastar de imagens que o associasse a tais modelos de governo. É possível interpretar que o governador Jair Soares fez um discurso que se utiliza do regionalismo para criticar o centralismo administrativo, num momento em que o governo federal, sob o modelo militar, estava se desfazendo e que a via democrática já se mostrava no horizonte político. Entendo, porém, que a crítica ao centralismo político ao governo federal pode ser analisada como uma crítica tecida aos seus companheiros de outrora na política. Afinal, Jair Soares havia deixado o ministério da Presidência da República do General Figueiredo para concorrer ao governo do estado pelo PDS, partido que sempre foi situação durante o regime militar, o qual, em vias de desaparecer, estava sob as críticas do governador nos discursos relacionados às comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha (SOARES, 2016).

É possível interpretar que, naquele momento em praça pública em Piratini, o discurso contrariava o passado político recente, em que o governo do estado buscava tentar relacionar com a memória farroupilha a situação econômica do estado do Rio Grande do Sul. Assim, focava a problemática em torno da questão tributária federativa, representando-a como uma antiga reivindicação que, supostamente, os ligava, relacionando os propósitos dos supostos descendentes dos farroupilhas aos propósitos à época da revolução.

Aqui retorna o governo estadual, prestando culto aos valores de 6 de novembro de 1836, quando, instalada a República Rio-Grandense na Vila de Piratini. Eram exarados já na ata de eleição de seu primeiro presidente, Bento Gonçalves da Silva. Diante das circunstâncias revolucionárias e bélicas do momento, a ata é cristalina em refletir a formação legalista e liberal de seus signatários (AHRs, Discurso do governador em Piratini, 10 jan. 1985. Caixa 25, 1985).

Primeiramente, a narrativa acima pode ser relacionada com a ideia de Pollak (1992) de “enquadramento de memória”, quando o governo se apropria da memória, o que geraria um sentimento de “acontecimentos vividos por tabela”, como se fosse possível estreitar o tempo, ignorando as diferenças contextuais temporais para aproximar o passado do presente. Nesse sentido, se pode dizer que Jair Soares sugere em sua narrativa que estava havendo um “retorno” do governo a Piratini. No entanto, se fosse se referindo ao seu governo, estaria dentro do contexto, caso contrário, se comparando a uma continuidade com o passado farroupilha, torna desproporcional a comparação, mas claro que também era intenção sugerir

---

<sup>210</sup> Contexto que, em 1964, nasceu a Semana Farroupilha, como mencionei em outro momento.

uma continuidade com os farroupilhas – que é uma constante quando se ativa a memória farroupilha por parte dos governos estaduais e municipais.

Aqui chamo a atenção para o uso que Jair Soares estava fazendo do passado baseado num documento, sendo fiel a sua narrativa sobre o que dizia o documento dos princípios liberais e federativos dos farroupilhas. Nesse ponto ficam evidentes as diferenças entre o trabalho dos historiadores e o dos tradicionalistas. No enquadramento da memória para uso político se levava em conta somente a narrativa oficial do documento redigido em 1836. Em relação a esse aspecto que uma análise como a de Moacyr Flores (1985a) contradizia a maneira como o tradicionalismo e o governo do estado – que se apoia nesse – utilizavam, e utilizam ainda, nas suas práticas as representações da memória farroupilha. Tais elementos de representação, para quem está distanciado daquele contexto, podem parecer que não haveria tanto poder de influenciar uma sociedade, porém tudo estava sendo bem elaborado nas comemorações, e seus discursos e representações estavam sendo praticados em praça pública, como mostra a Figura 4, a seguir. Desse jeito, tais sujeitos faziam os elementos transitarem no chão da comunidade, o que torna aquela comemoração singular.

Figura 4 – Acendimento do candeeiro Crioulo em Piratini



Fonte: AHRS (Discurso do governador em Piratini, 10 jan. 1985. Caixa 25, 1985).

Se na Figura 3 era o presidente do MTG quem entregava a chama crioula para o governador, a Figura 4 mostra o governador oficializando a instalação do governo na cidade. A representação poderia, por uma análise, sugerir que 150 anos depois novamente Piratini era, mesmo que simbolicamente, capital do Rio Grande do Sul. São esses lances que fazem das comemorações da Revolução Farroupilha esse elemento de apelo à sociedade, como memória que visa representar a sociedade sul-rio-grandense. E aqui trago um elemento empírico, que mostra uma prática de sociabilidade da memória farroupilha que, muitas vezes, entra em debate no meio historiográfico quando se tenta refletir sobre a força de trânsito que tem a memória farroupilha na sociedade. Nesse sentido, entendo que quando se estuda o Sesquicentenário da Revolução Farroupilha se está diante de um contexto que, no último quarto do século XX, alavancou a memória farroupilha no seio da sociedade sul-rio-grandense.

A Figura 4 sugere também que era desejo do governo do estado que as atenções políticas estivessem voltadas para Piratini, mostrando a dimensão que as comemorações tomaram na cidade em meio a uma praça na presença de significativo número de pessoas, contando com as autoridades presentes e a presença do público. Nesse sentido, se pode analisar o alcance que assumiu tal evento do governo do estado por estar em praça pública, pois, para além da presença do governador do estado em Piratini, que por si só tinha potencial para atrair a população até a praça, havia a comemoração farroupilha na cidade, que tem toda a historicidade com a Revolução Farroupilha. Por isso, ocupar o espaço público como foi planejado carregava um apelo político, uma vez que o espaço público possibilitava a capacidade de fazer com que a comunidade fosse atraída fazendo parte das comemorações, mesmo como meros espectadores, prontos a verem os rituais e a ouvirem o discurso do governador, que possivelmente pretendia que a população se compreendesse como parte daquilo tudo.<sup>211</sup>

Por essa razão, além da interpretação das imagens, é importante relacioná-las às narrativas do governador para, dessa forma, se ter uma melhor compreensão das representações e dos simbolismos dados às comemorações.

#### Rio-grandenses

Os gaúchos requerem, hoje, a pureza jurídica do Estado de Direito Democrático Nacional, com a mesma intensidade com que reclamam o equilíbrio político interno assegurado pela federação e seus pressupostos tributários. Gaúchos de 1985, como os

<sup>211</sup> Segundo Victor Correia (2013, p. 12), “[...] o espaço público constitui-se como o domínio da vida social, que os cidadãos passaram a associar-se e a reunir-se para debaterem assuntos de interesse político, e que através de um discurso racional e crítico se gerou e desenvolveu a opinião pública [...] através da elaboração de um discurso racional e de uma objetividade de julgamento capazes de agregar interesses privados e convertê-los em questões públicas”.

farroupilhas de 1835, reverenciamos o Brasil com o acendrado civismo de patriotas. Mas um Brasil em que os Estados não sejam diminuídos pela hipertrofia de um governo incontido em seu vezo centralizador. E, quando falamos em autonomia concreta de gestão, queremos dizer especialmente a decência tributária, o direito de suprimirmos nossas necessidades com os frutos do nosso próprio trabalho. Até porque, a supressão das autonomias financeiras regionais compromete o espaço político das unidades de uma Federação, e assim abala a mesma ordem federativa (AHRs, Discurso do governador em Piratini, 10 jan. 1985. Caixa 25, 1985).

Desse jeito, se pode dizer que o discurso de instalação do governo do estado em Piratini foi um discurso político, que apontava o governo federal como causador dos motivos sobre a suposta ideia de crise que enfrentava o Rio Grande do Sul em 1985. No centro dos problemas econômicos apareciam uma antiga reivindicação pela autonomia dos estados e a problemática da questão tributária presa ao pacto federativo. A “instalação do governo do estado” na cidade de Piratini é um ato comemorativo e político. Ato em que Jair Soares, entendendo que o estado passava por uma crise, usou da situação para fazer das comemorações um ato reivindicatório contra os males representados como problemas centenários e do qual, estando à frente do governo do estado, se representava como herdeiro. Pode-se dizer que o discurso tinha uma narrativa com pretensões de tirar o peso das mazelas do governo do estado, atribuindo-as a fatores historicamente aceitos e que, uma vez associados à memória da Revolução Farroupilha, poderiam ser encarados como elementos “românticos” de uma eterna luta da “província” contra o Estado centralizador.<sup>212</sup>

Em 1985, um século e meio depois da revolução gloriosa, não abrimos mão da liberdade, que só é garantida por um governo eficiente, controlado pelo povo, e pelo respeito às autonomias concretas da gestão, estaduais, municipais e individuais, sob o critério do interesse público expresso em lei. E quando falamos em autonomia concreta de gestão, queremos dizer especialmente a decência tributária, o direito de suprimirmos nossas necessidades com o fruto do nosso próprio trabalho. Até porque a supressão das autonomias financeiras regionais compromete o espaço político das unidades de uma federação, e assim abala a mesma ordem federativa (AHRs, Discurso do governador em Piratini, 10 jan. 1985. Caixa 25, 1985).

O governador, ao adaptar o discurso sobre a memória, fazia a representação de um estado que supostamente ainda sofria de mazelas econômicas e tributárias muito semelhantes ao período farroupilha em relação à federação. Um discurso que tinha o intuito de demonstrar

<sup>212</sup> José Hildebrando Dacanal (1985, p. 127) faz uma crítica à forma que se conduziam as comemorações por parte do governo do estado e procura associar a suposta crise pela qual passa o estado do Rio Grande do Sul às suas lideranças políticas locais: “Em consequência de tudo isto, o estado ressentia-se hoje da ausência de uma liderança forte, moderna e ilustrada capaz de uma administração eficiente em termos capitalistas e avançada em termos sociais, destinada a reduzir ou eliminar os bolsões de marginalizados e miseráveis que vivem em meio ao esbanjamento irresponsável e ao consumo suntuário das classes dirigentes. Isto seria economicamente possível e até fácil, porque o Rio Grande do Sul é um estado rico, ao contrário do que procuram fazer crer as litanias repetitivas e as lamúrias insuportáveis de empresários ignorantes e medíocres e de políticos e demagogos de baixo nível que pululam como cogumelos em tempo de verão”.

uma suposta ideia de continuidade nas reivindicações tributárias regionais, visto que dependia das mudanças da conjuntura política nacional em relação ao trato com os estados. Assim como na imagem anterior, a narrativa do governador é um exemplo para se entender como se materializou no meio da sociedade o que o governo teorizou, o que colocava a memória em circulação como um suposto elemento comum. Desse modo, o estado do Rio Grande do Sul poderia continuar revivendo antigas reivindicações, num discurso que aspirava por mudanças na “ordem federativa”, de acordo com a narrativa elaborada por Jair Soares. Ainda analisando sua narrativa, se nota um discurso de brasilidade presente nas comemorações, insinuando que no Rio Grande do Sul havia uma continuidade de valores com os farroupilhas quando o assunto era trazer para o apelo uma “justiça tributária”.

Assim, rio-grandenses, o culto farroupilha que hoje se alastra, incandescente, pelos nossos campos e cidades, a chama crioula que arde no extremo sul desse país continental, presta ao Brasil o concurso de nossa politização, a impulsionar-lhe os avanços republicanos e democráticos e a restauração federativa, com a indispensável justiça tributária. E na solenidade desta hora, desta cidade de Piratini, digamos ao Brasil que sempre que o povo precisar de um farol para iluminar-lhe a senda para a liberdade, pode voltar-se para terra dos gaúchos. Aqui mesmo em ocasiões de escuridão, há de encontrar a luz purificadora desta chama farroupilha, convocando-o para os valores eternos do humanismo liberal, pelo qual nossos heróis entregaram suas vidas sem temor, transfigurados de patriotismo (AHRs, Discurso do governador em Piratini, 10 jan. 1985. Caixa 25, 1985).

Pode-se analisar que o discurso acima procurava afirmar a Revolução Farroupilha como uma causa nacional, por meio de uma narrativa que enfatizava uma revolução pela causa nacional do federalismo das províncias. Assim, é possível entender que Jair Soares se apropriava de discurso relacionado à memória da Revolução Farroupilha, representando o Rio Grande do Sul como o bastião dos direitos liberais e federativos na nova conjuntura política brasileira, supostamente “como o fora no tempo dos farrapos”. Nesse sentido, seu discurso poderia representar que havia por parte do governo do estado certo ressentimento com o governo central, rememorando a Revolução Farroupilha como uma causa patriótica. No entanto, é ressaltada a diferença entre o estado do Rio Grande do Sul e os demais estados da nação, quando pretende mostrar que na “terra dos gaúchos” é diferente, pois se preservam os valores de quem estaria novamente disposto a lutar pelo Brasil, como se os demais estados fossem alheios às questões políticas ligadas à federação tributária.

Nesse aspecto, o discurso à diferenciação se exacerba, ressaltando mais as diferenças existentes entre “a parte e o todo” do que uma narrativa de unificação.<sup>213</sup> Foi nesse contexto,

---

<sup>213</sup> Fazendo menção ao título do livro de Ruben Oliven (1992), citado anteriormente.

embalado pelas práticas e representações da “instalação do governo do estado” em Piratini, que o governo estadual, contando com forte apoio do MTG, imprimiu suas manifestações na manutenção da memória farroupilha como instrumento de unificação da sociedade sul-riograndense em Piratini.

A situação da “instalação do governo do estado” em Piratini, até onde a documentação me permitiu analisar, ficou muito restrita aos atos simbólicos, quando se compara com a presença do governo para sua instalação na segunda capital farroupilha, Caçapava do Sul. Para esta cidade, encontrei o exemplo de que as comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha não ficaram somente restritas ao campo do simbólico. Ao contrário de Piratini, os efeitos da presença do governo do estado, para além do ato simbólico e de memória, deram espaço para significativos investimentos não só para Caçapava do Sul como para a região em que se encontra.

Em Caçapava do Sul, o governador do estado e sua comitiva estiveram presentes entre os dias 29 e 30 de abril, tendo sido recebidos pelos representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, com honras militares e a execução do Hino Nacional seguido pelo acendimento do Candeeiro Crioulo, ainda no aeroporto. Logo após, a comitiva se deslocou para a prefeitura de Caçapava do Sul e, após a leitura da ata de “instalação do governo do estado” na cidade pelo secretário da Casa Civil, o deputado Adylson Motta, inaugurou uma placa de bronze que marcava a presença do governo do estado nas comemorações locais (AHRS, Gabinete do governador, cerimonial. Caixa 25, 1985). A placa tinha as seguintes inscrições:

Depois de alguns dias de assédio, os farroupilhas Antônio de Souza Neto, Davi Canabarro e João Antônio da Silveira tomaram Caçapava em 8 de abril de 1837, obrigando a capitulação o comandante legalista Cel. João Crisóstomo da Silva. Em 24 de janeiro de 1839 Caçapava tornava-se a segunda capital da República Rio-Grandense, permanecendo como tal até 30 de dezembro de 1842.

Caçapava do Sul, 29 de abril de 1985 – Sesquicentenário da Revolução Farroupilha.

Jair Soares, Governador do Estado do Rio Grande do Sul.

Adylson Motta, Presidente da Comissão Executiva do Sesquicentenário.

Otomar Oleques Vivian, Prefeito Municipal de Caçapava do Sul (AHRS, Gabinete do governador, cerimonial. Caixa 25, 1985).

Num primeiro momento, se pode analisar como a memória foi redefinida naquele contexto, em que se pode mensurar que a narrativa permite os questionamentos e a validade, em certo sentido, da identificação da cidade com os farroupilhas, assim como que a narrativa da placa sugere que Caçapava do Sul só se tornou capital farroupilha por meio do assédio dos revoltosos. Tal argumento pode denotar que ela tivera indivíduos com princípios legalistas e

que estavam sendo “silenciados” pelo esquecimento causado pela seleção da memória. Isso ajuda a problematizar a ideia de que se objetivava projetar para o presente uma identificação coesa da cidade com a própria ideia de uma memória “harmoniosa” na outrora capital farroupilha, que só veio a existir na produção narrativa do presente. No entanto, como a narrativa da placa é parte do trabalho de memória daqueles que reivindicavam uma identificação com a farroupilha, para o presente a placa materializava uma narrativa de unidade entre os governos estadual e municipal por uma memória em disputa.

É possível concluir que, no dia 29 de abril, as solenidades em Caçapava do Sul não diferiram muito, no sentido comemorativo, da produção de narrativas em torno do trabalho de memória que ocorrera em Piratini. Contudo, no dia 30 de abril de 1985, os eventos mostraram indícios da presença de aspectos financeiros e de investimentos em infraestrutura que poderiam ser de interesse dos municípios e que tiveram sua inauguração juntamente com a “instalação do governo do estado” nas antigas capitais farroupilhas. Obras estas que foram inauguradas pelo governador do estado e pela comitiva da Comissão Estadual do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Refiro-me aqui que a documentação de “instalação da capital farroupilha” em Caçapava do Sul, na questão de investimentos em infraestrutura por parte do governo do estado, foi um caso diferente em relação aos projetos do governo em Piratini e Alegrete, que ficaram restritos aos atos comemorativos ligados, especificamente, à memória da Revolução Farroupilha.

No dia 30 de abril, a comitiva do governador do estado se deslocou para a localidade de Durasnal, indo para o “Graneleiro da Cooperativa Triticola Caçapavana Ltda.” (AHRs, Gabinete do governador, cerimonial. Caixa 25, 1985). No local, discursou o representante da comunidade local e secretário de Energia, Minas e Comunicações, o deputado estadual Loris Reali, e logo após o governador inaugurou a telefonia rural, realizando a primeira ligação telefônica e concretizando assim a solenidade com descerramento da placa alusiva ao evento. A fonte aqui analisada mostra que as comemorações não ficaram restritas às efemérides e que, para além dos atos comemorativos, a localidade de Caçapava do Sul foi em certo aspecto beneficiada com obras realizadas no contexto das comemorações, ao contrário das demais “capitais farroupilhas”, que não tiveram nenhum evento registrado que contemplasse investimentos locais relacionados ao contexto comemorativo.

Diante disso, surgiu uma questão: por que teria havido tais investimentos em Caçapava do Sul e não nas demais capitais farroupilhas? Nos documentos analisados, não há uma resposta contundente sobre os motivos que levaram a tais escolhas. No entanto, encontrei indícios que apontam para possíveis suposições, como, por exemplo, que o deputado estadual e



secretário de Estado de Jair Soares, Lóris Reali, era um membro do governo ligado à comunidade, por ser natural de Caçapava. Teria ele exercido sua influência de secretário de Estado para direcionar tais investimentos para Caçapava do Sul? Um indício importante é o fato de os documentos apontarem que Loris Reali era representante da comunidade local ao mesmo tempo em que era secretário de Minas, Energia e Comunicação do governo Jair Soares.

Da mesma forma, assim como esses atos foram comemorativos e alusivos às comemorações farroupilhas, proporcionando investimentos para o município, é possível refletir que a memória da revolução poderia ser reinterpretada de outra forma pela comunidade de Caçapava do Sul, que estava obtendo um retorno não só simbólico das comemorações como também material e utilitário. O governo do estado se deslocou ainda para outras localidades em Caçapava do Sul para inaugurar outras obras.

Após deixar a localidade de Durasnal, a comitiva do governador se deslocou para “A localidade de Vila Progresso”, onde houve a “solenidade de inauguração da eletrificação rural” (AHRS, Gabinete do governador, cerimonial. Caixa 25, 1985). Novamente, assim como na inauguração anterior, o representante local, o deputado estadual e secretário de Estado de Minas, Energia e Comunicação, Loris Reali, discursou para os presentes. Ao que parece, isso foi uma prática, pois, ao colocar um representante da comunidade, como mostra o documento do cerimonial, ocupando o cargo relacionado às obras realizadas, poderia criar espaço de fortalecimento da comunidade com as comemorações que vinham também acompanhadas de benefícios estruturais para a localidade. A análise pode indicar que o projeto de “instalação da capital” em Caçapava do Sul estava sendo, de certa forma, conduzido para ser contemplado com investimentos que serviam como algo pensado dentro do governo do estado, pois contava com um representante local na Secretária de Estado de Energia, Minas e Comunicação. Desse modo, pôde-se aproveitar o momento para associar as comemorações à inauguração das obras.

No setor dos transportes também houve a inauguração da “Estrada que liga Caçapava do Sul a Lavras do Sul [...] ao local do início das obras de asfaltamento” (AHRS, Gabinete do governador, cerimonial. Caixa 25, 1985). Logo após, a comitiva se deslocou para o prédio da CRT, onde aconteceu a “solenidade de inauguração do sistema DDD – DDI” (AHRS, Gabinete do governador, cerimonial. Caixa 25, 1985). Finalizando as solenidades de inaugurações pelas localidades de Caçapava do Sul, no prédio da CRT discursaram o prefeito municipal de Caçapava do Sul e o secretário de Estado e de Energia, Minas e Comunicações. Em seguida, o governador realizou a primeira ligação telefônica e descerrou a placa que marcava a presença do governo do estado nas inaugurações das obras junto às comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, encerrando as solenidades em Caçapava do Sul.

O fato de o governador Jair Soares inaugurar tais obras financiadas pelo governo estava em conformidade com o papel do governo enquanto gestor das obras públicas, porém a problematização acontece quando essas inaugurações entram na pauta das comemorações, virando também instrumento político no contexto das comemorações. Assim, o governador se apropria do espaço público, usando a máquina pública, na promoção da sua gestão associada à memória farroupilha, o que também pode ser interpretado que não era só a imagem do governo nas comemorações que era representada, mas do PDS, enquanto partido, e do sujeito Jair Soares, enquanto homem que se representava como herdeiro da memória farroupilha.

É importante refletir sobre por que Piratini e Alegrete receberam as comemorações e a presença do governo do estado somente no aspecto das efemérides simbólicas e Caçapava do Sul foi contemplada com obras de infraestrutura que estavam acontecendo no contexto das comemorações. Em primeiro lugar, tais obras poderiam ter coincidido com o contexto das comemorações, fato que seria significativo para marcar seus governos nas comemorações como simbólicas e utilitárias, facilitando mais ainda a conectividade da comunidade de Caçapava do Sul com a memória farroupilha, aliando ao suposto progresso local as obras do governo do estado que se associavam às comemorações. Em segundo lugar, poderia ter de fato a intenção de que as obras acontecessem no contexto das comemorações para, de certa forma, servirem como discurso e prática para a comunidade local – e isso pode ser compreendido se considerarmos que o secretário de Estado e de Energia, Minas e Comunicações era deputado estadual eleito por Caçapava do Sul. Mera coincidência, ou estratégia, o certo é que esses movimentos serviram de elementos que foram enquadrados no trabalho de memória e que não foram desperdiçados pelo governo do estado e, muito menos, pelo municipal, que buscavam construir suas representações nas comemorações. Como já afirmei, existia a possibilidade da própria representação dos homens à frente da política se representando como herdeiros dos farroupilhas. Nesse sentido, as comemorações contribuem para que a memória adquira na prática a noção de pertencimento, atuando no seu trânsito pela comunidade, atrelando-se aos “acontecimentos que se vive por tabela”.

Levando em consideração as alternativas levantadas, constatei que entre as comemorações nas capitais farroupilhas, ao que parece, as que assumiram propósitos mais voltados para o simbolismo foram mais incisivas, não havendo – até onde se pôde constatar – a implantação de obras que pudessem favorecer os municípios. Por exemplo, a atuação da Subcomissão de Tradição e Folclore e a participação do MTG nas comemorações do governo do estado aconteceram em Piratini e Alegrete. Enquanto em Caçapava do Sul não foi possível

constatar uma atuação mais contundente dessas instituições no mesmo momento em que o governo do estado fazia sua cerimônia de “instalação” na antiga capital farroupilha.

Assim como em Piratini e Alegrete, Caçapava do Sul recebeu um projeto da Subcomissão de Tradição e Folclore e do MTG, que foi a “XXII Convenção Tradicionalista”, porém esse evento não ocorreu em paralelo à “implantação do governo do estado” na cidade, sendo realizado somente nos dias 12 a 14 de julho. Foi um projeto direcionado para os tradicionalistas, como o “XXX Congresso Tradicionalista de Piratini”. Entretanto, a convenção não teve custos para o governo do estado, o que se pressupõe que foi um evento restrito ao público tradicionalista com a intenção de cumprir um protocolo de realizar um evento, para que não ficasse uma das capitais farroupilhas sem ser contemplada com um evento do MTG pela Subcomissão de Tradição e Folclore. Por outro lado, o “XXX Congresso Tradicionalista”, em Piratini, estava orçado a um custo para o governo do estado de Cr\$15.000.000,00<sup>214</sup> (AHRs, Programação da Subcomissão de Tradição e Folclore. Caixa 13, 1985).

Entre as comemorações em Piratini, Caçapava do Sul e Alegrete, há certos aspectos a se destacar. Em Piratini estava marcada a abertura das comemorações dos festejos do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, por isso contava com a presença do governo do estado e da Subcomissão de Tradição e Folclore, coordenada pelo MTG e pelo IGTF ao mesmo tempo, reunindo ambos de forma que seus projetos estivessem muito próximos, havendo a circulação dos indivíduos pelas instituições. Por outro lado, em Caçapava do Sul, ambos colocaram em prática seus eventos em momentos distintos, o que não contribuiu para o trânsito entre as instituições de políticos e tradicionalistas – ao menos isso não ficou representado na documentação. Em Alegrete, novamente, governo do estado e a Subcomissão de Tradição e Folclore se encontraram em dezembro de 1985, para fecharem as comemorações do sesquicentenário em uma capital farroupilha, como havia sido aberto por ambos com eventos que se assemelhavam e coincidiam em Piratini.

Em Piratini, governo do estado e MTG, mesmo estando juntos, fizeram eventos que se aproximavam no campo das representações, visto que os projetos falavam de “implantação do governo do estado” em Piratini e de representação da “Proclamação da República Rio-Grandense”. Diferentemente, em Caçapava do Sul e Alegrete, somente em novembro e dezembro de 1985 que os tradicionalistas e o governo do estado procuraram dar mais visibilidade, no fechamento do evento, para os elementos representativos da memória farroupilha e do tradicionalismo.

---

<sup>214</sup> Sobre os aspectos relativos ao orçamento do XXX Congresso Tradicionalista, voltarei a tratar do assunto no subcapítulo referente ao congresso.

Em Alegrete, a Subcomissão de Tradição e Folclore apresentou dois projetos: o “Congresso Sul-americano de Tradição”, com um custo para o governo do estado de “Cr\$ 7.000.000,00”, e a “Reconstituição da Assembleia Constituinte de Alegrete”, que gerou um custo também para o governo do estado de “Cr\$3.000.000,00” (AHRS, Programação da Subcomissão de Tradição e Folclore. Caixa 13, 1985). Analisando a documentação, posso reforçar a ideia que venho supondo de que o MTG, uma vez coordenando a Subcomissão de Tradição e Folclore, tenha desenvolvido projetos que, quando realizados concomitantemente com o governo do estado, utilizavam verba pública para eventos que ficavam muito restritos ao meio tradicionalista. Nota-se que, em Caçapava do Sul, o MTG como representante da Subcomissão de Tradição e Folclore e não contando com a presença do governo do estado na cidade, a não ser pela Subcomissão de Tradição e Folclore, realizou o mesmo tipo de evento, restrito ao meio tradicionalista, mas sem custos para os cofres públicos.<sup>215</sup>

O projeto de “instalação da capital” em Alegrete foi uma solenidade que ocorreu no dia 1º de dezembro de 1985 com a presença do governo do estado e das autoridades municipais na prefeitura da cidade. A formalidade se deu da mesma forma que nas demais cidades, porém o governador Jair Soares usou essa data se apropriando das narrativas de instalação da Assembleia Constituinte em 1842, proferida pelo presidente da República Rio-Grandense, o general Bento Gonçalves.

Nesse aspecto há um ponto que se deve questionar, pois a Subcomissão de Tradição e Folclore, tendo um projeto do Congresso Sul-Americano de Tradição, realizado entre os dias 29 e 30 de novembro a 1º de dezembro, colocou no dia 1º de dezembro em prática o seu projeto também denominado de “Reconstituição da Assembleia Constituinte de Alegrete”. Nesse sentido, tanto a Comissão Estadual do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, que acompanhava o governador do estado nas “capitais farroupilhas”, como a Subcomissão de Tradição e Folclore, que estava a cargo do MTG, fizeram apropriação da memória sobre a instalação da Assembleia Constituinte de Alegrete.

Nesse sentido é possível refletir da seguinte maneira: o governo do estado, se apropriando do discurso de Bento Gonçalves, buscava fazer as representações daquela memória com as comparações no presente, dando assim uma função política para aquela memória. Já o MTG, que estava coordenando a Subcomissão de Tradição e Folclore, precisava

---

<sup>215</sup> Essas hipóteses serão melhor analisadas no próximo subitem, com a documentação relativa às comemorações em Piratini. Primeiro por ser onde foi realizado o evento mais importante do MTG, que era o Congresso Tradicionalista, e talvez por isso se tenha mais subsídios de fontes que foram permitindo desenvolver melhor as análises. Segundo porque, por se tratar da abertura oficial das comemorações por parte do governo do estado, se tem mais fontes disponíveis em relação aos eventos na cidade de Alegrete.

trabalhar com elementos da memória da Revolução Farroupilha para justificar os gastos do governo do estado com seus projetos, que por mais que estivessem descritos na programação oficial do evento como projetos abertos à comunidade se mostravam como projetos muito restritos aos interesses da instituição tradicionalista.

O “Congresso Sul-Americano de Tradição”, por exemplo, visava convidar tradicionalistas da Argentina e do Uruguai para conferências com os tradicionalistas do MTG. Supostamente esses projetos, mesmo tendo uma proposta de abertura ao público em geral, era uma conferência direcionada, especificamente, para assuntos ligados ao meio tradicionalista, tendo um custo de Cr\$7.000.000,00 para o governo do estado (AHRS, Programação da Subcomissão de Tradição e Folclore. Caixa 13, 1985). Já a “Reconstituição da Assembleia Constituinte de Alegrete” pode ser considerada como um projeto de interesse do governo do estado no sentido de trabalhar com a memória da Revolução Farroupilha, mas também gerou um custo para o governo de Cr\$3.000.000,00. Diante dessas informações, é relevante refletir se de fato havia a necessidade de o MTG fazer a reconstituição da Assembleia Constituinte em Alegrete no evento da Subcomissão de Tradição e Folclore, uma vez que, no mesmo dia, a Comissão Estadual fez uso de um projeto semelhante, se apropriando da narrativa da ata de instalação da Assembleia Constituinte da República Rio-Grandense.

Sobre a questão da viabilidade de os projetos do MTG serem levados para dentro da Subcomissão de Tradição e Folclore, tendo como justificativa os investimentos do governo do estado, pode ser um tanto questionável enquanto eventos de interesse público, visto que eram projetos voltados para o meio tradicionalista. Como se pode constatar, só para os investimentos nos projetos realizados pelo MTG dentro da Subcomissão de Tradição e Folclore, o governo do estado aceitou a proposta da estimativa de custos em Cr\$15.000.000,00, sendo que a maior parte desse valor, como mostra a documentação, era destinada para projetos com pouca repercussão fora do meio tradicionalista. Talvez a inserção de um projeto de cunho histórico como a “Reconstituição da Assembleia Constituinte de Alegrete” pudesse justificar os gastos do governo com esses projetos propostos pelo MTG (AHRS, Programação da Subcomissão de Tradição e Folclore. Caixa 13, 1985).

Para melhor entendimento sobre a maneira como o MTG, na coordenação da Subcomissão de Tradição e Folclore, levou às comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha projetos cujos eventos eram consolidados dentro da sua instituição, se propondo a fazer deles eventos de interesse público, analiso no subcapítulo a seguir a documentação dos projetos da Subcomissão de Tradição e Folclore realizados em Piratini.

Projetos estes que estavam abordando as possíveis relações entre os setores público e privado, governo do estado e MTG em relação às comemorações farroupilhas.

#### **4.2.2 A “Proclamação da República” em Piratini: as representações do MTG em praça pública**

Em Piratini, o MTG esteve presente nas cerimônias do governo do estado, numa cerimônia onde juntos cumpriram o ritual de acendimento da chama crioula; à noite, as comemorações ficaram a cargo do MTG, com a representação da “instalação da República Rio-Grandense” em forma de espetáculo na praça central da cidade de Piratini, numa forma de rememorar a “Proclamação da República Rio-Grandense”.<sup>216</sup> Movimento este que pretendia ainda mais consolidar os elementos da memória da Revolução Farroupilha como um acontecimento pertencente à sociedade sul-rio-grandense, relacionado diretamente à memória da cidade.

Sobre o projeto da “reconstituição da República Rio-Grandense”, pude utilizar as imagens fotográficas que foram anexadas no relatório do MTG entregue ao governo do estado. A Figura 5, a seguir, mostra em primeiro lugar o local da representação, que é a parte frontal de uma igreja, localizada em frente à praça central da cidade – onde Jair Soares, juntamente com o MTG – havia acendido o candeeiro crioulo. Pode-se avaliar que pelo fato de ocorrer na praça, se pressupunha a intenção de ser um evento aberto ao público, nesse sentido, se pode compreender a eficácia do uso da praça como lugar de permanência dos transeuntes.<sup>217</sup> No entanto, é importante refletir que não é somente estar em frente à igreja, mas, sim, se apropriar da sua estrutura.

Por esse aspecto, a imagem mostra o envolvimento da paróquia local com as comemorações. Se pela parte da manhã o governo do estado oficializou as comemorações, na noite foi a vez de o poder eclesiástico local se associar às comemorações do MTG, sendo representado, como mostra a imagem e sua citação, por dois padres da paróquia local. Isso possibilita que a comunidade se compreenda como parte das comemorações, visto que suas

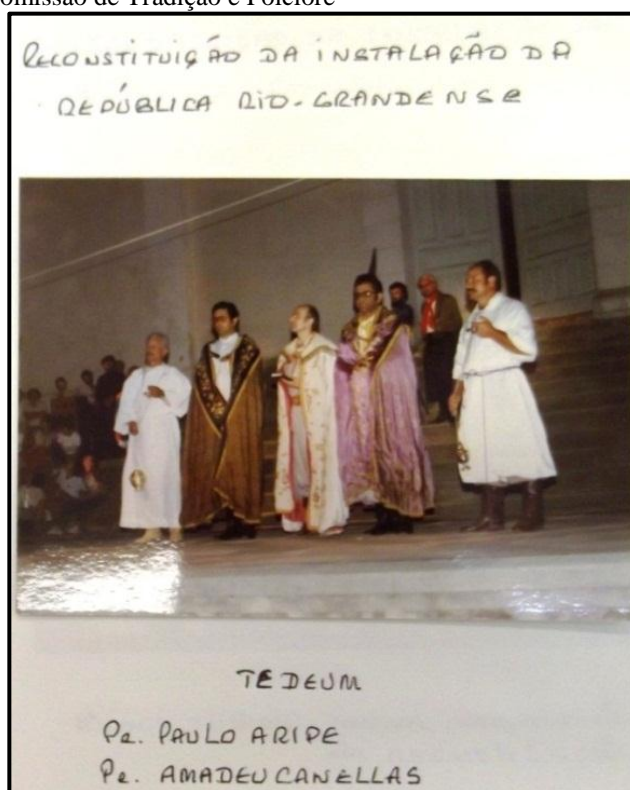
---

<sup>216</sup> Semelhantemente ao que ocorrera em Alegrete, quando o governo do estado e o MTG trabalharam com os elementos da memória da implantação da Assembleia Constituinte.

<sup>217</sup> Para se entender a praça como lugar de permanência, Victor Correia (2013, p. 18) diz: “É também na praça, que em sentido estrito é o resultado de um agrupamento de casas em torno de um espaço livre, de cujo sentido implícito à própria definição se destaca como característica principal ser um espaço central ou centralizador, onde se concentram geralmente as atividades administrativas, festivas, comerciais, e onde se encontram os edifícios da Administração Pública, um coreto, uma igreja, [...] que constituem a diferença mais relevante dos aglomerados populacionais entre si. Mas enquanto à rua se aplica melhor a ideia de transitoriedade, à praça aplica-se melhor a ideia de permanência, de uma vivência social mais prolongada e estável por parte das pessoas”.

instituições e locais de permanência estão tomados pelas comemorações, que acabaram por envolver seus políticos e suas autoridades religiosas. Autoridades estas das quais tem mais proximidade, gerando um movimento que tende a dar sentido de pertença à memória evocada perante a comunidade que assistia seus membros participando do evento.

Figura 5 – Projeto da Subcomissão de Tradição e Folclore



Fonte: AHRS (Relatório do MTG. Caixa 25, 1985).

A participação de pessoas representando a comunidade, que ocupavam postos-chaves em instituições como a Igreja Católica, por exemplo, transmitia à sociedade a representação de que suas elites estavam dando apoio ao governo do estado e ao MTG. Assim se pode dizer que, por esse aspecto, o MTG também cumpria o que está redigido em sua Carta de Princípios como primeiro objetivo da instituição, que é justamente “Auxiliar o Estado na solução dos seus problemas fundamentais e na conquista do bem coletivo” (BARCELOS, 1970, p. 54).

Dessa forma, se pode interpretar que as representações exibidas em praça pública na cidade de Piratini para o Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, quando reuniram naquele evento o governo do estado e o MTG, servem de exemplos para se observar a efetivação do objetivo primeiro redigido na Carta de Princípios do MTG. Fundamentando assim o papel que o próprio governo do estado acabou por deliberar ao MTG, de servir de instrumento de conservação da “cultura gaúcha”, que tinha certos elementos admitidos como elementos

oficiais do governo do estado.<sup>218</sup> O ano de 1985, no contexto de redemocratização e reestruturação das instituições, com o Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, serviu para reafirmar a autoridade concedida pelo governo do estado ao MTG como continuador e preservador dos elementos considerados principais, por parte das elites, na formação da identidade sul-rio-grandense. Por esse aspecto, a imagem permite fazer uma reflexão sobre o poder que é concedido pelas instituições políticas em afirmar o papel preponderante do MTG a serviço das elites políticas e sociais, na preservação dos elementos da “cultura gaúcha”.

A Figura 5 sugere também que, para além da comemoração do governo do estado, a memória da Revolução Farroupilha foi compreendida pelas instituições políticas, sociais e eclesiais como um elemento que tinha por intenção representar a coesão social em torno de um mesmo objeto, no caso a Revolução Farroupilha. Essa representação de coesão social mostra-se um tanto provável, visto que a imagem sugere que os padres Paulo Aripe e Amadeu Canellas, citados na legenda da fotografia, aparecem contracenando com pessoas ligadas à Subcomissão de Tradição e Folclore, mostrando que estavam inseridos no projeto e demonstrando assim seu comprometimento com os interesses dos tradicionalistas.<sup>219</sup> Como representação das tradições, a fotografia nesse caso registra um acontecimento que pretendia expor uma releitura do passado. Nesse sentido, é importante refletir sobre a seguinte questão: a representação por não ser o real acontecido representa um objeto ausente. No caso da fotografia, ela mostra como aqueles sujeitos, envolvidos com o projeto da Subcomissão de Tradição e Folclore, estavam colocando em prática as representações a partir do ponto de vista da história farroupilha sob um viés tradicionalista.<sup>220</sup>

Trazer os membros da Igreja Católica para junto de tradicionalistas, para representarem a “Proclamação da República Rio-Grandense”, além de uma representação se encaixa também

<sup>218</sup> De acordo com Ramiro Frota Barcelos (1970, p. 55), citando o 3º objetivo da Carta de Princípios do MTG, que é “Promover no seio do povo uma retomada de consciência de valores morais do gaúcho”, incutir no povo certos aspectos do tradicionalismo poderia ser uma “Conscientização difícil, não resta dúvida. Talvez pelos veículos mais ao alcance das populações. [...] Devem evitar-se é que a imprensa escrita, falada e televisionada continuem divulgando qualidades negativas do gaúcho [...]. Tantas são suas qualidades positivas e saudáveis de homem de trabalho [...]”. As datas comemorativas de centenários, e aqui pensando no caso da “ocupação” de Piratini, mostram a necessidade do contato direto da comunidade que tinha o governo do estado e o MTG para difundirem suas ideias, ocupando o espaço público.

<sup>219</sup> Aqui ressalto a presença da Igreja na representação dos padres informados na legenda da fotografia. Não tenho um documento específico para saber se os padres pertenciam à paróquia local, mas tudo leva a esse caminho, visto que posso considerar que, para além da porta entreaberta da igreja na fotografia, a Igreja Católica é uma instituição coesa no sentido de que os padres vestidos como tais estão defronte à Igreja pertencente à instituição a qual representam.

<sup>220</sup> O fato de os tradicionalistas tomarem para si a autoridade de poderem interpretar a história da Revolução Farroupilha foi tema de um projeto discutido e aprovado pela Subcomissão de Tradição e Folclore: “O senhor Antônio Fagundes fez uma breve exposição sobre a ‘Cartilha da História do Rio Grande do Sul’, que o mesmo está elaborando e cuja versão final será entregue para a coordenação da Subcomissão [...]” (AHRs, Ata n. 05 da Subcomissão de Tradição e Folclore. Caixa 19, 1984).



na ideia de mostrar que a instituição MTG se reafirmava sobre a memória da Revolução Farroupilha, definindo valores da sua instituição como valores da sociedade sul-rio-grandense, se apropriando do espaço público concedido a ele pelo governo do estado. A representação da memória evocada também potencializava a inclusão de sujeitos que se compreendiam representados naquela encenação. Fazia-se interessante, portanto, trazer para a comemoração os elementos sugestivos a uma coesão social, seja pelos rituais do governador ou do MTG – que é um movimento da cidade –, seja pela representação da Igreja na política, sugerindo que ela no passado apoiou o movimento farroupilha e no presente comunga das mesmas ideias sobre os princípios da memória da Revolução Farroupilha. Nota-se aqui que era uma memória institucionalizada pelo MTG com a intenção de atingir o público de forma geral, por isso a ocupação do espaço público era importante. Esse indício pode ser comparado à proposta do governo do estado sobre a memória farroupilha quando analiso sua relação com a narrativa final do discurso de Jair Soares para os rio-grandenses na cidade de Piratini:

Rio-grandenses.

A cidade de Piratini, reverenciando a terra que viu afirmar-se a República Rio-Grandense, sejamos farroupilhas, desta vez, para o país inteiro, ofertando-lhe, em todos os momentos, nosso amor à democracia, nosso respeito à lei republicana, nossa exigência de federação real, e os valores de nossa bandeira coberta de glórias: Liberdade, Igualdade, Humanidade! (AHRs, Discurso do governador em Piratini, 10 jan. 1985. Caixa 25, 1985).

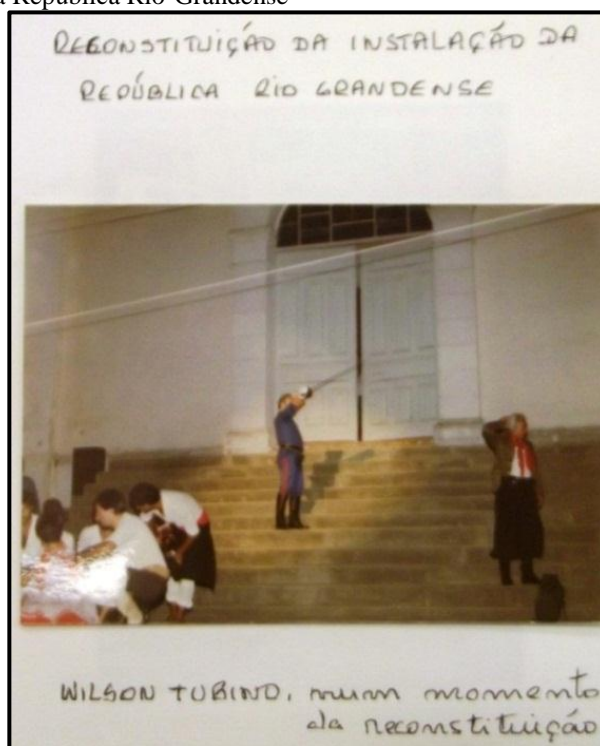
A narrativa de Jair Soares convocava os rio-grandenses a serem farroupilhas novamente, o que conclui que externava somente uma ideia construída no discurso. Mesmo que simbolicamente, as comemorações pretendiam mostrar para a sociedade a imagem de um estado que havia sido o baluarte da democracia e dos direitos constitucionais. É possível entender que Jair Soares produz um discurso anacrônico quando se apropria de conceitos específicos para contextos diferentes. Ao se apropriar do lema da bandeira do estado, Jair Soares chama a atenção para os princípios atribuídos aos farroupilhas, que são: liberdade, igualdade e humanidade.

Esses elementos, porém, estavam, à época da Revolução Farroupilha, ligados aos interesses dos líderes do movimento, não estando endereçados aos problemas da população, que estava excluída dos interesses da elite. Nesse sentido também, no presente, a memória acabava assumindo os interesses dos grupos que a reconstituíam, ao se apropriarem de um discurso introduzindo uma narrativa que pertencia ao presente. Por esse aspecto é que a memória pertence ao presente, porque ser farroupilha, como sugerido pelo governador Jair Soares, no contexto presente era um discurso diferente do que significava ser farroupilha à

época da revolução. Além disso, se pode dizer que nem mesmo ser farroupilha à época da revolução poderia significar fazer parte de uma elite com princípios liberais idênticos.<sup>221</sup>

A Figura 6, a seguir, mostra o momento em que foi representada a “Proclamação da República Rio-Grandense”. A representação da imagem para a Subcomissão de Tradição e Folclore era algo que tinha relativa importância, no sentido de mostrar para a população os supostos lances históricos, ou aquilo que era reinterpretado a partir do que os estudiosos do tradicionalismo compreendiam como elementos de memorização para serem apresentados à sociedade sul-rio-grandense. Assim, até certo ponto, o trabalho da Subcomissão de Tradição e Folclore parecia estar em consonância com os objetivos do governo do estado e da Comissão Executiva enquanto fazer uso da memória no sentido de fazer da Revolução Farroupilha um elemento do “patrimônio dos gaúchos”, como apontei na narrativa de Jair Soares ainda no primeiro capítulo da pesquisa.

Figura 6 – Reconstituição da República Rio-Grandense



Fonte: AHRS (Relatório do MTG. Caixa 25, 1985).

<sup>221</sup> Tal indício é apresentado no Capítulo 2, quando analiso a participação dos historiadores no “Curso de extensão universitária”. De acordo com Moacyr Flores (1985a), a desestruturação da República Rio-Grandense já se dava anteriormente à presença do Barão de Caxias na guerra. Para o autor, a República começou a ruir justamente pela falta de entendimento de seus líderes sobre a manutenção da República, obedecendo aos conceitos liberais que defendiam a liberdade política republicana baseada no convívio amistoso entre o poderes Executivo e Legislativo. A presença de um Executivo que se sobrepunha ao Legislativo foi culminante para a desintegração da República Rio-Grandense.

Num primeiro momento, a imagem parece dar a impressão de uma representação simples, com pouca pompa, pela simplicidade que representa um indivíduo sozinho com uma espada em punho em frente a uma igreja e, em certo sentido, contrariando o que a documentação – aqui já citada – aponta sobre os orçamentos apresentados à Comissão Executiva. De acordo com as expectativas analisadas nas atas da Subcomissão de Tradição e Folclore, até mesmo pelos investimentos pretendidos, o que tinha que ser evidenciado era o desejo de representação e tudo quanto o projeto do MTG colaboraria de fato para a divulgação da memória farroupilha na comunidade, como esperava o governo do estado. O importante era se conjecturar o quanto poderia repercutir na comunidade aquele trabalho de memória.

Por outro lado, quero chamar a atenção para o quanto, talvez, seus projetos poderiam estar mais voltados para os interesses internos do MTG, que estaria usando o aparato do governo do estado para levar a cabo seus próprios projetos.<sup>222</sup> Esse projeto em questão teve um custo estimado em Cr\$3.000.000,00 para o governo do estado e havia uma preocupação do MTG com a fidelidade das representações e das indumentárias que seriam usadas para as encenações. Quem opinou sobre tais aspectos dentro da Subcomissão de Tradição e Folclore foi o tradicionalista Antonio Augusto Fagundes (1985), que reeditou o livro *Indumentária gaúcha*, usado de referência para a avaliação das vestimentas típicas que deveriam ser utilizadas nas reconstituições dos episódios da Revolução Farroupilha. No entanto, a fotografia pode sugerir que foi algo mais simples, mas nem por isso menos representativo.

Tal aspecto, ainda lá nas reuniões da Subcomissão de Tradição e Folclore, parecia ser algo que incomodava Antonio Augusto Fagundes, que entendia que as representações da memória tradicionalista teriam que zelar pelo cuidado com a vestimenta da época<sup>223</sup>: “Parece incrível que parte dos tradicionalistas do Rio Grande do Sul, guardiões por definição da pureza do folclore e defensores de seus cânones tradicionais, são exatamente os maiores responsáveis pela deturpação da indumentária gaúcha” (FAGUNDES, 1985, p. 5).

A narrativa de Fagundes (1985) pode ser relacionada com as pretensões dos tradicionalistas com as representações farroupilhas em seus projetos. A preocupação com a indumentária tradicionalista fora de contexto externa também, de certo modo, um cuidado do MTG dentro da Subcomissão de Tradição e Folclore, que chama o tradicionalista para opinar

---

<sup>222</sup> A ata n. 2 da Subcomissão de Tradição e Folclore especificava a preocupação com a representação fidedigna dos episódios históricos da Revolução Farroupilha: “Procurara a maior autenticidade na reconstituição da Instalação da República Rio-Grandense em Piratini, incluindo indumentária da época” (AHRs, Ata n. 02 da Subcomissão de Tradição e Folclore. Caixa 19, 1984).

<sup>223</sup> O livro de Antonio Augusto Fagundes, que serviria de referência para os estudos da indumentária gaúcha à época da Revolução, contradiz a imagem da fotografia da reconstituição da República Rio-Grandense em Piratini, uma vez que a imagem mostra um indivíduo de bombacha, que segundo a obra citada somente foi usada a partir de 1865.

sobre os detalhes referentes às vestimentas e sobre os planejamentos para as reconstituições (AHRS, Ata n. 02 da Subcomissão de Tradição e Folclore. Caixa 19, 1984). Por outro lado, isso mostra como eram conduzidos os trabalhos dentro da Subcomissão de Tradição e Folclore, tendo seus propósitos voltados aos interesses do MTG, que impunha os valores da sua instituição no espaço público que lhe fora aberto pelo governo do estado nas comemorações oficiais da revolução. Talvez isso justifique o interesse do MTG na fidelidade das representações. Também denota que existia a preocupação da preservação da memória via tradicionalismo na representificação dessa memória pela prática da repetição tal qual mais, supostamente, verossímil possível.

Do ponto de vista político e social, por mais que estivesse havendo uma supremacia das ideias do MTG dentro da Subcomissão de Tradição e Folclore, isso não estava fora das pretensões do governo do estado quando trouxe para as comemorações o Movimento Tradicionalista Gaúcho. A problemática está em questionar o quão o MTG enquanto instituição privada se apropriou e recebeu incentivos do governo do estado para difundir suas ideias em meio às comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, bem como a maneira como certos projetos tinham propósitos muito restritos ao público tradicionalista, enquanto usando o erário público deveriam ser mais direcionados à sociedade de maneira geral.

Por outro lado, é possível interpretar que o fato de a fotografia não poder mostrar se havia um grande público – como nas anteriores – não tira seu sentido simbólico, antes pelo contrário, a posição assumida no projeto da Subcomissão de Tradição e Folclore mostra suas convicções quanto à legitimidade que elas davam àquelas representações. Sobre a imagem, é preciso levar em conta que colocar um indivíduo na frente de uma igreja, defronte a uma praça, ocupando um espaço público e materializando as ideias de um grupo é algo que contribui para a reflexão de como a memória da Revolução Farroupilha, e mesmo as ideias do MTG, ao longo do tempo, foram tomando a dimensão que tomaram. O MTG aparece como instituição que guarda as supostas respostas da tradição dos gaúchos.

As comemorações exemplificam como esses aspectos chegam ao ponto de serem elementos que, estando colocados à frente nos rituais comemorativos, podem sugerir como essa memória estava sendo reatualizada na sociedade sul-rio-grandense. Nesse sentido, tais simbolismos construídos sobre a memória da Revolução Farroupilha pelo MTG, em frente à igreja em Piratini, assumem aspectos de instrumentos a serviço da política. Tais representações mexem com uma memória afetiva, razão pela qual, talvez, por ser esse o papel do MTG, o governo do estado e a Comissão Executiva foram levados a apoiar até mesmo os projetos

direcionados mais para o deleite dos tradicionalistas ao invés de outros que contemplassem mais capacidade de envolvimento da sociedade nas comemorações.

Outra questão que pode ser pensada sobre a imagem referida é o fato de que ela afirma o papel de representação não como o real acontecido, mas como parte daquela releitura das tradições, que busca na projeção uma associação com elementos do passado para convencer a sociedade do presente de sua suposta ancestralidade.<sup>224</sup> Nas atas se pode verificar a intenção da Subcomissão de Tradição e Folclore em representar os trajes típicos o mais fiel possível, porém nem mesmo a representação da “Proclamação da República Rio-Grandense” condizia com a realidade que se acredita sobre o fato.

Analisando historicamente a Proclamação da República Rio-Grandense, a imagem mais representada é a do general Antônio de Souza Neto a cavalo no campo dos Menezes em meio aos seus comandados. Essa imagem simbolizava os interesses de uma elite pecuarista e, por outro lado, não relacionava o povo, o qual estava excluído daquela representação. Isso contribuiu para a interpretação de que a Revolução Farroupilha foi um movimento de elite. No entanto, no ato de sua encenação em Piratini, a ideia era criar uma imagem homogênea de uma memória comum para a sociedade naquele contexto de 1985.

Dessa forma, quando se analisa as representações das comemorações farroupilhas, é preciso estar atento na mensagem que elas quiseram perpetuar. Tal representação no presente se fosse feita, supostamente, em um campo e com um grupo restrito de cavalarianos, poderia não ter o mesmo efeito de transmissão da memória do que a encenação representada no espaço público, que ocupou servindo de representação a um indistinto público. Ali, no centro da cidade de Piratini, a representação da “Proclamação da República-Rio-Grandense” se ajustava às outras manifestações da ritualização da memória. Nesse sentido, as representações, não sendo o real acontecido, puderam ser apresentadas de forma sintetizada, num enquadramento de memória que garantisse sua manutenção e sua comunicação com a sociedade de forma a servir de instrumento cívico-pedagógico, como era a intenção dessas representações.

Pelos aspectos aqui apresentados, é possível mostrar como a proposta de instalação da capital do estado do Rio Grande do Sul em Piratini pretendia transmitir uma ideia de unidade entre as expectativas que o governo do estado tinha quando oficializou o ano de 1985 como o ano das comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Também é preciso notar os propósitos do MTG e os interesses políticos por trás das comemorações.

---

<sup>224</sup> Segundo Hobsbawm (1997, p. 21), “O elemento de invenção é particularmente nítido nesse caso, já que a história que se tornou parte do cabedal de conhecimento ou ideologia da nação, Estado ou movimento não corresponde ao que foi realmente conservado na memória popular, mas àquilo que foi realmente selecionado, escrito, descrito, popularizado e institucionalizado por quem estava encarregado de fazê-lo”.

Pode-se concluir, assim, que um dependia do outro para o sucesso de seus projetos. É possível supor que o MTG, coordenando a Subcomissão de Tradição e Folclore, encontrou um lugar nas comemorações oficiais para expor suas práticas e representações apoiando o governo do estado. Talvez, o referido projeto por ocupar o espaço público possa ter dado um retorno para o estado, não ficando restrito ao meio do MTG, como será o caso analisado a seguir sobre a realização do “XXX Congresso Tradicionalista”, que mesmo sendo um evento do MTG foi inserido como projeto da Subcomissão de Tradição e Folclore, estando ligado diretamente aos interesses do MTG.

#### **4.2.3 O “XXX Congresso Tradicionalista”: as ideias em perspectivas e os propósitos da reinterpretação da memória farroupilha**

O Congresso Tradicionalista era o principal evento do MTG. Independentemente das comemorações oficiais do governo do estado e do MTG estar à frente da Subcomissão de Tradição e Folclore, ele aconteceria em janeiro de 1985. No entanto, a inserção do MTG na Subcomissão de Tradição e Folclore fez com que seu congresso se tornasse parte do projeto de abertura das comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha.<sup>225</sup> Assim, pretendo analisar de que forma esse projeto poderia ter trazido alguma contribuição para o evento de Piratini relacionado às comemorações farroupilhas, com investimentos do setor público, do qual para sua realização o MTG buscou apoio financeiro do governo do estado, uma vez que o projeto foi inserido na Subcomissão de Tradição e Folclore.

Ao contrário do projeto de “Reconstituição da instalação da República Rio-Grandense”, que foi um evento aberto ao público e que contou com a participação da comunidade de Piratini<sup>226</sup>, o “XXX Congresso Tradicionalista” foi um evento em lugar fechado e direcionado a assuntos que, num primeiro momento, eram mais restritos à administração do MTG. Nesse sentido, como justificar a inclusão oficial desse congresso na Subcomissão de Tradição e Folclore e o uso de suas atividades no espaço comemorativo? O projeto “XXX Congresso

---

<sup>225</sup> No dia 20 de janeiro de 1985, foi aberta a primeira sessão plenária do “XXX Congresso Tradicionalista”: “[...] Luiz Carlos Barbosa Lessa recebeu a direção dos trabalhos do XXX Congresso Tradicionalista, do Presidente do MTG. Em seguida deu por abertos os trabalhos da Primeira Sessão Plenária. Após, foi saudada a presença no plenário, da Srtª Miriam Bernardes Fernandes, ex-primeira Prenda do Rio Grande do Sul. Na hora da comunicação, inicialmente usou a palavra o companheiro Bogo, da 9ª R. T. saudando os congressistas e congratulando-se com a Comissão organizadora do Congresso, almejando que esse encontro seja um elo de união e de fraternidade para todos os tradicionalistas” (AHRS, Relatório do XXX Congresso Tradicionalista. Caixa 25, 1985).

<sup>226</sup> Pressupõe-se que teria havido um retorno enquanto projeto cultural de entretenimento à comunidade local, uma vez que foi realizado em um espaço público, o que o caracteriza como um evento aberto à comunidade de Piratini.

Tradicionalista” trouxe uma contribuição substancial para as perspectivas da Subcomissão de Tradição e Folclore, ou, ao contrário, o MTG, se apropriando do aparato comemorativo do governo do estado, trabalhou em causa própria? Teria o congresso contribuído de fato para os propósitos do governo do estado nas comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha ou ficou restrito aos tradicionalistas e seus objetivos que diziam respeito somente à instituição tradicionalista e seus afiliados?

Para responder essas questões, preciso explicar o que foi o “XXX Congresso Tradicionalista”, quem eram seus participantes e que objetivos buscavam com a realização desse projeto no contexto das comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha.

É importante ressaltar que o congresso foi planejado de forma que coincidissem com o projeto de “Instalação da República Rio-Grandense em Piratini”, ambos acabaram por fazer parte da abertura dos projetos da Comissão Executiva Estadual do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, que também instalou simbolicamente o governo do estado na cidade. Dessa forma, o “XXX Congresso Tradicionalista”, para o presidente do MTG, Onésimo Duarte, ficou sendo: “o grande evento que marcou o início das programações no ano do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha” (AHRS, Relatório do XXX Congresso Tradicionalista. Caixa 25, 1985).

Uma vez que os projetos da Subcomissão de Tradição e Folclore foram organizados para serem realizados juntamente com o ato simbólico de “Instalação do governo do estado em Piratini”, foi possível constatar que o MTG se deslocou para a cidade de Piratini com o governo do estado. Ao mesmo tempo, o governo saiu em auxílio à Comissão Executiva, ajudando nas representações da instalação do governo do estado e emprestando seus representantes para formarem a Comissão de Honra do Congresso, que se associavam aos eventos propostos pelo MTG e por outras entidades, como mostra o Quadro 14, a seguir.

Quadro 14 – Comissão de Honra do XXX Congresso Tradicionalista

Nome	Cargo/instituição
<b>Patrão de honra do congresso</b>	
Dr. Jair de Oliveira Soares	Governador do estado do Rio Grande do Sul
<b>Vaqueanos de honra do congresso</b>	
Dr. Rennan Kurtz	Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
Dr. Francisco Salzano Vieira da Cunha	Secretário de Educação
Dr. Adylson Motta	Presidente da Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha
Sr. Erico Pegoraro	Deputado estadual
Dr. Onésimo Duarte	Presidente do MTG
Dr. Paulo Xavier	Presidente do IGTF
Sr. Carlos de Souza Carvalho	Prefeito municipal
Sr. Gilberto de Oliveira Perret	Vice-prefeito municipal

<b>Nome</b>	<b>Cargo/instituição</b>
Prof. Luiz Fernando Corral	Presidente da Câmara de Vereadores
Ten.-Cel. Liz S. Oliveira	Comandante do 4º BPM
Ten. Paulo Roberto Lima de Castro	Comandante do 3º Pelotão da BM
Sr. Worney Silveira	Delegado de polícia
Profa. Maria da Graça Moreira Sória	Diretora do Museu Histórico de Farroupilha
Sr. Amilton Pedroso D'Ávila	Presidente do Sindicato Rural de Piratini
Sr. Parobé Nunes Morales	Presidente da Sociedade Recreio Piratinense
Padre Ari Lazarotto	Pároco da Igreja Matriz
Carlos Hase	Pastor da Comunidade Luterana

Fonte: AHRS (Relatório do XXX Congresso Tradicionalista. Caixa 25, 1985).

A lista acima mostra como foi organizado, pelo MTG, uma rede de relações. Ao transformar o congresso tradicionalista – que era um evento do MTG – em um projeto da Subcomissão de Tradição e Folclore, o MTG reuniu as principais autoridades e instituições estaduais e municipais no seu evento. Dessa forma, pode-se refletir como essa instituição tinha – e ainda tem – a autoridade de estar ligada a órgãos públicos e instituições privadas que compartilham de suas ideias, atuando como principal expoente da “cultura gaúcha” em eventos com interesses recíprocos, em discursos que dão sintonia aos interesses da instituição com demais entidades sociais que compartilham tais perspectivas sobre o tradicionalismo.

Em relação à planilha apresentada, pode ser questionável a participação efetiva de uma Comissão de Honra no evento, porque muitas vezes sua participação foi mais simbólica do que efetiva, porém aqui a questão simbólica teve um papel importante tanto quanto uma participação mais efetiva. É possível verificar que a grande maioria dos nomes da Comissão de Honra, por exemplo, quando analisados, tenha tido participações mais efetivas em outros eventos e junto ao MTG. Como já foi demonstrado, Jair Soares esteve envolvido na “Instalação do governo do estado em Piratini”; Francisco Salazano Vieira da Cunha cuidava dos assuntos da Subcomissão de Ensino; Adylsom Motta, além de deputado estadual, era presidente da Comissão Executiva Estadual do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. No mesmo sentido, foi possível observar a participação do Poder Executivo Municipal de Piratini, além de sindicatos e das forças policiais, que são instituições estaduais, mas com forte participação na comunidade local, assim como a participação dos católicos e luteranos por meio de suas lideranças locais.

Diante desse contexto, percebe-se que, ao incluir uma diversidade de sujeitos e instituições que estavam à frente de outras instituições sociais, o MTG conseguiu reunir nesse projeto, dentro do contexto da Subcomissão de Tradição e Folclore, representantes sociais que pelos cargos ocupados e funções desempenhadas serviriam de potenciais interlocutores das



suas ideias, das quais partilhavam, para o restante da sociedade.<sup>227</sup> Isso pode denotar que o projeto, mesmo dando grande destaque para assuntos internos da instituição, poderia trazer em si elementos que, por estarem ligados à divulgação do tradicionalismo, e este ligado à memória da Revolução Farroupilha, não se dissociavam dos elementos do imaginário sobre o tradicionalismo. Assim, é possível compreender que tais elementos não se dissociavam dos interesses do governo do estado devido à atuação do MTG na Subcomissão de Tradição e Folclore.

Nesse aspecto, é possível analisar que, de certa forma, havia uma elite tanto política como intelectual, apoiadora dos princípios do tradicionalismo vinculados ao MTG. Isso colaborava para o fortalecimento de uma rede de relações dessas elites na divulgação de projetos que eram desenvolvidos em benefício de ambos, pois se criava assim uma representação para a sociedade de uma ideia de unidade entre o MTG e o meio político que favorecia os interesses recíprocos do uso da memória farroupilha. Talvez a expressão dessa unidade naquele contexto das comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha fosse a própria criação da Subcomissão de Tradição e Folclore, que reuniu os membros do MTG e do IGTF a serviço do governo do estado.

Estando estabelecida a Comissão de Honra, o próximo passo consistiu na organização da sessão preparatória para a abertura dos trabalhos no congresso, que estava previsto para durar quatro dias, iniciando em 10 de janeiro até 13 de janeiro de 1985. Analisando essa permanência do MTG na cidade, considerando esse evento como trabalho de memória, para uma cidade do interior, com sua historicidade sobre a Revolução Farroupilha, é possível calcular o quanto esse trabalho de rememoração com a presença do governo do estado e do MTG na cidade pretendia ter um efeito significativo para a memória afetiva naquela sociedade. Mesmo porque o projeto teve apoio da prefeitura, contando com a participação das autoridades locais, que não perderiam a oportunidade de se inserirem no evento perante sua comunidade, tirando proveito da situação de efervescência daquela memória comemorada, que estava relacionada diretamente com o passado de Piratini.<sup>228</sup>

---

<sup>227</sup> De acordo com Mónica Lacarrieu (2012, p. 98): “Así, los centennarios-bicentenários son, ante, formas de conmemoración a través de las cuales se espera desenvolver y poner en acto en el presente ‘ejercicios de la memoria’, diríamos que de memoria pública, a partir de los cuales lograr el reconocimiento y la legitimación de un pasado y su representación, pensando en el presente, con intencionalidad fundacional hacia el futuro”.

<sup>228</sup> Sobre a ideia dos “ritos de recordação”, Catroga (2001, p. 50) nos dá um exemplo passível de comparação com a situação ora em análise: “Embora só os indivíduos possam recordar, os ritos de recordação, e particularmente os comemorativos, têm efeitos holísticos, pois desempenham funções instituintes de sociabilidades (Pierre Bourdieu) que não se esgotam no problema da fidelidade. É que a memória reavivada pelo rito também tem um papel pragmático e normativo. Em nome de uma história, ou de um patrimônio comum (espiritual e/ ou material), ela visa inserir indivíduos em cadeias de filiação indenitárias, distinguindo-os e diferenciando-os em relação a outros, e impor a lealdades endógenas”.

Pelo que se pode supor, o MTG procurou aproximar a comunidade do seu evento pelos meios que tinha à sua disposição, mesmo quando incluía suas autoridades no evento. As promoções do “XXX Congresso Tradicionalista” ficavam mais na representação para a sociedade do que um projeto efetivo de participação social, como ocorrera, por exemplo, com o projeto de “Reconstituição da República Rio-Grandense”. No entanto, isso não quer dizer que fosse um evento sem interesse das autoridades políticas locais, e sim que elas o acolheram numa forma política de inserir a cidade no evento. Por esses aspectos, é possível perceber o quanto foi importante e até conveniente, por parte do MTG, o ato de nomear um cidadão de Piratini com grande representação dentro da instituição para ser o presidente do congresso e um dos “pais” fundadores do tradicionalismo, Luiz Carlos Barbosa Lessa.

Aos dez dias do mês de janeiro de mil novecentos e oitenta e cinco, às 14:50hs, o companheiro Luiz Carlos Barbosa Lessa recebeu a direção dos trabalhos do XXX Congresso Tradicionalista, do Presidente do MTG. [...] Em sequência, o companheiro Oneide Bertussi [...] citou a tese apresentada por Barbosa Lessa, sobre o sentido do Tradicionalismo. Usando a palavra a seguir, o companheiro Belaguarda de Menezes disse ter se sentido surpreendido por um fato que observara e que lhe tocara fundo: a homenagem prestada pela terra de um filho ilustre, Barbosa Lessa, com as inscrições em uma grande placa, com os dizeres “Barbosa Lessa, Piratini se orgulha de seu filho” (AHRs, Relatório do XXX Congresso Tradicionalista. Caixa 25, 1985).

Assim, é importante refletir sobre o ato de trazer um tradicionalista nascido em Piratini para presidir o “XXX Congresso Tradicionalista”. Para além de uma homenagem ao tradicionalista Barbosa Lessa, colaborava para a construção das relações entre os significados do tradicionalismo do qual ele era também o criador. Desse jeito, pode-se dizer que o congresso, por meio da representação de Barbosa Lessa, criava a possibilidade de aproximação entre os propósitos do tradicionalismo e a memória afetiva que a governança da cidade criava sob a imagem afetiva de um indivíduo com sua comunidade natal.<sup>229</sup> Isso porque Barbosa Lessa, enquanto um dos mentores do MTG, buscou estruturar o movimento nos elementos culturais vinculados a um passado, que dizia na cidade grande não mais existir.

É passível de compreender que sua ligação com esse passado se remetia a sua infância e juventude em Piratini como ponto de partida para suas teorias sobre a “cultura gaúcha”.<sup>230</sup>

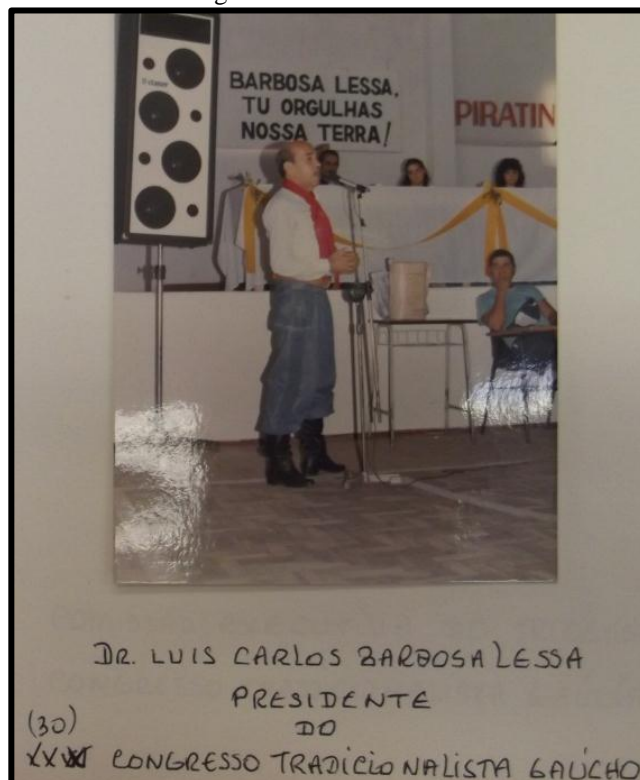
<sup>229</sup> O “XXX Congresso Tradicionalista”, mesmo com trabalhos mais restritos ao MTG, criava representações que o ligavam, mesmo que por seus representantes, à comunidade de Piratini.

<sup>230</sup> De acordo com Maria Eunice Maciel (2004, p. 252-253), “Barbosa Lessa, descrevendo o início do tradicionalismo em sua nova e mais importante fase, traça um quadro no qual um grupo de jovens [...], em 1948, na capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, cria o primeiro Centro de Tradições Gaúchas, estopim do que viria a ser o Movimento Tradicionalista Gaúcho [...]. Em sua maioria, esses jovens eram provenientes de cidades do interior, tendo vindo morar em Porto Alegre em função de estudo. Poder-se-ia chamá-los de ‘jovens provincianos’, não provenientes do campo, mas da pequena cidade. [...] O que aqueles jovens procuravam era, assim, recriar em Porto Alegre o ambiente do galpão tal como o tinham na memória [...]”.

No mesmo sentido, foi um tipo de manobra que agradou governantes locais, mas, mesmo assim, não traz indícios mais contundentes sobre a participação da comunidade em si no congresso. Barbosa Lessa, além de ser nomeado para presidir o “XXX Congresso Tradicionalista”, recebeu das mãos do prefeito de Piratini, Osvaldo Carvalho, o título de Vaqueano do Tradicionalismo Gaúcho. Isso aconteceu em um evento mais restrito ao tradicionalismo, que reunia no máximo suas autoridades locais e os tradicionalistas: “Barbosa Lessa discorreu sobre sua vida no tradicionalismo, agradecendo, sensibilizado, a outorga de que foi alvo” (AHRs, Ata da sessão de outorga de títulos de “Vaqueanos do Tradicionalismo Gaúcho”. Caixa 25, 1985).

Nesse sentido, é interessante refletir sobre a relação que o MTG estabelecia com as localidades, como Piratini, por exemplo. E se tratando das comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, é possível mensurar a importância da participação do MTG nas comemorações oficiais como aliado do governo do estado. Assim, se compreende como este, entendendo o MTG como detentor dos elementos do tradicionalismo, permitiu que, por meio da Subcomissão de Tradição e Folclore, divulgasse seus eventos e, com o auxílio de suas afiliadas, suas perspectivas sobre o tradicionalismo e a memória da Revolução Farroupilha pelo estado no contexto de 1985.

Figura 7 – Barbosa Lessa abrindo o XXX Congresso Tradicionalista



Fonte: AHRs (Relatório do XXX Congresso Tradicionalista. Caixa 25, 1985).

A Figura 7 mostra o tradicionalista Luís Carlos Barbosa Lessa discursando, na abertura do “XXX Congresso Tradicionalista Gaúcho”, no local onde se realizou o evento, no Ginásio Municipal de Esportes de Piratini, confirmando que esse evento foi realizado em um lugar fechado, portanto mais restrito para a comunidade tradicionalista. Isso não significa dizer que era um evento fechado para a comunidade.<sup>231</sup> O congresso mobilizou e contou com a presença dos representantes das 27 regiões tradicionalistas filiadas ao MTG (AHRS, Relatório do XXX Congresso Tradicionalista. Caixa 25, 1985).

Ao analisar a narrativa acima, é possível refletir sobre como o MTG criava os caminhos para debater suas ideias de forma que o evento tratasse de assuntos de seu interesse nas regiões tradicionalistas. Embora o congresso fosse um projeto de interesse interno do MTG, a maneira como o prefeito de Piratini, Osvaldo Carvalho, buscava uma visibilidade na comunidade servia como um laço entre a memória afetiva e a memória planejada pelo MTG. Era memória que a governança da cidade se identificava por meio da participação de seu representante. Assim, quando a comunidade se inseria nos rituais do MTG, acabava por aceitar aquilo tudo como verdade absoluta sobre a memória farroupilha no passado de Piratini, mostrando que a participação da comunidade local para esse evento poderia ficar mais restrita às autoridades locais. Diante desses aspectos, se percebe as costuras que iam sendo feitas no tecido social quando Barbosa Lessa acena positivamente – não seria diferente – para as homenagens que lhe prestavam tais autoridades.

A seguir usou a palavra o Sr. Luiz Carlos Barbosa Lessa, presidente do Congresso, que diz da sua grande emoção de após tantos anos decorridos, voltar a sua terra natal, presidir o Congresso Tradicionalista do Sesquicentenário e ao receber tanta homenagem, seu coração quase não cabe dentro do peito. Barbosa Lessa reporta-se a sua infância nos campos de Piratini. Tece comentários sobre os perigos da Cultura alienígena que aflige nossa geração (AHRS, Relatório do XXX Congresso Tradicionalista. Caixa 25, 1985).

O que chama a atenção é a maneira como atuou o MTG, de forma a buscar constantemente dentro daquelas comemorações o aprofundamento de suas ideias, pretendendo inserir sua ideologia de cultura dentro das comemorações. Isso implica na imagem de supremacia das ideias do tradicionalismo, que constrói suas representações justificadas num suposto passado comum. Mesmo um projeto sem grande retorno para a comunidade local,

---

<sup>231</sup> É preciso levar em consideração que, muito provavelmente, o MTG não tinha interesse em fazer um evento, mesmo que direcionado para os tradicionalistas, fechado à comunidade, porque o que faz parte de seus princípios é procurar chamar as comunidades para dentro de seus CTG, conforme sua “Carta de princípios”. Sobre esse aspecto, ver: Barcelos (1970).

criava seu próprio potencial de mexer com o imaginário de seus governantes, que tentavam também, por seu lado, inserir o evento na comunidade, mas muito mais por intenções políticas do que efetivas no caso do “XXX Congresso Tradicionalista”.<sup>232</sup>

O ponto da narrativa acima citada, que dá sentido para o desenvolvimento do capítulo em entender os interesses do MTG, aparece na expressão utilizada por Barbosa Lessa, “cultura alienígena”, para se reportar a tudo aquilo que o MTG entendia como elementos contrários e tóxicos ao tradicionalismo. A expressão “cultura alienígena”, de certa forma, quando não aparece nas teses apresentada no “XXX Congresso Tradicionalista”, está subjacente às problemáticas apresentadas pelos proponentes do congresso. Isso demonstra que as reivindicações e os debates abertos giravam em torno da manutenção do tradicionalismo, mas impregnando suas ideias sempre vinculadas ao tecido social, num embate contra a cultura exterior ou aquilo que era externo ao modo como o tradicionalismo compreende a cultura sul-rio-grandense.<sup>233</sup>

Pensando agora na dinâmica empregada no desenvolvimento do projeto do “XXX Congresso Tradicionalista”, sobre o que tratavam nesse encontro que possa mostrar que o MTG teria usado do espaço público para benefício da própria instituição, foi possível analisar os trabalhos desenvolvidos pelo MTG à frente da Subcomissão de Tradição e Folclore. O congresso tratou dos assuntos internos da instituição em relação a suas afiliadas, recebendo as teses dos congressistas. Além disso, foi naquele ambiente que se realizaram eleições internas para o Conselho Diretor do MTG. Isso denota que o evento tinha, por um lado, os interesses e problemas ligados diretamente à instituição tradicionalista, por outro, quando apresentarem as teses do congresso, nota-se que os assuntos tratavam de interesses comuns entre MTG, governo do estado e comunidade sul-rio-grandense sobre a memória farroupilha.

Assim sendo, primeiramente, aponto o “XXX Congresso Tradicionalista” como um evento interno dentro do espaço público constituído pela Subcomissão de Tradição e Folclore, em que, analisando as atas e as imagens, procuro mostrar o contexto das eleições que ocorreram para o Conselho do MTG, envolvendo a instituição e os CTG representados nas 27

---

<sup>232</sup> Nesse sentido: “La estructura ritual, en estos casos, es necesariamente complementaria a la idea conmemorativa que les subyace. Es en este punto en que el centenario como conmemoración-ritual es un acontecimiento pleno de eficacia material, pero sobre todo simbólica. Los centenarios, como hemos visto, han sido eficaces para conformar y fortalecer los estados-nación, adherir a la sociedad a una identidad nacional, establecer e implementar una idea de proyecto” (LACARRIEU, 2012, p. 98).

<sup>233</sup> Maria Eunice Maciel (2004, p. 252), citando Barbosa Lessa, lembra que estava nos princípios do tradicionalismo ser uma reação à cultura estrangeira: “[...] a capital os impactava, atingia-os de certa forma, especialmente no que se refere à modernidade e aos produtos estrangeiros ali encontrados [...], o impacto da influência norte-americana na Porto Alegre do pós-guerra. Embora a cidade continuasse, em muitos aspectos, sendo uma capital “provinciana”, na percepção do autor, vindo do interior do estado, ela representava um rompimento com a vida que conhecia, com que lhe fornecia referenciais, o que lhe dava segurança”.

regiões tradicionalistas. Na Ata n. 2 da primeira sessão preparatória do “XXX Congresso Tradicionalista”, confirmando a presença das 27 regiões tradicionalistas, pode-se constatar que essas estavam se deslocando para a cidade de Piratini, visando participarem de um evento que associava interesses particulares, direcionados para as comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha na cidade de Piratini, aos interesses públicos. Assim, havia motivos ligados aos interesses da cúpula do tradicionalismo gaúcho que foram colocados a serviço dos projetos das comemorações oficiais.

Ainda, é necessário refletir que as regiões tradicionalistas representavam um número de 689 entidades tradicionalistas. Isso em parte pode contribuir para a compreensão de que o evento estava mesmo restrito aos interesses de um determinado grupo e às classes que o estavam promovendo, com o auxílio do governo do estado e do governo municipal de Piratini, o que não deixava de caracterizá-lo como um evento oficial ligado ao meio tradicionalista. Desse modo, era de muita significância para o governador “abrilhantar” o evento. No entanto, em termos de retorno, enquanto evento para a sociedade, pode ser questionável, visto que se apropriava do espaço e financiamento públicos para um evento direcionado aos tradicionalistas. Minha análise, assim, me levou a refletir como um evento de interesse tradicionalista, muito mais que em benefício da comunidade, foi moldado para fazer parte das comemorações, uma vez que percebi que a narrativa das atas, quando mencionava a acolhida do povo de Piratini, se referia no máximo à acolhida de suas autoridades políticas locais (AHRs, Ata n. 2. Primeira Sessão Plenária. XXX Congresso Tradicionalista Gaúcho – Piratini. Caixa 25, 1985). De acordo com a ata:

Orlando Degrazia manifestou sua gratidão ao Coordenador da 18ª R. T. pela indicação de seu nome para a função de relator-geral do Congresso. Dando continuidade, o companheiro Feltrin, em nome do CTG Porteira Aberta, de Livramento, congratulou-se com o povo de Piratini por tudo que estão fazendo pelos congressistas (AHRs, Ata n. 2. Primeira Sessão Plenária. XXX Congresso Tradicionalista Gaúcho – Piratini. Caixa 25, 1985).

Mesmo que a narrativa mencione o povo de Piratini, isso seria uma mera formalidade, pois em nenhum momento apareceu algum registro, tanto nos documentos quanto nas imagens, que pudesse registrar a presença ou o envolvimento de maneira contundente da comunidade nos eventos do “XXX Congresso Tradicionalista” que pudesse atestar que ele fosse direcionado para a comunidade local.<sup>234</sup> Mesmo isso se tratando de uma proposição, baseada na leitura dos documentos que tive acesso, é possível mensurar que se o evento tivesse tido

---

<sup>234</sup> Nas fotografias que irei apresentar mais adiante no capítulo, fica a impressão de que o evento não contou com um público considerável, ficando mais restrito ao público tradicionalista.

uma grande presença de público, haveria o interesse do MTG em fazer tais registros. No entanto, não houve por parte do MTG um registro da suposta acolhida que teria acontecido no ambiente do congresso pela comunidade de Piratini em geral.

A citação abaixo, sobre o primeiro dia do congresso, mostra que depois da Sessão Preparatória, o evento foi direcionado para a “Sessão Extraordinária da Convenção Tradicionalista”, ambas restritas aos interesses da instituição.

Aos dez dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e oitenta e cinco, as 17:00 horas, no Ginásio de Esportes Municipal de Piratini, reuniram-se os Conselheiros e Coordenadores do Movimento Tradicionalista Gaúcho em SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CONVENÇÃO TRADICIONALISTA, sob a presidência do seu Presidente Onésimo Carneiro Duarte, para tratar do fim específico de submeter a apreciação e votação do Anteprojeto de Alterações a serem introduzidas no Regulamento do MTG (AHRS, Ata da Sessão Extraordinária da Convenção Tradicionalista. XXX Congresso Tradicionalista Gaúcho – Piratini. Caixa 25, 1985).

Quando analisei as atas do “XXX Congresso Tradicionalista”, percebi que os assuntos específicos ao MTG tratavam das mudanças do seu estatuto, que seriam submetidas à apreciação dos “convencionais” para serem aprovadas. Entre elas estava a proposta referente às alterações nos concursos de Primeiras Prendas, que foram aprovadas pelos presentes, alterando o artigo 65 do estatuto do MTG. Além disso, foram modificados mais seis artigos do referido estatuto. Nesse sentido, para minha análise, mais do que discutir sobre as mudanças do estatuto do MTG, é exemplificar, com base nas narrativas das atas, a minha ideia de como os três dias de congresso foram direcionados a assuntos administrativos, o que desviava de assuntos que pudessem ser mais contextualizados com as comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Por outro lado, as atas atestam o grande movimento dos tradicionalistas e dos políticos locais, que fizeram do Ginásio Municipal de Piratini, com o consentimento da prefeitura, o seu congresso nos três dias que ali estiveram estabelecidos, o que pode pressupor que indiretamente a comunidade, representada pela sua municipalidade, acolhia o evento. No dia 12 de janeiro de 1985, o ginásio de esportes serviu para a sessão de outorga dos títulos de “Vaqueanos do tradicionalismo”.

Aos doze dias do mês de janeiro de mil novecentos e oitenta e cinco, tendo por local o Ginásio de Esportes, em Piratini-RS, às 21 horas e 55 minutos, o Sr. Presidente do Congresso, companheiro Nei Zardo, abriu a Sessão de Outorga de Títulos de “Vaqueanos do Tradicionalismo Gaúcho”, convidando a fazerem parte da mesa as seguintes autoridades: Onésimo Carneiro Duarte, Presidente do MTG; Sr. Osvaldo Carvalho, Prefeito de Piratini; Sr. Alar Tarouco, Presidente da Comissão do XXX Congresso Tradicionalista; Sr. Pedro Luiz, Coordenador da 21ª R.T.; Maria Helena Valente da Fonseca, 1ª Prenda da 21ª Região Tradicionalista; Sra. Maria Luiza Saraiva Soares e esposo; Sr. Paulo Xavier, Presidente do IGTF; Rose Marie Reis

Garcia, Diretora Técnica do IGTF; 1ª Prenda do RGS, Srta. Rosângela Moraes; e Srta. Margaret Jorge Pietrowski, 2ª Prenda do RGS. [...]. Em sequência, passou a palavra ao Dr. Vasco de Mello Leiria, que fez uma homenagem póstuma ao companheiro e grande tradicionalista extinto, Glaucus Saraiva da Fonseca. O Dr. Antonio Augusto Fagundes, a seguir, discorreu, em brilhante oração, sobre as obras dos companheiros João Carlos Paixão Côrtes e Luiz Carlos Barbosa Lessa, desde os primórdios da implantação do tradicionalismo no Rio Grande do Sul (AHRs. Ata de Sessão de Outorga de Títulos de Vaqueanos do Tradicionalismo Gaúcho. XXX Congresso Tradicionalista Gaúcho – Piratini. Caixa 25, 1985).

Nesse sentido, a narrativa aponta para os indícios de que o evento era direcionado para seus pares, que poderiam estar observando naquela oportunidade uma maneira de reinterpretar os elementos do tradicionalismo, homenageando, principalmente, as pessoas ligadas ao próprio tradicionalismo. Se anteriormente citei uma ata que apresentava os “vaqueanos de honra do congresso”, portanto algo bem mais específico para as comemorações, por outro lado, os organizadores do congresso criaram o título de “vaqueanos do tradicionalismo gaúcho”, título que estava direcionado às personalidades do próprio MTG. Assim, pode se dizer que o congresso conservou no contexto das comemorações a característica de atuar a serviço de seus pares, para uma releitura do tradicionalismo dentro do contexto das comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. E o que menos se discutia naquele momento em que se concediam os títulos aos “vaqueanos do tradicionalismo” eram temas sobre a Revolução Farroupilha, o que supostamente seria mais interessante no contexto das comemorações farroupilhas, para apoiarem os projetos comemorativos das elites políticas. Por outro lado, o MTG mostrava que não dissociava seus interesses dos das comemorações, buscando reafirmar sua legitimação sobre os assuntos da Revolução Farroupilha como parte, também, dos elementos constitutivos do tradicionalismo.<sup>235</sup>

Outro acontecimento que direcionava o evento para os interesses sobre a organização do MTG foi a realização das eleições para o Conselho Diretor da entidade tradicionalista. A instituição, utilizando o contexto das comemorações, aproveitou o momento para reeleger os indivíduos da mesma gestão, elementos assim descontextualizados do sentido comemorativo atribuído aos trabalhos da Subcomissão de Tradição e Folclore. É perceptível que o evento estava direcionado aos interesses da gestão vigente à frente do MTG naquela ocasião. Na leitura da ata, não foi possível identificar indícios de que tivesse havido outros interessados em concorrer nas eleições ou mesmo chapa de oposição à gestão vigente naquele momento, apontando somente para a reintrodução dos mesmos sujeitos nos cargos que já ocupavam, como mostra a citação abaixo, apontando o resultado da eleição para o Conselho Diretor.

<sup>235</sup> Isso pode ser sintomático para se entender como o meio tradicionalista cresceu numa amálgama dos supostos “bens culturais gaúchos”, ligados à memória da Revolução Farroupilha.



Diretoria  
Presidente – Onésimo Carneiro Duarte  
1º Vice-Presidente – Gerciliano Alves de Oliveira  
2º Vice-Presidente – Edson Otto  
Tesoureiro – Rudy Jorge Steinmetz (AHRs, XXX Congresso Tradicionalista Gaúcho – Piratini. Caixa 25, 1985).

É possível refletir que os tradicionalistas à frente do MTG compreendiam que o contexto comemorativo poderia ser favorável para a manutenção dos seus representantes, ou daqueles que eles entendiam ser convenientes para aquele grupo que dirigia a instituição naquele momento, colocando-os em evidência no principal evento promovido pelo governo do estado. Isso denota uma possível demonstração de força daquela gestão perante os representantes das regiões tradicionalistas. Por exemplo, aquela chapa que compunha a presidência do MTG, em 1985, já estava à frente da organização do “XXX Congresso Tradicionalista Gaúcho”, e esse estava inserido como projeto da Subcomissão de Tradição e Folclore (AHRs, XXX Congresso Tradicionalista Gaúcho – Piratini. Caixa 25, 1985). Claro que tal fator poderia não ser proposital para a manutenção da presidência vigente, mas é possível sugerir que o fato de a diretoria do MTG estar ocupando uma posição de destaque dentro das comemorações oficiais do governo do estado poderia acabar por favorecer sua posição dentro da instituição. Isso porque, para além do ufanismo e do tradicionalismo, essas instituições precisam ser percebidas como agentes políticos naquele contexto comemorativo e com interesses próprios em estar presente naquele evento. Desse modo, é possível avaliar que o contexto acabava por favorecer os interesses da presidência do MTG, que supostamente mostrava sua força dentro da instituição quando associava seus projetos às propostas do governo do estado, o que poderia representar para os demais membros de suas afiliadas o sentido de legitimidade daquela diretoria junto aos órgãos políticos. Talvez isso explique o interesse do MTG em registrar os acontecimentos do “XXX Congresso Tradicionalista” e entregar um relatório ao governo do estado como forma de registrar sua participação e marcar seu lugar naquelas comemorações. Uma vez entregando um relatório, confirmava a atuação dos sujeitos que estavam à frente do MTG nas comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha.

Na Figura 8, a seguir, aparecem ao centro o presidente do MTG, Onésimo Duarte. A imagem quando comparada à narrativa das atas que mostram os eventos propostos, além de contribuir para a recuperação das imagens do evento, também serve para a reflexão sobre o quanto o evento foi voltado para a manutenção dos poderes políticos dentro da instituição.

Afinal, as imagens pressupõem que o evento teve a presença dos tradicionalistas e uma eleição interna do MTG, não mostrando a presença da comunidade de forma atuante como foi no projeto da “Reconstituição da República de Piratini”.

Figura 8 – Presidência do MTG no XXX Congresso Tradicionalista



Fonte: AHRs (Relatório do XXX Congresso Tradicionalista. Caixa 25, 1985).

A Figura 9, a seguir, mostra o momento de confraternização com a reunião dos membros do Conselho Diretor eleito naquela ocasião. Isso pode contribuir para a leitura de que o evento, apesar de ser projeto proposto para a Subcomissão de Tradição e Folclore, era específico do MTG, o configurando como um episódio que associou interesses da instituição aos interesses públicos, deslocando seus eventos para Piratini. Também nesse sentido, o evento das eleições para o Conselho Diretor poderia se configurar como um evento mais burocrático e institucional, sem uma leitura referente aos elementos da memória farroupilha para a comunidade, mas de afirmação do MTG, se fazendo representar para aquela comunidade.

Nesse sentido, é possível avaliar que o “XXX Congresso Tradicionalista” não contribuiu somente de forma social para a difusão dos elementos de memória diretamente ligados à história da Revolução Farroupilha, mas também difundiu seus trabalhos, que, de certa forma, conversavam com os propósitos do governo do estado. Este foi o financiador, contribuindo com os gastos levantados pelas subcomissões, conforme mostram as atas da Subcomissão de Tradição e Folclore.

Figura 9 – Escolha do Conselho Fiscal do MTG em Piratini



Fonte: AHRS (Relatório do XXX Congresso Tradicionalista. Caixa 25, 1985).

A Figura 10, a seguir, quando comparada com a figura anterior, que mostra por outro ângulo a formação dos tradicionalistas que compunham o Conselho Diretor eleito do MTG, dá uma ideia parcial do Ginásio Municipal de Piratini. As fotografias, ao focarem os membros do MTG, sugerem que o evento estava direcionado para as cerimônias daquele grupo específico, mas não dão conta da compreensão do interior do ginásio como um todo. Ao fundo mostram uma vista parcial das arquibancadas do ginásio, sugerindo um evento com pouco público. Isso contribui com a ideia que venho apontando de mostrar que o “XXX Congresso Tradicionalista” foi um evento mais restrito. Apesar disso, não deixou de ligar os interesses do MTG aos propósitos comemorativos do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, que era

levar à comunidade sul-rio-grandense eventos patrocinados pelo governo do estado que mostrassem um tradicionalismo ligado às memórias da Revolução Farroupilha, mesmo que o teor dos assuntos internos do MTG não favorecesse a participação mais incisiva de um público diversificado no projeto do congresso, como aconteceu com a “instalação da República Rio-Grandense.

Figura 10 – Escolha do Conselho Fiscal do MTG em Piratini



Fonte: AHRS (Relatório do XXX Congresso Tradicionalista. Caixa 25, 1985).

No mesmo sentido, as imagens da sessão de encerramento estavam direcionadas para os ritos e as personagens envolvidas com o “XXX Congresso Tradicionalista”. Em nenhum momento mostravam a presença de um público, o que me levou a sugerir que, caso houvesse um, seria de interesse do MTG fazer tal registro, como forma de mostrar o alcance do seu evento na comunidade, se esse fosse o propósito naquele momento, o que parece não ter sido. Por outro lado, os registros mostraram somente a participação dos membros do próprio MTG com cerimônias que diziam respeito aos propósitos do MTG e aos tradicionalistas.

Figura 11 – Escolha do Conselho Fiscal do MTG em Piratini



Fonte: AHRS (Relatório do XXX Congresso Tradicionalista. Caixa 25, 1985).

Levando em conta que o evento num primeiro momento cuidou das atividades internas do MTG, a Figura 11, acima, pode simular uma representação do MTG, que tinha a ideia de servir como instituição que colocava seus elementos da “cultura gaúcha” a serviço do governo do estado, por isso este poderia criar expectativas com a realização do “XXX Congresso Tradicionalista”. O evento, mesmo sendo um congresso da instituição tradicionalista, não se fechou ao seu entorno. Pode-se compreender que era dos elementos do tradicionalismo que o governo do estado pensava em fazer uso quando chamou o MTG para o evento, lhe concedendo a coordenação da Subcomissão de Tradição e Folclore.<sup>236</sup> Isso quer dizer que o MTG teve uma considerável influência, de modo geral, na sociedade sul-rio-grandense naquele contexto, imprimindo suas práticas no evento. Como sugere a Figura 11, seus rituais incluíam a utilização das bandeiras do Rio Grande do Sul e do Brasil – elemento cívico comum à sociedade de modo geral.

A ideia em questão é verificar se o “XXX Congresso Tradicionalista” foi um eficiente elemento para os propósitos comemorativos do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha no

<sup>236</sup> No primeiro capítulo, mostrei como o MTG assumiu a Subcomissão de Tradição e Folclore junto com o IGTF. Embora este fosse uma instituição ligada ao governo do estado, coube ao MTG tomar a frente nos eventos da subcomissão.

sentido de reunir em seu entorno temas de interesse público, que não somente aqueles que já estavam ligados ao tradicionalismo; ou se isso não acrescentaria muito em termos de fazer uso da memória da Revolução Farroupilha como elemento integrador da sociedade sul-rio-grandense, como estava nos planos do governo do estado quando instituiu o ano de 1985 como oficialmente sendo o ano do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha.

Para além do que já foi analisado sobre o “XXX Congresso Tradicionalista” quanto às atividades burocráticas desenvolvidas no seu âmbito, importa saber sobre as teses apresentadas no congresso e se elas tiveram propósitos que versassem sobre temas de interesse geral da sociedade sul-rio-grandense em relação à memória da Revolução Farroupilha. Do mesmo modo, interessa entender se estavam associadas aos interesses internos da instituição e seus proponentes enquanto tradicionalistas filiados ao MTG. Por essa razão, é importante abordar não a totalidade das teses apresentadas em seu conteúdo – já que o trabalho não daria conta –, mas, sim, discutir se seus temas tiveram uma repercussão de interesse público que pudessem estar ligados à memória farroupilha de forma mais incisiva, supondo assim que o projeto atendeu aos interesses do governo do estado sobre as comemorações do sesquicentenário.

Assim, para este momento, quero trazer para a análise uma discussão em torno de alguns temas de teses apresentadas pelos congressistas. No entanto, entendo que para a pesquisa é pertinente eleger uma das teses para apresentar um estudo de caso, que pudesse exemplificar o sentido dado ao congresso para estar inserido nas comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, tratando de assuntos relativos à memória com interesse social de fato. Antes de partir para o proposto estudo de caso, relaciono duas teses propostas que sintetizam o sentido que foi dado ao “XXX Congresso Tradicionalista”. Ao analisar o conteúdo das teses apresentadas no congresso, fica claro que elas versavam sobre assuntos que diziam respeito aos interesses ligados à instituição e suas afiliadas, uma vez que os temas estavam voltados para a ideia de manutenção do tradicionalismo, e que fossem de interesse social.

A tese intitulada “Desincentivo aos rodeios clandestinos” (AHRS, XXX Congresso Tradicionalista Gaúcho – Piratini. Caixa 25, 1985), do qual foi relator o tradicionalista Eldo Ivo Klain, tratava sobre criar estratégias para combater os eventos clandestinos que remetiam às “tradições” gaúchas, mas que não estavam sob a supervisão do MTG.<sup>237</sup> Isso exemplifica a

---

<sup>237</sup> O tema dessa tese sugere que muitos elementos que eram encampados pelo MTG, no caso dos rodeios, aconteciam fora do domínio da instituição tradicionalista. Isso mostra que parte da sociedade se utilizava de certas práticas, independentemente de estar filiada à instituição, o que poderia implicar o não reconhecimento da instituição como detentora de tais elementos ditos tradicionais. Por outro lado, a tese mostra uma certa preocupação com o assunto, visto que este foi trazido ao congresso.



forma como o MTG tinha certa preocupação em fazer com que não se incentivasse os rodeios que estivessem fora da sua tutela. Fato que poderia implicar na disseminação dos elementos culturais, até então definidos pelo MTG, para outras instituições não filiadas, fazendo com que, ao mesmo tempo em que rivalizassem sobre os elementos do “tradicionalismo” com o MTG, “democratizassem” os elementos do tradicionalismo gaúcho, podendo enfraquecer um poder por tanto tempo estabelecido pelo MTG sobre o que era entendido como tradicionalismo gaúcho. Para o MTG, os elementos do tradicionalismo teriam que estar sob o controle da instituição.

Indo ao encontro da ideia de preservação da “cultura gaúcha” sob as normas do MTG, a tese da diretora técnica do IGTF, Rose Marie Reis Gracia, apresentou o projeto “Pró-Memória dos CTGs”, que tinha como justificativa levar às comunidades do entorno dos CTG o conhecimento do trabalho desempenhado pelas instituições tradicionalistas na preservação da “cultura gaúcha”. De acordo com a proponente do projeto:

[...] o desconhecimento da atuação dos CTGs por parte das comunidades pode gerar pensamentos inadequados em relação a sua real finalidade. Justifica-se a presente proposição. Ela representa antes de mais nada um alerta para escrevermos nossa História antes que esta se torne longa demais e que os dados acumulados no tempo dificultem sua organização e análise (AHRs, XXX Congresso Tradicionalista Gaúcho – Piratini. Caixa 25, 1985).

Na primeira tese mostrada, havia a preocupação em evitar que outras instituições não afiliadas, supostamente, pudessem imprimir por conta própria suas formas de representar as “tradições gaúchas”. A segunda tese trouxe elementos que convergiam com a primeira. Enquanto a primeira trouxe o apontamento de um problema que poderia colocar em questão a hegemonia do MTG sobre os eventos tradicionalistas, a segunda parece propor estratégias dentro das comunidades onde os CTG se estabeleciam para conscientizar a comunidade e cooptar esta para dentro das instituições afiliadas. Por tais aspectos se percebe como o MTG, mesmo estando muito próximo dos governos locais e estadual, tendo representatividade junto a essas instituições, desenvolvia um trabalho no contexto do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha não somente para a preservação da memória farroupilha, mas como para sua própria manutenção e sobrevivência na hegemonia do “tradicionalismo gaúcho”, como entidade “criadora” e “responsável”, reconhecida pelas elites políticas.

As teses exemplificadas acima, em relação à análise que fiz das demais teses, podem ser consideradas como exemplo dos assuntos abordados no “XXX Congresso Tradicionalista” e podem atestar que o evento, em especial, sendo parte dos projetos da Subcomissão Estadual

de Tradição e Folclore, não tratava de assuntos especificamente voltados para a comemoração em si sobre a memória da Revolução Farroupilha. Assim, é possível afirmar que o evento contribuiu também para uma demonstração de poder do MTG como instituição legitimada pelas elites políticas dentro do projeto do “XXX Congresso Tradicionalista”.

Dessa forma, o MTG usava o espaço público que lhe foi concedido para levar até a comunidade local os elementos comemorativos relacionados à memória da Revolução Farroupilha no contexto do seu sesquicentenário, assim como para tratar dos assuntos institucionais de interesse privado do movimento tradicionalista. Nesse sentido, quero realizar no próximo subcapítulo um estudo de caso que mostra como os temas dos congressistas trouxeram assuntos diretamente relacionados à memória da Revolução Farroupilha e que eram de interesse da comunidade sul-rio-grandense. No caso, a tese que trouxe para o evento a discussão sobre de quem seria a propriedade dos restos mortais do general Bento Gonçalves da Silva.

#### **4.2.4 A memória e o morto no “XXX Congresso Tradicionalista”: o caso da tese apresentada sobre o monumento-túmulo e os restos mortais de Bento Gonçalves da Silva**

O projeto que quero analisar foi apresentado pelo CTG Mate Amargo, da cidade de Rio Grande, redigido por Walter Britto Neves, delegado<sup>238</sup> e capataz da instituição. O projeto, intitulado “Histórico sobre o monumento ao grande general farroupilha erigido na cidade de Rio Grande”, num primeiro momento parecia não passar de um recolhimento de dados narrativos que contavam sobre o processo de traslado dos restos mortais do general Bento Gonçalves da Silva para a cidade de Rio Grande. Sua narrativa dava detalhes do processo de construção do monumento ao general farroupilha na cidade referida. Ao analisar o conteúdo do projeto, constatei que poderia abrir uma reflexão sobre como a memória de Bento Gonçalves foi objeto de disputa no meio tradicionalista em 1985 e como esse discurso veio para dentro da Subcomissão de Tradição e Folclore.

O que quero chamar a atenção é que, embora o tema tratasse do assunto de um objeto então parte de um monumento, que já era um bem público da cidade de Rio Grande, estava sendo reivindicado pelos tradicionalistas da cidade de Triunfo – então terra natal do general Bento Gonçalves da Silva. Esse assunto, que foi abordado como de interesse não somente do

---

<sup>238</sup> O cargo de delegado de um CTG é conferido para um membro que passará a ter direito de voto nas Assembleias Gerais do MTG (AHRG, XXX Congresso Tradicionalista Gaúcho – Piratini. Caixa 25, 1985).



MTG, era uma questão política e de interesse público, trazida para dentro dos domínios do MTG e da Subcomissão Estadual de Tradição e Folclore. Isso levanta uma reflexão para o debate sobre até que ponto o movimento teria tais liberdades de arbitrar em assuntos de domínio público, como era o caso do monumento-túmulo de Bento Gonçalves na cidade de Rio Grande – cujos restos mortais do general fazem parte do monumento. Desse modo, a tese mostra como o MTG se apropriava de um assunto público, não abrindo mão de propor para a sociedade um discurso que o representasse como instituição capaz de interferir ou definir o assunto em questão, relativo a um lugar de memória sobre um dos principais personagens da Revolução Farroupilha.

Observando a narrativa a seguir, é possível analisar que o projeto apresentava elementos para uma defesa da permanência dos restos mortais de Bento Gonçalves na cidade de Rio Grande. Nesse sentido, o caso aqui fazia um movimento que revivia a memória de Bento Gonçalves no contexto comemorativo. As fontes mostraram que o problema girava em torno da disputa entre os tradicionalistas sobre a propriedade dos restos mortais de Bento Gonçalves, que já havia se tornado um bem público como parte principal de um monumento. Diante disso pergunto: seria prudente para o MTG mexer em um lugar de memória no contexto de celebração?

Muito se tem falado sobre a razão dos restos mortais do grande General Farroupilha, Bento Gonçalves da Silva, acharam-se repousando no monumento erguido na Praça Tamandaré, na cidade de Rio Grande, 1º núcleo da civilização portuguesa no Rio Grande do Sul, berço do gaúcho brasileiro, único porto de mar do Estado (AHRS, XXX Congresso Tradicionalista Gaúcho – Piratini. Caixa 25, 1985).

Dentro da ótica dos tradicionalistas, a cidade de Rio Grande ter ficado ao lado legalista à época da revolução era um elemento não levado em conta, porque a ideia construída era de uma memória comum entre os sul-rio-grandenses, sufocando a possibilidade de, no presente, se debater as rivalidades entre farroupilhas e monarquistas entre os sujeitos e as comunidades que reivindicam tal memória. Antes, o propósito era representar todos como “herdeiros” dos farroupilhas. É nesse sentido também que os tradicionalistas construíam seu discurso na ideia de reafirmar a memória do líder farroupilha. A memória de Bento Gonçalves, por outro lado, como mostrei no segundo capítulo, foi um objeto de reflexão quando analisei a publicação da dissertação de Moacyr Flores, que procurou problematizar os aspectos relativos à “heroicidade” de Bento Gonçalves na historiografia. Nesse sentido, o estudo de caso pode mostrar como os tradicionalistas estavam lidando com essa questão num momento em que,

dentro das comemorações oficiais, havia grupos buscando outras perspectivas relacionadas à memória de Bento Gonçalves, mais questionadoras sobre a construção do “mito do herói”.

No congresso, a tese de Walter Neves, baseada na documentação do ano de 1900, mostra que a memória da Revolução Farroupilha já havia sido significada para aquele contexto. E talvez fosse nesse sentido que, no meio tradicionalista, durante o congresso, os conceitos redefinidos para o contexto presente tentavam fazer de todo sul-rio-grandense um farroupilha. Outra questão que a análise do documento revela foi o fato de haver discordâncias quanto ao local que deveriam ser depositados os restos mortais do general Bento Gonçalves, que, conforme sugere o projeto, estavam sendo reivindicados pelos tradicionalistas da cidade de Triunfo, então terra natal do general (AHRs, XXX Congresso Tradicionalista Gaúcho – Piratini. Caixa 25, 1985).<sup>239</sup> Refiro-me aqui aos tradicionalistas porque é a quem primeiramente foi dirigido o texto do projeto:

Para dirimir dúvidas e elucidar os companheiros tradicionalistas, resolvemos, através de pesquisas e informações, fazer um histórico completo, para evitar que pessoas menos informadas e sem conhecimento de causa venham de futuro, como atualmente, após 138 anos da morte do ínclito General Farrapo, reivindicar seus preciosos despojos, como se seu último repouso, fosse alguma sepultura sem importância, onde se removendo alguns tijolos, se pudesse ter a mão os seus restos mortais. Solicito seja este trabalho inserido nos anais do 30º Congresso Tradicionalista para conhecimento geral (AHRs, XXX Congresso Tradicionalista Gaúcho – Piratini. Caixa 25, 1985).

A narrativa mostra, portanto, que havia no contexto do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, entre os tradicionalistas, uma suposta disputa pelos restos mortais de Bento Gonçalves.<sup>240</sup> Incluir o trabalho de pesquisa dentro dos anais do congresso poderia significar uma busca por apoio do MTG, canalizando a disputa para dentro do MTG e, conseqüentemente, naquelas circunstâncias, para dentro da Subcomissão de Tradição e Folclore. Desse modo, pensar a preservação da memória de Bento Gonçalves contextualizada no seu monumento-túmulo e a salvaguarda dessa no contexto das comemorações poderia ser algo de interesse tanto do governo do estado como do MTG. O fato de o MTG ter um canal aberto com o governo do estado e nos municípios ser reconhecido como “legítima instituição tradicionalista”, deixava aberta a possibilidade de ele intervir no assunto que lhe dizia respeito, sendo que o tema tratava propriamente de algo ligado à comemoração que poderia repercutir na sociedade sul-rio-grandense.

<sup>239</sup> De acordo com Dante de Laytano (1983, p. 92): “Bento Gonçalves da Silva Nasceu na chamada Freguesia do Senhor Bom Jesus do Triunfo (23-09-1788) e faleceu em Pedras Brancas, em casa de seu velho amigo José Gomes Vasconcelos Jardim [...]”

<sup>240</sup> Esse é um problema de pesquisa interessante para esse caso, que procuro ir analisando no desenvolvimento do texto.

Digo que o assunto sobre o monumento-túmulo do general Bento Gonçalves era, na verdade, de interesse público, e não só privado. Portanto, tal assunto tratado na tese em questão seria de interesse relevante para os trabalhos da Subcomissão de Tradição e Folclore. Era um assunto que denotava uma disputa entre entidades filiadas ao MTG, mas que, pelo teor da questão, era óbvio que não se chegaria a uma nova determinação sobre o assunto, a não ser a própria questão de mostrar a suposta autoridade do MTG de opinar sobre um assunto também público.

Outra questão que pode ser levada em conta é que o MTG, em matéria de memória e história do Rio Grande do Sul, tinha uma tendência muito conservadora e a predileção por apoiar seu trabalho em fontes “consideradas seguras”.<sup>241</sup> Dessa maneira, se pode dizer que foi dada voz ao proponente da tese, Walter Britto Neves. Essa tese buscou apoio nos documentos oficiais para legitimar a cidade de Rio Grande como detentora dos direitos de posse dos restos mortais do general Bento Gonçalves, justamente, pelo tema tratar da defesa de algo que já estava determinado e que, dificilmente, seria redefinido num ambiente de instituição privada. Neves, primeiramente, citou a Constituição de 1891, no seu artigo 8º:

Será elevado em praça pública do Estado, um monumento à memória de Bento Gonçalves e de seus gloriosos companheiros da cruzada de 1835, logo que os cofres públicos o permitam, se antes a iniciativa particular não houver satisfeito esse patriótico atributo. [...] Publique-se e cumpra-se em todo o território deste Estado. Sala de sessões da Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, 14 de julho de 1891 (AHRS, XXX Congresso Tradicionalista Gaúcho – Piratini. Caixa 25, 1985).

Analisando a narrativa trazida para o congresso, se pode identificar os elementos levantados para justificar como a cidade de Rio Grande trabalhou para adquirir o direito de ser depositária dos restos mortais do general Bento Gonçalves. O que Walter Britto Neves quis defender é que havia legitimidade na proposta que foi apresentada quando a cidade de Rio Grande se lançou na disputa pelos restos mortais de Bento Gonçalves. Mostrava também que a proposta foi aberta a todo o estado do Rio Grande do Sul, mas que a iniciativa havia partido da cidade de Rio Grande, que formou uma comissão denominada “Comissão glorificadora”, que seria promotora da construção do monumento e responsável pelo recebimento dos restos mortais do general Bento Gonçalves direto de seus familiares. Essa comissão, de acordo com o proponente da tese, foi formada por: Conrado Miler de Campos, intendente municipal, Arlindo

---

<sup>241</sup> Como aponte na análise das narrativas apresentadas pelo proponente do projeto analisado anteriormente.

Corrêa Leite e o historiador Alfredo Ferreira Rodrigues.<sup>242</sup> Para ilustrar sua tese, Walter Britto Netto cita a ata que narra a entrega dos restos mortais de Bento Gonçalves por seu filho Joaquim Gonçalves da Silva à “Comissão glorificadora”:

Ao desembarcar na escada do cais do Porto em frente à alfandega, Joaquim Gonçalves da Silva fez entrega dos despojos mortais à comissão promotora do monumento, como representante do povo de Rio Grande [...]. E para certificar em todo o tempo a identidade dos despojos, lavrou-se a presente ata, de que se fizeram sete exemplares, sendo remetido um ao Sr. Desembargador Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado, entregue uma a cada um dos membros da comissão, outro encerrado na urna, que foi depois fechada e lacrada com o sinete da intendência. [...] a última cópia entregue ao Venerando Capitão Joaquim Gonçalves da Silva e assinada pelo Sr. João dos Santos Conde, secretário do Município e demais pessoas presentes ao ato (AHRS, XXX Congresso Tradicionalista Gaúcho – Piratini. Caixa 25, 1985).

Walter Britto Neves se apoiou em documentos oficiais que davam para o MTG, possivelmente, o respaldo para aceitar sua tese, que supostamente não seria contrariada pelo MTG. Contrariá-la, na visão dos tradicionalistas, não considerando as provas apresentadas como a da narrativa acima, que sugere a doação por parte de Joaquim Gonçalves dos restos mortais do pai para uma comissão formada pela municipalidade de Rio Grande, contando com presença do historiador Alfredo Ferreira Rodrigues, estudioso da Revolução Farroupilha, poderia mexer com uma série de convicções em que se apoiavam os tradicionalistas.<sup>243</sup> Afinal de contas, a narrativa de Neves mexia com questões sensíveis entre memória e ressentimento que não encontrariam no MTG, no contexto de 1985, uma vontade de mudança, com, por exemplo, quando aponta o envolvimento da “Comissão glorificadora” – termo que por si só é carregado de ufanismo – com a família de Bento Gonçalves, num ritual que envolvia a família e os “restos” do morto. Representando um cerimonial para a construção de um lugar de

<sup>242</sup> A participação do historiador Ferreira Rodrigues na “Comissão glorificadora” é relevante pela ideia de “glorificação” do ato de apropriação dos despojos mortais de Bento Gonçalves. A narrativa de Francisco das Neves Alves (2004, p. 47) sobre a representação de Ferreira Rodrigues nesse contexto é interessante: “[...] nascido na cidade de Rio Grande, Alfredo Ferreira Rodrigues. Pesquisador, ensaísta, historiador, cronista, literato, jornalista, biógrafo, tradutor, folclorista, chargista, poeta e professor, Ferreira Rodrigues representou a contento o homem de cultura de seu tempo. [...] O norte da carreira do historiador, neste contexto, foi a Revolução Farroupilha, verdadeira paixão que despertava a admiração e quase idolatria de Rodrigues para com os homens e os feitos de 1835-1845”.

<sup>243</sup> Para Alves (2004, p. 58-59): “[...] a obra de Ferreira Rodrigues desempenhou um significativo papel na interpretação historiográfica acerca da Revolução Farroupilha, segundo ele, o mais belo ‘padrão de Glórias’ para o povo rio-grandense, que, em dez anos de lutas, acentuou vigorosamente se valor, o seu patriotismo e a sua abnegação. O escritor, ao longo de sua carreira, se propôs a preocupar-se muito com tudo que se relacionava com a República Rio-Grandense, reunindo para isto os documentos que pudesse conseguir, para, mais tarde, escrever a história daquela época, por ele considerada como memorável. Rodrigues pretendia fazer uma história que se constituísse na glorificação daqueles ‘heroicos campeões’ que souberam manter seus ideais à custa de sacrifícios de toda sorte, afirmando querer, de algum modo, tornar-se útil à sua terra, empreendendo escrever a história da revolução de 1835. Esta produção histórica e muitas das asserções de Alfredo Ferreira Rodrigues viriam a ter uma grande influência na edificação do movimento farroupilha como fenômeno crucial da formação histórica gaúcha”.

memória, na cidade de Rio Grande, o autor apela para uma glorificação da memória que não permitiria que as contestações sobre o monumento-túmulo de Bento Gonçalves pudesse ser questionado quanto a sua propriedade.

Em fins de 1850, o capitão Joaquim Gonçalves da Silva, filho mais velho do General, foi assistir a exumação dos ossos, tendo verificado cuidadosamente o local da sepultura e a autenticidade dos despojos [...], levou em seguida para a casa da família, na estância do Cristal, em São João de Camaquã até novembro de 1893 [...] ficando os despojos mortais de seu pai confiados a seu irmão, o coronel Bento Gonçalves da Silva Filho [...], até o dia de sua morte em 14 de novembro de 1897, e depois a cunhada Maria Thomazia de Azambuja, viúva daquele coronel. Em 1º de agosto de 1900, foram por esta entregue, por deliberação do único filho sobrevivente, o capitão Joaquim Gonçalves da Silva [...], o qual se encarregou de transportá-los com toda segurança para a cidade de Rio Grande, onde chegaram em 21 de agosto de 1900 (AHRG, XXX Congresso Tradicionalista Gaúcho – Piratini. Caixa 25, 1985).

A narrativa de Neves procurou mostrar a relação da família de Bento Gonçalves com a cidade de Rio Grande, pressupondo que foi da vontade da família que os restos mortais foram transladados para Rio Grande. Nesse sentido, é possível dizer que o autor pretendia, de certa forma, colocar em xeque a contestação de Triunfo como reivindicadora dos despojos de Bento Gonçalves que foram parar em Rio Grande por vontade da família. Assim, para o contexto de 1985, mexer com os restos mortais de Bento Gonçalves era mexer com um lugar de memória caro à ufania do MTG. Isso porque o monumento-túmulo é reconhecido oficialmente como lugar de memória, e a memória para os tradicionalistas é algo ligado às tradições, por isso deveria ser perene.<sup>244</sup> Nesse sentido se pode avaliar que, para além dos conteúdos reunidos e organizados por Walter Neves, é possível verificar que o autor, se utilizando das narrativas dos documentos da época, traz elementos para tentar comprovar a legitimidade da cidade de Rio Grande em detrimento às reivindicações da cidade de Triunfo, que reivindicava para si os restos mortais do general. Os documentos de Neves são utilizados por ele como elementos de prova incontestáveis em meio a uma disputa política entre os tradicionalistas.

---

<sup>244</sup> Os tradicionalistas, sob suas perspectivas, estavam presos a uma forma de compreender a memória e a história como culto de seus mortos e presos a seus ritos que, supostamente, não admitiam uma mudança num lugar de memória consumado com os restos mortais de seu “herói” máximo, visto que entendiam a história como um rito de recordação. E pensando na ótica dos tradicionalistas, é possível refletir sobre o que disse Fernando Catroga (2001, p. 55-56) sobre as preocupações dos vivos com seus mortos: “Daqui decorre a necessidade de se construir um passado para o presente, de modo que este se situe num percursos de horizontes de futuro. De facto, apesar da convocação discursiva e racional do ‘objeto ausente’, a historiografia congela e enclausura, à sua maneira, o ‘mau gênio da morte’ e provoca efeitos performativos, pois, marcar um passado, é dar lugar aos mortos; mas é, também, um modo sublimar de redistribuir o espaço dos possíveis e indicar um sentimento para a vida dos vivos”. Tal reflexão, comparada com a forma como os tradicionalistas estavam percebendo o passado, prendia a memória à tradição, de forma que a história que escreviam estava presa ao culto dos vultos farroupilhas, o que supostamente não admitiria uma ruptura com o lugar de memória que era o monumento-túmulo de Bento Gonçalves.

Nesse sentido fica evidente que, no caso específico do congresso, a memória, além de estar a serviço da comunidade sul-rio-grandense durante as comemorações, estava servindo para evidenciar uma disputa política. Disputa levantada por instituições privadas – MTG e suas afiliadas – em um assunto que sequer poderia ter uma mudança de quadro sem um envolvimento político das comunidades, visto que também era um assunto público, que necessitava de uma interferência maior dos poderes públicos. Dessa forma, o assunto vindo à tona queria mostrar um suposto poder de interferência do MTG que talvez não existisse. Era de sua competência apenas mediar o problema e acalmar os ânimos dos próprios tradicionalistas, que pretendiam disputar os restos mortais de Bento Gonçalves. O autor narra em seu texto a forma como os despojos mortais de Bento Gonçalves acabaram sendo doados para o município de Rio Grande:

Em 18 de setembro foram entregues ao Capitão Joaquim Gonçalves da Silva, que nesse dia chegou de Bagé, e que os reconheceu e guardou até o dia 20 de setembro de 1900, em que foram encerrados numa urna de mármore oferecida pela Intendência Municipal da cidade de Rio Grande, pelo próprio Capitão Joaquim Gonçalves da Silva, na presença de Caetano Gonçalves da Silva, neto do General, Nicácio Rodrigues Barbosa, Capitão Ignácio Azambuja João [sic], João King, que tirou uma fotografia do ato e, de João Francisco Bueno, patrão do iate “Villeta”, onde tinham sido pouco antes e de onde foi a urna transportada para o escaler em que foi recebê-la a “Comissão Glorificadora” promotora do monumento comemorativo ao general rio-grandense [...] (AHRs, XXX Congresso Tradicionalista Gaúcho – Piratini. Caixa 25, 1985).

Por tais aspectos, é possível dizer que no congresso tradicionalista a interpretação dos fatos e a narrativa construída pretendiam mostrar como a memória de Bento Gonçalves havia sido organizada e interpretada na cidade de Rio Grande, de forma que, mesmo que pudesse haver contestações por parte da cidade de Triunfo, a base da memória elaborada, possivelmente, não seria naquele contexto comemorativo de 1985 que seria rompida. O MTG e o governo do estado não estariam no contexto do sesquicentenário dispostos a romperem com essa narrativa. E como já disse, se o MTG tivesse poder para tal determinação, ele não desperdiçaria tantos elementos de memória que estavam sendo trazidos pelo proponente da tese e que serviam de reafirmação da suposta autoridade que o MTG pretendia mostrar que tinha sobre a memória farroupilha.<sup>245</sup> Há um ponto da narrativa de Neves em que ele afirma a doação dos restos mortais feitos publicamente pelos familiares de Bento Gonçalves:

---

<sup>245</sup> Até porque, naquele contexto do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, em meio a tantas subcomissões e tantas outras instituições se apropriando da memória da Revolução Farroupilha, embora o MTG tendo apoio do governo do estado, poderia ficar claro para a instituição que sua supremacia sobre a memória da Revolução Farroupilha não era a mesma em relação aos outros elementos do tradicionalismo criados e instituídos pelo MTG.

Ao desembarcar na escada do cais em frente à alfandega, Joaquim Gonçalves da Silva fez a entrega dos despojos mortais à comissão promotora do monumento, como representante do povo do Rio Grande (era presidente da Comissão do monumento) o Cel. Virgilino José da Porciúncula (AHRS, XXX Congresso Tradicionalista Gaúcho – Piratini. Caixa 25, 1985).

Neves destacou que a doação dos restos mortais de Bento Gonçalves foi um ato público, afirmando que foi uma doação para o povo de Rio Grande representado pela “Comissão glorificadora”. A narrativa construída pelo proponente da tese era composta de elementos que, em parte, poderia sustentar elementos relativos à memória elaborada pelo MTG. O que se leva a supor que não havia como o MTG arranhar suas relações com os tradicionalistas de Rio Grande e com sua municipalidade metendo-se em uma discussão pelo rompimento de um lugar de memória já estabelecido, ainda mais dentro de uma cidade que erigiu um lugar de memória para a farroupilha, apesar de à época da revolução opor-se a tal. Quanto aos tradicionalistas de Triunfo, o projeto apresentado na tese procurou respondê-los citando a suposta indiferença da sua administração com a construção do monumento-túmulo de Bento Gonçalves na época em que este foi projetado:

[...] Para custear as despesas do mesmo, contribuiu a Intendência da Cidade de Rio Grande, com a importância de três contos de réis e os restantes dois contos de réis foram conseguidos através de modestas contribuições de particulares e outros municípios, relacionados adiante nesse trabalho. Nota. Na nominata dos municípios não consta nenhuma contribuição de Triunfo, que foi elevada à categoria de Vila pelo Decreto de 25 de outubro de 1831, desmembrada do município de Porto Alegre e instalada em 23 de outubro de 1832 (AHRS, XXX Congresso Tradicionalista Gaúcho – Piratini. Caixa 25, 1985).

Os tradicionalistas de triunfo, trazendo a discussão à tona no contexto do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, fizeram com que os tradicionalistas de Rio Grande com o auxílio do MTG trouxessem para o público tradicionalista, em meio ao congresso, um assunto delicado que estava externando desentendimentos entre eles em um contexto que deveria ser de confraternização. Então, a ideia da tese foi mostrar que havia outros municípios envolvidos na construção do monumento e que, mesmo assim, as atas não mostravam a presença do município de Triunfo. O que o autor quis propor com isso era que se, à época não houve interesse do município em reivindicar os restos mortais de Bento Gonçalves, no seu sesquicentenário a ideia poderia ser incoerente. Isso porque mexeria com a memória do maior expoente da farroupilha, questionando o lugar de memória num contexto de efervescência de memória, que necessita dos seus lugares de memória preservados, sobretudo para essas ocasiões.

O proponente da tese lembrou que, mesmo na inauguração do monumento, quando mandaram a Rio Grande representantes de diversas cidades, “Verificou-se que Triunfo ainda desta vez não se fez presente” (AHRs, XXX Congresso Tradicionalista Gaúcho – Piratini. Caixa 25, 1985). O propósito de Walter Britto Neves era que seu trabalho de pesquisa pudesse legitimar a posse dos restos mortais de Bento Gonçalves como um ato legalmente reconhecido pelas autoridades da época, por isso, segundo o autor, seria incoerente sua contestação pela cidade de Triunfo. Por outro lado, pretendia ele de fato deslegitimar a reivindicação pelos despojos mortais de Bento Gonçalves pelos tradicionalistas de Triunfo:

Pensamos que com esse trabalho estamos elucidando o porquê da presença dos restos mortais do Grande General Farroupilha na cidade de Rio Grande, a única que naqueles memoráveis tempos, reconhecendo os grandes méritos daquele pugilo de heróis que engrandeceram e eternizaram o nome do Rio Grande do Sul, os imortalizou no bronze (AHRs, XXX Congresso Tradicionalista Gaúcho – Piratini. Caixa 25, 1985).

O monumento na cidade de Rio Grande pode ser classificado como “intencional”, pois foi pensado para ser um monumento-túmulo, portanto edificado para ser um lugar de memória. Objetivado para ser o lugar de descanso eterno do “herói” farroupilha, se pode refletir que não era algo que tivesse o apoio do MTG para ser removido, visto que para o tradicionalismo significava mexer na memória de seu principal expoente, podendo ser comparado a mexer em um lugar de culto que pertencia a todos os tradicionalistas. Não estava se falando de um monumento a um soldado desconhecido, e sim de um soldado reconhecido, “glorificado” e eternizado pelo MTG. Desse modo, como mostrei anteriormente, sobre a memória do líder farroupilha já havia problematizações por parte dos historiadores em aspectos que antes não eram contestados, o que levou à aceitação dessa tese por parte do MTG para ser debatida no “XXX Congresso Tradicionalista”. É possível refletir que justamente trazer para o debate um tema tão delicado no meio tradicionalista era buscar uma posição definitiva sobre o assunto, procurando conciliar o interesse de ambos os grupos tradicionalistas. No entanto, cabe lembrar que o contexto do sesquicentenário, onde ao congresso caberia “glorificar” a memória da revolução, ao contrário, externava a fragilidade da memória.

Assim, ao trazer um assunto sobre a construção de um lugar de memória em disputa poderia acabar colaborando para mostrar que a memória enquanto construção do presente poderia ser articulada, como queriam os tradicionalistas de Triunfo ao proporem a condução dos restos mortais de Rio Grande para Triunfo. Dessa forma, mexer com a memória de Bento Gonçalves e com seus restos mortais, em um período de mudanças e com a presença de outros



intelectuais dispostos a questionar fatos e “heróis” então consumados pelo tradicionalismo, poderia externar rupturas internas no MTG e suas afiliadas. Contrariando a ideia dos tradicionalistas de Triunfo, o redator da tese também quis legitimar a posse dos restos mortais como sendo parte do monumento, como um patrimônio dos sul-rio-grandenses, mas sob a tutela da cidade de Rio Grande.

Qualquer município poderia ter tido a iniciativa e o interesse que teve a cidade de Rio Grande em resgatar essa dívida de gratidão que o Rio Grande do Sul tinha para com um dos mais notáveis de seus filhos. Se não o tiveram foi por acomodação ou desinteresse, e não seria agora. Passados 138 anos da morte do Grande General, 84 da chegada de seus restos mortais nesta cidade, ou de 76 da inauguração do monumento, que alguém cheio de “patriotismo” ache-se com o direito de reivindicar os valiosos despojos do Grande Republicano e General Farroupilha, depositados em lugar condigno, num dos monumentos mais bonitos e expressivos do Brasil (AHRS, XXX Congresso Tradicionalista Gaúcho – Piratini. Caixa 25, 1985).

A narrativa supõe que a discussão do assunto não só foi uma proposta que circulava no meio tradicionalista como também incomodava os tradicionalistas de Rio Grande e o próprio MTG, como poderá ser percebido no decorrer do texto. Caso contrário, o assunto não teria tomado a proporção que tomou para ser debatido dentro do “XXX Congresso Tradicionalista”, que assim demonstrava também interesse no assunto. O posicionamento do MTG em relação à tese apresentada pode ser analisado no parecer da tese, que teve por relator Paulo Xavier.<sup>246</sup> A análise do parecer permitiu que se pudessem observar os pontos levantados pelo relator e que interessavam para levar à reflexão dos congressistas e do público do congresso, afirmando pela continuidade da preservação do monumento intacto. Pode-se inferir que essa foi uma forma de o MTG resolver a situação.

Walter Brito Neves oficialmente capataz do CTG Mate Amargo da cidade de Rio Grande coligiu preciosos dados sobre a história do monumento erigido na sua cidade para evocar, permanentemente, a figura central do processo revolucionário que comemoramos neste ano a passagem de seu sesquicentenário (AHRS, XXX Congresso Tradicionalista Gaúcho – Piratini. Caixa 25, 1985).

Paulo Xavier ressaltou o trabalho de Neves como representante do CTG Mate Amargo, referenciando o trabalho como importante na perpetuação da memória do general Bento

---

<sup>246</sup> A pesquisa foi mostrando como certos intelectuais transitavam pelas instituições das quais eram membros e como isso também implicou na transitoriedade de certos intelectuais pelas subcomissões do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Paulo Xavier fazia parte da Subcomissão de História e Geografia pelo IHGRGS e deixou a subcomissão quando a coordenação composta pelos membros do IHGRGS se desfez ainda em 1984. Em 1985, ele se encontra na presidência do IGTF como “Vaqueano de honra do Congresso”, envolvido no “XXX Congresso Tradicionalista”, projeto então inserido na Subcomissão de Tradição e Folclore (AHRS, XXX Congresso Tradicionalista Gaúcho – Piratini. Caixa 25, 1985).

Gonçalves. Assim, Paulo Xavier mostrava a intenção de que seu parecer era favorável pela perpetuação do monumento no lugar que aquele ocupava, onde entendia que cumpria seu papel. Relacionando o trabalho de Neves de investigação, reunindo provas documentais da doação dos restos mortais de Bento Gonçalves para a cidade de Rio Grande, com a passagem do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, Paulo Xavier construiu uma narrativa colocando Bento Gonçalves como figura central do processo revolucionário.

No segundo capítulo, mostrei como os historiadores na Subcomissão de História e Geografia, durante o “Curso de Extensão Universitária”, colocaram em xeque a representação heroicizada de Bento Gonçalves, agora, na análise da Subcomissão de Tradição e Folclore no projeto do “XXX Congresso Tradicionalista”, a memória do general Bento Gonçalves novamente estava sendo representada como a principal figura do processo revolucionário. Na narrativa de Neves, o general é visto como um herói, como mostra ao citar o texto de Álvaro Miller escrito no contexto da inauguração do monumento:

A inauguração, na cidade de Rio Grande, do monumento à memória imorredoura de Bento Gonçalves, o glorioso guerrilheiro farroupilha, reascenderá hoje, de um a outro extremo do Rio Grande do Sul, a chama sempre vivaz, sempre crepitante, do seu indomável devotamento patriótico (AHRs, XXX Congresso Tradicionalista Gaúcho – Piratini. Caixa 25, 1985).

Se a narrativa possibilitou novamente representar a Revolução Farroupilha e seus heróis, extraindo da memória os elementos que são pertinentes para a heroicidade do acontecimento, isso colaborou para que a memória de Bento Gonçalves, no Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, fosse por parte dos tradicionalistas reinterpretada sob a ótica do ufanismo do culto aos “heróis”. Dessa forma, coincidindo com os propósitos pensados pela Comissão Executiva do sesquicentenário à formação da Subcomissão de Tradição e Folclore como instrumento que tinha o propósito de levar ao público a divulgação do tradicionalismo e dos vultos farrapos. Neves trouxe para o contexto de 1985 uma narrativa do início do século XX, mas que ainda fazia eco para os tradicionalistas. Assim, essa narrativa contribuía para a reinterpretação da memória heroicizada de Bento Gonçalves 150 anos depois da Revolução Farroupilha, mas também evidencia certas continuidades na manutenção dos mitos farroupilhas mais de 80 anos depois da inauguração do monumento-túmulo do general Bento Gonçalves em Rio Grande.

Assim sendo, esse assunto não ficou no “XXX Congresso Tradicionalista” restrito ao meio tradicionalista. A referida tese de Neves criou meios de revolver a memória que a tornasse acessível à comunidade sul-rio-grandense, visto que se estava externando no contexto

do congresso uma disputa política entre tradicionalistas de duas cidades que envolvia a memória de Bento Gonçalves. Levar ao conhecimento da comunidade o tema tratado na tese, assim como definir a manutenção da conservação do “lugar de memória” de Bento Gonçalves, eram discursos coerentes à ideia que se queria representar em um evento que tinha como propósito mostrar a suposta unidade dos gaúchos em torno dos assuntos ligados ao tradicionalismo e à Revolução Farroupilha. Indo por esse caminho, Paulo Xavier cita no seu parecer, a respeito da tese, um Bento Gonçalves como elemento de aspirações coletivas da sociedade sul-rio-grandense.<sup>247</sup>

A inteligente sequência de documentos transcritos pela proposta de Walter Neves põe em evidência a determinação que os homens rio-grandinos tiveram ao par da consciência histórica do feito de Bento Gonçalves da Silva que o tornou intérprete das aspirações coletivas do Rio Grande de 1835 (AHRG, XXX Congresso Tradicionalista Gaúcho – Piratini. Caixa 25, 1985).

Mesmo o congresso tendo ficado mais restrito aos congressistas ligados ao tradicionalismo, é possível analisar que a narrativa de Paulo Xavier é comparável à narrativa pretendida pelo governo do estado quando idealizava os objetivos das comemorações como um evento direcionado à comunidade sul-rio-grandense. Afinal de contas, o sesquicentenário por parte do governo estadual e dos tradicionalistas seria um momento de exaltar a memória com perspectivas atualizadas para o contexto de 1985. Então, representar Bento Gonçalves como intérprete das aspirações coletivas de sua geração alinhava os discursos do presente como sinal de continuidade de uma sociedade supostamente coesa, por meio de uma coletividade também supostamente inspirada nessa historicidade dos vultos históricos referentes à Revolução Farroupilha. Isso tratado no ambiente do “XXX Congresso Tradicionalista” poderia mostrar a forma que os próprios tradicionalistas encontraram para pôr fim na discussão em meio ao clima de confraternização. Paulo Xavier também mostrou no seu parecer que tinha o entendimento da construção dessa memória sobre a representação de Bento Gonçalves como uma construção do contexto de comemoração já nos anos 1891. Para Xavier, o monumento de Bento Gonçalves:

---

<sup>247</sup> Uma narrativa contrária à analisada no segundo capítulo, quando apontei que já havia historiadores contestando essa visão heroicizada dos vultos farroupilhas. Por outro lado, a narrativa de Paulo Xavier sugere as diferenças apontadas no modo de fazer a história, que talvez explique o afastamento dele e de seus pares da Subcomissão de Geografia e História quando da entrada dos historiadores acadêmicos na referida comissão. Essa diferença apontada em parte se confirma quando se percebe a coerência da narrativa de Paulo Xavier, que encontra eco no “XXX Congresso Tradicionalista” e também na Subcomissão de Tradição e Folclore.

Resulta de sua leitura que por ocasião da implantação da República no Brasil os rio-grandenses estiveram atuando ideologicamente; incluíram em sua constituição de 1891 a imposição de marcar com um monumento em praça pública a memória de seu líder e um dos precursores da ideia de republicana no Brasil – Bento Gonçalves (AHRs, XXX Congresso Tradicionalista Gaúcho – Piratini. Caixa 25, 1985).

Pode-se refletir que a narrativa de Paulo Xavier faz referência aos motivos ideológicos que, no contexto de um Brasil republicano, levaram o estado do Rio Grande do Sul a criar um lugar de culto da memória de Bento Gonçalves. Assim representando, em 1985, Bento Gonçalves como precursor da ideia de república no Brasil. Por isso, para os congressistas, poderia fazer sentido trazer ao evento um assunto que, como mostra a narrativa do parecer, dizia respeito à instituição e ao interesse público do governo do estado. No entanto, o parecer de Paulo Xavier, tratando da discussão levantada entre os tradicionalistas das cidades de Rio Grande e Triunfo, atestou a vontade do MTG pela permanência da cidade de Rio Grande como detentora do direito de continuar sendo a depositária dos restos mortais do general Bento Gonçalves. Isso é lógico pela perspectiva do MTG, que sozinho não tinha poderes para impor uma mudança em um assunto de interesse também público.

À luz da redemocratização da República no Brasil, em 1985, a rememoração de Bento Gonçalves representaria os propósitos do governo do estado, com o auxílio dos tradicionalistas, que o tinham como precursor da República no Brasil. No entanto, historicamente tem se mostrado que o líder farroupilha durante o decênio da Revolução em muitos momentos não foi um apreciador do sistema republicano.<sup>248</sup> Paulo Xavier buscou justificar a construção do monumento como um lugar de memória se baseando na historiografia da época, citando a participação de Alfredo Ferreira Rodrigues como maneira de mostrar a legitimidade do trabalho que fora feito naquele contexto da inauguração do monumento pelos historiadores daquela época, ressaltando os vultos e fatos da Revolução Farroupilha.

É notável também, como sublinha o autor, a presença dos homens rio-grandinos não só no esforço de prestarem seu reconhecimento aos méritos de Bento Gonçalves, mas também sua visão histórica completamente maturada pelo trabalho de historiadores como Alfredo Ferreira Rodrigues; ou como políticos e líderes comunitários como diferentes membros da família Miller, por exemplo, a própria sede do CTG Mate Amargo que tanto deve a Miller Barlen, o construtor de sua monumental sede social (AHRs, XXX Congresso Tradicionalista Gaúcho – Piratini. Caixa 25, 1985).

Paulo Xavier, ao analisar a documentação de Walter Neves, ressalta a participação dos “rio-grandinos” na manutenção da memória, ainda mais contando com a presença do

---

<sup>248</sup> Ver: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha (1985a; 1985b).

historiador Alfredo Ferreira Rodrigues, historiador e natural de Rio Grande. Da mesma forma, destacou a influência da família Miller na manutenção da tradição gaúcha dentro da cidade no contexto do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, por sua representação no CTG Mate Amargo. Essa família era envolvida na política local, sendo prefeito naquele contexto de produção do monumento Conrado Miller. Perante o quadro apresentado, é possível analisar que, dentro da lógica do tradicionalismo, que trabalha com as continuidades do passado com intenções de sua preservação, é possível observar como tais elementos da memória sul-riograndense perpassavam o século XX, sendo reinventados a cada contexto, seja por políticos, militares, historiadores, seja, mais tarde, por tradicionalistas, numa memória que sempre é representada como comum à comunidade sul-riograndense. Assim, é possível sugerir que, no contexto comemorativo de 1985, seria pouco provável que os interesses da cidade de Triunfo e de seus tradicionalistas encontrassem um parecer favorável, pois, do ponto de vista da maioria dos tradicionalistas, a memória de Bento Gonçalves e seus lugares de memória não eram coisas que estes estivessem pensando em contestar.

Assim, Paulo Xavier encerra seu parecer de forma favorável às ideias de seu proponente:

O trabalho de Walter Brito Neves é oportuna reposição da permanência dos restos mortais do festejado chefe do movimento revolucionário de 1835 na cidade de Rio Grande, concluindo como tardia a pretensão do município de Triunfo sempre ausente nas diferentes fases da competição para desfrutar das honras de conservar em seu solo os restos mortais do heroico Bento Gonçalves. Este é o parecer que espera a aprovação do plenário. Paulo Xavier (AHRS, XXX Congresso Tradicionalista Gaúcho – Piratini. Caixa 25, 1985).

Pode-se entender que, nesse sentido, o parecer se baseou na apresentação dos documentos que salientavam a ausência do município de Triunfo na participação para a construção do Monumento em Rio Grande enquanto muitos outros procuraram contribuir. Há também a questão a se refletir que, muito provavelmente, pelo próprio MTG ter suas bases num suposto passado do Rio Grande do Sul, e que era estático na sua rememoração, não seria no contexto do sesquicentenário da revolução que se romperia com um lugar de memória da Revolução Farroupilha, como o monumento-túmulo de Bento Gonçalves. Nesse aspecto, a Ata n. 2 da primeira sessão plenária do “XXX Congresso Tradicionalista” faz referência às desavenças dentro do próprio movimento, sugerindo que este, como qualquer outra instituição, poderia ter seus princípios abalados por disputas internas, não estando acima do bem ou do mal, como representavam seus dirigentes.

O companheiro Zeno Dias Chaves entregou uma saudação trazida do povo dos cerros de Caçapava ao companheiro Barbosa Lessa. Disse que o tradicionalismo já deu muito ao Rio Grande e muito ainda tem a dar; lamenta que no movimento, nos Congressos, nas convenções e até mesmo nos Encontros Regionais, muito se fala sem objetividade e até brigas acontecem em disputas por lideranças, o que não cabe dentro do tradicionalismo. Almejou que aqui, todos os participantes desse conclave possam ser iluminados pelos ideais farroupilhas (AHRs, Ata n. 2. Primeira Sessão Plenária. XXX Congresso Tradicionalista Gaúcho – Piratini. Caixa 25, 1985).

Esse apelo na narrativa de Zeno Dias serve para se afirmar que o congresso, mesmo sendo um evento do MTG, não ficou restrito às questões internas, podendo mostrar que naquele momento estava havendo um esforço do MTG para desenvolver uma prática contextualizada, entre seus projetos, com elementos novos que envolvessem as comemorações, uma vez que inserindo o congresso no seio das comemorações tornou este um evento público. Tinha-se uma expectativa de que o congresso, de forma ímpar, dentro de um contexto de comemoração do governo do estado para uma data-chave para a Revolução Farroupilha, com a representação das festas de comemoração de centenários, faria um discurso de unidade entre os tradicionalistas.

Assim, legitimando o trabalho de Walter Neves, o MTG buscou alinhar seus projetos com os do governo do estado, relacionando os elementos das tradições gaúchas aos elementos de memória postos em causa no próprio congresso. Os tradicionalistas que integravam a Subcomissão de Tradição e Folclore e o MTG haviam chegado a Piratini junto com o governo do estado e a serviço deste, primando pela manutenção da memória farroupilha em um momento que o próprio governo do estado almejava um movimento de elementos que agregassem, e não desconstruíssem elementos da memória constituída e há tempo consolidada nos trabalhos realizados pelo MTG e por seus agregados. A Ata n. 2 da sessão plenária do “XXX Congresso Tradicionalista” narra o relatório do presidente da instituição, Onésimo Carneiro Duarte, relatando os resultados de sua gestão na manutenção do tradicionalismo:

[...] Em síntese, o presidente Onésimo relatou a maneira de como dirigiu os destinos do Movimento Tradicionalista Gaúcho, destacando que procurou dar representatividade ao Movimento, através de seu órgão máximo; que a cultura do Rio Grande do Sul nunca foi pisada sem que se levantasse a voz veemente de protesto da diretoria (AHRs, Ata n. 2. Primeira Sessão Plenária. XXX Congresso Tradicionalista Gaúcho – Piratini. Caixa 25, 1985).

Quis citar a fala do presidente do MTG Onésimo Carneiro Duarte para que, de certa forma, pudesse compará-la com os desdobramentos da análise da tese da qual Paulo Xavier foi relator. Podendo assim refletir que era também o posicionamento do presidente da entidade a defesa da manutenção das tradições, e não seria diferente. O que torna possível compreender

que a aceitação da tese de Walter Neves vai além de fazer a defesa da permanência dos restos mortais de Bento Gonçalves em seu monumento-túmulo na cidade de Rio Grande como algo consumado, como lugar de memória não somente de Rio Grande como de toda a comunidade tradicionalista.

O relatório de Walter Neves, para o contexto de sua produção, serviu para pôr em discussão a memória de Bento Gonçalves no contexto do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Assim também se pode compreender que aquele monumento só tinha sentido enquanto monumento-túmulo por, justamente, fazer dos restos mortais do general Bento Gonçalves parte indissociável do monumento na “fusão” de pedras e ossos, afirmando o lugar de descanso e de memória de Bento Gonçalves da Silva. Desse jeito, se pode dizer que foram criadas possibilidades de dar outros significados à memória de Bento Gonçalves dentro do espírito ufanista das comemorações, e não que isso não aconteceria em um determinado momento das comemorações, mas diante de outros segmentos intelectuais se pronunciando sobre os aspectos da heroicidade dos vultos farrapos, é possível refletir sobre a necessidade que os membros do movimento tinham em fazer a defesa daqueles vultos. Nesse aspecto, novamente, e ao menos para os congressistas, Bento Gonçalves era representado como o líder máximo da Revolução Farroupilha, sendo exposta para os congressistas que tal memória estava sempre em constante preservação comemorativa, que teve início ainda no final do século XIX, com a relação que se criou com a família Gonçalves e a cidade de Rio Grande, que possibilitou que ela erigisse lá o monumento-túmulo de Bento Gonçalves. Desse modo, o século XX iniciou com um lugar de memória de significância para o culto da revolução na comunidade sul-rio-grandense.

O texto acima analisado mostrou, de maneira geral, como o MTG buscava manter o controle dos seus confrades e de suas afiliadas, o que demonstra que o congresso foi também um lugar de análise e de discussão sobre o funcionamento das instituições. Era um encontro onde o movimento apresentava suas proposições sobre o andamento dos trabalhos de cada gestão à frente da instituição, mas também era a oportunidade de reunir as regiões tradicionalistas para discutirem seus problemas e os rumos possíveis do tradicionalismo. As narrativas por parte dos organizadores pretendiam mostrar a unidade entre a instituição e suas afiliadas, por isso colocar como projeto da Subcomissão de Tradição e Folclore o “XXX Congresso Tradicionalista” era uma maneira de mostrar até mesmo para suas afiliadas o poder político do MTG junto aos órgãos políticos, como forma de afirmação da instituição sobre suas afiliadas. Assim, se pode compreender o quanto era oportuno para a gestão de 1985 estar à frente da Subcomissão de Tradição e Folclore representando o MTG.

As narrativas por parte da comissão organizadora do congresso supunha a unidade dos tradicionalistas, porém os textos dos proponentes sugerem que havia dentro da instituição – como qualquer outra – divergências entre as regiões tradicionalistas. Elas são instituições políticas, por isso mesmo não estão isentas das disputas dos seus grupos internos, que embora com ideais semelhantes e firmadas sobre o tradicionalismo, poderiam encontrar a divergência na disputa interna pelo poder na instituição.

Para concluir, a pretensão deste capítulo foi mostrar as relações do MTG e seu envolvimento com a política nas esferas estadual e municipal. Tal proposta abre para reflexões de como essa instituição transitou e transita no meio do poder político. As comemorações em Piratini, abrindo as comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, apresentaram exemplos de como a memória quando enquadrada pelo governo do estado, pelas elites políticas e com o auxílio cultural e social do MTG contribuiu para a disseminação e reafirmação das tradições na sociedade sul-rio-grandense.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na trajetória desta pesquisa, foi possível analisar como a memória da Revolução Farroupilha foi um objeto em trânsito por diferentes setores da sociedade sul-rio-grandense durante o ano do seu sesquicentenário. Esses setores, se associando às comemorações oficiais, idealizadas pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, puseram em perspectiva, novamente, cinquenta anos depois das grandes festividades do seu centenário, a memória da Revolução Farroupilha como objeto de ressignificação para aquela conjuntura política que buscava novas definições sobre o contexto de redemocratização do Brasil.

No primeiro capítulo, foi possível analisar como foram organizadas as comemorações do sesquicentenário, pela formação das subcomissões. Assim, procurei apresentar as instituições e os sujeitos que transitaram pelas subcomissões. Foi ainda no primeiro capítulo que foi possível mostrar como foi elaborado pelo IHGRGS o texto do documento que decretou o ano de 1985 como o “Ano do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha”. Também pude mostrar o envolvimento efetivo do IHGRGS com a elaboração do embrião de todo o processo de construção da Comissão Executiva e de suas subcomissões como projeto elaborado pelos membros do IHGRGS a convite do governo do estado. Isso, num primeiro momento, sugeriu que, a exemplo de 1935, novamente o IHGRGS pretendia estar à frente das comemorações. Tal fator depois se mostraria impossível, revelando que, no ano de 1985, o IHGRGS já não figurava sozinho como instituição que cinquenta anos depois do centenário da Revolução Farroupilha pudesse ser o braço intelectual do governo do estado. Considerando que os assuntos referentes à memória e história da Revolução Farroupilha se mostravam elementos não mais somente a cargo do IHGRGS, como no centenário da revolução, fui buscar entender que outros setores da sociedade teriam a capacidade de rivalizar e superar o IHGRGS nas representações da história e da memória da revolução. Assim, a pesquisa mostrou que no campo intelectual no Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, o IHGRGS dividiu e perdeu espaço para as universidades, mas também para o Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore e para o Movimento Tradicionalista Gaúcho.

No segundo capítulo, busquei ser mais específico em relação ao tema de pesquisa, buscando analisar a documentação da Subcomissão de Geografia e História. A análise dessa subcomissão para meu trabalho foi de suma importância para poder refletir a maneira como os intelectuais ligados à historiografia disputaram espaço dentro da subcomissão. Pude constatar que, num primeiro momento, os membros IHGRGS criaram a subcomissão para, de certa forma, terem um lugar de destaque na atuação de seus membros nas comemorações, visto que

elaboraram as subcomissões colocando seus representantes à frente da subcomissão. No entanto, diferentemente de 1935, a conjuntura histórica era outra, e o IHGRGS não figurava soberano na elaboração da memória e da história do Rio Grande do Sul.

O Sesquicentenário da Revolução Farroupilha contou com a presença dos historiadores universitários, que assumiram a Subcomissão de Geografia e História e viram o IHGRGS, por sua conta, se afastar da subcomissão. Tal fator mostra que, para o ano de 1985, parte desses historiadores ligados, na sua grande maioria, à PUCRS entraram nas comemorações, o que considerei de suma importância, embora alguns historiadores desconfiassem dos rumos que tomariam as comemorações. Como demonstrei, ao assumirem posições dentro das comemorações, os historiadores também se posicionaram quanto à construção da memória farroupilha. Ao invés de se eximirem, abriram espaço para que outras instituições ocupassem lugar nos projetos. Assim entendo que foi um momento que, ao se representarem, os historiadores puderam dividir o espaço dentro do próprio certame, dando legitimidade ao trabalho de outros historiadores. Dessa forma, não ficaram somente à margem de um evento, e não pelo fato de ser um evento oficial, mas por se tratar de um evento de grandes proporções. Evento com um elevado grau de complexidade social, justamente, por ser realizado pelo governo do estado com uma perspectiva de grande impacto nas rearticulações da memória relacionada à Revolução Farroupilha, que estava dentro de um contexto político e social muito relevante tanto a nível regional como nacional entre os anos de 1984 e 1985.

Coube assim aos historiadores levarem o evento para dentro da universidade, onde constatei que o “Curso de extensão universitária” reuniu historiadores de diferentes perspectivas historiográficas, mesmo para aqueles que transitavam pelo IHGRGS, proporcionando que o debate acadêmico sobre a revolução pudesse enriquecer o conhecimento sobre a revolução. Da mesma forma, quando a subcomissão assumiu o projeto “A chamada dos heróis farroupilhas”, afirmei que, ao contrário de entender os historiadores como elementos passivos a um projeto de cunho cívico-pedagógico, eles se afirmavam como sujeitos do seu tempo e como profissionais, não abrindo mão de estarem à frente dos projetos. Desse jeito, puderam realizar projetos disputando com suas perspectivas um espaço na memória farroupilha com o MTG.

Considero importante o posicionamento dos historiadores que escolheram aderir aos projetos do governo do estado, visto que no terceiro capítulo, trabalhando com a análise da Subcomissão de Tradição e Folclore, foi possível perceber o poder delegado pelo governo do estado ao MTG sobre a organização das comemorações. O governo estadual considerava o MTG principal aliado nas comemorações, devido, logicamente, ao fato de a instituição ser

considerada e reconhecida como detentora e conservadora daquilo que tanto o governo do estado como parte da sociedade compreendiam como “tradições gaúchas”. Se no segundo capítulo quis constatar a ação dos historiadores e sua inserção nas comemorações, para o terceiro quis compreender como o MTG contribuiu para levar adiante os projetos da Subcomissão de Tradição e Folclore, com projetos que pudessem justificar o investimento que o governo do estado colocou à disposição da subcomissão coordenada pela entidade tradicionalista.

Constatei que o MTG, durante as comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, procurou caminhar, e até onde pôde atuar, junto com o governo do estado. Diferentemente dos historiadores que coordenavam a Subcomissão de História e Geografia, que organizaram um evento universitário, ampliando o campo de atuação de seus agentes, o MTG, ao colaborar com o governo, buscou mesclar os elementos das “tradições gaúchas”, associando as memórias da Revolução Farroupilha aos interesses do governo do estado no contexto comemorativo arquitetado por ele, quando da “implantação do governo do estado” nas capitais farroupilhas.

Analisando a documentação de Piratini, pude exemplificar de forma considerável a aproximação da Subcomissão de Tradição e Folclore com a Comissão Executiva. Procurei analisar quais eventos foram de fato elementos que deram um retorno satisfatório para o governo do estado e quais projetos, possivelmente, atendiam às expectativas e ao interesse da instituição tradicionalista. Procurei mostrar a estreita aproximação entre o governo e o MTG, demonstrando que, quando o governo do estado se instalou simbolicamente na cidade de Piratini, foi das mãos do patrão do MTG que o governador do estado, Jair Soares, recebeu o “candeeiro crioulo”. Da mesma forma, o MTG realizou no espaço público a encenação da “Proclamação da República Rio-Grandense”. E quando o MTG instalou o “XXX Congresso Tradicionalista” em Piratini, constatei que os eventos não tiveram como proposta atingir o público em geral, atendendo expectativas mais gerais, visto que o evento recebeu verba pública. Antes, pelo contrário, foram eventos múltiplos, com interesses mais restritos ao meio tradicionalista, e outros que atendiam ao interesse público dentro do congresso tradicionalista, por isso, supostamente, tiveram aprovação do governo do estado. Isso reafirma os interesses recíprocos sobre a memória farroupilha entre governo do estado e MTG. Entendo que tal reflexão pode contribuir para a compreensão da força que a memória da Revolução Farroupilha, via MTG, ganhou no final do século XX, ajudando assim futuras pesquisas a compreenderem como o tradicionalismo gaúcho quando vinculado à memória da Revolução Farroupilha vai transitando no tecido social da sociedade sul-rio-grandense.

Mostrar o comportamento do MTG à frente da Subcomissão de Tradição e Folclore e a forma como a entidade teve liberdade e apoio do governo do estado para trabalhar seus projetos, mesmo quando esses não tinham uma relação direta com a comunidade externa, assim como esclarecer a forma como o MTG conservava seu poder junto às instituições públicas, me fazem refletir sobre o significado importante que teve os historiadores buscarem seu lugar dentro das comemorações.

Em suma, as comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha foram um evento político e assumiram um perfil que acabou evidenciando múltiplas possibilidades de interpretação da memória farroupilha, com uma participação de intelectuais de diferentes perspectivas. Assim, considero razoável pensar a necessidade e a importância do papel dos historiadores como outra opção à elaboração da memória como contraponto a perspectivas de memória como as defendidas pelo MTG e que acabaram encontrando muito respaldo por parte do governo do estado.

Quanto ao MTG, embora trazendo projetos que eram parte do seu tradicional congresso, também procurou incorporá-los às representações da Subcomissão de Tradição e Folclore. Penso que é possível refletir sobre o crescimento dessa instituição como movimento social depois de 1985, uma vez que saiu fortalecido das comemorações do sesquicentenário, estando cada vez mais em ascensão. Tal fator é importante para ser refletido no final deste trabalho, pois a forma como a memória da Revolução Farroupilha se rearticula e se reinventa, transitando no tecido social, possibilita e cria a necessidade de que os historiadores, cada vez mais, tenham interesse em trazer as suas releituras da memória e da história da Revolução Farroupilha.

Como afirmei anteriormente, a tese não tem por pretensão esgotar o tema, mas trazer para o debate acadêmico subsídios para futuros trabalhos sobre a memória da Revolução Farroupilha. Nesse sentido, reafirmo, para concluir, a contribuição deste trabalho para a historiografia, de forma mais empírica do que teórica, trazendo narrativas de fontes inéditas em uma tese, apresentando novas possibilidades de estudos para o meio acadêmico sobre a memória farroupilha e suas perspectivas durante e após o contexto de 1985.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

**Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) – Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha (FSRF)**

**1985**

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRS). **Anexo comprovante da família “de Bem”**. Caixa 2, 1985.

\_\_\_\_\_. **Ata da sessão de outorga de títulos de “Vaqueanos do Tradicionalismo Gaúcho”**. Caixa 25, 1985.

\_\_\_\_\_. **Ata da Sessão Extraordinária da Convenção Tradicionalista. XXX Congresso Tradicionalista Gaúcho – Piratini**. Caixa 25, 1985.

\_\_\_\_\_. **Ata de Sessão de Outorga de Títulos de Vaqueanos do Tradicionalismo Gaúcho. XXX Congresso Tradicionalista Gaúcho – Piratini**. Caixa 25, 1985.

\_\_\_\_\_. **Ata n. 2. Primeira Sessão Plenária. XXX Congresso Tradicionalista Gaúcho – Piratini**. Caixa 25, 1985.

\_\_\_\_\_. **Curso de Extensão Universitária sobre a Revolução Farroupilha – PUCRS. Cronograma**. Caixa 25, 1985.

\_\_\_\_\_. **Decreto do governador. Documentos da Comissão**. Caixa 2, 1985.

\_\_\_\_\_. **Discurso do governador em Piratini, 10 jan. 1985**. Caixa 25, 1985.

\_\_\_\_\_. **Documentos da Comissão. “Divulgação do Manual de Orientação para Arquivos”**. Caixa 2, 1985.

\_\_\_\_\_. **Documentos da Comissão. Atas**. Caixa 4, 1985.

\_\_\_\_\_. **Documentos da Comissão**. Caixa 12, 1985.

\_\_\_\_\_. **Documentos da Comissão**. Caixa 4, 1985.

\_\_\_\_\_. **Documentos da Subcomissão de Ensino**. Caixa 4, 1985.

\_\_\_\_\_. **Documentos da Subcomissão de Geografia e História**. Caixa 4, 1985.

\_\_\_\_\_. **Documentos da Subcomissão**. Caixa 2, 1985.

\_\_\_\_\_. **Editorial da Casa Civil**. Caixa 13, 1985.

\_\_\_\_\_. **Gabinete do governador, cerimonial**. Caixa 25, 1985.

- \_\_\_\_\_. **Jornal do Comércio**, 13 set. 1985, p. 17, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Jornal do Comércio**, 9 set. 1985, p. 22, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Ofício n. 259/85**, 5 ago. 1985. Caixa 2, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Ofício n. 422/85**. Caixa 3, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Ofício n. 182/85**. Caixa 2, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Ofício n. 248/85**, 1º jul. 1985. Caixa 3, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Ofício n. 428/85**, 1º out. 1985. Caixa 2, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Ofício Sesq. 9/85**, 23 jul. 1985. Caixa 2, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Ofício SUDESP n. 1.430/85**. Subsecretaria de Desporto. Caixa 13, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Ofício. R. n. 659/85**, 10 set. 1985. Caixa 13, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Programação da Subcomissão de Tradição e Folclore**. Caixa 13, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Relatório da família “de Bem”. Documentos da Comissão**. Caixa 2, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Relatório do MTG**. Caixa 25, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Relatório do XXX Congresso Tradicionalista**. Caixa 25, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Semana Farroupilha 1985. Convite e programação**. Caixa 2, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Texto do secretário de Educação e Cultura. Semana Farroupilha 1985**. Caixa 2, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Vultos**. P-21C, 1985.
- \_\_\_\_\_. **XXX Congresso Tradicionalista Gaúcho – Piratini**. Caixa 25, 1985.

#### 1984

- \_\_\_\_\_. **Ata n. 20 da Subcomissão de Geografia e História**. Caixa 1, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Ata n. 17 da Subcomissão de Letras e Artes**. Caixa 1, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Ata n. 17 da Subcomissão de Geografia e História**. Caixa 1, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Ata n. 15 da Subcomissão de Geografia e História**. Caixa 1, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Ata n. 15 da Subcomissão de Comunicação Social**. Caixa 1, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Ata n. 13 da Subcomissão de Geografia e História**. Caixa 1, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Ata n. 08 da Subcomissão de Geografia e História**. Caixa 1, 1984.

- \_\_\_\_\_. **Ata n. 07 da Subcomissão de Letras e Artes.** Caixa 1, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Ata n. 06 da Subcomissão de Letras e Artes.** Caixa 1, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Ata n. 06 da Subcomissão de Geografia e História.** Caixa 1, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Ata n. 05 da Subcomissão de Tradição e Folclore.** Caixa 19, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Ata n. 05 da Subcomissão de Letras e Artes.** Caixa 1, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Ata n. 05 da Subcomissão de Geografia e História.** Caixa 1, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Ata n. 04 da Subcomissão de Geografia e História.** Caixa 1, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Ata n. 03 da Subcomissão de Geografia e História.** Caixa 1, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Ata n. 02 da Subcomissão de Tradição e Folclore.** Caixa 19, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Ata n. 02 da Subcomissão de Letras e Artes.** Caixa 1, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Ata n. 02 da Subcomissão de Geografia e História.** Caixa 1, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Ata n. 01 da Subcomissão de Letras e Artes.** Caixa 1, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Ata n. 01 da Subcomissão de Geografia e História.** Caixa 1, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Atas:** documentos da Subcomissão, n. 1. Caixa 1, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Atas:** documentos da Subcomissão, s/n. Caixa 1, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Chamada dos heróis farroupilhas.** Documentos da Comissão. Caixa 19, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Correspondência à Comissão – Academia Rio-Grandense de Letras.** Caixa 29, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Correspondência do IHGRGS para a Subcomissão de Publicações e Concursos.** Caixa 13, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Correspondência IHGRGS, 13 jun. 1984.** Caixa 19, 1984.
- \_\_\_\_\_. Correspondência recebida. **Diário Oficial.** Caixa 20, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Correspondência.** Caixa 13, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Correspondência.** Universidade de Caxias do Sul. Caixa 5, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Decreto municipal de Piratini n. 1.017,** Caixa 9, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Discurso do governador via rádio,** nov. 1984, Caixa 9, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Documentos da Comissão.** Caixa 29, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Documentos da Comissão.** Caixa 20, 1984.

- \_\_\_\_\_. **Documentos da Comissão.** Caixa 19, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Documentos da Comissão.** Caixa 13, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Documentos da Comissão. Casa Civil.** Caixa 29, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Documentos da Comissão. Decreto do governador.** Caixa 29, 1984.
- \_\_\_\_\_. Documentos da Comissão. **Diário Oficial**, 19 jun. 1984. Caixa 5, 1984.
- \_\_\_\_\_. Documentos da Comissão. **Diário Oficial**, Caixa 13, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Documentos da Subcomissão. Atas.** Caixa 1, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Documentos da Subcomissão.** Caixa 29, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Documentos da Subcomissão.** Caixa 17, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Documentos da Subcomissão.** Caixa 1, 12 set. 1984.
- \_\_\_\_\_. **Documentos da Subcomissão.** Caixa 1, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Documentos da Subcomissão. Projeto SEDUC.** Caixa 1, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Estatuto da “Fundação dos 14 municípios farrapos”.** Caixa 2, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Gabinete da Casa Civil.** Caixa 2, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Liga de Defesa Nacional. Ofício n. 25/84.** Caixa 19, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Livro de atas**, 17 maio 1984. Caixa 19, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Municípios que fazem parte da CESRF.** Caixa 9, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Ofício n. 1.218/84.** Caixa 5, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Ofício n. 770/84.** Caixa 19, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Ofício n. 581/84.** Caixa 5, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Ofício n. 536/84**, 9 jul. 1984. Caixa 5, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Ofício n. 492/84. Documentos da Subcomissão.** Caixa 1, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Ofício n. 375/84. Documentos da Subcomissão.** Caixa 9, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Ofício n. 360/84. Documentos da Subcomissão.** Caixa 9, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Ofício n. 337/84. Documentos da Subcomissão.** Caixa 1, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Ofício n. 281/84 – PUCRS.** Caixa 19, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Ofício n. 242/84.** Caixa 29, 1984.



- \_\_\_\_\_. **Ofício n. 238/84.** Caixa 9, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Ofício n. 209/84.** Caixa 19, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Ofício n. 178/84.** Caixa 29, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Ofício n. 153/84.** Caixa 19, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Ofício n. 133/84 – UCS.** Caixa 19, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Ofício n. 096/84 – UPF.** Caixa 19, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Projeto Radiofônico: os Farrapos.** Documentos da Subcomissão, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Projeto Sentinela da Cultura.** Caixa 5, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Projetos propostos.** Caixa 9, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Pronunciamento do governador.** Caixa 12, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Pronunciamento do presidente da Comissão Executiva.** Caixa 12, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Propostas aprovadas.** Caixa 13, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Relação de professores da PUCRS.** Caixa 29, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Relatório – 2 propostas aprovadas.** Caixa 19, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Relatório – 2 propostas aprovadas.** Fl. 11, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Relatório – 2 propostas aprovadas.** Fl. 12, Caixa 9, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Relatório da Comissão. Correspondência expedida.** Caixa 9, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Relatório da Subcomissão de Tradição e Folclore.** Caixa 1, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Relatório de projetos da programação oficial.** Caixa 1, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Relatório de projetos concluídos.** Caixa 1, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Relatório preliminar.** Caixa 9, 1984.

### 1983

- \_\_\_\_\_. Decreto do governador. **Diário Oficial**, 21 dez. 1983. Caixa 20, 1983.
- \_\_\_\_\_. Decreto n. 31.381/83. **Diário Oficial**. Caixa 20, 1983.

## 1964

\_\_\_\_\_. **Lei n. 4.850/64.** Caixa 3, 1964.

### Correspondências

ASSIS BRASIL, Antonio de. [Correspondência]. Destinatário Luciano Braga Ramos. Texto via e-mail, 9 de maio de 2020.

BELLOMO, Harry Rodrigues. [Correspondência]. Destinatário Luciano Braga Ramos. Texto via e-mail, 8 de ago. de 2020.

DUTRA, Olívio. [Correspondência]. Destinatário Luciano Braga Ramos. Texto via e-mail, 21 de mar. de 2020.

FLORES, Moacyr [Correspondência]. Destinatário Luciano Braga Ramos. Texto via e-mail, 12 de jun. de 2020a.

\_\_\_\_\_. [Correspondência]. Destinatário Luciano Braga Ramos. Texto via e-mail, 21 de maio de 2020b.

FRANCO Sérgio da Costa. [Correspondência]. Destinatário Luciano Braga Ramos. Texto via e-mail, 21 de maio de 2020.

MATTES, José Cláudio. [Correspondência]. Destinatário Luciano Braga Ramos. Texto via e-mail, 13 de ago. de 2020.

RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. [Correspondência]. Destinatário Luciano Braga Ramos. Texto via e-mail, 30 de out. de 2020.

SANDER, Wilson. [Correspondência]. Destinatário Luciano Braga Ramos. Texto via e-mail, 26 de jun. de 2020.

### Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa

FOI A ÚLTIMA tentativa. Depois disso, invasões. **Zero Hora**, 7 set. 1985, s/p.

GOVERNO homenageia os descendentes farrapos. **Zero Hora**, 21 set. 1985, p. 34.

OS 150 ANOS da Revolução Farroupilha. **Zero Hora**, 20 set. 1985, p. 30.

RS 150: O Rio Grande ainda é brasileiro. **Zero Hora**. ZH Farrapos 1835-1985, 20 set. 1985, p. 21.

RS: O RIO Grande ainda é brasileiro. 1835-1985. **Zero Hora**, 20 set. 1985, p. 21-22.

SARNEY explica metas da reforma agrária. **Zero Hora**, 6 set. 1985, p. 24.

## Outras fontes

LIGA DA DEFESA NACIONAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (LDN/RS).

**Estatuto social.** 2021. Disponível em:

[https://www.ligadedefesanacionalrs.org.br/files/ugd/d8c792\\_8d0329486a8845ab81755a8ec5582278.pdf?index=true](https://www.ligadedefesanacionalrs.org.br/files/ugd/d8c792_8d0329486a8845ab81755a8ec5582278.pdf?index=true). Acesso em: 20 nov. 2021.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), Porto Alegre, n. 124, 1986. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/revistaihgrgs/article/view/107450/58317>. Acesso em: 20 nov. 2021.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), Porto Alegre, n. 60, IV trim., p. 163-189, 1935. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/revistaihgrgs/article/view/108190/58709>. Acesso em: 20 nov. 2021.

TERRA dos Farrapos – sugestão para currículo por atividades – 1ª à 4ª série. Acervo pessoal. 1985. p. 34-36.

## BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A necessária presença do outro – mas qual outro? Reflexões acerca das relações entre história, memória e comemoração. *In*: CEBALLOS, Rodrigo; BEZERRA, Josineide da Silva. **História: memória e comemorações.** Campina Grande, PB: EDUFCEG, 2012. p. 11-25.

ALVES, Francisco das Neves. **Revolução Farroupilha: estudos históricos.** Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2004.

AMORIM, Joaquim Paulo de Almeida. Apresentação. *In*: COMISSÃO EXECUTIVA DO SESQUICENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA. **Levantamento de fontes sobre a Revolução Farroupilha.** 2. ed. rev. Porto Alegre: Corag, 1985. p. 3.

ARAÚJO, Cícero. Um “giro linguístico” na história das ideias políticas. *In*: POCOCK, John G. **Linguagens do ideário político.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. p. 09-21.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. **História da República Rio-Grandense.** 2. ed. Porto Alegre: ERUS, 1982.

ASSIS BRASIL, Luiz Antônio de. Prefácio. *In*: FLORES, Moacyr. **Modelo político dos farrapos: as ideias políticas da Revolução Farroupilha.** 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p. 7-8.

\_\_\_\_\_. **A prole do corvo.** Porto Alegre: Movimento, 1978.

- AVELINO, Yvone Dias; MATOS, Maria Izilda Santos de. Linguagens textuais e comemorações. **Projeto História**, 1981.
- BAKOS, Margaret Marchiori. A escravidão negra e os farroupilhas. *In*: FREITAS, Décio; PICCOLO, Helga I. Landgraf; DACANAL, José Hildebrando *et al.* **A Revolução Farroupilha: história e interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p. 79-97.
- BARCELOS, Ramiro Frota. **Rio Grande: tradição e cultura**. Porto Alegre: Edições Flama, 1970.
- BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papyrus, 2011.
- BRITO, Francisco de Sá. **Memória da Guerra dos Farrapos**. Porto Alegre: CORAG, 1985.
- CARNEIRO, Newton. **A identidade inacabada: o regionalismo político no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- CARRIÓN, Fernando M. Commemoraciones, construcciones, disputas. *In*: GUTMAN, Margarita; MOLINOS, Rita. **Construir bicentenários latinoamericanos en la era de la Globalización**. Buenos Aires: Infinito, 2012. p. 57-70.
- CATROGA, Fernando. Memória e história. *In*: PESAVENTO, Sandra. **Fronteiras do milênio**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001. p. 43-69.
- CERONI, Giovani Costa. **A Exposição do Centenário da Revolução Farroupilha nas páginas dos jornais *Correio do Povo* e *A Federação***. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- CHAGAS, Mário. Memória política e política de memória. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 136-167.
- CIBILIS, Luis Alberto. **Trajetória do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul: da fundação até a inauguração de sede definitiva**. Porto Alegre: UBE/RS, 2005.
- COMISSÃO EXECUTIVA DO SESQUICENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA. **Levantamento de fontes sobre a Revolução Farroupilha**. 2. ed. rev. Porto Alegre: Corag, 1985a.
- \_\_\_\_\_. **Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva**. Porto Alegre: Corag, 1985b.
- CORREIA, Victor. **Arte pública: seus significados e função**. Lisboa: Fonte da Palavra, 2013.
- DACANAL, José Hildebrando. Réquiem, ainda que tarde, para os farroupilhas: ou o Grande Sul era coisa nossa! *In*: FREITAS, Décio; PICCOLO, Helga I. Landgraf; DACANAL, José Hildebrando *et al.* **A Revolução Farroupilha: história e interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p. 122-127.

- DOCCA, Souza. **O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.
- FAGUNDES, Antonio Augusto. **Indumentária gaúcha**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.
- FÉLIX, Loiva Otero. Política, memória e esquecimento. *In*: TEDESCO, João Carlos. **Usos de memórias**. Passo Fundo, RS: EDIUPF, 2002. p. 15-39.
- \_\_\_\_\_. **História e memória: a problemática da pesquisa**. Passo Fundo, RS: EDIUPF, 1998.
- FLORES, Hilda Agnes Hubner. **Alemães na Guerra dos Farrapos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- FLORES, Moacyr. **Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Modelo político dos farrapos: as ideias políticas da Revolução Farroupilha**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985a.
- \_\_\_\_\_. **Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985b.
- FREITAS, Décio. Farrapos: uma rebelião federalista. *In*: FREITAS, Décio; PICCOLO, Helga I. Landgraf; DACANAL, José Hildebrando *et al.* **A Revolução Farroupilha: história e interpretação**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985. p. 110-121.
- GIOVANAZ, Marlise Maria. As exposições universais e seu impacto museológico: o caso da Exposição do Centenário da Revolução Farroupilha, Brasil. **Revista Voux Musei: Arte e Patrimônio**, v. 1, n. 1, p. 318-376, 2013.
- GOLIN, Tau. **Bento Gonçalves: o herói ladrão**. Santa Maria, RS: LGR, 1983a.
- \_\_\_\_\_. **Ideologia do gauchismo**. Porto Alegre: Tchê, 1983b.
- GUAZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **O horizonte da Província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)**. Porto Alegre: Linus, 2013.
- GUEDEA, Virginia. Iniciativas gubernamentales, académicas y privadas para la conmemoración del Bicentenario en México. *In*: GUTMAN, Margarita; MOLINOS, Rita. **Construir bicentenários latinoamericanos en la era de la Globalización**. Buenos Aires: Infinito, 2012. p. 125-146.
- GUTFREIND, Ieda. **A historiografia rio-grandense**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1992.
- GUTMAN, Margarita. Planes y expectativas de conmemoración (2000-2009). *In*: GUTMAN, Margarita; MOLINOS, Rita. **Construir bicentenários latinoamericanos en la era de la Globalización**. Buenos Aires: Infinito, 2012. p. 37-56.
- HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.
- HOBSBAWM, Eric. A invenção das tradições. *In*: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- LA CAPRA, Dominick. **História em trânsito: experiência, identidade e teoria crítica**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

LACARRIEU, Mónica. Bicentenários latinoamericanos: ¿nuevos contextos de interpelación conmemorativa? *In*: GUTMAN, Margarita; MOLINOS, Rita. **Construir bicentenários latinoamericanos en la era de la Globalización**. Buenos Aires: Infinito, 2012. p. 91-100.

LARA, Elizabeth. **O gaúcho a pé: um processo de desmistificação**. Movimento: Santa Cruz do Sul, 1985.

LAYTANO, Dante de. **História da República Rio-Grandense (1835-1845)**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina; ARI, 1983.

LE GOFF, Jaques. **História e memória**. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LEITMAN, Spencer. Negros farrapos: hipocrisia racial no Sul do Brasil no século XIX. *In*: FREITAS, Décio; PICCOLO, Helga I. Landgraf; DACANAL, José Hildebrando *et al.* **A Revolução Farroupilha: história e interpretação**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985. p. 98-109.

LESSA, Barbosa. **Nativismo: um fenômeno social gaúcho**. Porto Alegre: L&PM, 1985. Coleção Universidade Livre.

MACHADO, Nara Helena Naumann. **A Exposição do Centenário Farroupilha: ideologia e arquitetura**. 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

MACIEL, Maria Eunice. Memória: tradição e tradicionalismo no Rio Grande do Sul. *In*: BRESCIANI, Stela; NAXARA, Márcia. **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. p. 237-264.

MARIANTE, Hélio Moro. **Farrapos: guerra à gaúcha**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

MARTINI, Maria Luiza. Comentário de Maria Luiza Martini. *In*: ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL. **História: Ensino & Pesquisa**. Porto Alegre: Sulina, 1985. p. 16-23.

MENEZES, Ulpiano T. B. Educação e museus: sedução riscos e ilusões. **Ciências & Letras**, n. 27, p. 91-101, 2000.

MEYER, Augusto. Bento Gonçalves. *In*: ZILBERMAN, Regina (org.). **Um dia todas essas coisas não de ser história: textos farroupilhas**. Porto Alegre: PUCRS; ERUS, 1985. p. 97-98.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, p. 7-28, 1981.

NUNES, Zeno Cardoso. **Dicionário de Regionalismo do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

OLIVEN, Ruben George. Na fronteira da nação: o regionalismo gaúcho. *In*: TARGA, Luiz Roberto Pecoits. **Breve inventário de temas do Sul**. Porto Alegre: UFRGS; FEE; Lageado, RS: UNIVATES, 1998. p. 303-319.

\_\_\_\_\_. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

PADOIN, Maria Medianeira. **Federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PESAVENTO, Sandra. Ressentimento e ufanismo: sensibilidades do Sul profundo. *In*: BRESCIANI, Stela; NAXARA, Márcia. **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. p. 221-236.

\_\_\_\_\_. Farrapos: liberalismo e ideologia. *In*: FREITAS, Décio; PICCOLO, Helga I. Landgraf; DACANAL, José Hildebrando *et al.* **A Revolução Farroupilha: história e interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985a. p. 5-29.

\_\_\_\_\_. **História da Revolução Farroupilha**. São Paulo: Brasiliense, 1985b.

\_\_\_\_\_. **RS: a economia e o poder nos anos 30**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PICCOLO, Helga I. Landgraf. Parlamento Nacional e a Revolução Farroupilha. **Estudos Leopoldenses**, ano XXI, n. 88, 1985.

POCOCK, John G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Editora da USP, 2003.

POLLAK, Michel. Identidade e memória. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, 1992.

PRATES, J. Egon D'Abreu. O trono da Grécia, a Casa de Bragança e a Revolução de 1835. *In*: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL (IHGRGS). **Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense Comemorativo do Centenário da Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1936. p. 5-25. v. II.

RAMOS, Luciano Braga. **Um lugar de memória para a Revolução Farroupilha: a construção do monumento a Bento Gonçalves da Silva em Porto Alegre – 1934-1936**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2015.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. O governo de Flores da Cunha. *In*: GOLIN, Nelson Boeira Tau. **República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 4. p. 17-37.

REVERBEL, Carlos. **O gaúcho: aspectos de sua formação no Rio Grande e no Rio da Prata**. Porto Alegre: L&PM, 1986.

RICŒUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SAMPAIO, Fernando. **Bento Gonçalves: mito e história (sobre o herói ladrão)**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1984.

SANTELLANO, Jones. **Os farrapos de hoje**. Porto Alegre: GNBS, 1985.

SILVA, Camila. **Do passado ao futuro: a escrita comemorativa do centenário farroupilha na imprensa porto-alegrense**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2012.

SOARES, Jair. Jair Soares diz que SNI foi seu maior adversário no governo. [Entrevista cedida a] Daniel Favero. **Terra**, 16 mar. 2016. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/jair-soares-diz-que-sni-foi-seu-maior-adversario-no-governo,c5a711d5dce6d310VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>. Acesso em: 20 nov. 2021.

SOUZA, Ney Alves de. Introdução. *In*: LESSA, Barbosa. **Projeto Pró-Memória Farroupilha**: a história passada em revista. Porto Alegre: RBS, 1985. p. 1-4.


STUMPF, Glauce. **A comemoração do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha**: mediações de uma memória farroupilha. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2015.

TELLES, Jorge. **Farrapos**: a guerra que perdemos. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2010.

VIEIRA, Evaldo. **A república brasileira 1964-1984**. São Paulo: Moderna, 1985.



## ANEXO I – Ofício da LDN à Comissão Executiva



**LIGA DA DEFESA NACIONAL**  
DIRETORIA ESTADUAL  
RIO GRANDE DO SUL

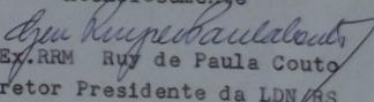
Of. nº 25/84 Porto Alegre, 25 de abril de 1984

Senhor Secretário Executivo:

Em atenção ao Of. Circular nº 001/84, tenho o prazer de comunicar-lhe que esta LIGA apoiará, com toda a satisfação, os trabalhos da Comissão Executiva que V.Sa. dirige, podendo participar das seguintes subcomissões:

- 1) SUBCOMISSÃO DE <sup>Ensino</sup> ~~EVENTOS CULTURAIS~~: Assessoria de Ação Cívica da LDN/RS (Prof. Sara Venegas). ✓
- 2) SUBCOMISSÃO DO 5º CONGRESSO DE HISTÓRIA: Assessoria de História da LDN/RS (Prof. Arthur Ferreira Filho e Dr. Bráulio de Oliveira Neto). ✕
- 3) SUBCOMISSÃO DE PUBLICAÇÕES E CONCURSOS: Assessoria de Ação Cívica da LDN/RS (Prof. Sara Venegas). ✕ ✓
- 4) SUBCOMISSÃO DE RELAÇÕES COM MUNICÍPIOS E OUTROS ÓRGÃOS: Diretor Executivo da LDN/RS (Otto Albuquerque). ✕
- 5) SUBCOMISSÃO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA: Assessoria de História da LDN/RS (Prof. Arthur Ferreira e Dr. Bráulio Neto). ✓ ✕
- 6) SUBCOMISSÃO DE LITERATURA E ARTE: Conselheiros da LDN/RS (Dr. Francisco Juruena e Dr. Adolpho Puggina). ✓
- 7) SUBCOMISSÃO DE COMUNICAÇÃO: Assessoria de Comunicação Social da LDN/RS (Dr. Salvador Luis Abech). ✓
- 8) SUBCOMISSÃO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE: LDN/RS (Dr. Hunder Correa e Major Waldemar Alves dos Santos). ✓

Atenciosamente



Gen. Ex. RRM Ruy de Paula Couto  
Diretor Presidente da LDN/RS

Ao Ilustríssimo Senhor,  
Prof. João Pradel de Azevedo  
DD. Secretário Executivo da  
Comissão Coordenadora  
Nesta Capital.

Objetivo de nossa luta: A GRANDEZA DO BRASIL

1/20  
200

## ANEXO II – Cópia da capa do convite da Semana Farroupilha



Fonte: AHRS (Semana Farroupilha 1985. Convite e programação. Caixa 2, 1985).



## ANEXO III – Acendimento da chama crioula por Paixão Côrtes

 ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL GABINETE DO GOVERNADOR ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL		PERIÓDICO _____ NOTICIÁRIO _____										
NOME: <u>Journal do Comércio</u>	LOCALIZAÇÃO	<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										NÚMERO: _____
LOCAL: _____	DA NOTÍCIA	DATA: _____										
DATA: <u>9.09.85</u>	NA PÁG. _____	PÁGINA: <u>22</u>	PÁGINA: _____									
ASSUNTO: _____												

## Fogo Simbólico passa a ser Chama Crioula

Fotos / Cláudio Bergman e Claudir Tigre



Tradicionalistas acendem a Chama Crioula

Porque este é o ano do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, o folclorista João Carlos Paixão Cortes aproveitou para demonstrar, ao vivo, como foi criada a instituição da "chama crioula", que arde durante todas as Semanas Farroupilhas que se realizam no Estado e também pelo Brasil, onde os gaúchos "desgarrados" cultuam as nossas tradições.

Há 38 anos, Paixão Cortes, então estudante do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, juntamente com os então colegas Ciro Dutra Ferreira e Fernando Machado Vieira, chegaram montados em cavalos emprestados, e mediante prévia autorização pegaram uma centelha do fogo simbólico para levarem ao Julinho onde, então, já funcionava um Departamento de Tradições, embrião de todos os CTGs como existem hoje.

Com uma vassoura velha, panos embebidos em querosene, naquele 7 de setembro eles levaram para um lampeão caseiro em sua escola o que se tornaria a tradição da "chama crioula" que, hoje, arde até no Palácio Piratini durante a Semana Farroupilha.

No sábado, Paixão Cortes, Ciro, e um filho de Fernando reviveram aquele ato inicial. Desta vez, com cavalos próprios, mas, igualmente, utilizando panos velhos e querosene. Só que, agora, a chama foi levada ao Julinho em um candeeiro de metal. Paixão recorda que há 38 anos atrás "o fogo desceu pelo cabo da vassoura, mas a gente agüentou o tirão". E transferida a centelha para o candeeiro, ele tentou apagar as chamas do cabo de vassoura com laços do reicho de couro que portava. Inutilmente. "Eta, fogueiro danado, seu!"

Fonte: AHRs (Jornal do Comércio, 9 set. 1985, p. 22, 1985).

## ANEXO IV – Página 7 do relatório dos projetos da Subcomissão de Geografia e História

fl.07

1. CURSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Tema: A REVOLUÇÃO FARROUPILHA  
Duração: 42 h/aula  
Período: 08 a 26 de abril de 1985  
Horário: de segunda a sexta-feira a partir das 19h e 30m  
Local : Auditório do prédio 05 (sala nº9)  
Clientela: Professores, estudantes universitários e comunidade  
Inscrições: Secretaria do IFCH, Prédio 05 da Cidade Universitária-  
sala 105  
Telefone: 36-94-00 Ramal 155

Os participantes inscritos receberão um certificado de frequência e comparecimento caso tenham um mínimo de 80% de frequência.

Organização, despesa, execução:  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

2. EXPOSIÇÃO

Exposição em templo maçônico de documentos relativos à Epopeia Farroupilha, pertencentes à Maçonaria.  
Organização e realização: Maçonaria-RS.

3. OBELISCO MAÇÔNICO

Construção de um Obelisco Maçônico em comemoração ao Sesqui-centenário da Revolução Farroupilha.  
Realização: Maçonaria-RS.

4. COMEMORAÇÕES


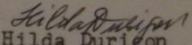
Promover comemorações em ruas, praças e outros logradouros públicos, cujos nomes sejam alusivos a acontecimentos ou personalidades farroupilhas.

Estas comemorações deverão ocorrer tanto na capital como no interior, sempre divulgadas pela imprensa de maneira a formar uma espécie de agenda farroupilha, onde cada dia, em algum lugar do Estado, ocorra uma comemoração.

.../

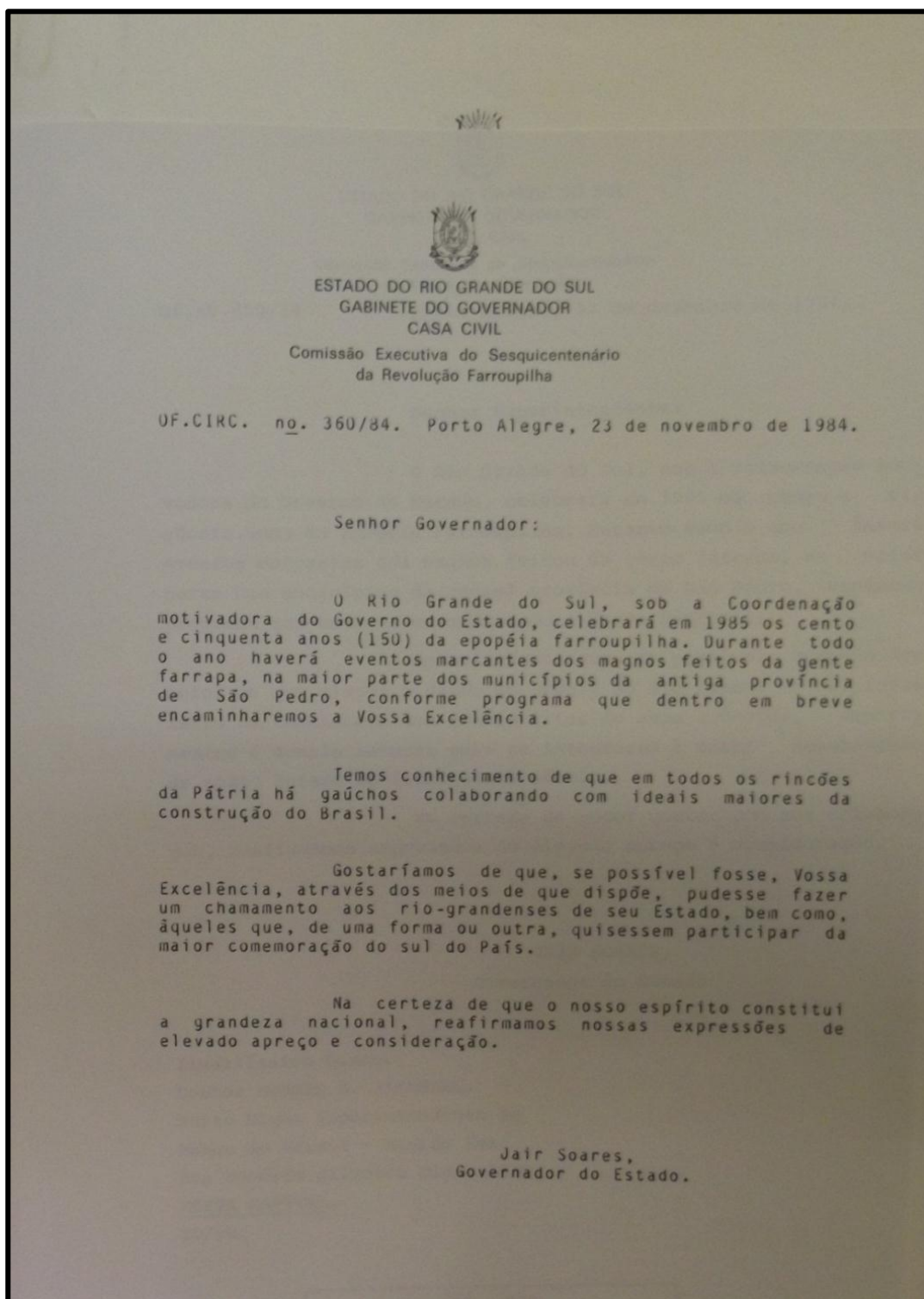


## ANEXO V – Ofício sobre o projeto “A chamada dos heróis farroupilhas”

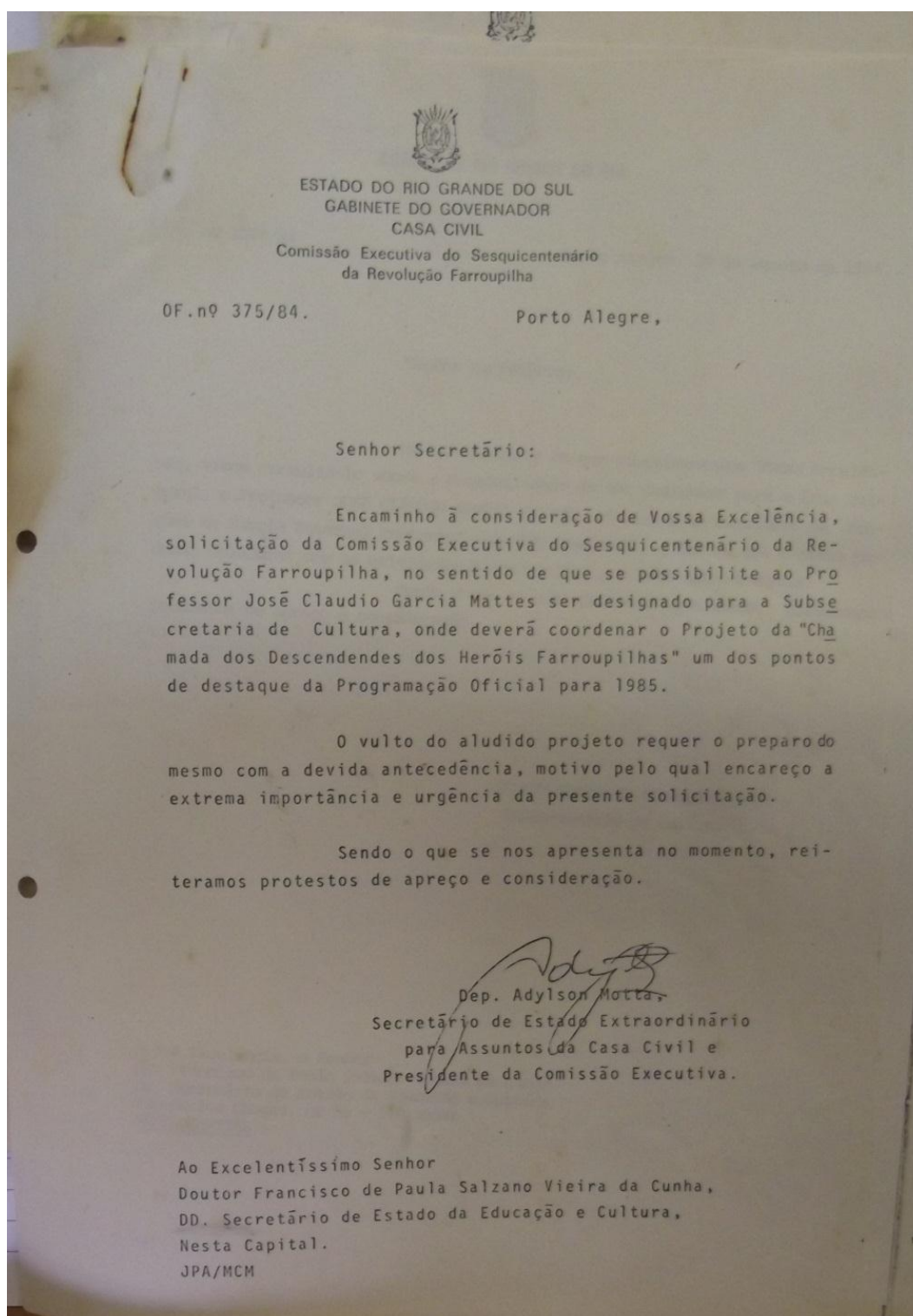
	<p>ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL          PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ ALTA          Conselho Municipal de Cultura          CASA DA CULTURA          Rua Pinheiro Machado, 418 — CRUZ ALTA-RS</p>	<p>PALÁCIO PRATYNY - RS          GABINETE DO GOVERNADOR          12500 : 26 JUL 85          CASA CIVIL — SELETORIA</p>
<p>Cruz Alta, 23 de julho de 1985</p>		
<p>Of. Sesq./09/85</p>		
<p>Ilustríssim Senhor</p>		
<p>Em atenção ao ofício circular 172/85 dessa Comissão EXECUTIVA, temos o prazer de encaminhar em anexo, comprovantes de 04 descendentes de heróis de 35, que residem em nosso município. São eles:</p>		
<p>Ten Cel Cav Antonio de Bem Moraes          Maria Barros Salles          Olga Corrêa Salles          Thereza Gomes Gruber</p>		
<p>Após a divulgação através de todos os meios de comunicação disponível na comunidade, e elaboração de uma longa pesquisa, conseguimos recolher o material anexo, para que seja apreciada pela Comissão Estadual do Sesquicentenário Farroupilha.</p>		
<p>Certos de termos atendido o seu pedido, firmamo-nos</p>		
<p>Atenciosamente            Hilda Durigon          Coordenadora da Subcomissão de Relações Interculturais do Sesquicentenário Farroupilha</p>		
<p>Ilm<sup>o</sup> Sr          Dep Adylson Motta          Presidente Da Comissão Executiva</p>		

Fonte: AHRs (Ofício Sesq. 9/85, 23 jul. 1985. Caixa 2, 1985).

## ANEXO VI – Ofício do governador Jair Soares para os governadores dos demais estados




Fonte: AHRS (Ofício n. 360/84. Documentos da Subcomissão. Caixa 9, 1984).

**ANEXO VII – Ofício do presidente da Comissão Executiva**

Fonte: AHRS (Ofício n. 375/84. Documentos da Subcomissão. Caixa 9, 1984).



## ANEXO VIII – Ofício da Comissão Executiva ao IHGRGS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR  
CASA CIVIL

COMISSÃO EXECUTIVA DO SESQUICENTENÁRIO DA  
REVOLUÇÃO FARROUPILHA

OF. nº 178/84 Porto Alegre, 06/JUN/1984

Senhor Vice-Presidente:

Como é do conhecimento de Vossa Senhoria, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul vem participando intensamente das atividades relativas ao Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, destacadamente na Subcomissão do V Congresso Sulriograndense de História e Geografia e na Subcomissão de Geografia e História.

De outra parte, é do todo desejável a presença desse Instituto também na Subcomissão de Publicações e Concursos, para a qual encareço a Vossa Senhoria indicar representante, se assim entender oportuno.

Informo, também, que no próximo dia 12 do corrente, às 14:00 hs., no Auditório da Casa Civil (Rua Duque de Caxias, nº 1029-1º andar), esta última Subcomissão reunir-se-á para discutir uma proposta preliminar de programa e, nesta oportunidade, reitero o convite para a participação do Instituto Histórico e Geográfico.

Ao ensejo, reafirmo-lhe expressões de apreço e consideração.

João Pradêl de Azevedo  
Secretário Executivo

Ao Ilustríssimo Senhor  
Cel. Arthur Ferreira Filho,  
M.D. Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Estado do RGS  
Nesta Capital

PE - 077 - CC

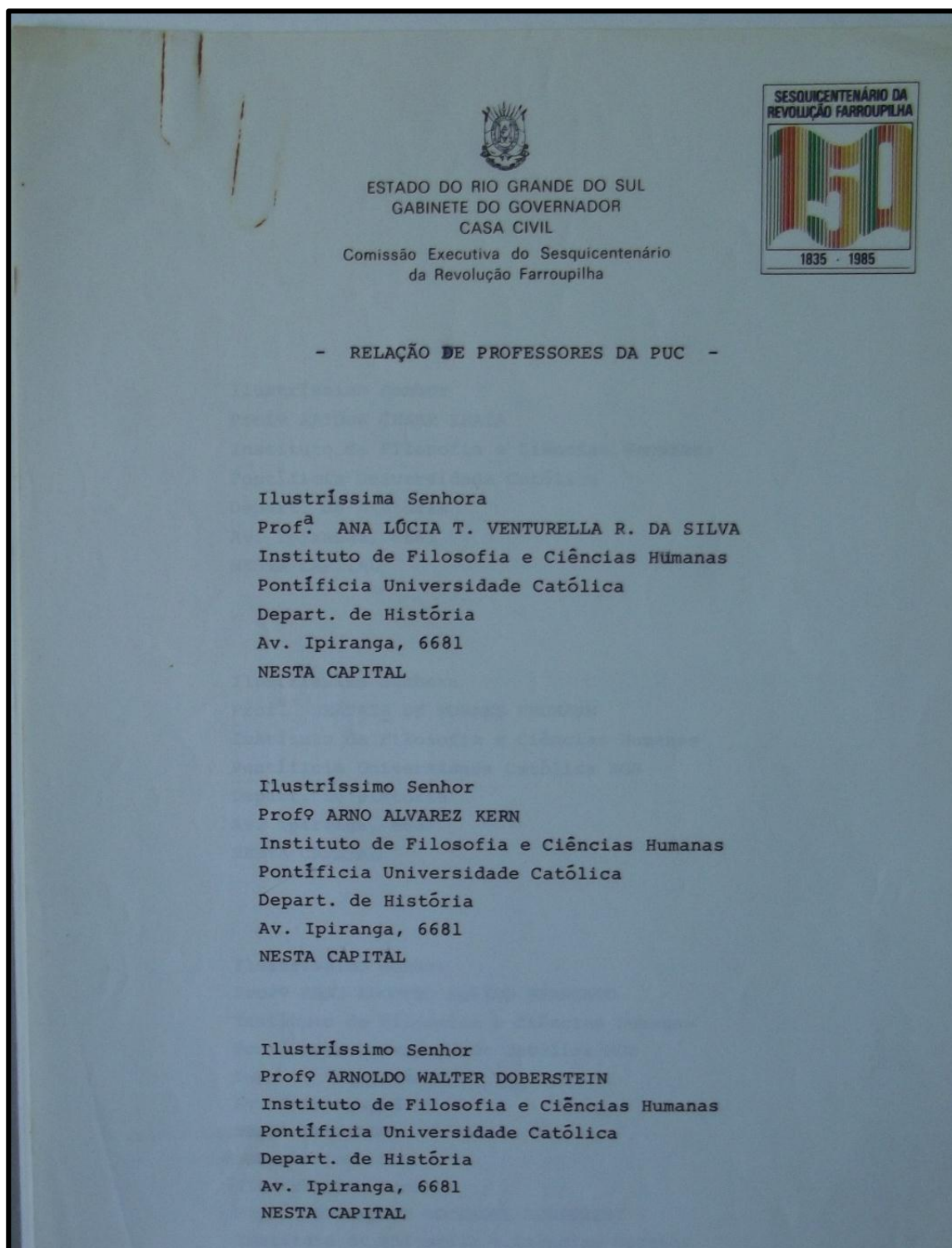
Fonte: AHRS (Ofício n. 178/84. Caixa 29, 1984).



**ANEXO IX – Ilustração do calendário do centenário de morte de Garibaldi editado na  
Itália**



Fonte: AHRs (Vultos. P-21C, 1985).

**ANEXO X – Relação de professores da PUCRS entregue à Comissão Executiva**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR  
CASA CIVIL  
Comissão Executiva do Sesquicentenário  
da Revolução Farroupilha



Ilustríssimo Senhor  
Profº ARTHUR CESAR ISAIA  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Pontifícia Universidade Católica  
Depart. de História  
Av. Ipiranga, 6681  
NESTA CAPITAL

Ilustríssima Senhora  
Prof.<sup>a</sup> BEATRIZ DE MORAES ERDMANN  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Pontifícia Universidade Católica RGS  
Depart. de História  
Av. Ipiranga, 6681  
NESTA CAPITAL

Ilustríssimo Senhor  
Profº BRAZ AUGUSTO AQUINO BRANCATO  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Pontifícia Universidade Católica RGS  
Depart. de História  
Av. Ipiranga, 6681  
NESTA CAPITAL

Ilustríssima Senhora  
Prof.<sup>a</sup> ELIZABETH ROCHADEL TORRESINI  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Pontifícia Universidade Católica RGS  
Depart. de História  
Av. Ipiranga, 6681 - NESTA CAPITAL





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
 GABINETE DO GOVERNADOR  
 CASA CIVIL  
 Comissão Executiva do Sesquicentenário  
 da Revolução Farroupilha



Ilustríssimo Senhor  
 Profº MOACYR FLORES  
 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
 Pontifícia Universidade Católica RGS  
 Depart. de História  
 Av. Ipiranga, 6681  
 NESTA CAPITAL

Ilustríssima Senhora  
 Prof.<sup>a</sup> MÔNICA ZIELINSKI  
 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
 Pontifícia Universidade Católica RGS  
 Depart. de História  
 Av. Ipiranga, 6681  
 NESTA CAPITAL

Ilustríssima Senhora  
 Prof.<sup>a</sup> NUNCIA MARIA SANTORO CONSTANTINO  
 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
 Pontifícia Universidade Católica RGS  
 Depart. de História  
 Av. Ipiranga, 6681  
 NESTA CAPITAL

Ilustríssimo Senhor  
 Profº RENE ERNAINI GERTZ  
 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
 Pontifícia Universidade Católica RGS  
 Depart. de História  
 Av. Ipiranga, 6681  
 NESTA CAPITAL

## ANEXO XI – Habilitados à chamada dos heróis farroupilhas



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR  
CASA CIVIL

### - HABILITADOS A "CHAMADA DOS HERÓIS FARROUPILHAS"

1. Abílio Silveira Crespo (desc. de Bento Gonçalves da Silva)  
- Rua 11, nº 122 - Jardim da Estalagem, Viamão.
2. Adalgiza Xavier Paim (desc. de Antônio Vicente da Fontoura)  
- Av. Plínio Brasil Milano, 44 apto. 202 - FOA.
3. Antonio de Bem Moraes (desc. de Antônio Vicente da Fontoura).  
- Rua Mariz e Barros, 424 - Cruz Alta, RS.
4. Alay Carvalho Bernardes (desc. de José Carvalho Bernardes)  
- Rua Saldanha Marinho, 1191 - Cachoeira do Sul, RS.
5. Ana Maria de Freitas Valle e Silva da Fontoura (desc. de Antônio Vicente da Fontoura)  
- Rua Gomes Carneiro, 161 apto. 901 - Ipanema (Rio de Janeiro, RJ).
6. Anna Christina Pullein Brown (desc. de Antônio Vicente da Fontoura)  
- Av. Rainha Elizabeth, 509 apto. 801 - Ipanema (Rio de Janeiro, RJ).
7. Antonio Deloy Araujo Xavier (desc. de Antônio Vicente da Fontoura)  
- Rua Rui Barbosa, 114 - Cascadura, (Rio de Janeiro, RJ).
8. Aurea Lizete Canabarro Machado de Santana (desc. de David Canabarro).  
- Rua Cônego Romeu, 640 - Boa Viagem (Recife, PE).
9. Altamira Oliveira Canabarro Machado (desc. de David Canabarro).  
- Rua Cônego Romeu, 640 - Boa Viagem (Recife, PE).
10. Aluizio de Lima Machado (desc. de Antonio Machado de Souza).  
- Rua 7 de Setembro, 542 Centro - Lagoa Vermelha, RS.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR  
CASA CIVIL

Comissão Executiva do Sesquicentenário  
da Revolução Farroupilha


212. Tatiana da Silveira Carvalho Bernardes (desc. de José Carvalho Bernardes).  
- Rua David Barcelos, 491 apto. 14 - Cachoeira do Sul, RS.
213. Tiago da Silva Ferreira (desc. de Polycarpo Pereira de Carvalho e Silva).  
- Rua Silvio Scopel, 1370 - Cachoeira do Sul, RS.
214. Thereza Gomes Gruber (desc. de Serafim Correa de Barros).  
- Rua Duque de Caxias, 512 - Cruz Alta, RS.
215. Uendel dos Santos Dessimon (desc. de Vicente Ferrer de Almeida).  
- Rua General Osório, 1304 - Canguçu, RS.
216. Urbano Almeida Chaves Garcia (desc. de Domingos José de Almeida).  
-
217. Violeta Prates da Silveira (desc. de João Antônio da Silveira).  
- Av. Wenceslau Escobar, 1180 apto. 201 - POA
218. Victor Serafim (desc. de Serafim Correa de Barros).  
- Prefeitura Municipal de Júlio de Castilhos - RS.  
Romeu Martins Ribeiro - Prefeito Municipal
219. Virgílio Batista Pinto (desc. de José Carvalho Bernardes).  
- Rua Henrique Möller, 626 - Vila Tupinambá (Cachoeira do Sul, RS).
220. Waldemar Chaves Barcellos (desc. de Bento Gonçalves da Silva).  
- Rua Mostardeiro, 174 - POA
221. Wladimir Correa de Mello (desc. de Serafim Correa de Barros).  
- Prefeitura Municipal de Júlio de Castilhos - RS.  
Romeu Martins Ribeiro - Prefeito Municipal



## ANEXO XII – Relação dos municípios e suas respectivas associações e partidos

8.

1835 - 1985  
 150 ANOS DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
 GABINETE DO GOVERNADOR  
 CASA CIVIL  
 Comissão Executiva do Sesquicentenário  
 da Revolução Farroupilha

Municípios que fazem parte da CESRF com respectivos prefeitos e vices:

CEP	MUNICÍPIOS	PREFEITOS e VICES	ASSOC.	FONES:
97540	ALEGRETE (2)	ADÃO CONCEIÇÃO D.FARACO Nilo Soares Gonçalves	AMPRO	055-422.1419
96570	CAÇAPAVA DO SUL (1)	OTOMAR OLEQUES VIVIAN José Erli Pereira Vargas	AMFROSU	351
96500	CACHOEIRA SUL (1)	IVO RENE PINTO GARSKE Nelson Costa Schirmer	AJACE	051-722-2282
98100	CRUZ ALTA (1)	JOSÉ WESTPHALEN CORREA Jurandir H.Portes Mattos	AMUPLAM	055-322-1561
96300	JAGUARÃO (AS)	ALDO FRANCISCO ROSA	AZONASUL	0532- 61-1922
96100	PELOTAS (2)	BERNARDO OLAVO G.DE SOUZA-AZONASUL-0532- José Maria C. da Silva		25-2013
96490	PIRATINI (1)	CARLOS DE SOUZA CARVALHO Gilberto de O. Perret	AZONASUL	03
96200	RIO GRANDE (AS)	ABEL ABREU DOURADO	AZONASUL-0536-	2-1709
96640	RIO PARDO (1)	BERTHOLDO AFFONSO PRITSCH Getúlio Abrilino Frantz	AMVARP	855
97670	SÃO BORJA (AS)	ARNELDO MATTER	AMFRO	055-431-1055
96210	S.JOSÉ NORTE (2)	JOSÉ LUIZ C.SARAIVA João Palladino Machado	AZONASUL	02
95500	STº ANTº PATRULHA (1)	ONILDO RAFAELLI DE SOUZA-AMRECES Sílvio Miguel Fofonka		051-662-1265
95840	TRIUNFO (2)	OSMAR VARGAS DA SILVA	AMRECES	051-651-1299
90000	PORTO ALEGRE (AS)	JOÃO ANTONIO DIB		0512-33-1166 g Gab.21-4047
92500	GUAÍBA (2)	NELSON CORNETET Laurindo Ziulkoski	AMRECES	80-1255 80-1455
94400	VIAMÃO (3)	TAPIR ROCHA Cláudio Ferreira Allen	AMVRS	85-1166

vide verso /rh

- (1) PDS  
 (2) PMDB  
 (3) PDT  
 AS) Área de Segurança



1835 - 1985  
 150 ANOS DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
 GABINETE DO GOVERNADOR  
 CASA CIVIL

Comissão Executiva do Sesquicentenário  
 da Revolução Farroupilha

...

ASSOCIAÇÕES:

- AMFRO: Assoc. dos Munic. da FRONTEIRA OESTE  
 Pres. Alcides Muraro - Pref. Munic. ITAQUI (AS)
- AMFROSU: Assoc. dos Munic. da FRONTEIRA SUDOESTE  
 Pres. Otomar Oleques Vivan (1) CAÇAPAVA DO SUL
- AJACE: Assoc. dos Munic. do VALE JACUI - CENTRO  
 Pres. João Luiz dos Santos Vargas - S.SEPÊ (3)
- AMUELAM: Assoc. dos Munic. do PLANALTO MÉDIO - CENTRAL  
 Pres. Orlando Edílio Schneider - PANAMBI - (1)
- AMVARP: Assoc. dos Munic. do VALE DO RIO DOS SINOS  
 Atual: Munic. VERA CRUZ - novo Presidente assumirá  
 em março/85 - ARMANDO WINK (1) SANTA CRUZ DO SUL
- AMRECES: Assoc. dos Munic. da REGIÃO CENTRO SUL  
 Pres. Marco Aurélio C. Pereira - CAMAQUÃ (1)
- AMVRS: Assoc. dos Munic. do VALE DO RIO DOS SINOS  
 Pres. Frederico E. Leuck - ESTÂNCIA VELHA (1)
- . Obs.: Mesa Diretora- passível de alteração.

FAMURS - FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Borges de Medeiros, 1501 - 4º andar - Centro Administrativo  
 POA-RS - fones: (0512) - 26.03.22 Ramais 154 e 184  
 Diretos: 21.39.66 - 21.43.23

GESTÃO/84/85

- Presidente - CARLOS WILLY GRÜN (AS) Crissiumal  
 1º Vice - ADROALDO CONZATTI (2) Encantado  
 2º Vice - ONILDO RAFAELLI DE SOUZA (1) Stº Antº da Patrulha  
 3º Vice - JOÃO LUIZ DOS SANTOS VARGAS (3) São Sepê  
 4º Vice - ERNY CARLOS HELLER (1) Montenegro  
 1º Sec. - MAURO AZEREDO (1) Stº Ângelo  
 2º Sec. - HUGO GUIMARÃES SOARES (AS) Sta. Vitória do Palmar  
 1º Tes. - OSVALDO PEDRO CAMOZZATO (1) Sananduva  
 2º Tes. - BELMIRO SOARES LOUREIRO (1) São Francisco de Assis

Conselho Fiscal: Titulares: DARCI PEDRO HARTMANN - Selbach (2) ORLANDO IDILIO SCHNEIDER Panambi (1) - VALTER GUIOMAR ZUNKOWSKI - Barão do Cotegeipe (2)  
 Suplentes: ALCIDES OLINDO MURARO Itaqui (AS) - FREDERICO EDVINO LEUCK Estância Velha (1)

SECRETÁRIO EXECUTIVO: SÉRGIO LUIZ PEROTTO

Secretária: Dona Cândida.

/rh.





Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria de Graduação  
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar  
Porto Alegre - RS - Brasil  
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564  
E-mail: [prograd@pucrs.br](mailto:prograd@pucrs.br)  
Site: [www.pucrs.br](http://www.pucrs.br)